



CADERNOS DE PESQUISA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

CADERNOS DE PESQUISA • N.1 JUL. 1971 • FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS • SÃO PAULO

Trimestral

Índice de autores e assuntos: n.50 (1971/1984), n.72 (1989), n.84 (1991/1992).

A partir do n.121 de 2004, foi acrescida a informação de volume que corresponde ao ano de publicação do periódico.

ISSN 0100-1574

e-ISSN 1980-5314

1. Educação. I. Fundação Carlos Chagas. II. Departamento de Pesquisas Educacionais/FCC

INDEXADO EM**AERES** - Agence d'Évaluation de la Recherche et de l'Enseignement Supérieur (França)<http://www.aeres-evaluation.fr/Publications/>

Methodologie-de-l-evaluation/Listes-de-revues-SHS-sciences-humaines-et-sociales

CAPES - Portal de Periódicos/Qualis (Brasil)<http://www.periodicos.capes.gov.br/><http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>**CLASE** - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (México)<http://biblat.unam.mx/>**DIALNET** - Fundación Dialnet (Espanha)<http://www.fundaciondialnet.es/>**DOAJ** - Directory of Open Access Journals (Suécia)<http://www.doaj.org/>**Edubase** - Faculdade de Educação/Unicamp (Brasil)<http://143.106.58.49/fae/default.htm>**EDUC@** - Publicações Online de Educação (Brasil)<http://educa.fcc.org.br/scielo.php>**ERGO** - Education Research Global Observatory - Directory of Open Access Scholarly Journals in Education (EUA)<http://www.ergobservatory.info/ejdirectory.html>**EZB** - Elektronische Zeitschriftenbibliothek/Electronic Journals Library (Universität Regensburg - Alemanha)<http://rzblx1.uni-regensburg.de/ezeit/index.phtml?bibid=AAAAA&colors=7&lang=en>**INDEX PSI** - Revistas Técnico-Científicas - Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (Brasil)<http://www.bvs-psi.org.br>**INEP/CIBEC** - BBE - Bibliografia Brasileira de Educação (Brasil)<http://portal.inep.gov.br/pesquisa-cibec-ocibec>**IRESEI** - Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa (México)<http://www.iisue.unam.mx/iresie/>**LATINDEX** - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, en Caribe, España y Portugal (México)<http://www.latindex.unam.mx>**PSICODOC** - Base de Datos Bibliográfica de Psicología (Espanha)<http://www.psicodoc.org>**SciELO** - Scientific Electronic Library Online (Brasil)<http://www.scielo.br/>**SCIRUS** - for scientific information only (Holanda)<http://www.scirus.com/>**SciVerse SCOPUS** - The largest abstract and citation database of peer reviewed literatura and quality web sources (Países Baixos)<http://www.scopus.com/home.url>**VERSÃO ONLINE**<http://educa.fcc.org.br><http://www.scielo.br>**VERSÃO IMPRESSA**

Junho 2014

Tiragem: 1.500 exemplares

EDIÇÃO | FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Av. Prof. Francisco Morato, 1.565

CEP: 05513-900 - São Paulo - SP - Brasil

Fax: (11) 3726-1079

Tel.: (11) 3721-4221/4861

Site: <http://www.fcc.org.br>E-mail: cadpesq@fcc.org.br**SUBMISSÕES ONLINE**<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/>**PRODUÇÃO | AUTORES ASSOCIADOS****CONSELHO EDITORIAL****"PROF. CASEMIRO DOS REIS FILHO"**

Bernardete A. Gatti

Carlos Roberto Jamil Cury

Dermeval Saviani

Gilberta S. de M. Jannuzzi

Maria Aparecida Motta

Walter E. Garcia

DIRETOR EXECUTIVO

Flávio Baldy dos Reis

COORDENADORA EDITORIAL

Erica Bombardi

PROJETO GRÁFICO

Casa Rex

DIAGRAMAÇÃO

Líquido Tecnologia - Claudio Brites

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Paym Gráfica

COMERCIALIZAÇÃO E ASSINATURAS

Editora Autores Associados Ltda.

Av. Albino J. B. de Oliveira, 901 - Barão Geraldo

CEP 13084-008 - Campinas-SP

Telefone: (55) (19) 3789-9000

E-mail: editora@autoresassociados.com.brCatálogo online: www.autoresassociados.com.br

Fundação Carlos Chagas

AUTORES ASSOCIADOS **APOIO**

Ministério da Educação

Ministério da Ciência e Tecnologia



CADERNOS DE PESQUISA

Revista de estudos e pesquisas em educação, publicada desde 1971, tem como objetivo divulgar a produção acadêmica sobre educação, gênero e raça, propiciando a troca de informações e o debate sobre as principais questões e temas emergentes da área.

Tem edição trimestral e aceita colaboração segundo as normas constantes do final da revista. A revista

não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em matéria assinada a que dê publicação.

Direitos autorais reservados: reprodução integral de artigos apenas com autorização específica; citação parcial permitida com referência completa à fonte.

COMITÊ EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL

Moysés Kuhlmann Júnior

EDITORAS EXECUTIVAS

Albertina de Oliveira Costa

Claudia Davis

Gisela Lobo B. P. Tartuce

Yara Lúcia Esposito

COORDENADORA DE EDIÇÕES

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira

ASSISTENTES DE EDIÇÕES

Camila Maria Camargo de Oliveira

Fátima Murad

Vera Eliana Rodrigues

SECRETÁRIA DE EDIÇÕES

Camila de Castro Costa

PADRONIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Biblioteca Ana Maria Poppovic - Bamp

REVISÃO ESTATÍSTICA

Miriam Bizzocchi

Raquel da Cunha Valle

COMISSÃO EDITORIAL

Antonio Flavio Barbosa Moreira
(Universidade Católica de Petrópolis, Brasil)

Bila Sorj
(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Dermeval Saviani
(Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Elba Siqueira de Sá Barretto
(Universidade de São Paulo e Fundação Carlos Chagas, Brasil)

Lilia Katri Moritz Schwarcz
(Universidade de São Paulo, Brasil)

Lívia Maria Fraga Vieira
(Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Luciôla Licínio de Castro Paixão Santos
(Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Maria Malta Campos
(Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Brasil)

Marli André
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil)

Menga Lüdke
(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil)

Nora Krawczyk
(Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL

Almerindo Janela Afonso
(Universidade do Minho, Portugal)

Carlos Roberto Jamil Cury
(Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Cristián Cox
(Pontifícia Universidad Católica de Chile)

Eric Plaisance
(Université Paris Descartes, França)

Guillermina Tiramonti
(Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Argentina)

Helena Hirata
(Centre National de la Recherche Scientifique, França)

Jacques Velloso
(Universidade de Brasília, Brasil)

José Antonio Castorina
(Universidad de Buenos Aires, Argentina)

José Machado Pais
(Universidade de Lisboa, Portugal)

Juan Carlos Tedesco
(Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación, Argentina)

Luiz Antônio Cunha
(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

María de Ibarrola
(Centro de Investigación y Estudios Avanzados, México)

Maria do Céu Roldão
(Universidade do Minho, Portugal)

Marília Pinto de Carvalho
(Universidade de São Paulo, Brasil)

Verena Stolcke
(Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha)

Walter E. Garcia
(Instituto Paulo Freire, São Paulo, Brasil)

Zilma de Moraes Ramos de Oliveira
(Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil)

SUMÁRIO

EDITORIAL

ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES E POLÍTICAS SOCIAIS 260

TEMA EM DESTAQUE

GÊNERO E ASSISTÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

APRESENTAÇÃO

ASSISTÊNCIA E FAMÍLIA NA AMÉRICA LATINA: VÍNCULOS SOCIAIS,
INTIMIDADE E GÊNERO 264

Yumi García dos Santos, Rocío Enríquez Rosas

GÉNERO Y TRABAJO: PERSPECTIVAS SOBRE UN PROGRAMA
DE EMPLEO 270

Ania Tizziani

QUE “BOA FAMÍLIA”? ASSISTÊNCIA E SOLIDARIEDADE FAMILIAR
EM CUBA 290

Blandine Destremau

SEXUACIÓN Y SUBJETIVACIÓN EN LAS PRÁCTICAS DE ASISTENCIA
EN CHILE 312

Carolina Rojas Lasch

EMOCIONES DE ANCIANOS BENEFICIARIOS DE PROGRAMAS SOCIALES
EN METRÓPOLI DE GUADALAJARA 334

Edith Carrillo Hernández, Elba Karina Vázquez-Garnica

ANCIANAS CUIDADORAS, REDES Y ESTRATEGIAS EN EL USO DE
PROGRAMAS SOCIALES 354

María Julieta Oddone

FEMINIZACIÓN Y COLECTIVIZACIÓN DEL CUIDADO A LA VEJEZ
EN MÉXICO 378

Rocío Enríquez Rosas

FAMÍLIA, TRABALHO E RELIGIÃO DAS MULHERES ASSISTIDAS
EM SÃO PAULO 400

Yumi García dos Santos

OUTROS TEMAS

INCENTIVOS MONETÁRIOS PARA PROFESSORES: AVALIAÇÃO, GESTÃO E RESPONSABILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA 424
Eric Ferdinando Kanai Passone

ENSINO SUPERIOR DE CURTA DURAÇÃO: A EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA DOS COMMUNITY COLLEGES 450
Reginaldo C. Moraes

RESENHAS

POR UMA ANTROPOLOGIA DA INFÂNCIA: PESQUISANDO O RECREIO 466
Anelise Monteiro do Nascimento, Karla R. R. de Souza

INSTRUÇÕES A AUTORES 470

CONTENTS

EDITORIAL

ASSISTANCE AND EDUCATION, INEQUALITIES AND SOCIAL POLICIES 260

ISSUE IN FOCUS

GENDER AND ASSISTANCE IN LATIN AMERICA

PRESENTATION

ASSISTANCE AND FAMILIES IN LATIN AMERICA: SOCIALITIES, INTIMACY AND GENDER 264

Yumi García dos Santos, Rocío Enríquez Rosas

GENDER AND WORK: PERSPECTIVES ABOUT A WORK PROGRAM 270

Ania Tizziani

WHAT "GOOD FAMILY"? ASSISTANCE AND FAMILY SOLIDARITY IN CUBA 290

Blandine Destremau

SEXUALIZATION AND SUBJECTIVATION IN ASSISTANCE PRACTICES IN CHILE 312

Carolina Rojas Lasch

EMOTIONS OF ELDERLY BENEFICIARIES OF SOCIAL PROGRAMS IN GUADALAJARA METROPOLIS 334

Edith Carrillo Hernández, Elba Karina Vázquez-Garnica

ELDERLY CARERS, NETWORKS AND STRATEGIES IN THE USE OF SOCIAL PROGRAMS 354

María Julieta Oddone

FEMINIZATION AND COLLECTIVIZATION OF ELDERLY CARE IN MEXICO 378

Rocío Enríquez Rosas

FAMILY, WORK AND RELIGION OF WOMEN IN SOCIAL PROGRAMS AT SÃO PAULO 400

Yumi García dos Santos

OTHER ISSUES

MONETARY INCENTIVES FOR TEACHERS: ASSESSMENT, MANAGEMENT
AND ACCOUNTABILITY IN BASIC EDUCATION 424
Eric Ferdinando Kanai Passone

SHORT-TERM HIGHER EDUCATION: THE UNITED STATES' COMMUNITY
COLLEGES' EXPERIENCE 450
Reginaldo C. Moraes

BOOK REVIEWS

TOWARDS AN ANTHROPOLOGY OF CHILDHOOD: RESEARCHING PLAYTIME 466
Anelise Monteiro do Nascimento, Karla R. R. de Souza

INSTRUCTIONS FOR AUTHORS 470

SUMARIO

EDITORIAL

ASISTENCIA Y EDUCACIÓN, DESIGUALDADES Y POLÍTICAS SOCIALES 260

TEMA EN DESTAQUE

GÉNERO Y ASISTENCIA EN AMÉRICA LATINA

PRESENTACIÓN

ASISTENCIA Y FAMILIA EN AMERICA LATINA: VÍNCULOS SOCIALES,
INTIMIDAD E GÉNERO 264

Yumi García dos Santos, Rocío Enríquez Rosas

GÉNERO Y TRABAJO: PERSPECTIVAS SOBRE UN PROGRAMA
DE EMPLEO 270

Ania Tizziani

¿QUÉ “BUENA FAMILIA”? ASISTENCIA Y SOLIDARIDADES FAMILIARES
EN CUBA 290

Blandine Destremau

SEXUACIÓN Y SUBJETIVACIÓN EN LAS PRÁCTICAS DE ASISTENCIA
EN CHILE 312

Carolina Rojas Lasch

EMOCIONES DE ANCIANOS BENEFICIARIOS DE PROGRAMAS SOCIALES
EN METRÓPOLI DE GUADALAJARA 334

Edith Carrillo Hernández, Elba Karina Vázquez-Garnica

ANCIANAS CUIDADORAS, REDES Y ESTRATEGIAS EN EL USO DE
PROGRAMAS SOCIALES 354

María Julieta Oddone

FEMINIZACIÓN Y COLECTIVIZACIÓN DEL CUIDADO A LA VEJEZ
EN MÉXICO 378

Rocío Enríquez Rosas

FAMILIA, TRABAJO Y RELIGIÓN DE LAS MUJERES ASISTIDAS
EN SÃO PAULO 400

Yumi García dos Santos

OTROS TEMAS

INCENTIVOS MONETARIOS PARA PROFESORES: EVALUACIÓN, GESTIÓN Y
RESPONSABILIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN BÁSICA 424
Eric Ferdinando Kanai Passone

EDUCACIÓN SUPERIOR DE CORTA DURACIÓN: LA EXPERIENCIA
NORTEAMERICANA DE LOS COMMUNITY COLLEGES 450
Reginaldo C. Moraes

RESEÑAS

POR UNA ANTROPOLOGÍA DE LA INFANCIA: INVESTIGANDO EL RECREO 466
Anelise Monteiro do Nascimento, Karla R. R. de Souza

INSTRUCCIONES A AUTORES 470

ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO, DESIGUALDADES E POLÍTICAS SOCIAIS

Ao público leitor,

Neste número de *Cadernos de Pesquisa*, a seção Tema em Destaque apresenta questões candentes para a pesquisa educacional, na interface com a área do Serviço Social. São 7 artigos, oriundos de pesquisa sobre as políticas sociais para famílias na América Latina, apresentados por Yumi Garcia dos Santos e Rocío Enríquez Rosas, organizadoras do dossiê. De pronto, a educação se faz presente no que diz respeito à formação profissional para esse trabalho, realizado, no mais das vezes, por mulheres. Mas é possível indicar outros elementos de fundo que precisam ser considerados nas reflexões sobre as políticas sociais focalizadas, que convivem com as universais, mais consolidadas. A desigualdade e a pobreza demarcam as opções adotadas e convidam ao exercício da crítica em que se faça presente a noção do direito social. Há que se perguntar: quem cuida, quem deve cuidar das pessoas, em dada sociedade e cultura? A instituição escolar também decorre desse tipo de demanda, que ficou obscurecida diante da sua finalidade instrucional. No caso das instituições de educação infantil, ainda hoje

é muito frequente a tendência a contrapor assistência e educação, como se a primeira viesse a conspurcar finalidades nobres, que seriam uma virtude da dimensão educacional. Se a segmentação entre assistência e educação não tem sustentabilidade na própria história das instituições de educação popular, o avanço das propostas que se voltam às famílias e aos cuidados de crianças, mães e idosos permite ainda pôr em questão os modos como se distinguem a vida privada e a vida pública. A produção e reprodução da vida social revelam a fluidez dessas fronteiras, evidenciando a presença do trabalho nos mais diversos ambientes, entre eles, o doméstico. As transformações no perfil demográfico fazem emergir a necessidade crescente da atenção aos idosos. O artigo de Blandine Destremau, ao lidar com a dimensão da solidariedade, social e familiar, em Cuba, fermenta essa reflexão, que aparece na leitura dos demais artigos. Na seção Outros Temas, o artigo de Eric F. K. Passone, sobre as políticas de incentivo monetário aos professores, questiona se a ênfase na centralidade do professor no processo educacional turvaria outros aspectos estruturais das políticas educacionais. O artigo de Reginaldo C. Moraes evidencia a desigualdade social na distribuição da oferta do ensino superior norte-americano. Finalmente, a resenha de Anelise M. do Nascimento e de Karla R. R. de Souza apresenta o livro de Julie Delalande sobre a antropologia da infância. Que a leitura seja proveitosa!

Moysés Kuhlmann Jr.

TEMA

EM

DESTAQUE

**GÊNERO E ASSISTÊNCIA
NA AMÉRICA LATINA**

QUE

APRESENTAÇÃO

<http://dx.doi.org/10.1590/198053142872>

ASSISTÊNCIA E FAMÍLIA NA AMÉRICA LATINA: VÍNCULOS SOCIAIS, INTIMIDADE E GÊNERO

Este dossiê foi elaborado com a colaboração de oito pesquisadoras do grupo transversal de discussão “Eixo família”, no âmbito do Projeto Latinassist – Offre institutionnelle et logiques d’acteurs: femmes assistées dans six métropoles d’Amérique latine –, da Agence Nationale de Recherche-ANR Les Suds Aujourd’hui (França), desenvolvido entre 2010 e 2014.¹ Sob a coordenação de Bruno Lautier (2010-2013), e posteriormente de Blandine Destremau e Isabel Georges (2013-2014), fizeram parte do Projeto equipes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba e México. Os encontros internacionais ocorreram, ao longo do período do Projeto, em forma de seminários, realizados nas cidades de São Carlos – São Paulo, Brasil (2011), Nogent-sur-Marne – França (2012) e Guadalajara – México (2013), finalizando com um seminário interno, discussões metodológicas e um colóquio internacional “Gouverner les pauvres en Amérique latine: gérer les femmes par l’assistance”² em Nogent-sur-Marne, em fevereiro de 2014.

¹ “Oferta institucional e lógicas de atores: mulheres assistidas em seis metrópoles da América Latina”. Detalhes do projeto e de suas realizações podem ser obtidos em: <<http://www.latinassist.org/>>.

² “Gouverner les pauvres en Amérique Latine: gérer les femmes par le moyen de l’assistance”.

em um nível intermediário entre a proteção social e a luta contra a pobreza (do Projeto Latinassist, 2010). Ela torna universal o direito à seguridade social, anteriormente reservado aos trabalhadores formais. Do ponto de vista internacional, o continente tem representado um “laboratório” bem-sucedido de novas iniciativas, sobretudo no que se refere às políticas focalizadas nas famílias, à transferência de renda com critérios de repasses, mobilizando diversos atores institucionais – público, privado e parceria público-privado –, e investindo na profissionalização de trabalhadores sociais. Uma das importantes tarefas dos gestores tem sido as avaliações da eficiência dos programas criados nesse âmbito. No entanto, como problematiza o Projeto Latinassist, não se sabe o que de fato a população focalizada faz da assistência e o que a assistência faz dessa população. Assim, o Projeto procurou esclarecer o impacto sobre os comportamentos, as relações sociais de gênero e geração, tanto em nível familiar como institucional, assim como a margem de manobra das mulheres envolvidas nos seis países que compuseram o objeto de análise.

A formação da nova assistência na América latina é fruto de acúmulo de teorias sobre pobreza e desenvolvimento, que apontam para as dimensões que não se limitam à pobreza de renda, mas incluem outros fatores de privação, como aqueles relativos ao direito ao trabalho, à saúde, moradia, educação, segurança e aos vínculos sociais. Assim, mais do que o termo pobreza, a recente gestão da assistência tem empregado o termo “vulnerabilidade social” para assinalar as múltiplas dimensões do fenômeno, assim como a possibilidade de mobilidade social por meio da participação nesses programas e serviços.

A família, como instituição primária, é entendida como objeto eficiente de focalização para a redução da vulnerabilidade social e fortalecimento dos vínculos sociais. No interior dela, seus membros se tornam alvo dos programas e serviços criados com finalidades diferenciadas: as crianças e os adolescentes, como objeto de investimento em termos de capital humano; os idosos, como potenciais dependentes e vulneráveis da pobreza; e as mulheres, como mães, cuidadoras e mediadoras, constituindo em pilar da efetividade dos novos programas sociais da América Latina. Os homens, de outro lado, permanecem à margem da gestão das famílias empobrecidas. Nesse sentido, a maioria dos programas sociais se compromete com o bem-estar e a solidariedade familiar de acordo com os papéis e as relações tradicionais de gênero. O trabalho de campo realizado por pesquisadoras do Latinassist em cidades da Argentina, Brasil, Chile, Cuba e México mostra claramente as consequências da “familiarização” do bem-estar, assim como as formas (narrativas/práticas) de adesão, de resistência e de transformação que impactam especialmente o cotidiano das mulheres pobres.

A partir de um *corpus* robusto construído com abordagens de pesquisa qualitativa (entrevistas, grupos focais e observação participante), este dossiê descreve analiticamente as tensões, os conflitos e as solidariedades que surgem na intersecção entre as tendências familistas dos novos programas sociais na América Latina e as inclinações individualizantes das mulheres que almejam uma maior autonomia enquanto participantes no mercado de trabalho. Nossas análises questionam a reprodução dos papéis de gênero centrados no cuidado dos idosos e das crianças embutidos nos desenhos dos programas e dos serviços, e destacam as dinâmicas sociais produzidas por essas iniciativas. Uma questão central aqui abordada são as formas de articulação entre os pilares do bem-estar – instituições do Estado e do mercado, sociedade civil e famílias – por uma proteção social inclusiva e de redistribuição de cuidados transversal, com perspectiva de gênero.

O artigo de Ania Tizziani, “Género y trabajo: perspectivas sobre un programa de empleo”, analisa criticamente as formas de operação de um programa social urbano de capacitação e emprego para trabalhadoras domésticas, em um município da Área Metropolitana de Buenos Aires, além de problematizar o caráter sexuado da ocupação e do trabalho doméstico em geral. A autora destaca a aposta explícita desse programa na revalorização dos saberes e competências, bem como na desnaturalização dos papéis femininos tradicionais e na busca de novas formas de inserção laboral das mulheres em um mercado de trabalho segmentado e claramente discriminatório. Com base em uma pesquisa etnográfica cuidadosa e reflexiva, conclui que, embora não tenha sido possível demonstrar um claro processo de profissionalização do trabalho, as atividades de capacitação promovem cenários sociais de troca que enriquecem os saberes das beneficiárias no âmbito trabalhista. A autora evidencia que, mesmo contando com certificados dos cursos realizados em instituições oficiais, as mulheres ainda se veem submetidas a atividades precárias e em condições sociolaborais de desvantagem, o que acentua as diferenças de classe. Finalmente, destaca-se a importância de compreender a heterogeneidade das formas de inserção feminina nos âmbitos social, pessoal e trabalhista para então procurar fortalecer as iniciativas que busquem promover melhores condições laborais para atividades econômicas tradicionalmente marginais e, assim, visibilizar e problematizar também as desigualdades de gênero.

O artigo de Blandine Destremau, “Que ‘boa família’? Assistência e solidariedade familiar em Cuba”, apresenta a questão da assistência social em Cuba, onde a solidariedade familiar tem sido crucial para a reprodução social em tempos de crise, que se prolonga há mais de duas décadas. Em uma pesquisa que nos oferece a rara oportunidade de conhecer a assistência em um regime socialista, onde a rigor seria dispensável, a autora resgata a formação desse setor no período

pós-revolucionário, e mostra as questões que emergem no contexto das recentes transformações estruturais. Como nos demais países da América Latina, assiste-se em Cuba à queda da natalidade e ao crescente envelhecimento da população, assim como à emergência de novas configurações familiares em um contexto de forte pauperização, o que impõe uma nova forma de assistência social, envolvendo uma forte demanda do Estado à solidariedade familiar. Dado que, em Cuba, o trabalho das mulheres é uma norma, a situação do idoso no contexto do envelhecimento da população se torna uma questão social, e as políticas públicas dirigidas a esse estrato da população são insuficientes. A responsabilidade pelo cuidado acaba recaindo sobre a filha, que se vê forçada a conciliar o trabalho e necessidades familiares. A autora aponta o paradoxo entre a necessidade, mais do que nunca, de uma “boa família”, aquela capaz de cuidar, e a fragilização da família em tempos de crise. Paradoxo este gerador de uma nova desigualdade entre aqueles que gozam da proximidade familiar e aqueles que não possuem tal vínculo social.

O trabalho de Carolina Rojas Lasch, “Sexuación y subjetivación en las prácticas de asistencia en Chile”, nos mostra as novas formas de gestão das vulnerabilidades sociais no Chile contemporâneo e o lugar de destaque em que foram colocadas as famílias, em sua heterogeneidade, para pôr em prática um modelo de política social focalizado. A autora resolve metodologicamente seu estudo a partir de uma aproximação etnográfica das formas de intervenção domiciliar dos programas sociais e procura explicar como as políticas atuais reconfiguram de forma sexuada as dinâmicas familiares entre os beneficiários. A análise centra-se em três atos/dispositivos das políticas sociais chilenas atuais, e que têm a ver com focalizar, transferir e visitar. A autora mostra como essas formas de intervenção do Estado influenciam as relações de gênero no seio das famílias. E indica com precisão as maneiras como a assistência social e o Estado adquirem legitimidade para penetrar nos lares vulneráveis e influenciar as dinâmicas domésticas e no âmbito da intimidade. Ela também problematiza a utilização das mulheres nos programas sociais, o enfraquecimento da conciliação entre trabalho doméstico e extradoméstico feminino e a ausência de um referencial de corresponsabilidade nas tarefas do cuidado. O artigo mostra como as atuais políticas legitimam a assistência à mulher como cuidadora e tornam invisível a vulnerabilidade masculina. Esse seria um problema ao mundo do trabalho e, portanto, da seguridade social. Com isso, reforçam-se os processos de feminização da assistência social e do cuidado dentro das famílias que são objeto da política social.

O artigo de Edith Carrillo Hernández e Elba Karina Vázquez-Garnica, “Emociones de ancianos beneficiarios de programas sociales en metrópoli de Guadalajara”, analisa as formas de significação e as emoções das pessoas idosas que experimentam cotidianamente a vulnerabilidade

social com relação aos programas sociais dos quais são beneficiárias. As autoras se aproximam do seu objeto de estudo por uma abordagem etnográfica e analisam as formas como os programas sociais de governo influenciam as condições de bem-estar emocional e social das pessoas idosas, assim como sua posição dentro das famílias. Os achados indicam que, apesar de as transferências econômicas serem ainda incipientes, idosas e idosos conseguem se posicionar, em alguns casos, com mais capacidade de ação e autonomia com relação às situações de desvantagem que enfrentam cotidianamente. As autoras destacam a relevância do acompanhamento psicossocial das pessoas idosas, bem como de seus cuidadores, de modo a se formularem programas que incluam outros componentes além das transferências econômicas e que tornem visível a necessidade de formas de corresponsabilidade social de longo prazo.

O artigo de María Julieta Oddone, “Ancianas cuidadoras, redes y estrategias en el uso de programas sociales”, analisa detidamente os cenários e as práticas do cuidado que mulheres idosas dedicam a familiares muito mais velhos e com uma ou mais doenças, implicando diferentes níveis de dependência. A autora realizou um estudo centrado no paradigma qualitativo e entrevistou com profundidade familiares-cuidadores que recebem apoio de programas sociais devido às suas tarefas próprias de cuidado. A indagação centrou-se em caracterizar as estratégias desenvolvidas pelos familiares cuidadores para satisfazer as demandas do idoso dependente, bem como os apoios derivados de programas sociais e das redes de ajuda relacionadas à prática do cuidado. Oddone analisa as repercussões físicas e emocionais que as tarefas do cuidado produzem naqueles que as realizam cotidianamente. Ela também chama a atenção para o uso que se faz dos programas de tipo assistencial e preventivo e para as aprendizagens obtidas através de cursos existentes para famílias cuidadoras e o fortalecimento das relações intergeracionais para diminuir o peso do cuidado. A autora conclui advertindo sobre a necessidade de criar programas sociais integrais que apoiem tanto os que precisam de cuidados como os que os oferecem, através de chaves complexas que permitam decifrar o caráter recíproco do ato de cuidado.

No trabalho realizado por Rocío Enríquez Rosas, “Feminización y colectivización del cuidado en la vejez en México”, analisa-se a problemática do cuidado da perspectiva de mulheres beneficiárias de programas sociais. A metodologia utilizada centra-se no paradigma construcionista e utilizam-se aproximações qualitativas. Os achados indicam a intersecção complexa, a partir da análise do cuidado, entre os processos de precarização/empobrecimento no meio urbano e os processos demográficos de envelhecimento populacional, bem como a fragmentação e insuficiência das políticas e programas destinados à população idosa. Destaca-se a imprescindível coletivização do cuidado através de relações complementares entre as instituições estatais e sua função

de proteção social includente, o mercado e sua necessária regulação, a sociedade civil e suas organizações, assim como as famílias em sua heterogeneidade e a partir de um novo contrato de gênero que redistribua as cargas de cuidado a partir do princípio da equidade.

O artigo de Yumi Garcia dos Santos, “Família, trabalho e religião das mulheres assistidas em São Paulo”, baseia-se em uma pesquisa de campo realizada com mulheres da periferia da cidade de São Paulo assistidas pelos novos programas de saúde e assistência às famílias. A autora problematiza a perspectiva desses programas, por dependerem da disposição das mulheres de se mobilizarem em prol de sua concretização. No entanto, apesar de as mulheres cumprirem um papel-chave no sucesso dos novos programas sociais brasileiros, pouco se conhece sobre as mulheres assistidas enquanto indivíduos que possuem valores e subjetividades próprios. Sistematizando as trajetórias de sete mulheres assistidas, a autora procurou apreender as realidades construídas em seus relatos, baseadas na vida cotidiana, articulando as experiências e visões de mundo em torno do casamento, da formação da família, da educação dos filhos, do trabalho e da religião. A autora revela que, em um contexto onde o acesso ao trabalho é dificultado para essas mulheres, ora por falta de qualificação, ora por falta de apoio de seus companheiros, alguns setores vêm lhes oferecer “um espaço legítimo da fala e da escuta”, ainda que não sejam locais onde as relações sociais de gênero possam se reverter. Pelo contrário, são espaços que reproduzem as relações sociais de gênero baseadas na divisão sexual do trabalho, conservando a “moral dos pobres”. A religião, principalmente de cunho carismático, é o setor que surge espontaneamente na fala das mulheres, significando um local onde encontram respaldo para um certo grau de agência e “docilização dos homens”. Embora não aconteça com a mesma intensidade que a religião, a assistência fornece também um lugar de atuação feminina.

Para finalizar, gostaríamos de expressar nossos agradecimentos a todos os membros do Projeto Latinassist com quem desenvolvemos, ao longo de mais de três anos, profficuas discussões tanto sobre a questão da assistência e da família como a questão político-institucional dos novos programas sociais e a metodologia de pesquisa. Agradecemos igualmente aos colaboradores e colaboradoras do Projeto com quem tivemos ricas interlocuções, pontualmente ou de modo contínuo, que nos permitiram amadurecer nossas reflexões. Finalmente, somos gratas à equipe editorial de *Cadernos de Pesquisa*, que acolheu este dossiê bilíngue com interesse e abertura, oferecendo-nos a oportunidade de divulgar a escassa literatura sobre gênero e a nova assistência na América Latina.

YUMI GARCIA DOS SANTOS
yumigds@uol.com.br

ROCÍO ENRÍQUEZ ROSAS
rocioe@iteso.mx

TEMA EM DESTAQUE

<http://dx.doi.org/10.1590/198053142869>

GÉNERO Y TRABAJO: PERSPECTIVAS SOBRE UN PROGRAMA DE EMPLEO

ANIA TIZZIANI

RESUMEN

En este artículo será analizada la puesta en práctica de un programa de capacitación y empleo dirigido a trabajadoras domésticas en un Municipio del Área Metropolitana de Buenos Aires. Prestaremos especial atención a la manera en que las inequidades de género son problematizadas en el marco de esta iniciativa pública. En efecto, veremos que una de sus características es que busca generar una reflexión en torno al carácter sexuado de la ocupación, la desvalorización del trabajo doméstico y se propone desnaturalizar los roles femeninos tradicionales. Sobre la base de un estudio cualitativo, estudiaremos las características del programa y la perspectiva de género que adopta, su funcionamiento y las prácticas y apropiaciones de las beneficiarias.

POLÍTICA SOCIAL • GÉNERO • TRABAJADORAS DOMÉSTICAS •
ARGENTINA

GENDER AND WORK: PERSPECTIVES ABOUT A WORK PROGRAM

ABSTRACT

The implementation of a training and work program for female domestic workers in a municipality of the metropolitan area of Buenos Aires is analysed with focus on how gender inequity issues are discussed in this context. The program aims to provoke a reflection regarding gender-related employment characteristics, the devaluation of domestic work, and to denaturalize the traditional female roles. The characteristics of the program and the gender perspective it adopts, as well as its functioning, practices and representations will be analyzed here based on a qualitative study.

SOCIAL POLICY • GENDER • FEMALE DOMESTIC WORKERS • ARGENTINA

GÊNERO E TRABALHO: PERSPECTIVAS SOBRE UM PROGRAMA DE EMPREGO

RESUMO

Neste artigo será analisada a implementação de um programa de capacitação e emprego destinado a trabalhadoras domésticas em um município da área metropolitana de Buenos Aires. Prestaremos especial atenção à maneira como as inequidades de gênero são problematizadas no contexto dessa iniciativa pública. Veremos que uma das suas características é provocar uma reflexão a respeito do caráter sexuado da ocupação, da desvalorização do trabalho doméstico, visando a desnaturalizar os papéis femininos tradicionais. Sobre a base de um estudo qualitativo, estudaremos as características do programa e a perspectiva de gênero que adota, seu funcionamento, bem como as práticas e representações.

POLÍTICA SOCIAL • GÊNERO • TRABALHADORAS DOMÉSTICAS •
ARGENTINA

EN LA ARGENTINA DE LA ÚLTIMA DÉCADA, las políticas activas de empleo constituyeron uno de los ejes centrales de las iniciativas públicas. Sobre la base de un diagnóstico que daba cuenta de la evolución favorable del mercado de trabajo desde el año 2003, el gobierno nacional se propone transformar las políticas asistenciales –que habían sido prioritarias en el país en el período inmediatamente posterior a la crisis de 2001– en políticas activas de empleo. En ese contexto se crean, en el año 2004, los *Seguros de Capacitación y Empleo* (SCyE), con el objetivo de asistir a los trabajadores desocupados en su inserción en el mercado de trabajo y facilitar la actualización de sus competencias laborales (NEFFA, 2011).

En el marco de los SCyE, se implementan algunos programas focalizados sobre categorías de trabajadores definidas como particularmente vulnerables. Es el caso del *Programa de Profesionalización del Trabajo en Casas Particulares y otros Servicios Personales y Sociales*, creado en el año 2008 por el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social (MTEySS). El objetivo de esta iniciativa pública es “jerarquizar” y “profesionalizar” esta ocupación, una de las principales fuentes de empleo femenino urbano para mujeres de bajos ingresos. En efecto, la experiencia de los Planes de Jefas/es de Hogar Desocupadas/os (PJHD), daba cuenta del peso de esta ocupación entre las mujeres pertenecientes a los sectores más desfavorecidos. La mayoría de los trabajadores desempleados incorporados al PJHD eran mujeres (un 70%), que se había desempeñado en empleos no registrados y cuyas posibilidades

de insertarse en el mercado de trabajo formal eran mucho más bajas que las de los hombres: del conjunto de los beneficiarios que accedía a un empleo formal, 66% eran hombres y 34% mujeres. En 2006, al menos 50% de las beneficiarias de los PJHD había declarado el servicio doméstico como su inserción laboral principal o secundaria (GOLBERT, 2006).

Esta ocupación, que agrupaba en 2010 15% de las asalariadas a nivel nacional es, al mismo tiempo, una de las más desfavorecidas del mercado de trabajo argentino. El nivel de los salarios es uno de los más bajos, situando a esta categoría entre los grupos con los menores ingresos individuales (75% de estas trabajadoras se ubican en el primer quintil de ingresos). Por otra parte, en ese mismo año, 85% de las empleadas domésticas no estaba declarada en las instituciones de la seguridad social (CONTARTESE, 2010). Este programa de profesionalización acompaña una serie de iniciativas que, desde hace más de una década, dan cuenta de una mayor visibilidad pública de las problemáticas ligadas a este sector históricamente relegado y se propone mejorar las condiciones de trabajo en la ocupación.¹

El programa está específicamente dirigido a mujeres desocupadas, que hayan tenido alguna experiencia en el servicio doméstico a lo largo de sus trayectorias laborales. Cuando se inscriben en el programa, las participantes acceden a los beneficios de la seguridad social y a una prestación monetaria. Como contrapartida, se comprometen a realizar una búsqueda de empleo (a través de las oficinas de empleo municipales) y actividades de formación y capacitación. Algunas de estas formaciones están vinculadas con las actividades del servicio doméstico y los cuidados, y otras con sectores considerados afines, como la gastronomía y la hotelería. De la misma manera, el programa brinda financiamiento y apoyo técnico para la organización de cursos de formación profesional ligados al sector, a través de acuerdos firmados con diferentes instituciones (sindicatos de trabajadoras domésticas, municipios y asociaciones).

Sobre base de un estudio cualitativo localizado en uno de los centros de capacitación financiados por el programa, este artículo se propone analizar el funcionamiento de los cursos de capacitación ligados al empleo doméstico y las prácticas y apropiaciones de las beneficiarias. Se interroga, en particular, sobre la manera en que las inequidades de género son concebidas y problematizadas en el marco de esta iniciativa pública. Como en otros países de la región, en la Argentina, la inclusión de una perspectiva de género en las políticas sociales ha sido muy escasa. En ese marco, el programa que nos interesa constituye una excepción. En efecto, veremos que una de las características de estas formaciones para trabajadoras domésticas es que buscan generar una reflexión en torno a las cuestiones de género, el carácter sexuado de la ocupación, la desvalorización del trabajo doméstico y se proponen desnaturalizar los roles femeninos tradicionales. ¿Cómo se integra la problematización de estas cuestiones dentro del funcionamiento del programa? ¿Cuáles

¹ Entre las medidas más importantes, se destacan la sanción de una nueva legislación laboral del trabajo doméstico remunerado y un programa de formalización del trabajo en el sector, basado en la simplificación del registro de las trabajadoras e incentivos impositivos para los empleadores. Sobre los efectos de estas medidas en el sector, ver Pereyra (2012).

son las valoraciones, usos y apropiaciones de las formaciones por parte de las beneficiarias? ¿Cómo se articula esta reflexión respecto de las desigualdades de género con sus experiencias cotidianas? ¿Cuáles son los acuerdos, diferencias o conflictos en torno a estas cuestiones entre participantes e intermediarios de este programa?

Para responder a estas interrogaciones, en la primera sección presentaremos brevemente algunas características de esta iniciativa pública y la perspectiva de género adoptada por las funcionarias responsables del diseño del programa en el marco del MTEySS. En la segunda sección, nos interesa analizar el funcionamiento de los cursos de capacitación vinculados al servicio doméstico. Prestaremos especial atención a las prácticas y concepciones de las beneficiarias en relación con las formaciones, así como sus interacciones con las docentes. Este análisis será puesto en relación con las trayectorias laborales y las situaciones familiares de las participantes, que son, desde nuestra perspectiva, centrales para dar cuenta de la manera en que conciben su participación en los cursos y la problematización de las inequidades de género propuesta por el programa.

Las reflexiones que siguen están basadas en un trabajo de campo realizado entre 2011 y 2012, principalmente en uno de los centros de capacitación para trabajadoras domésticas, creado por un municipio del Área Metropolitana de Buenos Aires, con el apoyo y la financiación de este programa del MTEySS. Luego de una serie de entrevistas realizadas con las funcionarias responsables del programa a nivel nacional, nos interesó acceder a su puesta en práctica a nivel local y al desarrollo de las formaciones profesionales. En dicho centro de formación, realizamos entonces entrevistas con las responsables de los diferentes cursos vinculados al servicio doméstico (cocina y cuidados de niños en particular) y con quince beneficiarias que participaban en ellos. También realizamos observaciones participantes sistemáticas del curso de cuidado de niños durante los tres meses de su duración, que fueron registradas en un diario de campo. Los datos obtenidos durante este trabajo de campo abarcan diversos ejes que intentamos articular en las reflexiones que siguen, en particular: el funcionamiento, la dinámica y los contenidos de los cursos; las interacciones entre docentes y participantes; las trayectorias familiares, laborales y educativas de las beneficiarias.

2

Se trata del manual *Trayecto Formativo: Servicios en casas particulares. Material de Apoyo para la formación del personal de casas particulares*, Buenos Aires, MTEySS (2010), elaborado con el apoyo de un proyecto sobre estrategias de género en los servicios públicos de empleo, financiado por el Banco Interamericano de Reconstrucción y Fomento (BIRF).

LA “CENICIENTA DE LAS POLÍTICAS DE EMPLEO”

Esta sección está basada en las entrevistas llevadas a cabo con las funcionarias que intervienen en la implementación del programa en el MTEySS y en un manual elaborado con el objetivo de “estandarizar” y guiar las formaciones ligadas al empleo doméstico.² Pudimos constatar, al menos en los cursos de formación dictados en el centro de capacitación donde realizamos el

trabajo de campo, que las formadoras utilizan ese manual, entre otros materiales, en la preparación y el dictado de los cursos.

Según los datos brindados por el MTEySS, entre el año 2008 y 2011, cerca de 10.000 beneficiarias participaron del *Programa de Profesionalización del Trabajo en Casas Particulares y otros Servicios Personales y Sociales*. En ese mismo período, se financiaron 400 proyectos de formación, principalmente en el Área Metropolitana de Buenos Aires, a través de acuerdos firmados con diferentes municipios, sindicatos de trabajadoras domésticas, asociaciones de orientación religiosa, etc. El 70% de las beneficiarias participó en formaciones ligadas al empleo doméstico y el cuidado de personas (limpieza general del hogar, cocina, cuidados de niños y adultos mayores). El resto de las participantes se inscribió en formaciones vinculadas con diversos servicios: turísticos, estéticos, textiles, de gastronomía o jardinería.

Según las funcionarias que llevan adelante el programa a nivel nacional, no se trata de una iniciativa prioritaria para el MTEySS, sino más bien, en sus propias palabras, de “la cenicienta de las políticas de empleo”. Ello responde a diferentes factores. Por un lado, la invisibilidad y la desvalorización social que caracterizan el empleo doméstico (y más generalmente el trabajo doméstico), afectan también las iniciativas públicas dirigidas a esta ocupación. Por otro lado, el programa recibió diversas críticas al interior del MTEySS, en el sentido de que contribuiría a reproducir las desigualdades más que a reducirlas. Una formación profesional en actividades del servicio doméstico, dirigida a mujeres pobres, podría reforzar la segregación por género y nivel socioeconómico del mercado de trabajo, que las encierra en ocupaciones precarias y mal remuneradas en las que ya son mayoritarias.³ En estas perspectivas, las mujeres que se insertan en el servicio doméstico no lo hacen por su propia voluntad, sino por las restricciones que plantea un mercado de trabajo segmentado y discriminatorio.

Esta caracterización del trabajo en el sector como una opción no voluntaria ha sido destacada por numerosos estudios sobre esta forma de empleo en América Latina. Betânia Ávila señala, para el caso de Brasil, que lejos de elegir el servicio doméstico, las trabajadoras “son conducidas” a esa ocupación por los límites que imponen las estructuras de clase, patriarcales y étnicas de ese país. El empleo doméstico se sitúa como el más próximo en el horizonte de posibilidades de las mujeres provenientes de sectores pobres, presentándose como la oportunidad más concreta para aquellas que cuentan con escasa educación formal, o se trasladan de zonas rurales y de países limítrofes hacia las periferias de las grandes ciudades. Este horizonte es pensado por las trabajadoras como una estrategia temporaria que corresponde a un momento del ciclo de vida, y es generalmente seguida por la búsqueda de otra condición de trabajo, a la que sin embargo no todas acceden (ÁVILA, 2008, p. 67).

3

Como en la mayoría de los países de América Latina, en la Argentina el servicio doméstico absorbe típicamente fuerza de trabajo femenina de bajos ingresos. A fines del año 2010, las empleadas domésticas representaban más de 15% del conjunto de las mujeres ocupadas y 42% de las mujeres ocupadas pertenecientes al quintil de ingresos más bajos de la población (PEREYRA, 2012, p. 169).

Sin desconocer estos argumentos, la perspectiva de las funcionarias que intervienen en la implementación del programa es más pragmática. En 2011, en Argentina, cerca de un millón de mujeres se insertan en el servicio doméstico; para esas trabajadoras, la formación profesional es concebida como una herramienta que contribuiría a mejorar su posición en el mercado de trabajo. En sus discursos, la obtención de un diploma, expedido por una institución oficial, les permitiría acceder a puestos de trabajo con condiciones laborales y salariales más favorables dentro del sector y fortalecería su capacidad de negociación frente a sus empleadores. También les permitiría iniciar estrategias de movilidad profesional hacia sectores afines, más valorizados y con remuneraciones más altas.

Pero sobre todo, desde su perspectiva, la existencia de una formación profesional ligada al empleo doméstico contribuiría a revalorizar el conjunto de la actividad. La idea de “profesionalización” implica que el ejercicio de la ocupación exige la adquisición de una serie de saberes y de técnicas específicos: desde el manejo de herramientas y equipos de cierta complejidad, hasta el desarrollo de diferentes competencias de comunicación y relacionales. La profesionalización cuestionaría entonces la concepción que define esas competencias como saberes femeninos “innatos”, asociados a los roles familiares tradicionales, en particular a la maternidad (ARGENTINA, 2010, p. 58).

Para insistir en este objetivo de desnaturalizar la asociación de esta ocupación con los roles tradicionales femeninos, el programa prevé, al principio de todas las formaciones, encuentros dedicados a la discusión del carácter sexuado del trabajo doméstico. En efecto, tanto en el plan formación propuesto por los manuales, como en los cursos que pudimos observar, se dedican dos encuentros a la discusión de las “cuestiones de género”. En esos encuentros, las formadoras y las participantes analizan los conceptos de “sexo” y “género”, los diferentes roles y actividades atribuidos a hombres y mujeres, la división sexual del trabajo y sus consecuencias.

Las actividades propuestas en estos encuentros buscan movilizar la experiencia cotidiana de las participantes: discusión en torno a los empleos actuales o anteriores de los miembros de sus familias (hombres y mujeres), así como a algunas ideas comunes sobre características definidas como femeninas o masculinas (“los hombres no lloran/las mujeres son sensibles”). Esas discusiones buscan develar la construcción cultural de esos estereotipos de género y su peso en la inserción de las mujeres en el mercado de trabajo. Tratan de poner en evidencia el vínculo estrecho entre el rol tradicional de las mujeres en sus hogares y su posicionamiento en el mercado de trabajo. El manual sugiere, por ejemplo, a las formadoras, concluir esos encuentros “explicando que históricamente las mujeres se han desempeñado en los trabajos que más se parecen a las actividades que realizan para sus familias. Por ejemplo, alimentar, cuidar, educar, proteger. Es así que habitualmente han ocupado los trabajos de enfermeras, docentes, cocineras, cuidadoras. Existen

así actividades que se consideran típicamente femeninas. En su mayoría se han caracterizado por tener una menor jerarquía, menor remuneración y, en muchos casos, condiciones laborales precarias. Un ejemplo de esto es el trabajo en el servicio doméstico” (ARGENTINA, 2010, p. 43).

En efecto, tal como lo destacan el manual y las formaciones, el mercado de trabajo argentino presenta una marcada segmentación por género. Según los datos del año 2012, el empleo doméstico es una ocupación altamente feminizada (en un 98,5%), junto con la enseñanza (76%) y los servicios sociales y de salud (63%). Las mujeres son, en cambio, minoritarias en la industria (30%), en las actividades agrícolas (11%) y de la construcción (2%). Las mujeres se ven, asimismo, más afectadas que los hombres por el desempleo, el subempleo horario, la precariedad y la informalidad laboral (ARGENTINA, 2013).

Desde la perspectiva de esta formación, la separación de los roles que las participantes cumplen en la organización familiar y en el mercado de trabajo contribuiría a mejorar sus situaciones laborales. La “separación entre la familia y el trabajo” sería en efecto una condición de posibilidad tanto del ejercicio de las actividades del servicio doméstico de manera profesional, como de las estrategias de movilidad hacia otros sectores. No es porque las participantes son madres, esposas, hijas, hermanas o tías, responsables de las tareas domésticas en sus hogares, que están “naturalmente” formadas para trabajar en el servicio doméstico. La actividad profesional exige, en cambio, la adquisición de competencias técnicas y relacionales que son “transversales”, esto es, que pueden también ser aplicadas a toda una “familia de oficios” que se ejercen fuera de los hogares particulares (de “auxiliar de limpieza en establecimientos” a “prestadora de servicios recreativos”), extendiendo así el horizonte de inserciones laborales posibles para las beneficiarias.

De esta manera, en el caso de este programa, las beneficiarias no son interpeladas a través de sus roles familiares sino, antes que nada, en tanto mujeres, afectadas por la segregación de género del mercado de trabajo. Son interpeladas, en segundo lugar, en tanto trabajadoras desocupadas, que buscan mejorar sus horizontes de inserción laboral. En este sentido, el programa iría a contracorriente de las tendencias “maternalistas” y “familialistas” que caracterizan la mayoría de las políticas de lucha contra la pobreza en la Argentina. Esas tendencias subrayan la importancia del rol de las familias y, en particular, de las madres beneficiarias en tanto portadoras y mediadoras de las políticas sociales (CORTÉS, 2011). Este “paradigma maternalista” no es exclusivo de la Argentina sino que caracteriza las políticas sociales de la región y se vio reforzado, desde los años 90, por la multiplicación de programas focalizados de transferencias condicionadas de ingresos, que tendieron a reafirmar el papel de las mujeres como articuladoras directas entre el Estado y las familias (PROVOSTE FERNÁNDEZ, 2012, p. 14).

EL DESARROLLO DE LOS CURSOS DE FORMACIÓN PROFESIONAL

El centro municipal de formación para trabajadoras domésticas en el que realizamos nuestro trabajo de campo está situado en un municipio de la zona oeste del Gran Buenos Aires y fue inaugurado en el año 2009. Según las funcionarias municipales que lo llevan adelante, durante los dos primeros años de funcionamiento se dictaron 19 cursos, que contaron en promedio con unas veinte participantes. En 2012, en el momento en que realizamos nuestro trabajo de campo, ofrecía dos cursos: en cocina y en cuidados de niños. El primero contaba con 30 mujeres inscriptas y 20 participantes regulares. El curso de cuidados de niños en el que participamos, contaba con 13 inscriptas, pero sólo 6 u 8 mujeres asistían de manera regular. Este curso, como el de cocina, duraba tres meses y se dictaba dos veces por semana, en el horario de 18 a 21 horas. Los horarios nocturnos eran muy valorados por las participantes. Esto se debe a que, aunque el programa está dirigido a mujeres desocupadas, casi todas las beneficiarias estaban vinculadas con el mercado de trabajo. En el caso del curso de cuidados de niños, la mayoría se desempeñaba “en negro” (es decir, en empleos no registrados), en el servicio doméstico, en general en la modalidad de trabajo “por horas”.

4 Laura tenía 43 años en el momento en que la conocí, en el curso de cuidados de niños, vivía con sus tres hijos, de entre 20 y 16 años. En ese momento estaba desempleada y buscando un empleo “en lo que salga”, según sus palabras. Había tenido una trayectoria laboral que incluía diversas ocupaciones (desde empleada doméstica a vendedora en tiendas de ropa) y largos períodos de inactividad.

5 Norma tenía 50 años en el momento en que realizamos las entrevistas y vivía con su madre. Sus dos hijos de 27 y 25 años viven y trabajan en Capital Federal. Ella trabajó durante muchos años cuidando a personas mayores. Cuenta que desde hace unos años tiene menos trabajo y que además quiere “buscar otra cosa”.

6 Cecilia tiene 32 años, viene seguido al curso de cuidado de niños con una de sus hijas, Matilda, de 7 años, porque no tiene quien se quede con ella. Vive con su marido, que trabaja en actividades de construcción. Ella trabajó muchos años como cocinera en casas de familia, pero también en restaurantes y geriátricos.

7 Silvia tiene 51 años, vive sola, no lejos de uno de sus hijos que construyó una casa en el mismo terreno que ella. Tiene una larga trayectoria laboral en el servicio doméstico, sobre todo en tareas de limpieza y cuidando niños. En el momento en que la conocí, en el curso de cuidados de niños, trabajaba a medio tiempo en la limpieza de un edificio.

Pese a que todas las participantes del curso de cuidados de niños tenían experiencias de trabajo en el servicio doméstico (por sus inserciones laborales actuales o anteriores), éste no aparece, en sus discursos, como un horizonte deseable de inserción laboral. En efecto, el objetivo de construcción de una carrera profesional en el sector, tal como lo propone el programa, no parecía formar parte de los proyectos y aspiraciones de las participantes. Al comentar sus búsquedas de empleo, suelen mencionar otras ocupaciones, como en el caso de Laura⁴ y Norma,⁵ que estaban inscriptas en un concurso público para acceder a puestos de encargadas o cocineras en escuelas dependientes del municipio. Es también el caso de Cecilia,⁶ que seguía en paralelo una formación de jardinería en un vivero municipal, donde esperaba ser contratada.

En la mayoría de los discursos de las mujeres que participan en la formación, sus experiencias de trabajo en el servicio doméstico las llevaban a cuestionar la posibilidad de desarrollar una actividad profesionalizada en el sector. Así, a lo largo del curso, las sugerencias de la formadora que irían en el sentido de un ejercicio profesional de estas actividades, son frecuentemente contrastadas con las situaciones concretas de trabajo que las participantes vivieron a lo largo de sus trayectorias laborales:

Ilda [formadora] trata de definir el rol de la niñera diferenciándolo del de la empleada doméstica, habla de la necesidad de saber poner límites: “si las contratan para cuidar chicos, es para cuidar chicos, no para limpiar”. Silvia⁷ [una de las participantes] la interrumpe y cuenta que, unos años antes, la habían contratado para cuidar dos

nenas mellizas de tres años, pero que enseguida su empleadora le pidió que hiciera tareas de limpieza “un día te pide que pases el trapo de piso, otro día que limpies el baño... es muy difícil decir que no”. (Diario de campo, 24/05/2012)

Ilda comenta que las responsabilidades de la niñera deben ser definidas por sus empleadores desde el primer día de trabajo. Dice, por ejemplo, que la niñera tiene que evitar salir de la casa con los chicos que cuida porque eso implica una responsabilidad muy grande. Puede suceder que los empleadores lo pidan, pero en ese caso, les sugiere pedir una autorización escrita y firmada. Carmen⁸ [una de las participantes] comenta “¡pero si no les importa!”. Cuenta que la semana pasada tenía que acompañar los tres chicos que cuida a la casa de su tía y que uno de ellos salió corriendo y cruzó la calle solo. Esa noche, habló con su empleadora del tema: “me contestó, tenés que tener cuidado, agarrarlo de la mano”, ¿cómo hago con tres chicos? (Diario de campo, 31/05/2012)

Como sugieren las transcripciones anteriores, a lo largo de las formaciones el objetivo de profesionalización que propone el programa es confrontado al funcionamiento del mercado de trabajo del servicio doméstico, que las participantes conocen en general muy bien. Un sector poco especializado, con niveles muy elevados de informalidad, donde dimensiones importantes de la experiencia de trabajo de las empleadas (remuneraciones, horarios y tareas, intensidad del ritmo de trabajo, etc.) dependen de una negociación personalizada e individualizada con los empleadores. Una negociación atravesada por la profunda desigualdad de las situaciones económicas y sociales de los actores que pone en contacto esta relación laboral (PEREYRA; TIZZIANI, 2013).

La asimetría de la relación entre empleadas y empleadores del servicio doméstico ha sido destacada por numerosos estudios como una de las características más específicas de esta forma de empleo. En los países latinoamericanos en los que el servicio doméstico tiene una extensión significativa y una larga historia, constituye una de las vías más paradigmáticas de contacto entre clases sociales diferentes (BRITES, 2001). En tanto tal, ha sido analizado como un lugar crítico para la reproducción de las diferencias y las desigualdades sociales (CHANEY; GARCÍA CASTRO, 1992; KOFES, 2001; ROMERO, 2002 entre otras autoras). Como sugiere el estudio de Judith Rollins (1985), las interacciones cotidianas entre empleadas y empleadores del servicio doméstico movilizan criterios más amplios de construcción de las jerarquías sociales, basadas en las estructuras de género, clase y etnicidad. Incluyen asimismo prácticas de inferiorización y subordinación de las trabajadoras (diferenciación o restricción en el consumo de alimentos, delimitación estricta del espacio

⁸ Carmen tiene 22 años, soltera, sin hijos. Trabaja a tiempo completo en el servicio doméstico, en tareas de limpieza y cuidando a tres niños. Además del seguro de capacitación y empleo, participa de un programa de “terminalidad educativa” (estos es, de reinserción en la educación formal), donde prepara las materias que le faltan para terminar el colegio secundario.

de la empleada dentro de la vivienda del empleador, etc.) que justifican, desde la perspectiva de los empleadores, el escaso valor atribuido al trabajo de las empleadas, al tiempo que refuerzan su propia posición dominante (ROLLINS, 1985, p. 203).

Las dificultades, y también los cuestionamientos, que plantea esta relación asimétrica con quienes las contratan aparecen de manera recurrente en los discursos de las participantes en los cursos. En los relatos sobre sus intercambios cotidianos con sus empleadores, sobre el ejercicio de sus tareas, sobre situaciones conflictivas, peleas o renunciaciones abruptas a algún puesto de trabajo, esta dimensión suele estar presente:

Silvia [una participante del curso de cuidados de niño] habla de su relación con una “viejita” de 90 años, para quien trabajó durante dos años y con la que se llevaba muy mal. La contrataron para que trabajara tres horas a la mañana, acompañando a la mujer y cocinando el almuerzo, pero la mujer le pedía que se ocupara también de la limpieza. Cuenta que un día la casa se llenó de abejas y tuvieron que llamar al fumigador. Su empleadora se fue a la casa de su hijo, pero le pidió a ella que se quedara: “ella se fue porque decía que el veneno era tóxico, pero quería que yo me quedara a limpiar!”. (Diario de campo, 19/04/2012)

Ilda [formadora] habla de cómo organizar las comidas, según las etapas de crecimiento de los chicos que cuidan. En todos los casos, les sugiere a las participantes que pregunten, al principio de la relación laboral, horarios y costumbres a los empleadores y dice que lo más probable es que tengan que comer con los chicos. Marlén⁹ se ríe y comenta: “A mí, una [empleadora] me dijo una vez que era mejor que no me quedara a almorzar, iporque le salía muy caro darme de comer! (Diario de campo, 24/05/2012)

En el caso de este programa de formación, como lo constata igualmente Mary Goldsmith (2007) al analizar diversos programas de formación en el servicio doméstico en otros países de América Latina, los efectos tienden a ser ambiguos. Por un lado, estas formaciones contribuyen a instalar la concepción del empleo doméstico como una ocupación que requiere competencias y saberes específicos, que no son “innatos” a las mujeres sino que deben ser adquiridos y valorados. Por otro lado, incluso las trabajadoras mejor formadas se insertan en un mercado de trabajo desfavorable y profundamente discriminatorio (GOLDSMITH, 2007).

⁹ Marlén tiene 24 años, vive con su pareja y su hijo de dos años y una hija de su pareja de un matrimonio anterior. Desde hace tres años trabaja como empleada doméstica “por horas”, principalmente en tareas de limpieza.

FORMACIÓN PROFESIONAL, ASIGNACIONES MONETARIAS Y ORGANIZACIÓN FAMILIAR

En los discursos de las beneficiarias, más que la posibilidad de construir una carrera profesional en el servicio doméstico, la formación es concebida, antes que nada, como la contrapartida de la participación en el programa, lo que les permite acceder a la prestación monetaria. El monto de las asignaciones monetarias depende de diferentes factores pero se sitúa, globalmente, entre los 275 y los 450 pesos.¹⁰ El programa ofrece además incentivos de 150 pesos por cada curso de formación finalizado y aprobado. Esas sumas, si bien reducidas, representaban entre 30 y 50% del salario promedio de las empleadas domésticas no registradas (mayoritarias en esta categoría de trabajadoras), que alcanzaba los 850\$ en 2011 (PEREYRA, 2012). Silvia, por ejemplo, una de las participantes del curso de cuidado de niños, se desempeñaba en un puesto no registrado, a medio tiempo, en la limpieza de un edificio, por un salario de \$1.000. La asignación que cobraba por el seguro de capacitación y empleo al que accedía a través de la participación en el programa equivalía al 40% de sus ingresos mensuales.

Como en el caso de Silvia, las asignaciones monetarias suelen tener un peso importante en los ingresos de las participantes. Y se trata, en general, de ingresos que no son concebidos de manera individual, sino en el marco de los presupuestos familiares. En efecto, la participación en este programa se inserta en un conjunto heterogéneo de estrategias de generación de recursos (como el trabajo “en negro”, los pequeños emprendimientos o la inscripción en paralelo a otros programas sociales), que están fuertemente imbricadas a las dinámicas familiares en las cuales se integran las participantes. En la trayectoria de Eli, una de las participantes del curso de cuidados de niños:

Eli tiene 19 años y una beba, Queila, de seis meses. Empezó un curso de costura en el centro de formación de actividades textiles¹¹ cuando su hija tenía cuatro meses. Hace unas semanas se mudó con su compañero, Jorge, a la casa de sus suegros, en Caseros. Como el viaje era muy largo hasta el centro donde seguía el curso de costura, se pasó al curso de cuidados de niños, cerca de su nueva casa. Me cuenta que Jorge se quedó sin trabajo hace tres meses. Es por eso que, aunque su hija es muy chica, ella se inscribió en el programa de formación para poder acceder a la prestación monetaria. Su pareja tiene 25 años y trabajaba desde hacía un año en una fábrica de herrajes, en el barrio de Palermo. Eli dice que allí tenía un buen salario: “cobraba 700 pesos por semana, con eso estábamos bien”. Ahora es él quien cuida a la nena cuando ella asiste a los cursos de capacitación, mientras busca otro trabajo. El padre de Eli, que trabaja en la fábrica embotelladora de *Speed*, en Morón, está

¹⁰ Entre 35 y 55 dólares estadounidenses aproximadamente al cambio oficial de principios de 2014. Esa moneda cotizaba en torno de los 8 pesos argentinos.

¹¹ También dependiente de un programa de formación en “Oficios populares femeninos” llevado adelante por el mismo municipio.

tratando de hacerlo entrar. Eli vive con sus suegros, pero, junto con su pareja, está construyendo una casa en el mismo terreno. Ahora que Jorge se quedó sin trabajo se atrasó la construcción, pero su madre les consiguió unos materiales para terminar el techo y poder mudarse pronto. (Diario de campo, 11/06/2012)

Como en el caso de Eli, las redes familiares en las que las participantes se inscriben son cruciales en la organización de sus vidas cotidianas: en las estrategias de generación de recursos, de organización de las responsabilidades domésticas y de cuidados, de alojamiento y de inserción en el trabajo. Diferentes estudios han destacado este rol central de las redes familiares en la organización de la vida cotidiana de los sectores populares en los países latinoamericanos. Como muestran los análisis de Claudia Fonseca para el caso de Brasil, frente a condiciones de vida muy precarias, las actividades cotidianas implican densas redes que se extienden en el espacio y en el tiempo (entre las generaciones), trazando poderosas líneas de ayuda mutua. Las dinámicas familiares se configuran a través de este conjunto de vínculos, alianzas y solidaridades (también conflictos y dependencias), que están imbricados en las prácticas cotidianas (FONSECA, 2005).¹²

Como en los análisis de Claudia Fonseca (2005), en el caso de las mujeres que participan en el curso de cuidado de niños, tanto la elección de la formación como su inserción en el mercado de trabajo están fuertemente imbricadas en estas dinámicas familiares, que son centrales en sus experiencias cotidianas. Las reflexiones en torno a la separación entre la familia y el trabajo, a la desnaturalización de los roles domésticos femeninos que propone el programa, parece desfasada en relación con esas vivencias cotidianas. Al contrario, los roles familiares que las participantes cumplen en sus hogares, y muy particularmente el rol de madre, son fuertemente valorados:

Discutimos en grupo sobre los roles femeninos y masculinos en las familias. Ilda [formadora] da el ejemplo del “instinto maternal”, dice que puede ser concebido como una construcción cultural que contribuyó históricamente a la sujeción de las mujeres y a su encierro en la esfera doméstica. Argumenta: “si la maternidad fuera un instinto, todas las mujeres querrían tener hijos, pero hay mujeres que no tienen hijos y son felices y se sienten realizadas”. Norma no está muy convencida con el argumento: “no sé, para mí el instinto materno existe, al menos yo lo tengo, yo lo siento y es importante para mí”. Discuten durante varios minutos sobre el tema, al final Norma cierra la discusión diciendo “no hay problema, si querés llamarlo de otra manera, llámalo de otra manera, no cambia nada. ¿Querés llamarlo inteligencia? Llamalo inteligencia, inteligencia materna. No cambia nada, yo lo tengo, yo lo siento. (Diario de campo, 31/05/2012)

12

Según esta autora, estas redes familiares de ayuda mutua no son exclusivas de los sectores populares y se constatan también en las prácticas de los sectores medios, para asegurar por ejemplo el cuidado de niños y de adultos mayores, ante la falta de servicios colectivos vinculados a esas necesidades.

Como en el caso de Norma, los discursos de muchas de las participantes del curso de cuidado de niños dan cuenta de una fuerte valoración de los roles familiares, particularmente aquellos relacionados con la maternidad. En el caso de las mujeres de los sectores populares en la región, estos roles, como lo señala Claudia Fonseca en sus investigaciones sobre Brasil, pueden aparecer en primer plano en sus proyectos de realización personal. Esto se relaciona sin duda con los horizontes estrechos de inserción profesional disponibles para las mujeres pertenecientes a estos sectores, con bajos niveles de educación formal (2004, p. 117). Pero, como veremos, en el caso de las participantes en el programa de formación que nos interesa, esta valoración puede tener significados y “razones” más diversas. En efecto, vale la pena detenerse en el significado de esta “inteligencia materna” reivindicada por Norma en la cita anterior, esto es, interrogarse sobre esa “capacidad de comprender y de resolver problemas”, ese conocimiento¹³ asociado a la priorización de los roles familiares. Desde esta perspectiva, estos roles constituyen una dimensión central en la manera en que las participantes le dan sentido a las situaciones en las que se encuentran y a sus experiencias, y hacen frente a las dificultades que plantea la organización de sus vidas cotidianas.

GÉNERO, CLASE E INSERCIÓN LABORAL

En las últimas décadas, los estudios feministas, en particular aquellos centrados en el concepto de interseccionalidad, han cuestionado la homogeneidad de las categorías de género para dar cuenta de la diversidad de experiencias de subordinación de las mujeres. En los años 1990, Kimberlé Crenshaw (2006) desarrolla el concepto de interseccionalidad para poner en evidencia el hecho de que la particular vulnerabilidad de las mujeres negras en los Estados Unidos había quedado al margen tanto de los análisis feministas (centrados en las experiencias de las mujeres blancas) como de los discursos anti-racistas (que prestaban atención casi exclusivamente a las problemáticas de los hombres negros). Esta perspectiva busca así poner en duda la supuesta universalidad de las categorías de género, clase y raza, entre otras, para destacar las diferencias intra-categoría. En el caso que analiza esta autora, se trata de mostrar cómo el racismo, las relaciones patriarcales y la opresión de clase interactúan para dar forma a las experiencias y luchas de las mujeres negras (CRENSHAW, 2006).

Así, uno de los aspectos importantes del concepto de interseccionalidad es el de postular que los diferentes ejes de poder no actúan de manera aislada o superpuesta, sino que se interrelacionan. En estos enfoques, las diversas categorías de construcción de las diferencias (género, clase, raza, orientación sexual, etc.) están estrechamente imbricadas y se constituyen mutuamente. Estos diversos ejes de poder,

¹³ El *Diccionario de la lengua española* (Real Academia Española, 2001) define la palabra “inteligencia” como “capacidad de entender o comprender; habilidad para resolver problemas; conocimiento, comprensión, acto de entender; habilidad, destreza, experiencia”.

esta localización particular,¹⁴ configuran las múltiples dimensiones de las experiencias de los grupos y sujetos: tanto las discriminaciones y vulnerabilidades a las que están expuestos, como la constitución de las identidades sociales, de posicionamientos políticos, las luchas y resistencias (DAVIS, 2008).

En relación con el análisis del programa de capacitación para trabajadoras domésticas que nos interesa, este marco nos parece particularmente fecundo para dar cuenta de los consensos y desacuerdos entre la perspectiva de género propuesta por esta iniciativa pública y las experiencias y concepciones de las beneficiarias. En este sentido, la manera en que el programa interpela a las participantes, en tanto mujeres afectadas por la segregación de género, no basta para dar cuenta de las múltiples dimensiones de sus experiencias sociales. Y esta especificidad de la experiencia de las participantes – en tanto mujeres, en tanto miembros de las clases populares, en tanto trabajadoras domésticas – juega un rol importante en su posicionamientos en el programa, en sus utilidades y apropiaciones de los cursos, así como en la manera en que conciben y problematizan las cuestiones de género.

Como vimos, frente a las situaciones sociales muy precarias de las participantes, las dinámicas familiares son centrales en la organización de la vida cotidiana. En el marco de esas dinámicas familiares, y con horizontes limitados de inserción laboral, los roles domésticos pueden ser fuertemente valorados. La separación entre la familia y el trabajo, que es una de las claves de la perspectiva de género adoptada por el programa, parece desfasada respecto de esa experiencia de las beneficiarias. Sin embargo, esas dinámicas familiares son presentadas, en sus discursos, no sólo en tanto redes de ayuda mutua, sino también como objeto de conflictos y tensiones: la complejidad de las relaciones conyugales, las negociaciones que emergen de la convivencia con sus padres o familias políticas y sobre todo la desigualdad de la división del trabajo doméstico entre los miembros (hombres y mujeres) del hogar, son cuestiones que aparecen de manera recurrente en sus discursos. Los conflictos para conciliar las actividades remuneradas fuera del hogar con la carga de trabajo doméstico y de cuidados, de la que son las principales responsables, es también uno de los tópicos centrales en sus relatos. Se trata en general de la razón que mencionan con más frecuencia para dar cuenta de sus trayectorias laborales, en empleos a tiempo parcial e inestables como el servicio doméstico. Estos elementos contradicen una imagen idealizada de esas redes y dinámicas familiares en las que las participantes están insertas. Y expresan el desarrollo de una reflexión en torno de las inequidades de género por parte de las participantes, aunque ésta no coincida totalmente con la que proponen los cursos de profesionalización.

Por otra parte, en la experiencia y la perspectiva de las beneficiarias, esta reivindicación de sus roles familiares puede tener un “uso” adicional,

14
Crenshaw (2006) desarrolla el concepto de interseccionalidad a través de la metáfora de una encrucijada, donde los diferentes ejes de poder se imbrican y se cruzan; los individuos o grupos situados en el punto de la encrucijada están expuestos a las violencias y discriminaciones que surgen de esos diferentes ejes que se cruzan.

vinculado específicamente con su inserción laboral. En efecto, en el caso de las beneficiarias de este programa de formación para empleadas domésticas, la valoración de estos roles se acompaña frecuentemente de una fuerte crítica a los estilos de vida y la organización familiar de los hogares empleadores. Como lo manifiesta Silvia, al relatar una experiencia de trabajo en la que acompañaba a una mujer mayor:

Silvia cuenta que cuando la contrataron para cuidar la “viejita de 90 años”, la mujer le dio mucha pena, agrega “los viejos me dan pena cuando están solos, porque al hijo lo vi una sola vez, cuando me tomó [cuando la contrató], después no lo vi más en los 3 meses que trabajé con ella”. Insiste varias veces en que la mujer estaba sola todo el día, que el hijo no iba nunca a visitarla y que la mujer “inventaba excusas” para llamarlo y quejarse de algo. (Diario de terreno, 18/06/2012)

Este tipo de relatos también es recurrente entre las participantes que trabajan cuidando niños. Las referencias a los padres y madres “ausentes”, a los que “no les importan” sus hijos o que “no saben qué hacer” con ellos, aparecen con frecuencia en la manera en que dan cuenta de sus experiencias de trabajo. En este contexto, la reivindicación de sus roles familiares, de su voluntad de ocuparse de sus familias y de su capacidad para hacerlo, puede ser analizada como un elemento crucial de la manera en que se posicionan en la relación asimétrica que establecen con sus empleadores. Forma parte de un cuestionamiento (o una “profanación”) de los estilos de vida de las clases medias que las contratan, que puede ser pensado como una forma de resistencia frente a los mecanismos de inferiorización y subordinación que caracterizan la relación laboral que se establece a través del servicio doméstico. De esta manera, la priorización de los roles familiares y domésticos por parte de las participantes puede ser interpretada sin dudas (tal como lo hace el programa) como un mecanismo de sujeción de las mujeres; sin embargo, desde nuestra perspectiva, también juega un rol central en los conflictos de clase que atraviesan las relaciones laborales en las que las beneficiarias están insertas.

REFLEXIONES FINALES

La perspectiva de género ha estado prácticamente ausente de la reorientación de las políticas públicas que se registró en el país en los últimos años, si no es a través de la implementación de programas puntuales en los que las mujeres son las principales beneficiarias. En este contexto, la implementación de un programa de formación profesional dirigido a trabajadoras domésticas que se propone de manera explícita problematizar

el carácter sexuado de la ocupación (y del trabajo doméstico en general) es particularmente significativo. La importancia que la formación atribuye a la revalorización de los saberes y las competencias implicadas en la actividad, a la desnaturalización de los roles femeninos tradicionales y a la extensión del horizonte de inserción de las beneficiarias pueden contribuir a visibilizar y cuestiona el carácter segmentado y discriminatorio del mercado de trabajo en la Argentina. Así, pese a que no constatamos una apropiación del objetivo de profesionalización del trabajo en el sector por parte de las beneficiarias, los cursos de capacitación abren un espacio valioso de intercambio, que permite una puesta en común de las experiencias sociales y laborales de las participantes. Esta puesta en común puede contribuir al desarrollo de una visión crítica tanto de esas inserciones laborales, como de las relaciones de género.

Sin embargo, la perspectiva de las participantes puede no coincidir con la perspectiva de género propuesta por el programa. Las mujeres que participan en las formaciones están inscriptas en dinámicas múltiples y complejas, que van más allá de las dimensiones que abarca el programa. La interpelación en tanto mujeres, afectadas por la segregación en el mercado de trabajo, parece no bastar para movilizarlas en torno a una experiencia de subordinación compartida. Así, la separación entre el trabajo y la familia, que es una de las claves de esa interpelación, parece desfasada frente a la experiencia social de las beneficiarias. En primer lugar, en situaciones sociales y económicas muy precarias, las densas redes familiares en las que se inscriben las participantes juegan un papel central en la organización de sus vidas cotidianas, sus proyectos y aspiraciones. En ese marco, la perspectiva de las participantes incluye tanto la priorización de sus roles domésticos, como una visión crítica de las relaciones entre hombres y mujeres y entre las diferentes generaciones, que destaca no sólo la ayuda mutua, sino también las tensiones, conflictos y dependencias. La complejidad de estas dinámicas, y sus efectos sobre la experiencia de las participantes, se ven reforzadas por el acceso prácticamente nulo a servicios colectivos de cuidados de personas para las mujeres pertenecientes a los sectores más desfavorecidos de la población (PAUTASSI, 2007).

En segundo lugar, incluso si la obtención de un diploma expedido por una institución oficial puede reforzar la posición de estas trabajadoras en las negociaciones con sus empleadores, en tanto empleadas domésticas se enfrentan a una ocupación que ofrece bajos salarios y condiciones de trabajo muy desfavorables. Su inserción en el servicio doméstico las inscribe además en una relación laboral que conjuga distancia social y proximidad física, lo que acentúa los conflictos y estrategias de diferenciación de clase. En ese marco, la priorización de sus roles domésticos y familiares puede jugar un rol importante en la manera en que las participantes se posicionan en la relación asimétrica que establecen con quienes las contratan.

En este sentido, las prácticas y perspectivas de las participantes en el programa da cuenta de la manera en que las múltiples dimensiones de su experiencia social, en tanto mujeres, en tanto miembros de las clases populares, en tanto trabajadoras domésticas, se imbrican y se constituyen mutuamente. La articulación de esas diferentes dimensiones en el diseño de este tipo de iniciativa pública, podría enriquecer tanto las propuestas para el mejoramiento de las condiciones de trabajo en las ocupaciones relegadas, como la problematización de las inequidades de género.

REFERENCIAS

ARGENTINA. Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. *Boletín de Estadísticas de Género y Mercado de Trabajo*. Buenos Aires: Subsecretaría de Programación Técnica y Estudios Laborales del Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, 2013.

_____. *Trayecto Formativo: Servicios en casas particulares*. Material de Apoyo para la formación del personal de casas particulares. Buenos Aires, 2010.

ÁVILA, Maria Betânia. Algumas questões teóricas e políticas sobre emprego doméstico. In: ÁVILA, Maria Betânia et al. (Ed.). *Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico*. Recife: SOS Corpo, 2008.

BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2001.

CHANEY, E.; GARCÍA CASTRO, M. (Ed.). *Muchacha, cachifa, criada, empleada, empregadinha, sirvienta y... más nada*. Caracas: Nueva Sociedad, 1993.

CONTARTESE, Daniel. *Caracterización del servicio doméstico en la Argentina*. Buenos Aires: Subsecretaría de Programación Técnica y Estudios Laborales del Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, 2010.

CORTÉS, Rosalía. Políticas laborales y transferencias de ingresos: ¿estrategias complementarias?. *Voces en el Fénix*, v. 4, n. 22, p. 44-51, mar. 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: MARTÍN, L.; MANDIETA, E. (Ed.). *Identities: race, class, gender, and nationality*. Malden/Oxford/Carlton: Blackwell Publishing, 2006.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword: a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, v. 9, n. 1, p. 67-85, apr. 2008.

FONSECA, Claudia. Familia y profesión: la doble carrera de la mujer prostituta. In: GRIMSON, Alejandro et al. (Ed.). *La antropología brasileña contemporánea*. Contribuciones para un diálogo latinoamericano. Buenos Aires: Prometeo, 2003. p. 95-135.

_____. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 50-59, maio-ago. 2005.

GOLBERT, Laura. *Aprendizajes del programa de jefes y jefas de hogar desocupados*. Santiago de Chile: Cepal, 2010.

GOLDSMITH, Mary. Disputando fronteras: la movilización de las trabajadoras del hogar en América Latina. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. (Les Cahiers ALHIM)*, 14), 2007. Disponible en: <<http://alhim.revues.org/2202>>. Acceso el: abr. 2014.

KOFES, Suely. *Mulher mulheres*. Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

NEFFA, Julio (Dir.). *Empleo, desempleo y políticas de empleo*. Buenos Aires: CEIL-PIETTE/Conicet, 2011. (*Políticas públicas de empleo 2002/2010 III*, n. 7).

PAUTASSI, Laura. *El cuidado como cuestión social: una aproximación desde el enfoque de derechos*. Santiago de Chile: Cepal, 2007. (*Serie Mujer y Desarrollo*, n. 87).

PEREYRA, Francisca. La regulación laboral de las trabajadoras domésticas en Argentina: situación actual y perspectivas. In: ESQUIVEL, V.; FAUR, E.; JELIN, E. (Ed.) *Las lógicas del cuidado infantil: entre las familias, el Estado y el mercado*. Buenos Aires: IDES, 2012. p. 165-199.

PEREYRA, Francisca; TIZZIANI, Ania. Usos y apropiaciones de la regulación laboral por parte de las trabajadoras domésticas en Argentina: el impacto de las transformaciones recientes y los desafíos pendientes. *Estudios del Trabajo*, Buenos Aires, n. 45, 2013.

PROVOSTE FERNÁNDEZ, Patricia. *Protección social y redistribución del cuidado en América Latina y el Caribe: el ancho de las políticas*. Santiago de Chile: Cepal, 2012. (*Serie Mujer y Desarrollo*, n.120).

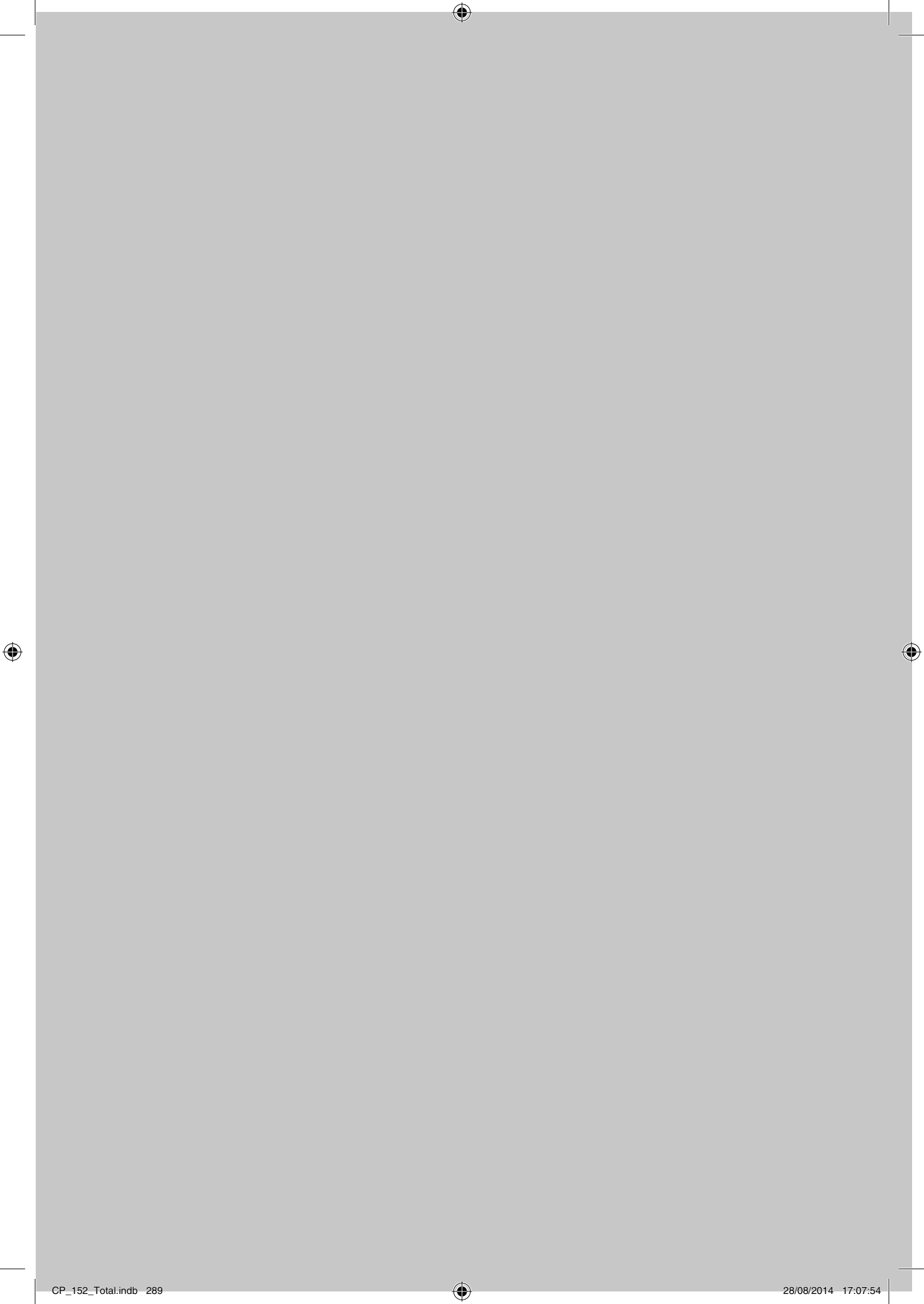
REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la Lengua Española*, Madrid: RAE, 2001.

ROLLINS, Judith. *Between women: domestics and their employers*. Philadelphia: Temple University Press, 1985.

ROMERO, Mary. *Maid in the USA*. New York: Routledge, 2002.

ANIA TIZZIANI

Investigadora del Consejo de Investigaciones Científicas y Técnicas
(Conicet/Argentina) –Universidad Nacional de General Sarmiento– UNGS
atizzian@ungs.edu.ar



TEMA EM DESTAQUE

<http://dx.doi.org/10.1590/198053142868>

QUE "BOA FAMÍLIA"? ASSISTÊNCIA E SOLIDARIEDADE FAMILIAR EM CUBA

BLANDINE DESTREMAU

TRADUÇÃO Fátima Murad

RESUMO

O reforço da assistência e da intervenção sociais em Cuba responde mais aos efeitos sociais da crise econômica e das transformações estruturais que a acompanham do que ao crescimento da pobreza. Este artigo examina as práticas de intervenção social à luz das normas familiares subjacentes: que "boa família" elas prometem? De que modo a assistência e a intervenção sociais abordam estruturas familiares fragilizadas quando se exacerba a contradição entre individualização e igualdade, de um lado, e necessidade de família e de solidariedade, de outro? A assistência em Cuba não está mais no tempo dos princípios, mas em um momento pragmático de contenção dos problemas sociais que precisa muito da família.

ASSISTÊNCIA SOCIAL • FAMÍLIA • CUIDADO • VELHICE

WHAT “GOOD FAMILY”? ASSISTANCE AND FAMILY SOLIDARITY IN CUBA

ABSTRACT

Reinforcing social welfare and intervention in Cuba responds to the social effects of the economic crisis and structural transformations, rather than aiming at alleviating poverty. This paper examines social intervention practices in the light of the family norms underlying it: what “good family” are they advocating? How do social assistance and intervention address weakened family structures, when the contradiction sharpens between individualization and equality, on the one hand, and need for family and solidarity, on the other? We shall see that social assistance in Cuba has moved beyond a time of principles, to a pragmatic time of social issues containment, which places a heavy burden on the family.

SOCIAL WELFARE • FAMILY • CARE • OLD AGE

¿QUÉ “BUENA FAMILIA”? ASISTENCIA Y SOLIDARIDADES FAMILIARES EN CUBA

RESUMEN

El refuerzo de la asistencia y la intervención sociales en Cuba responde más a los efectos sociales de la crisis económica y de las transformaciones estructurales que la acompañan que al crecimiento de la pobreza. Este texto examina las prácticas de intervención social a la luz de las normas familiares que la subentienden: ¿qué “buena familia” ellas prometen? ¿De qué modo la asistencia y la intervención sociales abordan estructuras familiares fragilizadas cuando se exagera la contradicción entre individualización e igualdad, por un lado, y necesidad de familia y de solidaridad, por otro? La asistencia en Cuba ya no está en el tiempo de los principios, sino en un momento pragmático de contención de los problemas sociales que necesita mucho de la familia.

ASISTENCIA SOCIAL • FAMILIA • CUIDADO • VEJEZ

É MEIO-DIA. Encontro Yohanka na esquina da rua Netuno. Ela estaciona a bicicleta e me indica a entrada do *comedor*, para onde se dirigem em passinhos vacilantes pessoas levando nas mãos recipientes e sacos plásticos. Estou um pouco incomodada, não quero ser o centro das atenções; porém, apenas alguns olhares se voltam para mim. Nada parece modificar-se nesse grande salão voltado para uma ruazinha de Centro Habana. Há umas cinquenta pessoas comendo, acomodadas em mesas de quatro lugares. A maioria são idosos. Alguns estão de pé e serão atendidos por empregados que verificam os cartões, grifam nomes em uma lista, recebem pagamento e anotam pedidos. O lugar é alegre, limpo, acolhedor; as paredes são decoradas com grandes cartazes e retratos dos irmãos Castro. Os comensais são servidos à mesa; os dois empregados vão e voltam com travessas, trazem a comida para o almoço e enchem recipientes de plástico com alimentos que os beneficiários levarão para o jantar. Yohanka me explica que alguns deles se encarregam também das refeições de vizinhos que não podem se locomover. Perto da porta do *comedor*, um grande quadro anuncia os pratos do dia e os preços irrisórios, algumas dezenas de centavos de pesos na maioria, e as duas refeições principais ficam em torno de dois pesos, o que representa menos de um por cento da aposentadoria de base. No fundo do salão, os cozinheiros movimentam-se diante de grandes caldeirões. Yohanka vai conversar com o responsável para saber se está tudo funcionando bem.

Os comensais conversam, parecem se conhecer e, me vendo sozinha, alguns me fazem sinal para ir me sentar com eles. Estão curiosos para saber de onde venho, o que estou fazendo ali. Aproveito para lhes fazer algumas perguntas. Eles moram em uma área muito restrita, vivem sozinhos ou com parentes que passam o dia fora. Comentam os cardápios, a qualidade da refeição, a gentileza dos empregados. Pouco a pouco, o salão vai se esvaziando e o pessoal da limpeza começa a trabalhar. Por volta das 13 horas está tudo terminado, a calma se instalou e tem início a conversa com o responsável.

Vou visitar vários desses *comedores comunitarios*, instituições criadas em Cuba no âmbito do *Sistema de Atención a la Familia*, instaurado em 1996, para melhorar as condições de alimentação de pessoas de baixa renda, deficientes e “casos sociais”. Atualmente, os *comedores* fornecem a 102 mil beneficiários em todo território cubano refeições criticadas por muitos por sua baixa qualidade nutritiva, mas reconhecidas como uma ajuda importante para a sobrevivência de pensionistas pobres. A pobreza não é a única condição de elegibilidade, explica-me Yohanka, que é trabalhadora social e responsável pela região em que se localiza esse *comedor*; o que dá direito a essas refeições quase gratuitas é a incapacidade de cuidar dos afazeres e da comida, a ausência de outra pessoa em casa durante o dia e, em muitos casos, as más condições das moradias, sendo que algumas sequer têm um fogão. E são as visitas dos assistentes sociais ao domicílio que estabelecem esse direito.

O *Sistema de Atención a la Familia* é um dos pilares dos dispositivos de assistência erigidos em Cuba a partir dos anos 1990 e da terrível crise econômica que se abateu sobre a ilha após a queda da União Soviética. Vou mostrar que, mais do que ao crescimento da pobreza que afeta uma parcela significativa da população, o reforço da assistência e da intervenção sociais, “novo momento da política social” (ESPINA PRIETO, 2008, p. 159), responde essencialmente aos efeitos sociais da crise econômica e das transformações estruturais que a acompanham. Busca conter suas manifestações mais perturbadoras para a vida social, para a legitimidade política e para a ordem pública: a emergência de sintomas de disfunções sociais (isolamento, delinquência, abandono da escola, inatividade dos jovens, prostituição, vadiagem etc.) e, por trás deles, a ameaça de desintegração social. A assistência e a intervenção sociais respondem a transformações das estruturas familiares que as fragilizam em face da crise econômica e da exacerbação da contradição entre individualização e igualdade, de um lado, e necessidade de família,¹ de outro.

Com base em trabalhos de pesquisa realizados em Havana desde 2010,² examinarei as práticas da intervenção social à luz das normas familiares subjacentes ao trabalho social: que “boa família” promete essa intervenção? Como mostrarei no final deste artigo, as políticas revolucionárias cubanas não visaram explicitamente a família, mas transformaram

¹ O emprego no singular designa a família como instituição, em um contexto em que o domínio do privado dá lugar a diversos arranjos de vida, a diversas formas familiares, apresentadas ou representadas como tais. O grupo doméstico, noção sociológica (SEGALÉN, 1981), sobrepõe-se à noção de domicílio, de conotação mais econômica e estatística.

² Este texto inscreve-se no âmbito do Programa ANR de Pesquisas Latinassist, coordenado por Blandine Destremau e Isabel Georges, cujo objetivo é o estudo dos efeitos sociais da expansão da oferta institucional de assistência destinada às mulheres em seis cidades da América Latina: Buenos Aires, Santiago do Chile, Guadalajara, São Paulo, Bogotá e Havana (2011-2014).

suas formas ao promover a emancipação do indivíduo das dominações de classe, gênero, raça e do capitalismo mercantil bem como o advento de um “novo homem” e de uma sociedade socialista. O naufrágio dessas políticas na crise econômica e em suas próprias aporias justifica o reforço da assistência e da intervenção sociais, mas limita seus meios e sua eficácia.

De caráter regulador, as políticas sociais têm uma dimensão marcadamente normativa. Elas refletem e visam reproduzir os valores dominantes em termos de nação, trabalho e família (WILLIAMS, 1989), contribuem para modificá-los ou reorientá-los (em período de crise ou para adequá-los a um determinado contexto ideológico e econômico) e para diferenciá-los (segundo as classes sociais ou os grupos étnicos e raciais) por dispositivos específicos. Essa dimensão normativa é reforçada no caso de políticas de assistência, na medida em que elas se colocam a serviço de uma “conduta das condutas” (para retomar a expressão de Foucault). Modo de governo dos pobres (LAUTIER, 2013; TABIN et al., 2008; GEREMEK, 1987), inscritas em conjunturas e quadros cognitivos particulares, a assistência e a intervenção sociais abrem espaço para governar os comportamentos, as relações e os estatutos através de combinações de incitações, pressões, controles, de conotações mais ou menos disciplinares, justificadas tanto pela invocação a valores (ética do trabalho, da responsabilidade, da autonomia, da sexualidade legítima etc.) quanto a considerações pragmáticas (econômicas, políticas, de segurança etc.).

A família – as maneiras de constituir família de um ponto de vista formal, mas sobretudo prático, em matéria de solidariedade e de responsabilidade – é uma das instituições, ou um dos lugares, que a assistência e a intervenção sociais marcaram, ou procuraram explicitamente marcar, com suas normas sociais consideradas “boas”: normas matrimoniais, de filiação e parentalidade, de higiene, de moralidade, de respeito à lei, de autoridade de solidariedade; normas de autonomia, de desempenho, de eficácia em relação à ordem pública, à produtividade econômica etc. Vários trabalhos procuraram mostrar de que modo as políticas sociais, e particularmente a assistência e a intervenção sociais, funcionam como instrumentos de produção e reprodução de uma ordem familiar e de subjetividades inseridas na ordem social; e de que modo, para além da mera administração, elas inscrevem ordens de gênero e de classe/raça nas filiações e fecundidades, e contribuem para a reprodução dessas ordens, sobretudo através da promoção da “boa família”, da naturalização de certas tarefas e funções, do reconhecimento de dependências legítimas e da condenação de outras.³

3 Entre outros trabalhos, vale mencionar Donzelot (1977), Castel (1981), Fraser e Gordon (1994), Williams (1989), Fox Harding (1996), Lewis (1992), Procacci (1993), Bec e Procacci (2003), Titmuss (1974) e Esping-Andersen (1990).

É a partir de questionamentos teóricos formulados por esses e muitos outros trabalhos que proponho uma reflexão sobre a dimensão familiar da assistência e da intervenção sociais em Cuba. Este artigo mesclará elementos contextuais que comprovam a necessidade de uma solidariedade reforçada com um exame da reformulação dos modos

de intervenção convocados para responder a essa necessidade em uma conjuntura de fortes pressões. Retomando uma categoria utilizada por Tabin *et al.* (2008), veremos que a assistência em Cuba não está mais no tempo dos princípios, mas em um momento pragmático de contenção dos problemas sociais, e em um momento histórico de refundação que precisa muito da família.

GUINADA NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL⁴

Logo após o triunfo da revolução, o trabalho social era visto pelo governo como uma instituição burguesa, cujos resquícios filantrópicos tinham se tornado inúteis e ultrapassados na Cuba revolucionária. O projeto revolucionário visava desenvolver os princípios de direitos sociais e eliminar as causas da pobreza, considerada um mal capitalista. Assim, a própria necessidade de assistência seria abolida. O que se qualifica então de trabalho social “empírico”, realizado após um curto período de formação, é essencialmente o engajamento (voluntário ou como emprego) a serviço da comunidade e da nação nas organizações de massa (essencialmente na Federação de Mulheres Cubanas – FMC –), nos sindicatos, para as grandes campanhas nacionais (alfabetização, moradia, vacinação), e no âmbito mais local, engajamento nas comunas rurais, nos bairros, nos edifícios etc. Uma atividade importante de pesquisa é realizada por estudantes, sobretudo de sociologia e de psicologia social, coordenadas por seus professores. O foco do trabalho social realizado por agentes comunais é o desenvolvimento de comunas rurais, em particular no centro e no leste do país, principalmente após a criação do *Grupo de Desarrollo de Comunidades – GDC –*, ligado ao Ministério da Construção, que se engaja também no desenvolvimento local urbano em um bairro de Centro Habana, nos anos 1970. O GDC foi rapidamente dissolvido, e criou-se o Centro de Desenvolvimento e Controle da Moradia, ligado ao Conselho de Estado.

Mas, paralelamente, surgem necessidades nos estabelecimentos hospitalares (sobretudo psiquiátricos) e nas escolas ditas “especiais”, destinadas a crianças com deficiência. Enquanto a quase totalidade dos trabalhadores sociais do período pré-revolucionário, formados em uma escola criada em 1943, havia fugido do país, a primeira escola de trabalho social do período revolucionário surge em 1971. Integrada ao Ministério da Saúde Pública, ela forma técnicos em dois anos (nível médio técnico). Em cerca de uma dezena dessas escolas formaram-se mais de dois mil trabalhadores sociais de saúde, presentes principalmente em estabelecimentos de cuidado, mas, também, conforme seu grau de engajamento, nos bairros, junto à população (STRUG, 2006; MANSSON; PROVEYER CERVANTES, 2004).

4

As principais fontes desta seção são entrevistas realizadas durante minhas pesquisas de campo e no encontro organizado pela Sociedad Cubana de Trabajadores Sociales de la Salud, nos dias 26 a 30 de maio de 2014: IV Encuentro Internacional de Trabajo Social, “Actualidade, quehacer y perspectivas del Trabajo Social em Cuba”.

No final dos anos 1990, impõe-se a necessidade de ampliar o quadro de trabalhadores sociais: a crise econômica e social se instala, as condições de vida em alguns bairros e setores sociais continuam se degradando, instituições como a rede de atenção à família são insuficientes para conter os problemas sociais, e os médicos de família, instituídos em 1984, não têm capacidade de assumir os “casos” que se multiplicam na fronteira entre o sanitário e o social. O dispositivo é concebido às pressas: os novos trabalhadores sociais serão *emergentes*, jovens formados inicialmente em apenas alguns meses por escolas criadas especialmente para esse fim,⁵ depois diretamente no exercício de suas funções e, por fim, para aqueles que desejarem, por cursos noturnos no Departamento de Sociologia da Universidade, o que lhes permitirá obter o grau universitário de licenciatura em seis anos. Os *emergentes* devem “se tornar amigos das famílias, bater às portas das que ficaram à margem da Revolução” (STRUG, 2006, p. 757). Esse programa respondia, ao mesmo tempo, ao surgimento de um problema público em torno de certos grupos de jovens para os quais a integração profissional esbarrava na redução de efetivos do emprego público e a continuidade da escolarização era questionada diante das mudanças em curso. Paralelamente, os antigos trabalhadores sociais de nível técnico também podiam se inscrever no curso universitário, em formação continuada com adequação ao seu tempo de trabalho. No início dos anos 2010, as escolas de *emergentes* são extintas, volta-se a discutir a profissionalização do trabalho social, fragmentada entre disciplinas da saúde, da comunicação social e da psicologia social, e ainda não reconhecida como disciplina universitária.

Yohanka e Yainel, seu companheiro, fazem parte da primeira geração de *emergentes*. Eles deixaram sua escola de Cojimar, em 2001, e aproveitaram a onda de missões internacionais para a Venezuela para viajar juntos. Ao final de uma estadia que lhes possibilitou adquirir geladeira, televisão e outros aparelhos eletrodomésticos para sua casa, reassumiram seus postos em Havana. Yainel, a exemplo de muitos outros trabalhadores sociais *emergentes*, abandonou a profissão depois de alguns anos por uma atividade mais lucrativa dentro da nova economia mercantil. Yohanka, por sua vez, prossegue o caminho da formação universitária, faz cursos à noite, valida suas aquisições de experiência; e este ano obterá sua licenciatura, ao término de um percurso de treze anos. Ambos participaram das grandes campanhas que mobilizaram os *emergentes*, como a campanha de economia de energia, que exigiu a substituição de lâmpadas antigas por lâmpadas econômicas em residências e estabelecimentos e dos refrigeradores soviéticos por aparelhos chineses mais modernos, campanha de combate à fraude nos postos de distribuição de combustível etc. Yohanka, que hoje é responsável pela região, dedica-se a um trabalho bastante rotineiro: coordenação de outros trabalhadores sociais do conselho popular;

⁵ Cerca de 40 mil jovens práticos do trabalho social comunitário formaram-se assim pelas quatro escolas existentes enquanto durou o programa.

acompanhamento de cerca de 200 famílias de sua área; pesquisas sociais; visitas a domicílios e centros sociais, como o *comedor* e a *casa de abuelos* (da qual falaremos mais adiante); e encaminhamento de inativos ou desempregados para listas de oferta de empregos (públicos) das agências de trabalho e de seguridade social.

René também é um trabalhador social *emergente*, com uma longa experiência acumulada de professor de esportes. Ele se dedica essencialmente à intervenção junto aos *deambulantes*, os moradores de rua, e pessoas que vivem da prostituição; ele sai à procura deles dia sim dia não, e passa o resto do tempo fazendo visitas em domicílio, em particular para fazer contato com as famílias dos ociosos, e preenchendo dossiês. Na agência municipal do trabalho e da seguridade social à qual é subordinado, René tira de uma gaveta uma pasta volumosa: “Veja, estas são as fichas que preenchemos quando fazemos visitas em domicílio”. Um quadro denso, desenhado a mão em folhas quadriculadas; nomes seguidos de idades, endereços, situações resumidas, benefícios recebidos: “Rosalvo Suarez, 59 anos, inválido, vive sozinho, não tem fogão, não tem roupa de cama, pensionista, precisa de um colchão”. A maioria dos nomes que tive tempo de examinar é de homens. “E o que você faz por essas pessoas?” “Nós as visitamos, damos um cartão para o *comedor* ou para a *casa de abuelos*, se elas atenderem aos requisitos, e às vezes, quando é possível, damos calçados, um bônus para um fogão ou um colchão. Mas se elas não conseguem se deslocar fica difícil, é preciso encontrar um vizinho que leve suas refeições”.

Na verdade, os trabalhadores sociais dispõem de poucos meios materiais de intervenção; a distribuição de direitos de acesso a benefícios em espécie (pensões de valor muito baixo) e em natura (equipamento doméstico, bens de primeira necessidade, refeições, inscrição em um abrigo diurno etc.) tem uma dimensão integradora que vai além do alívio da pobreza, e cujos contornos examinarei aqui.

A SOCIEDADE CUBANA EM FACE DA PAUPERIZAÇÃO

O crescimento da pobreza em Cuba pode ser observado em muitos lugares, como nas ruas dos bairros antigos da capital. Além dos indigentes que passam ali boa parte de seu tempo, homens e mulheres sentados sob as arcadas vendem canetas avulsas, objetos díspares subtraídos sabe-se lá de que patrimônio; mulheres percorrem as ruas levando caixas com alguns doces; idosos vasculham as lixeiras, com sacos plásticos nas mãos, em busca de alimento e de qualquer objeto ou roupa que possam usar.

O bem-estar dos anos 1980, evocado com nostalgia pela maioria dos meus interlocutores, transformou-se em crise de sobrevivência para muitos casais desde os anos 1990 e o fim da guerra fria, marcada pelo “período especial” dos anos 1990-1993. O aprofundamento

6 O número de moradias construídas por 1.000 habitantes teve uma forte queda na virada dos anos 1990. O déficit habitacional é enorme e o parque existente é muito mal conservado. O constante desabamento de prédios muito velhos reduz ainda mais a oferta. Há pouco tempo o mercado foi liberado, supostamente para agilizar os dispositivos de troca que existiam até então.

7 O peso cubano conversível vale entre 23 e 25 pesos cubanos. O CUC foi adotado como moeda oficial de Cuba em 8 de novembro de 2004. Sua circulação, limitada ao território cubano, substituiu a dos dólares americanos. Os salários públicos são convertidos em pesos cubanos (mas algumas empresas públicas também convertem participações nos lucros em CUC), assim como os bens oferecidos pelo racionamento e os dos mercados estatais. O mercado negro funciona nas duas moedas.

8 É difícil mensurar a pobreza, pois uma boa parte dos bens e serviços está fora do mercado. Espina Prieto (2008) e Mesa-Lago (2006) estimam que a incapacidade de satisfazer as necessidades básicas afetava cerca de 20% da população cubana em 1999 e 2002.

9 A cidade de Havana continua a atrair as migrações internas: mais de um quarto dos imigrantes se instalaram ali em 2010, segundo a Agência Nacional de Estatísticas, e acrescenta-se a isso que 13% se instalaram em outras partes da província da capital.

10 O número médio de pessoas por domicílio no conjunto do território está decrescendo: de 3,16 em 2002, passou para 2,87 em 2012, recobrando grandes desigualdades geográficas, de classes e de estrutura familiar.

11 Em Cuba, segundo o recenseamento de 2012, 95,6% dos domicílios são de propriedade privada, e a quase totalidade é habitada por seus proprietários, em conformidade com a lei que rege o acesso à moradia.

do déficit orçamentário e a queda das receitas em divisas levaram a importantes transformações econômicas. Os serviços públicos e a manutenção das infraestruturas estagnaram. A oferta de moradia caiu bastante,⁶ os serviços de abastecimento de água e eletricidade entraram em colapso, as cantinas nos locais de trabalho e nos internatos foram extintas, os preços de certos bens de consumo perderam parte dos subsídios. A cesta básica concedida a todos por meio da *libreta*, constituída de bens de primeira necessidade subsidiados a preços muito baixos – gêneros alimentícios (óleo, açúcar, feijão, arroz, café etc.) e produtos de higiene (sabão, dentifrício etc.) – supre cada vez menos as necessidades fundamentais. Certos produtos faltam regulamente; as rações de roupas e calçados foram suprimidas no início dos anos 1990, assim como as rações suplementares ou especiais (as dietas) concedidas a certos trabalhadores particularmente expostos a riscos à saúde (rações suplementares de leite, de carne etc.). Direcionada para os mercados a preços “livres”, mais rentáveis, a oferta de produtos agropecuários pelo Estado se retraiu.

Uma parte cada vez maior da reprodução social, em proporção e em diversidade de necessidades, deve ser suprida em mercados e modos de acesso mais onerosos: mercados “livres” em pesos, mas sobretudo mercados em peso cubano conversível – CUC –,⁷ legais ou não, onde podem ser adquiridos, a preços internacionais, roupas, calçados, produtos de higiene, celulares, eletrodomésticos, acessórios diversos, suprimentos semiprofissionais etc. O aumento das importações privadas “na mala”, provenientes dos Estados Unidos e da América Latina, engendra uma cultura de consumo inacessível aos salários e pensões públicos, tamanha é a defasagem entre os preços (DESTREMAU, 2014).

E cresce a disparidade entre as esferas monetárias e os sistemas de preço. Cada vez mais, bens e serviços só podem ser adquiridos em CUC. Essa uniformização progressiva – que deve conduzir à unificação monetária – em detrimento da esfera subsidiada (em pesos) representa uma perda considerável do poder de compra das pensões e salários públicos. Desde 2005, medidas significativas de reajuste dos baixos salários e pensões foram adotadas em moeda nacional, sem conseguir reverter a pauperização de grande parcela da população cuja sobrevivência cotidiana está ameaçada.⁸

A miséria e a pauperização decorrem igualmente das condições de moradia de famílias modestas e carentes, hoje um dos maiores problemas sociais em Cuba. As zonas de habitação informal, às vezes próximas de favelas, multiplicam-se nos bairros periféricos de Havana.⁹ Os prédios residenciais populares dos subúrbios são mal conservados. Nos bairros antigos da capital, a superlotação de apartamentos exíguos,¹⁰ a falta de manutenção,¹¹ a deterioração do edifício e dos equipamentos levam a um alto grau de insalubridade e ao desabamento puro e simples de certas edificações nas

estações chuvosas.¹² Yainel e Yohanka vivem em um dos *solares*¹³ típicos de Centro Habana: um corredor estreito em que se alinham cômodos destinados a cozinhas e banheiros, expandidos por mezaninos; uma promiscuidade ruidosa com os vizinhos. Vivendo junto com os pais de Yohanka, em quatro em uma moradia de menos de 20 metros quadrados de superfície habitável, que é também o local de trabalho de Yainel, eles são, ainda assim, privilegiados em relação aos seus vizinhos e a muitos *solares* do bairro. Mayra, por sua vez, vive com seu filho e a filha de sua irmã, que cumpre uma pena de seis anos de prisão, em um apartamento de dois cômodos que lhes foi cedido depois que sua primeira moradia desabou, por decrepitude e falta de manutenção; enquanto o local está em obras, ela não tem de reembolsar o que deve ao Estado pelo fornecimento dos materiais de construção e pela regularização de seu direito de propriedade. Seu salário de professora primária mal cobre suas necessidades básicas: eles se privam de muitos produtos de consumo corrente, não conseguem terminar a instalação de sua cozinha, nem mandar para o conserto a televisão cujas prestações Mayra ainda está pagando. A liberação do mercado imobiliário iniciada em 2011 não garante a possibilidade de os jovens adultos saírem de casa: dada a defasagem entre seus rendimentos e os preços de mercado, eles nunca vão conseguir comprar nada.

TRANSFORMAÇÃO DAS FORMAS FAMILIARES E ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO

A evolução da estrutura das famílias manifesta uma contradição, inerente ao projeto de sociedade implantado após a revolução cubana, entre individualização e necessidade de interdependência, ou mesmo de dependência. A instauração da igualdade formal e a redução das desigualdades reais (entre sexos e cônjuges, entre classes e raças); o estímulo às mulheres para participarem plenamente da vida social, econômica, cultural e política; a individualização dos direitos sociais; a criação de dispositivos de transferência da responsabilidade pelas crianças para as instituições públicas (cantinas, pensionatos, creches, campos e missões em zonas rurais etc.) – tudo isso visava libertar as mulheres das subordinações domésticas e possibilitar que seguissem trajetórias autônomas, mas também que se colocassem a serviço da nação fazendo carreira (KING, 1977). Esses esforços mudaram os contornos das dependências legítimas e ilegítimas (FRASER; GORDON, 1994). A noção de salário familiar garantido pelo “homem provedor” já não faz muito sentido (SAFA, 1995; 2005). As mulheres são livres para decidir não ter emprego – e, de fato, apenas 60% delas foram recenseadas como ativas em 2010 –,¹⁴ mas sua condição de donas de casa é reconhecida apenas como uma escolha. Elas podem continuar dependentes de um homem ou de outros membros da família, mas não podem pretender ser dependentes do Estado: a mera condição de mulheres ou de mães,

12 O projeto de renovação da Velha Havana está começando a mudar essa situação, ao se colocar como objetivo preservar no local o maior número possível de habitantes; mas muitos deles terão de aceitar ser realocados em subúrbios distantes. Há, no entanto, vários bairros bastante degradados que não serão contemplados pela renovação (SCARPACI, 2000).

13 Corredores estreitos ao longo dos quais se alinham pequenas habitações em uma grande promiscuidade. Esses *solares* fazem parte da história da instalação operária nos bairros de Habana Vieja e de Centro Habana. Ver especialmente Rauber e Bonilla (2010).

14 Salvo menção contrária, as cifras citadas foram extraídas das estatísticas nacionais cubanas em <<http://www.one.cu/>>.

mesmo solteiras, não as libera da obrigação de trabalhar para prover suas necessidades e as de sua família (salvo no caso do encargo de crianças com graves deficiências).

A autonomização das mulheres, combinada com as migrações e com as dificuldades econômicas e de coabitação em moradias exíguas, engendrou mudanças importantes nas formas de constituir família (ÁLVAREZ, 2004; ARÉS MUZIO; BENÍTEZ PÉREZ, 2009; VERA ESTRADA; DIAZ CANALS, 2008, entre muitos outros). A instabilidade dos casais se acentuou. O resultado são estruturas familiares fragmentadas, em que se encontra geralmente a mãe encarregada das crianças, com ou sem outros parentes vivendo junto. Mas nem todas essas "crianças" são necessariamente menores, longe disso: em 2002, apenas um quarto é menor; a metade são, na verdade, jovens adultos solteiros, casados ou separados. Assim, nos domicílios, cresce a heterogeneidade de formas de parentesco: vários núcleos familiares vivendo no mesmo espaço, filhos de várias uniões, casais recompostos com crianças de filiações diversas, tios e tias, pessoas ou casais que cuidam de um idoso sem relação de parentesco etc. No total, menos de um terço das famílias corresponde ao modelo "nuclear clássico", isto é, pai, mãe e filho ou filhas (FRANCO SUÁREZ; ALFONSO, 2008).

Os esforços de emancipação das mulheres produziram resultados notórios em termos de redução da fecundidade. Desde 1978, o número de filhos por casal é inferior a 2,1, que é a taxa de reposição, e a taxa bruta de fecundidade passou de 4,07, em 1960, para 1,69, em 2012; a taxa de crescimento demográfico é negativa desde 2006.¹⁵ Mas a redução da fecundidade é também o resultado de uma contradição entre a conduta de uma mãe e a de uma trabalhadora, não totalmente resolvida pelas políticas públicas. Sem dúvida, estas encorajaram a natalidade e, mais precisamente, a maternidade, em condições compatíveis com a emancipação das mulheres: embora não tenham destinado às famílias uma renda suplementar, regulamentaram as condições de emprego das mulheres grávidas e concederam salários-maternidade generosos, liberaram as mulheres com gravidezes difíceis das obrigações familiares, proporcionando-lhes uma institucionalização (*hogar materno*), sistematizaram a educação sexual e estabeleceram a prioridade de acesso ao emprego para as mães solteiras, garantiram amplo acesso a creches e universalizaram a pré-escola. Elas também concederam às crianças nascidas fora do casamento legal os mesmos direitos que às outras. Mais que um objetivo em si, as políticas populacionais constituíram uma estratégia a serviço de objetivos de desenvolvimento social e econômico do país (CATASUS CERVEIRA, 1996).

Acrescente-se que ter menos filhos é igualmente uma decisão que reduz a pressão sobre a moradia e o orçamento familiar;¹⁶ é mais fácil para as mulheres ter controle sobre o número de filhos que trarão ao mundo do que sobre os parentes que já estão lá... De fato, os domicílios estão abarrotados de idosos que, de algum modo, ocuparam o espaço físico das crianças.

15

Cuba quase não tem população imigrada de primeira geração: o recenseamento de 2012 registra apenas 6.009 pessoas nascidas no exterior residentes em todo seu território para uma população total de mais de 11 milhões de habitantes.

16

É o caso de Yainel e Yohanka e de outros casais que conhecemos durante o trabalho de campo. Para uma interpretação socioeconômica das flutuações da taxa de fecundidade cubana, ver particularmente Diaz-Briquets e Perez (1982).

Em 2012, dois terços dos domicílios cubanos não têm nenhuma criança com menos de 14 anos, mas 40% comportam uma pessoa de mais de 60 anos.¹⁷ A presença de idosos aparentemente necessitados é bem visível nas ruas dos bairros populares da cidade.

Na verdade, a melhora das condições sanitárias aumentou a esperança de vida em 20 anos no espaço de duas gerações: de 59 anos, em 1953, para 78 anos, em 2012. Hoje, a pirâmide etária é preocupante: a parcela de pessoas com mais de 60 anos chega a quase 20% desde 2009, a proporção de pessoas com mais de 60 anos (18,3% em 2012) supera a daquelas com menos de 15 anos (17,2%), enquanto a de pessoas com mais de 65 anos se aproxima desta última; e as projeções acentuam a tendência. Assim, a taxa de dependência não se modificou significativamente ao longo dos últimos anos (547 por 1.000 habitantes de 15-59 anos em 2012), mas vem aumentando de forma contínua, ainda que lenta, desde o início dos anos 1990, depois de ter sofrido um rápido decréscimo nas décadas precedentes, em razão da queda da taxa de natalidade. A projeção atual é de um forte crescimento (677 em 2025).

A composição das famílias expressa, portanto, maior presença de idosos do que de crianças. Isso é reforçado pela política do governo de favorecer a permanência no domicílio e a continuidade da integração comunitária dos *abuelos*, acompanhada de estruturas de acolhimento diurnas: 90% dos idosos vivem com a família.¹⁸

De um lado, o envelhecimento conduz à coabitação de várias gerações, quando os filhos se mantêm no domicílio dos pais por falta de moradia e para cuidar deles. De outro lado, favorece o isolamento de idosos sozinhos, quando o casal idoso fica só depois que os filhos vão embora, até a morte de um deles. No país, segundo o último recenseamento (2012), 20% das famílias são compostas de apenas uma pessoa, ou seja, mais que o dobro do que nos anos 1980. Dois terços das famílias unipessoais recenseadas em 2002 são constituídas de homens, com idade média de 51 anos, similar à média nacional. Pode-se concluir, assim, que o efeito de uma separação sobre a vida dos homens leva mais ao isolamento do que no caso das mulheres que tendem mais a permanecer morando com os filhos, uma vez que garantiram sua guarda e educação praticamente sozinhas.

NECESSIDADE DE SOLIDARIEDADE FAMILIAR E SOBRECARGA DAS FAMÍLIAS

Sob muitos aspectos, a solidariedade familiar faz a diferença entre trajetórias. As condições de reprodução material da família não são suficientemente asseguradas pela economia socialista para liberar de fato as famílias – e particularmente as pessoas dependentes – da necessidade de solidariedade. Sem relações de solidariedade de proximidade, e particularmente familiar, a pobreza material, que é a sina da maioria

17 Em um dos municípios de Havana, há dois idosos para cada criança.

18 No município de Centro Habana, um único lar de idosos acolhe 68 pessoas, para uma população total de 151.174 habitantes em 2010, na qual o envelhecimento é mais acentuado que em outros bairros mais novos da capital, e a taxa de pobreza é mais elevada.

dos cubanos, se transforma em miséria: um indivíduo dificilmente pode viver sem família.

Trata-se, antes de tudo, de uma questão de poder de compra: um único salário ou pensão não garante a sobrevivência de um indivíduo, e menos ainda de várias pessoas. Uma proporção não desprezível de cubanos recebe dinheiro do exterior, mas essa ajuda familiar tende a favorecer os mais dotados. A necessidade de família reside também nas inúmeras providências necessárias à sobrevivência cotidiana. A materialidade da existência muito dificilmente pode ser gerida de forma individual, sobretudo quando é precária: ela se apoia em uma organização, no tempo e na manutenção de redes sociais, de reciprocidade dentro de um grupo doméstico, que é seu suporte e seu beneficiário (ZABALA; ARGÜELLES, 2010; COJIMAR, 2011). O cotidiano cubano requer longas horas de fila, tempos enormes esperando ônibus (quando não se dispõe de meios para tomar um táxi), requer passagens frequentes nos diversos tipos de postos de abastecimento para ver se chegou um determinado produto, visitas a todos os seus contatos para conseguir uma peça de reposição, para pagar as contas etc. As microempresas de trabalhadores por conta própria – atendimento a turistas, consertos, serviços de manicure e cabeleireiro, butiques, reprodução de DVD, artesanato etc. – também se abrigam no seio da família: boa parte delas está instalada no domicílio familiar; e os limites legais e fiscais impostos ao trabalho assalariado tornam mais econômico o recurso à mão de obra familiar (URIARTE-GASTON, 2004; WEHRLI, 2008, entre muitos outros). Além disso, mesmo quando as pessoas idosas no domicílio não implicam despesas extras, sua necessidade de acompanhamento requer a disponibilidade mais ou menos constante de uma pessoa da família. Com muita frequência, enquanto estive lá, um encontro foi cancelado ou um interlocutor não compareceu porque “estava com problemas com sua mãe”, ou uma opção profissional foi descartada “para ficar com a mãe”. Assim, aprofundam-se as contradições entre as expectativas e os encargos que pesam sobre a família, de um lado, e as transformações emancipadoras, de outro (DURÁN, 2010).

Sem surpresa, o *cuidador* é geralmente *uma cuidadora*. A pesquisa revela uma redução das desigualdades na divisão sexual do trabalho e das responsabilidades domésticas, no entanto a transferência das tarefas domésticas para os serviços públicos aparentemente fez com que as famílias se abstivessem de uma transformação radical dos modos de partilha das tarefas (LUTJENS, 1995; PECIÑA, 2008). A complicação crescente das obrigações domésticas sustentaria a refamiliarização dos papéis femininos, ou a revalorização progressiva do papel de dona de casa, disfarçado de empreendedorismo mais ou menos dissimulado (WEHRLI, 2010; ALMODOVAR, 2011). As implicações em termos de sobrecarga das mulheres poderiam explicar em parte sua taxa de atividade relativamente baixa.

O peso considerável dos domicílios chefiados por mulheres aumenta sua carga na reprodução material da família e do cuidado dos dependentes. Os resultados do recenseamento de 2012 indicam que 44,9% dos domicílios são chefiados por mulheres – um aumento nítido em relação ao recenseamento anterior, de 2002, em que essa porcentagem era de 40,6% (contra 28,2%, em 1981, e 14%, em 1953). Em Havana, a proporção atinge 51,5% desde 2002, bem mais que nas cidades menores ou nas zonas rurais (FRANCO SUÁREZ; ALFONSO, 2008; ÁLVAREZ, 2004). “Paradoxo da mulher cubana” (FLEITES-LEAR, 1996), a matrifocalidade é um dos efeitos (talvez perverso) da despatriarcalização. Embora remeta a realidades muito díspares (FLEITAS RUIZ, 2005), essa tendência reflete tanto a independência econômica e a autonomia subjetiva das mulheres quanto a instabilidade das uniões, mencionada anteriormente (assim como a importância das uniões casuais), e a mobilidade internacional dos homens. Como mostra Helen Safa (1995; 2005), a matrifocalidade também pode estar relacionada à desvalorização do papel econômico do homem, que não é mais necessário a uma mulher autônoma e empregada.¹⁹ “A família” é concebida em associação à consanguinidade e à filiação, e apenas marginalmente à aliança (VERA; DIAZ, 2008).

As normas que regem a transmissão da propriedade do imóvel favorecem socialmente as mulheres e alimentam a matrifocalidade. Quando a filha ou a neta permanece para cuidar da mãe ou da avó, é ela que herda, e é, portanto, na casa dela que residirá seu cônjuge. O mesmo acontece quando se faz um testamento em favor de uma cuidadora de muitos anos em detrimento de filhos biológicos. É o caso de Yohanka, cuja mãe veio cuidar de sua madrinha já idosa no *solar* de Centro Habana, e que o herdou após a morte dela. Teresa, por sua vez, veio morar com a avó que vivia sozinha em um grande apartamento. Ela é quem vai herdá-lo também, e é lá que reside seu cônjuge. Como muitas outras pessoas entrevistadas, Beatriz, que veio do centro da Ilha, tornou-se proprietária de um apartamento após a morte da senhora de quem cuidou durante sete anos até o seu falecimento.

As escolhas feitas pelas famílias, e pelas mulheres em particular, para enfrentar suas dependências e responsabilidades, estão condicionadas também aos seus rendimentos e outros recursos (familiares, territoriais, profissionais etc.), que reintroduzem e reforçam as desigualdades de solidariedade. Ricardo e Isabel, ambos aposentados, se organizaram para prover recursos econômicos e companhia às suas mães. Eles empregam uma pessoa em tempo integral para cuidar das duas idosas dependentes que puderam manter no domicílio graças a um patrimônio herdado (por cuidar de uma velha tia). Os dois grandes apartamentos que possuem lhes permitem alugar quartos a turistas, e assim remunerar (na ilegalidade) o cuidado em domicílio das idosas a um valor muito acima do que é praticado pelo Estado. A presença e os meios econômicos nem sempre estão em

19 As pensões alimentícias para os filhos pelo pai ou a mãe que não tem sua guarda são muito baixas, quando são pagas.

equilíbrio: muitas pessoas idosas recebem dinheiro da família que emigrou para os Estados Unidos antes de sua velhice, mas não têm nenhum parente para cuidar delas: foi isso que me chocou em minhas primeiras entrevistas em um *comedor comunitario*.²⁰

Parece que o sistema público foi ultrapassado pela exacerbação do envelhecimento e das contradições sociais e familiares, que se acelerou ao longo dos anos 1990, quando o Estado cubano não tinha meios de reforçar o apoio institucional. Na impossibilidade de ser absorvido pelo grupo doméstico, não sendo socializado no âmbito de políticas públicas, o envelhecimento emerge como “questão social”. Para além da sobrevivência das pessoas idosas em condições de dignidade aceitáveis, trata-se de uma verdadeira crise de reprodução social ameaçada pelo solapamento de suas condições de possibilidades: menos filhos, famílias menos dedicadas ao *care*, mercantilização insuficiente do cuidado e pouca socialização pelo Estado. É nesse quadro que o reforço da intervenção social e seus diversos retransmissores sociais adquirem o sentido de contenção de uma crise social.

REFORÇO DA ASSISTÊNCIA E DA INTERVENÇÃO SOCIAIS

A partir do final dos anos 1990, reforça-se a atenção a grupos vulneráveis que não conseguem suprir suas necessidades com o trabalho, e que foram particularmente atingidos pela crise e pelos efeitos das reformas. Mas reforça-se também a vigilância em relação a condutas e comportamentos – delinquência, abandono da escola, prostituição, dificuldades dos pais, alcoolismo, consumo de drogas, violência etc. – que, se nas décadas anteriores eram interpretados como formas de desvio político, hoje são vistos como efeitos da crise econômica.

No período revolucionário, a assistência social institucionalizada efetua três tipos de intervenção: inicialmente, a assistência de “primeira geração” atua dentro de instituições médicas, e compreende tanto pesquisas familiares sobre os antecedentes como o acompanhamento do paciente e de sua família, a ajuda nos tramites burocráticos etc. O segundo modo é o do acompanhamento de indivíduos que têm direito a benefícios (em espécie e em forma de direitos de acesso a instituições e cuidados e a rações reforçadas), essencialmente pessoas com deficiência e com doenças prolongadas, mulheres grávidas e crianças pequenas. Os benefícios em espécie são de pequeno valor, mas podem fazer a diferença para famílias com renda muito baixa ou que dependem unicamente de uma pensão. Assim, foram realizados investimentos em programas de distribuição de benefícios em espécie, de distribuição de alimentos (escolas, *comedores populares* para as pessoas de baixa renda) e de acesso a medicamentos, programas de apoio à reforma de moradias etc. Finalmente, a assistência social inclui

²⁰ Vários arranjos permitem a jovens morarem com uma pessoa idosa, com ou sem relação de parentesco, em troca de cuidados e presença.

também acompanhamentos familiares de “casos sociais” ou “famílias disfuncionais”, sobretudo da perspectiva de articulação com outros serviços públicos, como os serviços de acesso ao emprego, de acompanhamentos psicológicos, ou mesmo de diagnósticos de periculosidade ou de vigilância policial.

Ocorreu uma grande mobilização em torno das políticas de atenção aos idosos, mas, assim como a assistência às pessoas carentes, ela ainda se revela muito insuficiente.²¹ O *Plan Nacional de Atención al Anciano* foi lançado em 1974, reiterado em 1982 e articulado em 1984 à política do médico de família, que mantinha nos bairros consulta com generalistas para 120 famílias. Em seguida, uma pesquisa sobre a situação dos idosos deu lugar ao *Programa de Atención Integral al Adulto Mayor*, integrando orientações sanitárias e gerontológicas, esportivas, culturais e sociais, mas cuja implantação foi afetada pela crise dos anos 1990. Assim, os *Hogares de Ancianos*, nos quais as pessoas dependentes e isoladas podem morar de forma permanente, foram reduzidos ao mínimo: cerca de 150 *hogares* abrigam, no final dos anos 2000, menos de 9 mil residentes no conjunto do território, ou seja, 0,6% as pessoas idosas (mas sua construção vem crescendo). Foram feitos esforços para o acolhimento, durante o dia, de pessoas isoladas e sujeitas ao risco de quedas, de não se alimentarem, de ficarem deprimidas ou mesmo de se suicidarem. Criadas nos anos 1970, as *Casas de abuelos* (atualmente em torno de 230, que acolhem menos de 7 mil usuários em 2011) proporcionam esse acolhimento durante o dia, no nível de municípios, organizam algumas ocupações e passeios, e oferecem refeições e um acompanhamento sanitário às pessoas menos aptas a ficar sozinhas e a assumir as tarefas cotidianas (por razões de deficiência psíquica ou física leve). Com a pauperização, o fornecimento de refeições adquire enorme importância, e os *comedores*, que acolhem dois terços das pessoas idosas, se expandem.

Através desses programas, a institucionalização, seja em hospital ou em lares foi reduzida à estrita necessidade para complementar o encargo pela família, e isso tanto por razões culturais e políticas (não “desintegrar” socialmente as pessoas idosas ou com deficiência) quanto orçamentárias. De fato, se todos os programas de intervenção social propriamente ditos foram intensificados a partir dos anos 2000, as restrições orçamentárias pesam sobre sua capacidade de cumprir suas missões, de manter a qualidade das refeições servidas, e sobre os recursos para organizar atividades. Uma visita à *Casa de Abuelos* de Regla me fez tomar consciência do fato de que a degradação dos transportes públicos e a pane persistente no ônibus dessa *Casa* impediam que a maioria das pessoas que tinham direito a ela chegasse lá, dada a distância de suas moradias. Mais ainda, a intervenção social profissional, ao estimular a responsabilização familiar e comunitária por situações de necessidades diversas, deve contribuir para aliviar os orçamentos da assistência e,

²¹ Em 2011, a assistência social cobre apenas 1,6% dos indivíduos, enquanto a taxa de pobreza e/ou de grande vulnerabilidade social é bem superior, em torno de 20%.

portanto, para transferir serviços públicos para as famílias e as comunidades locais. Segundo as estatísticas nacionais, os orçamentos de assistência tiveram uma redução considerável desde meados dos anos 2000, o número de beneficiários (indivíduos e núcleos familiares) foi reduzido a um terço e o número de pessoas idosas e com deficiência caiu pela metade entre 2005 e 2011. O acúmulo de benefícios em espécie por famílias em várias situações elegíveis foi severamente limitado. A dimensão individual dos benefícios sociais retrocede diante da dimensão familiar mais por razões orçamentárias do que ideológicas.

Os novos trabalhadores sociais são solicitados a contribuir para reforçar os níveis locais e comunitários de solidariedade, de mobilização e de responsabilização. Eles atuam no âmbito de ações ou de projetos de desenvolvimento de bairro que envolvem trabalhadores sociais, membros de organizações de massa, moradores, voluntários, alguns profissionais e representantes locais dos serviços públicos ou de instâncias político-sociais de controle territorial, ou mesmo representantes do Estado ou de ONGs internacionais. Sua ação é encaixada em uma densa teia de instituições políticas, sociais, socioculturais, esportivas, sanitárias, de organizações formais, de iniciativas *ad hoc*, de programas mais ou menos educativos, disciplinares ou de segurança, onipresentes nos bairros da capital:²² *Círculos de Abuelos, Universidades del Adulto Mayor, Taller de Transformación Integral del Barrio*, certas igrejas e associações religiosas caritativas, bibliotecas, promotoras culturais, os Comitês de Defesa da Revolução, as Comissões de Prevenção e Atenção Social etc. Essa forma de intervenção social em parceria visa contribuir na formulação de soluções pragmáticas, adaptadas aos meios locais: os moradores devem identificar as pessoas em situação de vulnerabilidade e encorajá-las a ajudarem a si mesmas (OXFAM, 2002; STRUG, 2006).

Assim, a assistência e a intervenção sociais, mais do que aliviar as situações de pobreza, devem responder ao aumento de situações de isolamento e de necessidade não suprida de ajuda de outro, decorrentes da evolução das estruturas familiares e demográficas; e ainda, com certa frequência, acompanhar ou controlar as situações de marginalização, ou mesmo de desvio social, ligadas também a questões familiares. Nesse momento crucial de sua história, a assistência e a intervenção sociais substituem outras instituições cujo papel de produção de orientação e de coesão social está enfraquecido: centros de trabalho (integração, ordem social); as estruturas de vigilância social e política implantadas pela sociedade revolucionária dentro das organizações de massa, hoje enfraquecidas; as solidariedades familiares, às vezes pouco capazes de manter a integração e a presença sociais.

De acordo com uma tradição de forte integração local, sustentada por instituições diversas que perpassam o território e integram a maioria dos cidadãos, a intervenção social é difusa, distribuída por

22
Sua densidade é menor
fora de Havana, e
particularmente nas
comunas rurais.

múltiplas formas de engajamento voluntário. Boa parte da população de Havana participa – e ocupa uma posição central – como protagonista e como beneficiária, de atividades diversas destinadas a integrar os cidadãos, socializá-los, preservar sua saúde, contribuir com o vínculo social, promover a educação popular, difundir competências. Assim, o trabalho orientado para o outro, quando se adensa sob uma forma profissional, continua a incorporar estatutos, competências e atividades diversas, cujos valores e normas de referência instituídas e práticas convergem com os da integração à sociedade revolucionária.

INTERVENÇÃO SOCIAL E NORMAS FAMILIARES: “LA BUENA FAMILIA ES LA QUE CUIDA”²³

A família cubana foi relativamente pouco institucionalizada pelo Estado (BOURDIEU, 1993), ainda que, sem dúvida, nenhuma das políticas públicas a tenham amoldado, tanto pela intervenção quanto por sua ausência. Instaurando novas normas sociais (no sentido de regras e modos de funcionamento) em matéria de ordem política, econômica e social, deslocando as fronteiras das dependências legítimas e da autonomia, e agindo essencialmente por incitação e efeitos de alavanca, as políticas sociais se apoiaram na família para promover o advento de um “novo homem”, operando “uma revolução na família, necessária para a revolução socialista” (ESPÍN, 1990, p. 242).

A ordem familiar mudou sob o impacto de medidas e políticas visando a emancipação dos indivíduos das dominações de classe, gênero, raça e do capitalismo mercantil. A política igualitarista no âmbito dos direitos sociais e do trabalho, da proteção social, do acesso à saúde e à educação, dos direitos civis e políticos produziu um poderoso efeito de individualização. Ao mesmo tempo individualista e familista, a política “familiar indireta” do Estado cubano não ocupou todos os espaços de necessidades sociais e preservou a família como unidade de reprodução indispensável; a família permanece muito presente sociologicamente, mas também institucionalmente.

Contradições sistêmicas se mantiveram, ou mesmo se agravaram. Elas se desenvolveram entre os objetivos fixados pela revolução cubana e as condições reais de divisão de responsabilidades; ou ainda, entre os meios consagrados à reprodução social pela coletividade, a parte exigida *de facto* das famílias, e as necessidades da sociedade. Como analisa Ulrich Beck (1992), o que é imputado à família como contradição reside, na verdade, no conjunto da sociedade, que não conseguiu solucioná-la. A família seria apenas o reflexo, o lugar onde se tornam mais visíveis, mas onde se privatizam as contradições e tensões, não entre produção e reprodução em um regime econômico.

Em um contexto de enfraquecimento das solidariedades sociais e de aumento das tensões econômicas e demográficas, as solidariedades

23

“A boa família é a que cuida”, frase ouvida durante o encontro com trabalhadores sociais, mencionada mais acima.

familiares – tanto em sua dimensão afetiva e protetora quanto nas imposições e formas de dependência que induzem – são mais necessárias do que nunca. E aqueles que não podem recorrer a elas são mais penalizados do que nunca. O reforço recente da assistência e da intervenção sociais deve responder a uma situação de urgência, e se apresenta antes de tudo como um modo de gestão ou de contenção pragmático, mais que de resolução, dos problemas sociais. Focalizando de forma explícita os “sem família”, elas reconhecem, ainda que parcialmente, essa necessidade de solidariedade de proximidade, não apenas do ponto de vista da responsabilidade material, do dever de alimentar (que pode ser suprido pelo envio de remessas por emigrados, ou pelo compartilhamento de salários e pensões), mas também da “solidariedade cotidiana” (WEBER, 2007) ou da “presença social” (BESSIN, 2010).

A boa família é aquela que assume a responsabilidade, aquela que cuida, aquela que segue sua morfologia. O ideal do *care* familiar continua sendo a norma estabelecida para as pessoas idosas, evocada com uma emoção e traços culturalistas que deixam pouco espaço ao debate – em termos de amor e de justiça social, mais do que de trabalho –, embora esse mesmo ideal, em se tratando de crianças, tenha estagnado. Se a mulher-mãe é desincumbida pelas instituições (e pela queda da fecundidade) para poder se consagrar a outros engajamentos, a mulher-filha ou neta (mas também o filho ou neto) deve assumir o cuidado das pessoas idosas (assim como dos deficientes e alcoólicos) de sua família. Contudo, o que se chama de família sob esse ângulo não responde a uma definição rígida ou legalista, mas requer transformações, migrações e processos de individualização que atravessaram a família cubana depois da revolução, distensões de solidariedades praticadas da família tal como se constitui: trata-se quase sempre de uma pessoa apenas, geralmente uma mulher, ou às vezes um casal, que coabita com a pessoa idosa ou deficiente e, com isso, aproveita a moradia. De caráter pragmático, a assistência e a intervenção sociais vão interpelar muito pouco os membros das famílias *de jure* que se dispersaram, ou que se afastaram, para obrigá-los a assumir suas responsabilidades. Quando não se reúnem as condições sociais que tornam possível essa “realidade chamada de família” (BOURDIEU, 1993), a assistência e a intervenção sociais requerem solidariedades paliativas ou complementares, um(a) cuidador(a) vitalício(a), a vizinhança, a contribuição de instituições de bairro, para criar diversas formas de responsabilização.

As crises da reprodução econômica e da reprodução social que afetam Cuba fragilizam a família, ao mesmo tempo em que ela é fortemente solicitada. Ela constitui, antes de tudo, um grande risco de retrocesso das conquistas de emancipação das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMODÓVAR, Magela Romero. Repensar el trabajo doméstico no remunerado a tiempo completo en la Cuba contemporánea. *Cuban Studies*, v. 42, p. 78-96, 2011.

ÁLVAREZ, Mayda. La familia cubana: políticas públicas y cambios socio- demográficos, económicos y de género. In: *Cambio de las familias en el marco de las transformaciones globales: necesidad de políticas públicas eficaces*. CEPAL, 2004. p. 305-334. (Serie Seminarios y conferencias, n. 42). Disponível em: <www.eclac.cl/publicaciones/xml/5/20555/ssc42_Familia_Parte2.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

ARÉS MUZIO, Patricia; BENÍTEZ PÉREZ, María Elena. *Familia cubana: nuevos retos y desafíos a la política social*, La Havane. IPS CUBA, Enfoques, n. 21, 2009. Disponível em: <www.cubaalamano.net>. Acesso em: abr. 2014.

BEC, Colette; PROCACCI, Giovanna (Dir.). *De la responsabilité solidaire*. Mutations dans les politiques sociales d'aujourd'hui. Paris: Syllepse, in-8, 2003.

BECK, Ulrich. *Risk society*. Towards a new modernity. London: Sage Publications, 1992.

BESSIN, Marc. *La présence sociale auprès des personnes en difficultés: enjeux temporels et sexués*. Paris, 2010. Disponível em: <<http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00612746>>. Acesso em: abr. 2014.

BORGEAUD-GARCIANDIA, Natacha; LAUTIER Bruno; PEÑAFIEL, Ricardo; TIZZIANI, Ania. (Dir.). *Penser le politique en Amérique latine: la recreation des espaces et des formes du politique*. Paris: Karthala, 2009. p. 19-36.

BOURDIEU, Pierre. A propos de la famille comme catégorie réalisée. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 100, p. 32-36, 1993.

CASTEL, Robert. *La gestion des risques: de l'anti-psychiatrie à l'après-psychanalyse*. Paris: Éditions de Minuit, 1981.

CATASÚS CERVERA, Sonia I. *La population de Cuba: principales caractéristiques et tendances démographiques*. Paris, 1996. (Les dossiers du CEPED, n. 39).

CENTRO DE ESTUDIOS DE POBLACIÓN Y DESARROLLO. *El estado actual y perspectiva de la población cubana: un reto para el desarrollo territorial sostenible – informe resumen de proyecto de investigación*. Habana: Oficina Nacional de Estadísticas, 2008. Disponível em: <<http://www.one.cu/publicaciones/cepde/estadoactual/EI%20estado%20actual%20y%20perspectivo%20de%20la%20población%20cubana%20Un%20reto%20para%20el%20desarrollo%20territorial%20sostenible.pdf>>. Acesso em: jun. 2014.

COJIMAR, Julia. Les Vâsquez: une économie familiale à la Havane. In: BLOCH, Vincent; LETRILLARD, Philippe (Coord.). *Cuba, un régime au quotidien*. Paris: Choiseul, 2011. p. 63-81.

DESTREMAU, Blandine. L'extension du marché à Cuba: une "grande transformation"? In: SERVET J.-M. (dir.). *Comprendre autrement le marché*. Marchés réels et marché fantasmé. Paris : Classiques Garnier, à paraître en 2014. (collection Ecrits sur l'Economie).

DIAZ-BRIQUETS, Sergio; PEREZ, Lisandro. Fertility decline in Cuba: a socioeconomic interpretation. *Population and Development Review*, v. 8, n. 3, p. 513-537, Sept. 1982.

DONZELOT, Jacques. *La police des familles*. Paris: Éditions de Minuit, 1977.

DURÁN, Alberta. *Transformaciones sociales y familia en Cuba: desafíos para las políticas sociales*. Habana, 2009. (Cuadernos del CIPS).

ESPINA PRIETO, Mayra. *Políticas de atención a la pobreza y la desigualdade*. Habana: CLACSO, 2008. (Colección CLACSO-CRÓP). Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/prieto/>. Acesso em: abr. 2014.

ESPÍN, Vilma. La familia en el socialismo: intervenció en la reunió de dirigentes femeninas de países socialistas. In: _____. *La mujer en Cuba, familia y sociedad: discursos, entrevistas documentos*. Habana: Imprenta Central de las FAR, 1990. p. 225-245.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge: Polity Press; Princeton: Princeton University Press, 1990.

FLEITAS RUIZ, Reina. La política social y la familia en Cuba: familias monoparentales. In: _____. (Dir.). *Selección de lecturas de sociología y política social de la familia*. Habana: Editorial Felix Varela, 2005. p. 339-362.

FLEITES-LEAR, Marisela. Paradojas de la mujer cubana. *Nueva Sociedad*, n. 143, Mayo/Jun. 1996, p. 41-55.

FRANCO SUÁREZ, María del Carmen; ALFONSO, Alina. *El perfil sociodemográfico de los hogares cubanos: análisis por territorios*. Habana: Office national des statistiques. Centro de Estudios de Población y Desarrollo, 2008. (Cuadernos de Estudios de Población y Desarrollo. Hogares Cubanos, n. 3). Disponível em: <<http://www.one.cu/publicaciones/cepde/cuaderno/Articulo%203.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

FRASER, Nancy; GORDON, Linda. A genealogy of dependency: tracing a keyword of the U.S. Welfare State. *Signs*, v. 19, n. 2, p. 309-336, 1994.

GEREMEK, Bronislaw. *La potence ou la pitié: l'Europe et les pauvres du Moyen Âge à nos jours*. Paris: Gallimard, 1987. (nouvelle publication 2010).

HARDING, Lorraine Fox. *Family, State and social policy*. Basingstoke: Macmillan, 1996.

KING, Marjorie. Cuba's attack on women's second shift 1974-1976. *Latin American Perspectives*, v. 4, n. 1-2, p. 106-119, 1977.

LAUTIER, Bruno. Gouvernement moral des pauvres et dépolitisation des politiques publiques en Amérique Latine. *Revue Tiers Monde*, n. 214, p. 169-186, 2013.

LEWIS, Jane. Gender and the development of welfare regimes. *Journal of European Social Policy*, v. 2, n. 3, p. 159-173, 1992.

LUTJENS, Sheryl L. Reading between the lines: women, the state and rectification in Cuba. *Latin American Perspectives*, v. 22, n. 2, p. 100-124, 1995.

MANSSON, Sven-Axel, PROVEYER CERVANTES, Clotilde (Ed.). *Trabajo social en Suecia y Cuba*. Desarrollo y perspectivas. Sancti Spiritus, Cuba: Editorial Arcadia, 2004.

MESA-LAGO, Carmelo. Social and economic policy in Cuba: a model of integral development for Latin America? Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos, 2006. (Area: Latin America – ARI, n. 148/2005).

_____. *Growing economic and social disparities in Cuba: impact and recommendations for change*. University of Miami: Institute for Cuban and Cuban-American Studies, 2002. (Cuba Transition Project). Disponível em: <http://ctp.iccas.miami.edu/Research_Studies/CMesaLago.pdf>. Acesso em: abr. 2014. PECCIÑA, Martha. Les femmes cubaines à l'épreuve de la crise économique. *Cahiers d'Amérique latine*, n. 57-58, p. 159-172, 2009.

PROCACCI, Giovanna. *Gouverner la misère: la question sociale en France (1789-1848)*. Paris: Seuil, 1993. (Collection L'univers Historique)

RAUBER, Isabel; BONILLA, Lisandro. *Cayo Hueso, estampas del barrio*. Buenos Aires: Passado y Presente XXI, 2010.

SAFA, Helen. *The myth of the male breadwinner: women and industrialization in the Caribbean*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1995.

_____. The matrifocal family and patriarchal ideology in Cuba and the Caribbean. *Journal of Latin American Anthropology*, v. 10, n. 2, p. 314-338, 2005.

SCARPACI, Joseph L. Winners and losers in restoring old Havana. In: PÉREZ LÓPEZ, J.; ALONSO, J. F. (Ed.). *Cuba in Transition*, v. 10, Washington, D.C.: Association for the Study of the Cuban Economy, 2000, p. 289-299.

SEGALEN, Martine. *Sociologie de la famille*. Paris: Armand Colin, 1981.

STRUG, David. Community-oriented social work in Cuba: government response to emerging social problems. *Social Work Education*, v. 25, n. 7, p. 749-762, Oct. 2006.

TABIN, Jean-Pierre; FRAUENFELDER, Arnaud; TOGNI, Carola; KELLER, Véréna. *Temps d'assistance*. Le gouvernement des pauvres en Suisse romande depuis la fin du XIX^e siècle. Lausanne: Antipodes, 2008. (Collection Existences et société).

TTTMUSS, Richard. M. *Social policy*, London: Allen and Unwin, 1974.

URIARTE-GASTON, Miren. Social policy responses to Cuba's economic crisis of the 1990s. *Cuban Studies*, v. 35, p. 105-136, 2004.

VERA ESTRADA, Ana; DIAZ CANALS, Teresa. Family, marriage and households in Cuba. In: HENNON, Ch. B.; WILSON, S. M. (Ed.). *Families in a global context*. New York: Routledge, 2008, p. 465-491.

WEBER, Florence. Qu'est-ce que la protection rapprochée? Réciprocité, solidarité quotidienne et affiliation symbolique. In: PAUGAM, Serge (Coord.). *Repenser la solidarité. L'apport des sciences sociales*. Paris: PUF, 2007, p. 187-204.

WEHRLI, Angelica. ¡No es fácil! Facing daily challenges in Havana, Cuba. *Autrepart. Revue de sciences sociales au Sud: Les mondes post-communistes. Quels capitalismes? Quelles sociétés?* Paris: Armand Colin. IRD. n. 48, p. 73-86, 2008.

WEHRLI, Angelica. Ama de Casa. A hidden form of entrepreneurial success?: re-challenging gendered roles. *International Journal of Cuban Studies*, v. 2, n. 3-4, p. 104-16, 2010.

WILLIAMS, Fiona J. *Social policy: a critical introduction*. Cambridge: Polity Press, 1989.

ZABALA ARGÜELLES, Maria del Carmen. *Familia y pobreza en Cuba: estudio de casos*. La Habana: Centro Felix Varela, 2010.

BLANDINE DESTREMAU

Diretora de Pesquisas, Centre National de la Recherche Scientifique,
Laboratoire Interdisciplinaire pour la Sociologie Economique (Paris, France)
blandine.destremau@gmail.com

TEMA EM DESTAQUE

<http://dx.doi.org/10.1590/198053142870>

SEXUACIÓN Y SUBJETIVACIÓN EN LAS PRÁCTICAS DE ASISTENCIA EN CHILE

CAROLINA ROJAS LASCH

RESUMEN

Durante la última década, en Chile se ha consolidado un modelo de gestión de las vulnerabilidades que posicionó a la familia como un agente central de la política social. A partir de un estudio cualitativo sobre las prácticas de intervención domiciliaria y sobre las formas de administración de la asistencia en los hogares, indago cómo estas políticas de la vulnerabilidad transforman y estructuran sexualmente las dinámicas familiares. Analizando tres actos-dispositivos característicos de este tipo políticas –focalizar, transferir y visitar–, muestro cómo la intervención produce e induce valoraciones al lugar asignado a los géneros a partir de los cuales las familias organizan sus relaciones sociales “puertas adentro”.

FAMILIA • GÉNERO • CUIDADO • POLÍTICA SOCIAL

SEXUALIZATION AND SUBJECTIVATION IN ASSISTANCE PRACTICES IN CHILE

ABSTRACT

Over the last decade, a vulnerability management model in which the family was positioned as the central agent of social policy has been consolidated in Chile. A qualitative study regarding home intervention practices and home assistance management programs support the view that these policies transform and shape family dynamics, in a gender-related way. Analyzing three dispositive acts, which are characteristic of this type of policies, – to focus, to transfer and to visit –, it can be highlighted how the intervention produces and induces valuations of the place assigned to gender and the mode families organize their social relations “behind closed doors”.

FAMILY • GENDER • CARE • SOCIAL POLICY

SEXUALIZAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO NAS PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA NO CHILE

RESUMO

Durante a última década, consolidou-se no Chile um modelo de gestão das vulnerabilidades a partir do qual a família foi posicionada como agente central da política social. Um estudo qualitativo sobre as práticas de intervenção domiciliar e sobre as formas de administração da assistência nos lares sustenta a indagação de como essas políticas de vulnerabilidade transformam e estruturam de forma sexuada as dinâmicas familiares. Analisando três atos-dispositivos característicos desse tipo de políticas – focar, transferir e visitar –, mostro como a intervenção produz e induz valorações do lugar atribuído aos gêneros a partir do qual as famílias organizam suas relações sociais “com as portas fechadas”.

FAMÍLIA • GÊNERO • CUIDADO • POLÍTICA SOCIAL

1 Siguiendo a Didier Fassin, la idea de economía moral significa que se establecen [nuevas formas] de producción, repartición, circulación y utilización de sentimientos morales, emociones y valores, de normas y de obligaciones en el espacio social, en este caso asociadas a las desigualdades (2009).

CON EL ADVENIMIENTO DEL SIGLO XXI, los organismos internacionales promueven en América Latina un nuevo modelo de políticas sociales y de Estado Social basado en el enfoque de la Protección Social (HOLZMANN, 2003; MOLYNEUX, 2007). Este proceso coincide y se articula con una importante transformación a nivel de las economías morales (FASSIN, 2009)¹ de la desigualdad en la región a partir de las cuales se transforma el modo de concebir y priorizar los problemas sociales, así como las poblaciones que requieren ser atendidas por el Estado. De la mano con este nuevo enfoque, los problemas sociales dejan de explicarse por las crisis de los sistemas económicos y políticos y se asocian a la existencia de “riesgos”; las consecuencias de éstos dejan de comprenderse en términos de pobreza y exclusión y se interpretan en términos de “vulnerabilidad” y las soluciones dejan de visualizarse en términos de compensación y reparación y se organizan en torno a la idea de “protección social”. Estos cambios discursivos han sido fuertemente celebrados, aun cuando sus alcances reales en términos de resultados no dan necesariamente cuenta de cambios sustantivos en materia de superación de las desigualdades. Lo interesante es que no obstante esto, al alero de este enfoque ha emergido un modelo emblemático de Estado Social para la región y en términos más generales para el Tercer Mundo. En América Latina estos enfoques se fueron consolidando durante el segundo quinquenio de los 90, a partir de la experiencia de cuatro programas sociales dirigidos al tratamiento

de pobres: el programa *Oportunidades* de México, *Jefes y jefas de familia sin empleo* en Argentina, el programa *Bolsa Familia* en Brasil y el programa *Chile solidario* en Chile. En este último caso, se observa que la adopción de este enfoque ha contado con un fuerte consenso político y social, lo cual ha facilitado la implementación de cambios institucionales y tecnocráticos asociados a la implementación del mismo. Esto se debe, entre otras cosas, a que ha sido figurado como una manera de saldar una deuda política y moral (RACZYNSKI; SERRANO, 2005; HAN, 2012) que se arrastraba desde la dictadura en materia de pobreza y desigualdad y que era asociada con la instauración de políticas económicas y sociales de corte neoliberal.

Entre las principales manifestaciones institucionales de este “giro a lo social” a la chilena, está la creación de un conjunto de políticas de gestión de las vulnerabilidades (LAUTIER, 2010) que rápidamente han sido celebradas y exportadas a otros países. Ejemplo de esto son: el Programa Chile Solidario –CHS– que se orienta a atender diversas situaciones de vulnerabilidad que afectan a la población; el Sistema Chile Crece Contigo –CHCC–, dirigido a la protección integral de la infancia principalmente en el ámbito de salud; la política del Ingreso Ético Familiar que se orienta también a la superación de la extrema pobreza;² la política de entrega de bonos, que si bien en un inicio fue una respuesta a situaciones de crisis, hoy se asienta como un dispositivo permanente y corriente de la política asistencial; la Subvención Escolar Preferencial –SEP–, dirigida a compensar las desigualdades de origen en los resultados educacionales a través de la entrega de una subvención a los establecimientos que trabajan con niños en situación de vulnerabilidad; entre otros. Todas estas políticas sociales se caracterizan por ofrecer a sus beneficiarios el acceso a la red de instituciones sociales del Estado, un acompañamiento psicosocial y recursos monetarios o materiales de asignación directa (LAUTIER, 2010).

En el contexto de esta nueva forma de concebir y gestionar las desigualdades basadas en las nociones de vulnerabilidad, riesgo y protección, la familia aparece en la escena pública como un actor central en el proceso de aseguramiento del bienestar de los individuos. Esto se argumenta bajo el supuesto de que es “en” y “a través de” la familia donde se pueden encontrar tantos los recursos (capitales) como las dificultades para que los sujetos desarrollen las capacidades que les permitirán hacer frente a las situaciones de riesgo y alcanzar en un futuro una integración social-económica. Técnicamente, esto se ha traducido en que a partir de los años 2000 la distribución del derecho a la ayuda social asociada a estas nuevas políticas dichas de protección social, comienza a otorgarse a las familias vulnerables o a individuos que pertenecen a familias así clasificadas. Esta atención puesta en la familia como agente del bienestar no es particularmente nueva. A principios del siglo XX, en el proceso de gestación de lo que fue el Estado de Bienestar chileno, se observó un proceso similar, pero fuertemente ligado a la gestión asistencial

2 El Ingreso Ético Familiar corresponde a una modificación de los dos programas recién mencionados que se diseñó en el gobierno del presidente Piñera, pero cuya sustentabilidad resulta incierta en el marco de las acciones del nuevo gobierno de Michelle Bachelet.

proveniente de una tradición caritativa y filantrópica. En una misión de carácter civilizatorio, la familia del “bajo pueblo” fue entonces objeto de un conjunto de acciones principalmente moralizantes (ILLANES, 2007). Lo que se observa ahora es en cierta medida una actualización de este modelo de acción sobre la familia, pero haciéndose parte de una política sistemática y extensiva del Estado con pretensión proteccionista. Las actuales políticas dirigidas a las familias comparten con las antiguas la existencia de un fuerte contenido moral pero que se articula con otros igualmente centrales de tipo económico y social. M. Chauvière ha denominado el proceso actual de retorno a la familia como un neo-familialismo, en el sentido de que los asuntos públicos hoy estarían incitando una hipertrofia de la razón familiar (CHAUVIÈRE, 2006), es decir, un desarrollo excesivo del lugar que esta ocupa en el desarrollo de la acción social pública. De esta manera, el autor se suma a las críticas a este modo de acción pública familiarista, evidenciando cómo la emergencia de la familia va de la mano con un retroceso de la acción estatal, a partir de lo cual deja de estar dirigida a resguardar los derechos sociales específicos de un estatus particular social de cada miembro y se orienta a actuar sobre la familia, bajo la concepción de que es el lugar primario de protección y por tanto movilizando su responsabilización. Ampliando esta línea de análisis, el presente artículo se propone mostrar que actualmente el interés estatal por la familia no se orienta a su resguardo en tanto institución de vínculo, protección y solidaridad doméstica, sino que a su gobierno en tanto unidad social. Dicho de otro modo, interesa la familia porque es un espacio social delimitado sobre el cual se puede realizar una acción de manera eficaz. Así, la familia es para el Estado la “puerta de entrada” o el “territorio” a través del cual se accede a los hogares, que es en donde se organiza la vida cotidiana de un conjunto de sujetos dichos o entendidos como vulnerables. La familia, entonces, ofrece condiciones para administrar y gestionar eficientemente un conjunto de procesos, beneficios y sujetos. Es importante remarcar este punto ya que permite problematizar, en el contexto de estas políticas contemporáneas, el lugar asignado a las familias y desde una perspectiva de género, tal como se hará en este artículo, a cada uno de sus miembros.

El análisis de estas políticas no sólo puede centrarse en las retóricas y discursos legítimos sobre el lugar asignado a la familia, sino que es central problematizar sus usos y consecuencias tanto en el contexto de los dispositivos y tecnologías que se crean para su puesta en marcha como en las acciones cotidianas de los agentes del Estado que producen y encarnan estas políticas. El presente trabajo se propone avanzar en esta dimensión de la política “en práctica” integrando un enfoque de género. Es relevante tomar esta perspectiva ya que la articulación del familialismo con la política de la vulnerabilidad ha desplazado, extraído y/o negado precisamente todas las referencias a los órdenes de género en la vida familiar. El foco de atención de este artículo estará puesto por una parte

en las formas de gobierno moral y social de la experiencia de ser familia vulnerable y asistida, y en las implicancias de la aparente re-valorización de ésta como unidad de intervención. Y en segundo lugar, en la dimensión política implícita en la práctica de esta acción pública participando así en la producción de dinámicas familiares complejas y contradictorias en términos de género. Para esto mostraré por un lado cómo la asistencia entra y se filtra sexualmente (CARDI, 2010) por el intersticio de la puerta de los hogares y fija a cada uno en un rol y en un personaje.

El interés por este tema surge a partir de un estudio etnográfico realizado entre el 2008 y 2012 sobre las formas de intervención social contemporáneas dirigidas a la población vulnerable. El trabajo de terreno comprendió la observación al trabajo de los funcionarios con las familias durante las visitas domiciliarias y a la atención de casos y de talleres grupales en dependencias municipales. Además contempló un conjunto de entrevistas tanto a beneficiarios y a funcionarios como a responsables del diseño y ejecución de las acciones del programa Chile Solidario, Chile Crece Contigo y SEP. Ahora bien, aun cuando la entrada al campo fue a través de estos programas, éstos no fueron abordados desde un enfoque de “caso”, tal como lo hacen los estudios de política pública (YIN, 2003; STAKE, 1999), los cuales ponen el foco en los procesos institucionales, administrativos, financieros o interaccionales que se ponen en juego en el ciclo de una política. Desde una aproximación socio antropológica, el análisis se concentra en el modo de tratamiento de los sujetos vulnerables y por tanto concibo estos programas como vehiculizadores de discursos y prácticas a través de los cuales: se gobierna a esos “otros”, los pobres vulnerables; se configura el Estado y su vínculo con los individuos y se instituyen formas de organización social. Desde esta perspectiva, el trabajo que se presenta a continuación se interesa en la *singularidad política* –y no en la *particularidad de la política*– de estos dispositivos de tratamiento de pobres, los cuales, siguiendo a Michel Foucault, pueden entenderse como la expresión de una racionalidad de Estado acerca de la gestión de lo social en el Chile de hoy.

SEXUACIÓN DE LAS PRÁCTICAS DE INTERVENCIÓN CONTEMPORÁNEAS

En Chile, durante los años ‘90, las políticas sociales se orientaron a partir de una lógica de discriminación positiva y compensatoria, a actuar sobre grupos definidos como prioritarios (mujeres, niños, indígenas, discapacitados, adultos mayores, etc.). Para esto incorporaron explícitamente en el debate y en el análisis de los problemas sociales las categorías de género, etnia, edad, etc. (RACZYNSKI; SERRANO, 2005). En el contexto de las políticas del nuevo siglo, el giro hacia lo social y junto con esto hacia la familia ha ido acompañado de un desaparecimiento y de “un

silenciamiento” (RÍOS; GODOY; GUERRERO, 2003) de esta dimensión más cultural y política en la concepción de las desigualdades. En lo que refiere a la dimensión de género, ni los documentos de diseño del programa ni la metodología utilizada hacen alusiones específicas a esto. Desde una aparente neutralidad y naturalización, la institucionalidad estatal ha esquivado interrogarse cómo las relaciones de ayuda y protección actuales estructuran el orden de los géneros y los modos de hacer y ser familia. No obstante este silencio, diferentes estudios evaluativos con preocupación por el género han mostrado que en la intervención con familias interactúan casi exclusivamente mujeres-madres y mujeres-profesionales. Por ejemplo, en el caso del programa CHS, se tiene claridad que alrededor del 70% de los (las) representantes de las familias beneficiarias son mujeres. Y el 75% de los (las) profesionales y técnicos del área social que realizan la intervención directa con las familias también son mujeres (CHILE, 2006). En general, este fenómeno de feminización de la asistencia³ ha sido limitadamente abordado en los análisis de estas nuevas políticas y más bien se ha entendido como un “dato”, es decir como una consecuencia y característica de las formas esencializadas que adquiere en el nuevo siglo “la vulnerabilidad”. Es decir, el argumento lógico es que dado que hoy la vulnerabilidad se habría feminizado, las prácticas ligadas a las políticas de protección son eminentemente femeninas. A partir de esto, las recomendaciones han ido en la línea de realizar acciones en pro de la igualdad de oportunidades entre hombres y mujeres, con lo cual se ha promovido la participación masculina de los beneficiarios y de los profesionales en las acciones vinculadas a estas políticas (ejemplo, fomentar la participación del padre en los partos, incentivo a la participación masculina en talleres, intencionar la conformación de equipos profesionales mixtos, etc.) y a modificar las prácticas de intervención en el sentido de integrar y resguardar que el trabajo con las familias incorpore las experiencias de la masculinidad (ejemplo, flexibilizar horarios de las atenciones a las familias para asegurar la presencia de los hombres, adecuar física y estéticamente los entornos de trabajo para que los hombres se sientan acogidos, etc.) (CHILE, 2008).

Por su parte, trabajos feministas recientes han evidenciado que más allá de estos arreglos esencialistas y compensatorios asociados a la incorporación masculina a las prácticas de asistencia, la sexuación, así como la generización, son parte de la estructura y los supuestos mismos de este modelo particular de política de protección social de corte neoliberal. Autoras tales como Andrea Cornwall (2008), Constanza Tabbusch (2011), Maxine Molyneux (2007), entre otras, ponen en entredicho que el Estado invoque a la mujer como intermediaria para la protección de los vulnerables. Observan que a través de lógicas conservadoras de la feminidad a partir de las cuales se fija su rol de madre, se niega u oculta otras dimensiones tales como las de trabajadoras o ciudadanas y se invisibiliza el carácter relacional de la configuración de los géneros. Es en este sentido que Silke Staab sugiere

3

La idea de feminización de la asistencia aquí se utiliza parafraseando aquella de la feminización de la pobreza.

Esta última ha sido ocupada por las políticas y estudios del desarrollo para el Tercer Mundo, como una manera de nombrar el hecho de que según ciertas cifras la pobreza es un fenómeno que afecta mayoritariamente a sujetos mujeres.

que a través de estas políticas se ha ido configurando algo así como un “nuevo maternalismo público” (2012, p. 321). Para la autora, la novedad de estas políticas es que articulan lógicas neoliberales de reducción del Estado y de sus responsabilidades, con una re-atribución a las mujeres de la responsabilidad del cuidado de un modo que hace recordar a las políticas sociales chilenas de principio del siglo XX. El acercamiento etnográfico a las vivencias y formas como las familias asistidas organizan puertas adentro, o a puertas cerradas, las experiencias de intervención asociadas a estas nuevas políticas, ha dejado ver cómo tales supuestos de la política operan y organizan de manera contradictoria las dinámicas familiares en términos de género. A continuación ilustraremos tales afectaciones de la intervención sobre las familias vulnerables a partir de un juego entre relatos etnográficos y descripciones de las lógicas de los dispositivos de tratamiento de pobres. Para esto enfocaré la atención en tres actos-dispositivos que son los más característicos de las políticas de protección social contemporánea: *focalizar, transferir, visitar*.

FOCALIZAR: “ESCONDO A MI MARIDO... PARECE UN FANTASMA... ES UNA ESPECIE EN EXTINCIÓN”

El enfoque de Protección Social promovido por el Banco Mundial (HOLZMANN; JÖRGENSEN, 2000) propone que en vez de actuar en base a situaciones a posteriori e intervenir sobre las consecuencias de la pobreza, lo que conviene hacer es preveer y anticipar para evitarlas. Este argumento retoma la teoría del riesgo, según la cual éste corresponde a la “probabilidad de realización de un evento cuyas consecuencias (en general nefastas) son desconocidas” (SIRVEN, 2007, p. 16). Frente a esto, la gestión del riesgo se convierte en el centro de la acción de la política social. El argumento es el siguiente: Las personas y familias son vulnerables a un conjunto de riesgos (naturales o producidos) que provocarán o aumentarán la pobreza. En este sentido, la vulnerabilidad se refiere a i) una predisposición de las poblaciones a ser afectados por un evento perjudicial externo o ii) a una incapacidad de su parte de enfrentar los desastres que pudieran sobrevenirles. Existe un vínculo entre la pobreza y la vulnerabilidad, ya que los pobres en general corren más riesgos ya que tienen un acceso restringido a instrumentos que le permitan manejarlo (HOLZMANN; JÖRGENSEN, 2000). Dicho de otro modo, los instrumentos de gestión social del riesgo enmarcados en una política de protección se dirigen a asegurar la subsistencia básica de los individuos en tanto promueven su capacidad de hacerles frente. La vulnerabilidad se comprende entonces como la probabilidad de las personas y las familias de verse afectadas por eventos o por situaciones de shock. Ante esto, en el marco de este enfoque, se hace necesario protegerse ante tales circunstancias y desarrollar mecanismos de aseguramiento que permitan a los individuos

poseer y acumular activos para prevenir, atenuar o reaccionar frente a los impactos del riesgo. Se entiende por activos, por ejemplo: el capital humano, el capital social, el capital físico o patrimonial, los ingresos o el trabajo, etc. En palabras de los autores de esta perspectiva, la protección social será vista como el conjunto de acciones públicas destinadas a apoyar a los sujetos, los hogares y las comunidades a mejorar su capacidad de gestión del riesgo. Así, la responsabilidad pública se debe concentrar en la provisión de seguridad en los ingresos, a través de una red de protección que debe considerar las relaciones entre la educación y la salud en torno a la idea de capital humano.

En el marco de lo recién descrito, una de las características principales de esta nueva ola de políticas de protección social es que delimita una nueva comprensión de las desigualdades a partir de las nociones de riesgo/protección/vulnerabilidad y a partir de esto se transforma también la concepción de quienes tienen el derecho a recibir la ayuda del Estado. En una entrevista la encargada nacional del programa Chile Solidario alude a este proceso:

En el sentido común... están quedando afuera de los primeros lugares en el ranking de los peores [y que eran los que hasta inicio de siglo focalizaba la política social], familias que se ven las más pobres de todas, las que las casas se caen a pedazos, pero que están constituidas por gente joven, con niveles relativamente adecuados de escolaridad, con capacidad generadora de ingreso y están quedando dentro, gente que no se ve tan pobre, pero que tiene una vulnerabilidad estructural enorme, como las mujeres jefas de hogar solas, con niños pequeños, como los adultos mayores, las familias con un integrante con discapacidad severa, que antes no aparecían. Entonces [...] ese que lo veían por aquí ahora pasó por acá, porque tienen brazos para trabajar, porque son sanos. (Entrevista Encargada Nacional del Programa, Julio 2008)

La idea de que las familias cuyos miembros tienen brazos para trabajar no serán seleccionadas para ser asistidas aun cuando sean indigentes, implica una importante diferenciación de género, ya que en caso de que en una familia haya alguien que carece de esos “brazos sanos”, ello implica indirectamente que hay otro miembro -mujer- que debe hacerse cargo de él en términos de su cuidado. Así, a partir de este nuevo lenguaje centrado en la vulnerabilidad, el *care* en sus formas más distintas y extendidas (NICOLE-DRANCOURT; JANY-CATRICE, 2008) se ha convertido, en uno de los objetos de preocupación de la acción pública. Sin embargo, es importante hacer mención que, sólo salvo algunos componentes específicos de la política de asistencia –como es el acceso garantizado a la sala cuna en el caso del CHCC–, las intervenciones no se

orientan a resolver problemas asociados al cuidado mismo, aquello que Claude Martin (2008) denomina como *social care* (por ejemplo diseñando mecanismos alternativos de cuidado o valorizando económicamente el trabajo del *care* doméstico, etc.). Aquí el cuidado adquiere valor en tanto pasa a ser un criterio de focalización. Dicho de otro modo, la preocupación por la existencia de una necesidad de cuidado en una familia –que en el orden actual de la división sexual del trabajo es asociada esencialmente a una actividad femenina–, es un indicador de vulnerabilidad a partir del cual se exhonera legítimamente a la mujer de la obligación del trabajo. De este modo, en el contexto de estas políticas, el cuidado familiar emerge como un ámbito de interés de la acción pública, pero operando principalmente como criterio para distribuir la meritoriedad del derecho a la asistencia y a la protección. En este sentido, el reconocimiento a la existencia de labores de cuidado en una familia es útil para rankear la vulnerabilidad, sin embargo el Estado luego asiste con intervenciones orientadas a resolver problemas de otro tipo (acceso a la vivienda, incremento de los presupuestos familiares, incremento en los recursos de financiamiento de la educación, etc.).

A través del trabajo etnográfico se observa que más allá de estas definiciones, hay prácticas no dichas que desafían los órdenes aparentemente establecidos para y por la política. Eva es una mujer que conocí el año 2008 cuando aún era beneficiaria del programa Chile Solidario. En una de las primeras entrevistas me relató cómo había conseguido la ayuda social bajo condición de que guardara la confidencialidad.

[...] cuando yo logré que me dieran los familiares [allocation familiar], yo puse que estaba sola, y que vivíamos con la jubilación de mi papá. Ahí logré que me dieran los familiares. Entonces a mi pareja yo no lo tengo puesto en la Ficha de Protección Social.⁴ Claro, entonces lo que pasa es que aparezco como madre soltera a cargo de cuatro infantes, entonces estoy en “riesgo social”. Pero no saben que tengo mi pareja. Porque si yo hubiera puesto mi pareja no me ayudan en nada. Y es lo que hace la mayoría de la gente realmente! [...] Por eso entré al programa Chile Solidario, por esa pequeña... [mentirita], oculté un... pequeño detalle [... mi pareja], (rie). [...] yo quedé sola con mis cuatro hijos [y el puntaje] me bajó, me bajó, me bajó, me bajó más el puntaje, me bajó (se ríe con un gesto de tímido pudor). [...] Lo que me da lata sí, es mentirle a la Clara [el apoyo familiar⁵]. [...] Entonces en eso yo me siento como mal porque ella ha sido tan buena conmigo. O... a lo mejor en una de esas sabrá y hará vista gorda. (risas). [...] Yo creo que sí, porque siempre ve herramientas y de todo aquí, entonces yo le digo: “no, si es de...”. (Entrevista a beneficiaria del programa CHS, 2009)

4 Ficha de Protección Social - FPS: Cuestionario dirigido a los hogares cuyo fin es recoger información sobre las situaciones familiares de las familias y permitir posteriormente en base a esto clasificarlas según sus niveles de vulnerabilidad y pobreza.

5 Ficha de Protección Social - FPS: Cuestionario dirigido a los hogares cuyo fin es recoger información sobre las situaciones familiares de las familias y permitir posteriormente en base a esto clasificarlas según sus niveles de vulnerabilidad y pobreza.

Esta práctica de “esconder a los maridos” ante los sistemas de focalización de la política social, no corresponde a una estrategia individual de Eva sino que se ha configurado como una práctica común y extensiva de las familias pobres que quieren acceder a programas o beneficios asistenciales. De hecho en términos políticos, administrativos y técnicos, esto ya se ha convertido en un foco de alta preocupación para la institución estatal debido a que efectivamente se trata de una transgresión a los sistemas de focalización (CHILE, 2010). Sin embargo, no es en tanto falla administrativa –o no–, que aquí resulta relevante, sino que en tanto evento sociológico que da cuenta o que deja en evidencia un conjunto de significados que ordenan y regulan la experiencia asistencial en el espacio doméstico. Tal como se observa en la cita, esconder al marido es un “arreglo” del cual participan Eva y Martín (su pareja). Pero también participan de este tipo de arreglos los agentes de la intervención, ya sea desde la denuncia o a través de un silencio cómplice. Al respecto la encargada municipal del programa CHS me relataba lo siguiente en una entrevista:

Si yo te definiera el tipo de familia [que atendemos]: monoparental en un 90 por ciento. El hombre prácticamente [es inexistente]..., pero eso no sé si es real, no te puedo decir si es real [o no] porque a nosotros nos..., [...] las familias saben perfectamente que si hay marido sube el puntaje, pierden los beneficios, por tanto de repente tu vas a la casa y te encuentras con el susodicho. Ya, de repente puede ser un ajeno, puede ser la pareja, puede ser el pololo, nosotros no lo sabemos pero tenemos claro que hay un hombre, hay una imagen ahí, no en la gran mayoría de las mujeres, pero si las hay, y nosotros nos hemos dado cuenta. (Entrevista jefa CHS municipio 1, 2010)

La encargada del mismo programa en otro municipio indicaba algo similar relevando los dilemas éticos y políticos al cual se ven enfrentados los trabajadores sociales en términos de hacer coincidir la veracidad de los sistemas de focalización, la necesidad y dificultad sentidas por las familias y su criterio profesional en términos de realizar una acción coherente en términos de solucionar y producir una transformación en la realidad social.

Y el hombre o está trabajando o no existe poh, no existe pa' la FPS, [...] [pero] nos hemos encontrado con que están los bototos del tipo ahí, en la casa y ella metiéndolos así como debajo de la cama, [...] todavía interiorizado que mientras más sola y abandonada estén, más beneficios van a recibir [...]. No podemos hacernos los locos si vemos los bototos ahí, pero el pilar es la mujer, yo creo que siempre va a estar marcado por una cuota de género este

tipo de intervenciones, porque nosotros en su mayoría trabajamos con la mujer, porque el hombre o de verdad no existe, o no lo presentan, o en su mayoría el hombre tiene que trabajar que se yo. Y la misión que nosotros tenemos es con misión de género porque trabajamos en su mayoría con mujeres, los talleres son en su mayoría de mujeres. (Entrevista jefa CHS, municipio 2, 2010)

Los relatos de los beneficiarios y de los agentes de la intervención nos muestran que el acto de “eliminar al hombre” o “esconder a los maridos” tiene sentido bajo la existencia de un referente de la política que lo incita. Da cuenta de una norma implícita establecida por la política y de un saber práctico a partir del cual tanto asistidos como interventores organizan sus conductas. De este modo, si bien la política habla o remite a la idea de “familia”, la meritividad de la obtención de la asistencia es particularmente reconocida a familias donde hay necesidad de cuidado y hay una mujer a quien atribuirle esta tarea (familias monoparentales de jefatura femenina que tienen a cargo el cuidado de niños pequeños, de adultos mayores, de personas con discapacidad o enfermedades).

TRANSFERIR. “LO QUE LLEGA TENGO QUE HACERLO ALCANZAR PARA TODO EL MES”

El instrumento privilegiado y común a esta política de protección social son los “condicional cash transfert programs” (programas de transferencias monetarias condicionadas). El propósito de este instrumento según sus definiciones oficiales, es articular intervenciones de tipo asistenciales y promocionales a través de la entrega condicionada de dineros de manera directa a las familias a cambio del cumplimiento de ciertas obligaciones o cambios de conductas por parte de ellas. En muchos casos, el dinero proveniente de las transferencias monetarias se espera que sea usado por las familias para financiar acciones asociadas a la gestión o cumplimiento de los compromisos y requerimientos de la política misma. Así, estas transferencias de dinero consisten en un intercambio económico, que monetariza la relación de ayuda que se establece entre el Estado y los individuos y en este sentido, el *bono* puede ser visto como “un pago” o “un sueldo” a las familias. En correlato a esta interacción económica, se instala una relación de autoridad jerárquica. Este tipo de subsidio no se propone como un aporte a un ingreso mínimo ya que son bonificaciones de bajo monto y no se ajustan a una lógica de derechos. Se distinguen de los subsidios en tanto su obtención no está asociada a estados vitales específicos de los sujetos (niñez, invalidez, vejez), sino que a una situación familiar más general de vulnerabilidad, entendida en cualquier caso como temporal. Además, no es universal, sino que está asociado al

ser beneficiario de la política y por tanto su obtención depende de su permanencia como usuario de ésta.

El bono de programa Chile Solidario es un ejemplo interesante de analizar. Consiste, en una ayuda monetaria mensual que recibe la familia cuando da señales de que está cumpliendo y participando activamente en la intervención psicosocial asociada al programa. El valor del bono es de monto decreciente y puede ser recibido por un máximo de 24 meses, que es lo que dura la fase de intervención.⁶ Ha sido entendido como un apoyo económico para la realización de los trámites asociados al cumplimiento de acciones propias de la ejecución del programa, como es la inscripción en las instituciones sociales, o para el pago de la locomoción para hacer uso de éstas, o para el ahorro para la vivienda. Ahora bien, lo que hacen en concreto los pobres con estas transferencias no parece ser objeto de preocupación institucional, administrativa o política. Se asume que son buenos consumidores y que tienen criterio para gastar bien los recursos. En esto influye y participa el blindaje y/o resguardo que se logra bajo el principio de que quienes tienen el derecho –casi exclusivo– de recibir estos recursos son las mujeres.⁷ En otras palabras, este modo asistencial reposa en la confianza y en el reforzamiento implícito de una competencia moral femenina asociada, como ya se indicó, a su disposición al cuidado pero además a su capacidad de gestión eficaz de la economía doméstica.

Laura fue beneficiaria de las políticas de asistencia y desde hace muchos años es receptora de distintas ayudas sociales. A diferencia de Eva, Laura vive con su marido, por lo cual si desde el sentido común asistencial su estado de vulnerabilidad no puede asociarse a la ausencia de la figura masculina en el hogar, se explica por el hecho de que ella tiene una deficiencia visual, tiene seis hijos, la mayor de ellas con un retraso mental y porque Benjamin, su marido, es ex reo y sus antecedentes judiciales aún no han sido rectificadas, “limpiados”. De cualquier modo la familia de Laura ha sido clasificada en estado grave de vulnerabilidad e indigencia y por tanto sus miembros tienen derecho a la asistencia ligada a este programa. En su caso, estas transferencias de dinero son fundamentales ya que es con lo que financian en gran medida la sobrevivencia cotidiana de su hogar. En una entrevista Laura me relató del siguiente modo el significado que tiene para ella este dinero:

Para una familia donde no hay entradas, por ser nosotros a mí me llega el familiar [SUF⁸], ... mi marido dice que yo soy apretada pero ... no, utiliza otra palabra, dice que soy caga'[sic], pero es que yo digo que lo que a mí me llega de los familiares [transferencias] tengo que utilizarlo para todo el mes, y ojalá tratar de llegar hasta los otros días en que llega de nuevo la plata. Por ser, el pan diariamente, la comida, que no falte una cosa, que no falte la otra.

6

Los valores en dólares americanos promedio son: US\$ 19 mensuales durante los seis primeros meses; US\$ 15 mensuales entre el 7° mes y el año, US\$ 10 mensuales entre el mes 13 y el año y medio, y US\$ 7.02 mensuales por los últimos seis meses.

7

En el caso del CHS por ejemplo, los reglamentos indican que independientemente de la presencia o ausencia de un hombre en el hogar, es la mujer a quien se le debe entregar las transferencias monetarias.

8

Subsidio Familiar (SUF), es una asignación de recurso creada en la Ley N° 18.020 dirigida a personas de escasos recursos, que no pueden acceder al beneficio de Asignación Familiar del DFL N° 150, de 1982, por no ser trabajadores dependientes afiliados a un sistema previsional.

El gas; y eso que yo uso uno chiquitito [...] Ya pero si me quedo sin gas yo no me complico la existencia, leña no más; así cocino. [...] [Benjamín] me reclama: “pero no te comprai calzones, no te comprai sostenes, no te comprai una crema, no te pintai...”. Pero es que son cosas en este momento innecesarias. Igual los niños, claro, como nos escuchan hablar siempre de lo mismo, me dicen: “mi mama siempre es apretada piensa en la pura comida”, y yo digo que es así no más la cosa. Me dicen: “mama, ¿qué vas a hacer con eso?”, y respondo: “la comida... ahora no [hay para otra cosa]!” Yo tengo sin zapatos al Juan [hijo], entonces estamos pensando en zapatillas porque no puedo tenerlo a pata pelada tampoco. A la Colombina [hija] la tenía a pata pelada pero [...] le compré estos [usados] [...] no era lo ideal pero al menos no está a pata pelada... y así me las rebusco. Yo ya no me compraba zapatos hace mas de 10 años, y yo decía el próximo año... el próximo año. Yo le digo a las niñas, ya cuando uno es mamá no pensai en tí; uno piensa en ustedes no más. Uno al ser mamá las cosas cambian. (Entrevista beneficiaria CHS, 2009)

El único ingreso seguro y permanente en la familia de Laura es el proveniente de los subsidios sociales, que ella significa “como la plata que le llega”, algo así como un tipo de ingreso. A parte de eso, esta familia dispone de lo que Benjamín le pasa a Laura cuando hace algunos trabajos esporádicos, “pitutos”, pero ella aclara que nunca corresponde a todo lo que él gana. Aparte de esto, como actividad relativamente estable dos días a la semana, Laura vende en “la cola” de la feria ropa o juguetes usados que consiguen y/o le regalan.

Siguiendo a V. Zelizer (2005) el valor asignado al dinero debe ser entendido dentro de un sistema de circulación en las familias, el cual se organiza en función de mantener la estabilidad de los vínculos familiares. Así, a pesar de las definiciones políticas del dinero, las familias pobres suelen continuar sirviéndose de sus propios sistemas de mercado. Entonces, el dinero aportado por cada miembro de la familia tiene una significación particular. El dinero aportado por los hombres tradicionalmente ha tenido un valor primordial, ya que con él se proveían los medios materiales de subsistencia. Y por su parte, el dinero que controlaban las mujeres, fue significado como secundario y asociado, según indica la autora, con el *pin Money*, ya que servía para pagar aquello que era visto como extra o poco relevante en términos de la sobrevivencia general. En principio, la distribución sexuada de las transferencias monetarias asociadas a estas políticas, induciría a pensar que el hecho de que sean entregadas directamente a las mujeres promueve en ellas grados importantes de autonomía y empoderamiento y por tanto estaría produciendo cambios relevantes en el orden tradicional de géneros. Sin embargo, a través de

esta dimensión económica de la asistencia, más que un reposicionamiento de la mujer en tanto sujeto independiente en el espacio económico de la intimidad, se produce una reorganización contradictoria y paradójica en los roles. Por un lado, quién provee en la familia no es el hombre, sino la asistencia social y quienes dominan el espacio de la sobrevivencia son las mujeres. Ellas controlan el dinero “haciéndolo durar”, o “tratando de que alcance hasta los otros días en que llega de nuevo la plata”. Así, por más limitado y escaso que sea el “ingreso asistencial” es el único dinero estable y permanente de la economía familiar y a través de éste son ellas, y no ellos, quienes aseguran la sobrevivencia. Sin embargo, al ser este dinero controlado por las mujeres, pierde valor dentro del espacio familiar ya que adopta el lugar del género de quien lo porta. Entonces, paradójicamente, en vez de que la transferencia empodere a la mujer, tal como se muestra en la cita, al ser un dinero provisto por la asistencia, vuelve a subvalorarla. Así, los “extras” familiares, proveídos por los hombres, pasan ahora a ser designados como relevantes y deseados para los demás miembros de la familia. Y por otro lado, debido a las formas de distribución del derecho a la asistencia que como ya vimos de cierto modo legitiman la ausencia masculina en el hogar y por tanto relativizan sus obligaciones financieras, estos dispositivos producen una re-responsabilización de la mujer en lo que refiere a la sobrevivencia doméstica y la posicionan hacia la atención y la solicitud hacia los otros (TABBUSCH, 2011). Y por último, tal como lo narra Inés, esto ocurre provocando incluso una negación de sí misma.

VISITAR. “AMIGA-MADRE-MUJER... NO TE DEJES ESTAR”

El tercer acto-dispositivo que distingue y particulariza a esta política es que va a la búsqueda de las familias. A diferencia de las políticas sociales chilenas de los últimos 50 años, donde la ayuda se tramitaba a partir de la demanda realizada por las personas en situación de necesidad, esta política innova bajo la idea de que el Estado es quien se dirige a los hogares, sin que su presencia sea necesariamente solicitada por las familias. Con esto, el Estado *entra*, literalmente, al espacio privado de los hogares, siendo la casa, la pieza, la mediagua el escenario concreto de la intervención. En otras palabras, esta política cambia la direccionalidad de la relación de ayuda, siendo el Estado quien, previendo la necesidad de los ciudadanos, va en su búsqueda para subsanarla. En base a estas premisas estas políticas rompen radicalmente con la perspectiva del *guichet* distante de la asistencia y se vuelcan hacia un trabajo personalizado, de proximidad. De este modo, como sostienen estos autores, el *allez vers* se impone a través de esta política como un nuevo esquema organizador de la acción pública (CEFAÏ; GARDELLA, 2011, p. 51). Dentro de este marco, la visita domiciliaria es uno de los dispositivos centrales de intervención.⁹ Esta técnica de intervención

9 Acerca del modo como se implementa el enfoque psicosocial y las visitas domiciliarias en el Chile Solidario ver: Tabbusch (2011) y Carneiro, Galasso y Ginja (2009).

ha sido históricamente utilizada por la asistencia social, sin embargo al amparo de estas políticas de protección social hoy reaparece – con otros fundamentos y con otro formato- como una práctica legítima, valorada e incluso privilegiada. Si antiguamente fueron dispositivos enmarcados en intervenciones moralizadoras y disciplinadoras, hoy funcionan de manera más difusa y confusa, articulando una práctica de orden y *care*, de coerción y empatía (FASSIN, 2011), lo que, en términos de los enfoques de gubernamentalidad, se diría como la producción de la subjetividad a partir de la regulación de las conductas.¹⁰

La intervención que se realiza en el marco de estas visitas se basa en lo que ha sido llamado el enfoque psicosocial. En términos generales, éste se ha ido configurando desde los '90, al menos en Chile, como un campo de acción dentro del trabajo sobre lo social que involucra un conjunto diverso de disciplinas y saberes, pero que en concreto resulta ser bien inespecífico. Por una parte, es una manera de nombrar una praxis, es decir, formas de intervención social y por otro lado es el modo como se nombra a una dimensión o cualidad de la realidad social, es decir, delimita un foco. A pesar de la indefinición de los límites de este campo, lo psicosocial se ha incorporado en el ámbito de la política social como un modo de otorgarle especificidad y precisión a la misma, en miras a alcanzar el ideal de una acción integral. Hoy, estas políticas de protección social incorporan este tipo de acciones dichas “psicosociales”, lo cual es reconocido y valorado como parte de su progresismo.

A continuación, el extracto de mis notas de terreno etnográfico de un día de observación al trabajo de visita que realizaba Sonia, una profesional de la intervención del CHS, en la casa de una de las familias participantes del programa. En éste se muestra la dinámica y el tipo de relacionamiento que se establece entre mujer-beneficiaria y mujer-trabajadora social.

Blanca vive con sus dos hijos. Disculpándose del desorden nos invita a entrar a su casa. Sonia y ella hablan largo rato de sus vidas, del cansancio que tienen ambas debido a que sus hijos pequeños son muy inquietos. La conversación se da en un ambiente distendido que asemeja al de un par de amigas. Hoy Blanca está aporreada porque perdió el trabajo debido a que tuvo que quedarse cuidando a su hijo Tomás que estuvo enfermo varias semanas. E incluso, dice, casi perdió el cupo en el jardín infantil producto de las licencias, además que el niño no se acostumbra en ese lugar. Empatizando con las dificultades que hoy tienen apremiada a Blanca, Sonia le responde utilizando sus propias experiencias personales e historias de familia como recursos para ejemplificar a Blanca cómo se puede hacer para que las cosas le resulten. Le dice por ejemplo que haga pan, pero que mejor lo ofrezca antes, “así hace mi cuñado que vende pasteles”. Sonia le pregunta también cuándo se hizo el papanicolau y le comenta que ella se lo hace todos los años y que incluso se lo hizo

10
A partir de este enfoque, los problemas sociales son vistos en términos del sufrimiento o riesgo (social o físico) que provocan a los individuos y es por tanto a este nivel subjetivo que se requiere intervenir.

cuando estaba embarazada de varios meses. A todo esto, Blanca asiente dando su consentimiento e incluso agrega pensando en voz altas otras soluciones posibles. No se observa un rol explícito de autoridad o poder en Sonia. Sin embargo, al cabo de un rato Sonia cambia su actitud a una más seca y directa y re-enfoca la sesión hacia los requerimientos que la metodología psicosocial del Programa establece para esa sesión. Blanca se muestra un poco contrariada pero no dice nada. Sonia le pide que le muestre el cuaderno/agenda de registro donde están indicados los objetivos, actividades y productos de cada sesión. La mujer se lo pasa a Blanca mientras se justifica diciendo que su hijo se lo rayó. Sonia no dice nada al respecto. Lo revisa y en tono de broma dice: “¡no has hecho ni una tarea!”. Luego, mirando el cuaderno explica que hoy la sesión se concentra en revisar lo realizado por Blanca desde la última visita. Entonces comienza a hacer un chequeo de las acciones que están escritas sobre el cuaderno y que según lo establecido por el programa deberían estar realizadas al día de hoy: papanicolau, postulación al subsidio de vivienda, vacunas del niño, etc. (Notas observación visita domiciliaria. *Jueves 10 de Junio 2010*).

Las notas recién expuestas permiten ejemplificar cómo la asistencia y el Estado ingresan en el espacio íntimo de las familias, articulando y poniendo en relieve dos dimensiones históricamente cargadas de referencias a lo femenino: emoción-afectos y gestión-eficiencia. Se trata de una acción estatal –la de la visitadora– que controla y protege a los asistidos a través de la promoción de un cambio en la dinámica familiar para que la familia – la mujer-, sea capaz a su vez de controlar y proteger a sus propios miembros. Si bien esta acción de visitación psicosocial no tiene, en cuanto tal, una función y un fin de cuidado psicológico o físico, promueve en las familias valores o principios que son propios de una ética femenina de *care*: acogedora, contenedora, resolvedora. De esta manera este tipo de prácticas se alimenta y se nutre de estos principios a su vez que los refuerza y reproduce. El modo de trabajo cercano, afectuoso, permanente, que sale de la oficina municipal para instalarse en el espacio doméstico, configura una práctica y una relación asistencial ambigua que oscila entre la amistad, el sentido común, la escucha profana y la obligación, el cumplimiento de tareas y la consecución de acciones que permiten contabilizar y objetivar avances –sin necesariamente asegurar resultados en términos de superación de pobreza o vulnerabilidad. Lo que se espera, tanto de la trabajadora social frente a la beneficiaria y de la beneficiaria frente a su familia, es el logro de una protección próxima (MARTIN, 2008), el establecimiento de un vínculo intersubjetivo eficiente. Esto me señalaba una responsable comunal del programa: “*Es vital el vínculo, o sino como penetrai po, si estai penetrando el espacio privado de la familia?*”. Ahora bien, esta comprensión del lugar de los afectos en la relación de visita domiciliaria y más ampliamente en la relación de proximidad de este modo de protección social, nos conduce a entender

el fuerte uso político que tiene la dimensión emocional (AHMED, 2004). La construcción de un vínculo próximo no tiene un fin en sí mismo, sino que es un valor instrumental –de eficiencia en la gestión de lo social–. Así, en tanto recurso es lo que permite acceder a la intimidad e intervenir en la subjetividad que es donde estas políticas remiten la experiencia de vulnerabilidad.

De este modo, la introducción de lo psicosocial como un campo de acción que se orienta a abordar la inequidad como una vivencia subjetiva da pie a la entrada del Estado, a través de la visita domiciliaria, en el espacio íntimo y privado de los hogares. Y dentro de este espacio se actúa asumiendo que es un ámbito de dominio de las mujeres. Así, la racionalidad de la visita domiciliaria contemporánea moviliza la emoción y la eficiencia como dos referentes que estructuran tanto la manera como las familias vulnerables asistidas deben vincularse con el Estado, como la manera en que las familias y en particular la mujer deben actuar con respecto a sí misma y a su entorno familiar directo.

CONCLUSIONES

Este artículo problematiza la idea de la familia moderna, paternal, como un lugar de plena protección y afecto. Haciendo referencia a lo cerrado e íntimo del espacio en que se da la vivencia familiar, que para quien mira desde la ventana parecen ser intocables, el autor muestra irónicamente como ahí se organizan valores y sufrimientos. En otras palabras, releva el hecho de que los hogares son también lugar de coerción de las libertades individuales y de la negligencia. Es por tanto el lugar donde se fabrica a los sujetos; un espacio de contradicción y ambigüedad, que por cerrado y porque pareciera operar de modo “misterioso” para quien observa desde afuera, a través de la ventana, se convierte en un lugar y en un objeto de interés, de deseo. Siguiendo esta idea problematizadora de la familia, he querido mostrar que, cuando se trata de hogares pobres, la intimidad clausurada se hace frágil y es puesta en cuestión. Es entonces que la asistencia y el Estado social obtienen legitimidad para entrar. En el marco de estas políticas de protección social, la familia y su vida cotidiana se vuelven permeables desde el momento en que hay en ellas una vulnerabilidad reconocida institucionalmente y en especial cuando tal situación se asocia con el hecho de que se trata de una vulnerabilidad feminizada.

Los análisis que se han hecho desde una perspectiva de género a estas políticas de protección social centradas en las familias han relevado positivamente el hecho de que las mujeres logran tener un mayor control sobre las decisiones domésticas. Sin embargo, se ha cuestionado que como consecuencia de esto, las mujeres han sido consideradas más como instrumento que como sujetos de la política social. Además se ha hecho

notar que estas políticas tienen una gran falencia en términos de articular el trabajo remunerado con el trabajo doméstico, desincentivando así la corresponsabilización del cuidado.

También desde un enfoque de género, en este artículo he querido indagar en una dimensión más profunda de estas políticas que es aquella relacionada con las tensiones y dilemas asociados a las prácticas de intervención y experiencias de asistencia de las propias familias. ¿De qué manera la acción concreta que se realiza con las familias instituye o al menos reorganiza los modos de comprensión de las dinámicas familiares?. Es decir, ¿cómo las familias se apropian, esquivan o resisten a los procesos de sexuación y subjetivación implícitos en las formas de intervención?. La intervención en las familias que se realiza al alero de estas nuevas políticas de protección social se hace valer de tres actos-dispositivos que en el último tiempo se han convertido en el modo legítimo, válido, deseado y necesario para trabajar con la vulnerabilidad: *focalizar*, *transferir* y *visitar*. En otras palabras, es a través de estos actos-dispositivos que la nueva política de protección social penetra en los hogares y gobierna las dinámicas internas de las familias. Todos ellos contienen una política de familia y de género que de manera implícita expresan, al tiempo que producen, un orden sexuado y feminizado tanto de la acción pública en materia de lo social, como de las formas de organización de las familias. En términos de la focalización, se observa un refuerzo del valor social de la labor de cuidado que realiza la mujer. La política premia y celebra la ética del *care* de modo tal que la mujer, en tanto cuidadora, aparece como sujeto prioritario de la política asistencial. Dicho de otro modo, la política se nombra protectora de la mujer precisamente porque intenta atenderla, empoderarla, reconocerla en tanto ésta es portadora de la misión del cuidado. En este sentido, la protección asistencial no es aséptica frente a las relaciones de género, pero tampoco incide en términos de modificar o alterar los órdenes intentando hacerlos más igualitarios. Lo que hace es que a través de una política de reconocimiento esencializada de la mujer, extrema los roles tradicionales de los sexos. Ejemplo del carácter sexuado de esta política de asistencia es el hecho de que las familias pobres busquen estrategias para deshacerse del hombre de la casa frente a la institucionalidad social significándolo como un modo “progreso familiar” ya que les favorece para la obtención de la ayuda social. En todo caso es importante destacar el hecho de que efectivamente la política se distancia de un refuerzo de la figura hegemónica de familia como unidad nuclear, biparental y heterosexual: padre-madre-hijo, y hace visible, reconoce y valida la existencia de “otros” modos de hacer familia. En muchos casos esta nueva configuración familiar no convencional corresponde sólo a un “arreglo”, a un acuerdo de las propias familias y en este sentido la configuración es ficticia y no altera las dinámicas familiares reales y cotidianas. Así, la producción de órdenes no convencionales

de hacer familia requiere ser detenidamente analizada en términos de la legitimación de roles de género que ésta conlleva. Por un lado, si las familias ocultan a los hombres de cara a las políticas de asistencia, se debe a que a su vez es la propia política de asistencia quien ha dejado de verlos. Los hombres resultan ser un fantasma para la ayuda social, cuyas presencias se perciben, se sienten, pero no son dichas y por tanto son inasibles. Se da así una sexuación de la vulnerabilidad y por añadidura de la asistencia, en tanto se asigna un valor diferencial de sexo. El derecho legítimo a la asistencia es de las mujeres y la vulnerabilidad masculina se subentiende como un incumplimiento de sus responsabilidades masculinas vinculadas al mundo del trabajo y por tanto debe ser resuelta en el espacio del mercado o de la seguridad social.

En términos del acto de transferencia económica, éste contiene una valoración explícita a la figura femenina en el espacio familiar. Esto se justifica a partir de un reconocimiento de las responsabilidades domésticas no remuneradas de la mujer. Ser más mujer, en tanto cuidadora, da más derecho a recibir la ayuda económica al tiempo que se la compromete implícitamente desde una política doméstica del *care*, a que la administre “bien”, es decir a que la destine al cuidado de los “otros”. Esto resulta relevante y significativo, en particular en aquellos casos en los que las mujeres son efectivamente el sostén y responsables únicos de la vida familiar. Sin embargo, la aproximación acrítica y no explicitada de este mecanismo, favorece a un reforzamiento de la esencialización y de los géneros y el lugar instituido para cada uno. Aun cuando en el caso de la mujer esto se haga con el propósito de otorgarle un mayor valor social, tanto en el ámbito privado como público, ocurre que se refuerza su rol maternal asociado a un trabajo adentro de lo íntimo orientado a potenciar su rol de cuidadora. Y en el caso del hombre, que por el sólo hecho de serlo pierde el derecho a recibir la ayuda, se construye un ideal normativo a partir del cual se le incita a “salir” del hogar. De este modo indirecto, oblicuo, las políticas de asistencia producen prácticas inequitativas en torno al sexo, excluyendo y segregando al hombre y priorizando a la mujer, y relegan en términos de género al hombre a las funciones productivas de la figura paternal masculina al tiempo que legitiman y normalizan por la misma razón su ausentismo y alejamiento de las tareas domésticas familiares y de este modo feminiza la vivencia de la vulnerabilidad y de la asistencia.

Y en términos del acto de visitar, se trata de una acción profesional que si bien no tiene como función el cuidado en sí mismo, se alimenta, nutre y transforma desde valores o principios propios al *care*. Desde una ética específica. Esta ayuda estatal que opera dentro del espacio íntimo de las familias, pone en tensión dos dimensiones propias de la construcción de las identidades profesionales: emoción –racionalidad. En este sentido, se produce un cambio sustantivo a nivel de la práctica profesional,

valorándose una nueva competencia: el afecto (vínculo, compromiso, empatía), que remiten a una lógica feminizada de la: mujer-madre-amiga-acogedora. En este sentido, el trabajo social, que históricamente se ha constituido desde y para la racionalización de la asistencia, al alero de esta nueva política enmarcada en una acción dicha como psicosocial, hace del acompañamiento, la escucha, la capacidad de contener, la acción principal. Con esto, por un lado se pone en tensión la identidad profesional, pero al mismo tiempo instituye un referente específico de tipo emocional e interpersonal con respecto al modo como los ciudadanos y las ciudadanas se vinculan con el Estado.

REFERENCIAS

- AHMED, S. *The cultural politics of emotion*. New York: Routledge, 2004. 224p.
- CARDI, C. La construction sexuée des risques familiaux. *Politiques sociales et familiales*, Paris, n. 101, p. 35-45, Sep. 2010.
- CARNEIRO, P.; GALASSO, E.; GINJA, R. *The impact of providing psycho-social support to indigent families and increasing their access to social services: evaluating Chile Solidario*. Research Paper, Report. 2009. Disponible en: <<http://www.ucl.ac.uk/~uctprcp/chile.pdf>>. Acceso en: 23 abr. 2014.
- CEFAÏ, D.; GARDELLA, E. *L'urgence sociale en action*. Ethnographie du Samusocial de Paris. Paris: La Découverte, 2011. 576 p. (Collection Bibliothèque du Mauss)
- CHAUVIÈRE, M. *Enjeux de la néo-familialisation de l'État social...* In: COLLOQUE INTERNATIONAL ÉTAT ET REGULATION SOCIALE. COMMENT PENSER LA COHERENCE DE L'INTERVENTION PUBLIQUE? 11, 12 et 13 septembre 2006. Paris. Exposition dans le... Paris: INHA, 2006. 20 p.
- CHILE. Ministerio de Planificación y Cooperación. *Estudio efectos de la intervención psicosocial en mujeres que participan directamente en el sistema Chile Solidario*. Santiago: Mideplan, 2006. 87p. (Cuaderno n. 1. Serie de Estudios Chile Solidario).
- _____. *Protección social y género*. Red de Protección Social PROTEGE. Santiago, 2008. Disponible en: <http://www.chilesolidario.gob.cl/administrador/arc_doc/18869444134adf120843828.pdf>. Acceso en: 18 abr. 2014.
- _____. *Comité de Expertos Ficha de Protección Social: Informe Final*. Santiago 2010. 128p.
- CORNWALL, A.; GIDEON, J.; WILSON, K. (dir). Reclaiming feminism: gender and neoliberalism. *IDS Bulletin*, Sussex, n. 39, v. 6, p. 1-9, Dic. 2008.
- FASSIN, D. Les économies morales revisitées. Etude critique suivie de quelques propositions, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris, n. 64, p. 1237-1266, Jun 2009.
- _____. *Humanitarian reason: a moral history of the present*. Berkeley: University of California Press, 2011. 336p.
- HAN, C. *Life in Debt*. Times of care ad Violence in Neoliberal Chile. Berkeley: University of California Press, 2012. 298p.
- HOLZMANN, R.; JÖRGENSEN, S. Manejo social del riesgo: un nuevo marco conceptual para la protección social y más allá. *Revista Facultad Nacional Salud Pública*, Antioquía, v. 21, n. 1, p. 73-106, ene./jun. 2003.
- ILLANES, M. A. *Cuerpo y sangre de la política*. La construcción histórica de las Visitadoras Sociales (1887-1940). Santiago: LOM, 2007. 498p.
- LAUTIER, B. Les politiques sociales à l'épreuve des réformes de marché. *Revue internationale de politique comparée*, Paris, v. 17, n. 3, p. 23-55, 2010.

- MARTIN, C. Qu'est-ce que le social care? Une revue de questions. *Revue Française de Socio-Économie*, Paris, n. 2 , p. 27-42, 2008.
- MOLYNEUX, M. *Change and continuity in social protection in Latin America: Mothers at the Service of the State?* Geneva: UNRISD, 2007. 59p. (Gender and Development Programme. Paper n. 1).
- NICOLE-DRANCOURT, C.; JANY-CATRICE, F. Le statut du care dans les sociétés capitalistes. *Revue Française de Socio-Économie*, Paris, n. 2 , p. 7-11, 2008.
- RACZYNSKI, D.; SERRANO, C. Las políticas y estrategias de desarrollo social aportes de los años '90 y desafíos de futuros. In: MELLER, P. (Ed.) *La Paradoja Aparente*. Equidad y Eficiencia: resolviendo el dilema. Santiago: Taurus, 2005. p. 225-283. Cap. 5.
- RÍOS, M.; GODOY, L.; GUERRERO, E. *¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile posdictadura*. Santiago de Chile: Cuarto Propio, 2003. 380p.
- ROJAS, C. Gobernar la extrema pobreza: un análisis del dispositivo de intervención Chile Solidario-Puente. In: LEMM, V. (Ed.) *Michel Foucault: biopolítica y neoliberalismo*. Santiago de Chile: Editorial de la Universidad Diego Portales, 2010. 459p.
- SIRVEN, N. De la pauvreté à la vulnérabilité: évolutions conceptuelles et méthodologiques. *Monde en développement*, Paris, n. 140, p. 9-24, 2007.
- STAAB, S. Maternalism, male-breadwinner bias and market reform: historical legacies and recent reforms in Chilean social policy. *Social Politics*, v. 19, n. 3, 2012.
- STAKE, R. *Investigación con estudio de casos*. 3. ed. Madrid: Morata, 1999. 160p.
- TABBUSCH, C. Género y protección social: las transferencias condicionadas de ingresos en Chile. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 258-273, ago./dez. 2011.
- YIN, R. *Case study research. Design and methods*. 2. ed. EEUU: Sage, 2003. 173p.
- ZELIZER, V. *La Signification sociale de l'argent*. Paris: Seuil, 2005. 350p.

CAROLINA ROJAS LASCH

Pesquisadora Proyecto Anillos CONICYT-SOC 1103 Normalidade-Diferença-Educação, da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Chile –PUC–; doutoranda em Sociologia IRIS-EHESS
crojaslasch@gmail.com

TEMA EM DESTAQUE

<http://dx.doi.org/10.1590/198053142874>

EMOCIONES DE ANCIANOS BENEFICIARIOS DE PROGRAMAS SOCIALES EN METRÓPOLI DE GUADALAJARA

EDITH CARRILLO HERNÁNDEZ

ELBA KARINA VÁZQUEZ-GARNICA

RESUMEN

En este artículo se analizan las emociones y los significados que ancianos en situación de pobreza establecen respecto a los programas sociales de los que son beneficiarios. Este estudio etnográfico se realizó en la zona metropolitana de Guadalajara México a partir de entrevistas abiertas y observaciones no participantes en las viviendas de los adultos mayores. La información se trabajó con análisis de contenido temático. En los resultados se analiza de qué manera los programas sociales de gobierno impactan el bienestar emocional y el posicionamiento familiar y social del envejecido.

Este artículo es producto de la investigación "Subjetividades, prácticas y relaciones en la asistencia social en México: el programa 70 y más", dirigido por las Dras. Magdalena Villarreal, Rocío Enriquez y Marguerite Bey, en el marco del proyecto Latinassist-Universidad de París I.

EMOCIONES • VEJEZ • POBREZA • PROGRAMAS SOCIALES

EMOTIONS OF ELDERLY BENEFICIARIES OF SOCIAL PROGRAMS IN GUADALAJARA METROPOLIS

ABSTRACT

This article analyzes the emotions and meanings that poor old beneficiaries from social programs in Guadalajara Metropolitan Area attribute to these programs. This ethnographic study was realized by means of open interviews and direct observation at old people's homes. The thematic content analysis of the data shows how the government social programs impact the beneficiaries emotional wellbeing their family status and social position.

EMOTIONS • OLD AGE • POVERTY • SOCIAL PROGRAMS

EMOÇÕES DE IDOSOS BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS NA METRÓPOLE DE GUADALAJARA

RESUMO

Este artigo analisa as emoções e os significados atribuídos por idosos em situação de pobreza aos programas sociais de que são beneficiários. O estudo etnográfico na zona metropolitana de Guadalajara (México) foi realizado por meio de entrevistas abertas e de observação direta nas residências dos idosos. A análise de conteúdo temática dos resultados mostra que os programas sociais do governo têm impacto sobre o bem-estar emocional e a posição social e familiar do idoso.

EMOÇÕES • VELHICE • POBREZA • PROGRAMAS SOCIAIS

DE ACUERDO CON DATOS ESTADÍSTICOS se proyecta que para el año 2020 los adultos mayores en México conformarán el 12.5% de la población total; mientras que treinta años después podrían representar cerca del 26% (ZÚÑIGA; VEGA, 2004). En Jalisco los adultos de 60 años y más representan el 9 por ciento de la población total, con 671 mil 323 personas; de éstos 210 mil 465 tienen entre 60 y 64 años de edad, 155 mil 337 tienen de 65 a 69 años, y el resto son de 70 y más años. Por cada 100 mujeres de la tercera edad, hay 87 hombres. En la Zona Metropolitana de Guadalajara se encuentra la mayor concentración de adultos mayores en Jalisco (COEPO, 2008). Se estima que en la etapa de vejez ocho de cada diez ancianos son susceptibles de caer en situación de pobreza, ya que cuentan con bajos ingresos económicos para adquirir los bienes y servicios que les permitan, por cuenta propia, satisfacer sus necesidades básicas (GONZÁLEZ, 2013).

La pobreza es un fenómeno multidimensional que representa el acceso desigual y limitado de la población a los recursos productivos, afectando el cumplimiento de derechos económicos y sociales que se traducen en aspectos tocantes a la alimentación, la vivienda, la educación, la atención en salud, la inserción laboral y la participación social, además de involucrar elementos de carácter subjetivo y simbólico (ARRIAGADA, 2005). La pobreza concatenada a la vejez conlleva una doble fragilidad para el adulto mayor, ya que confluyen dos aspectos: por una parte la

disminución o pérdida de las capacidades físicas que le permitan ser independiente y contar con un trabajo para disminuir los riesgos de privación; y por otra parte, el no contar con los recursos necesarios para cubrir necesidades básicas y hacer frente a situaciones críticas o demandas de salud que se puedan presentar en esta edad. Como apunta Ham-Chande (2001), en estas condiciones la vejez se ve marcada por la dependencia de terceros, la falta de autonomía económica, la baja participación en la toma de decisiones y en actividades productivas o recreativas.

En el año 2002 se aprobó en México la Ley de los Derechos de las Personas Adultas Mayores, cuyo fin es propiciar las condiciones necesarias para vivir una vejez digna. A partir de dicha legislación se generan cinco ejes rectores para dirigir las políticas públicas en torno a la vejez en nuestro país. Estos ejes consisten en: 1) fomentar una cultura del envejecimiento a través de un cambio cultural que favorezca la valoración y dignidad de los envejecidos; 2) promover un envejecimiento activo y saludable; 3) promover la seguridad económica que garantice la satisfacción de necesidades básicas e inmediatas; 4) el acceso a protección social en materia de salud, alimentación y vivienda y 5) la promoción y defensa de los derechos de los adultos mayores (INAPAM, 2010). En este marco se inscriben los programas sociales que los diferentes niveles de gobierno han implementado para paliar la pobreza que enfrenta la población envejecida a través de realizar transferencias económicas o entrega de despensas que contribuyan a satisfacer las necesidades básicas del adulto mayor. Como objetivos secundarios algunos programas plantean impactar en la salud física y emocional del envejecido mediante talleres y grupos de apoyo en donde se realicen actividades físicas y recreativas. Lo cierto es que los recursos son escasos, por ello es que los programas se concentran única o principalmente en otorgar alimentos o transferencias monetarias.

En este artículo exploramos las emociones y los significados que los adultos mayores en situación de pobreza establecen en torno a los beneficios recibidos de los programas sociales, con objeto de conocer, a partir de la perspectiva del adulto mayor, la manera en que el programa incide en la concepción de sí mismo, en su calidad de vida y en su forma de posicionarse y relacionarse en su contexto social y familiar.

ASPECTOS TEÓRICOS Y METODOLÓGICOS DEL ESTUDIO

El estudio se realizó desde la perspectiva de género y la teoría construccionista de la sociología de las emociones, paradigmas que permitieron explorar y explicar las emociones, las experiencias y los significados elaborados por los envejecidos.

Hombres y mujeres viven de formas distintas las situaciones que enfrentan en la vejez. El género como construcción sociocultural de la diferencia sexual configura los roles sociales y las identidades subjetivas de las personas (SCOTT, 1986). Los empleos que hombres y mujeres han tenido durante su vida productiva y –aún ahora en la vejez– están marcados por el género, al igual que sus relaciones sociales y familiares. Los recursos y las problemáticas que enfrentan unos y otras obedecen a estas distintas formas de vida establecidas por género.

Desde una perspectiva sociocultural, las emociones son entendidas como construcciones sociales que si bien son subjetivas, son inherentes a un contexto histórico y cultural. Para comprender las emociones expresadas por los adultos mayores en este estudio es necesario tomar en cuenta el contexto social, político y geográfico en que se sitúan las personas, así como los elementos subjetivos de género, edad, escolaridad, condición de salud y nivel de independencia-dependencia que configuran su situación específica (GORDON, 1990; LE BRETON, 1998; MC CARTHY, 1989; TREVIÑO-SILLER; PELCASTRE-VILLAFUERTE; MÁRQUEZ-SERRANO, 2006).

El estudio se llevó a cabo desde el método etnográfico (RODRÍGUEZ; GIL; GARCÍA, 1999), a partir de realizar trabajo de campo en seis colonias marginadas de la Zona Metropolitana de Guadalajara en el periodo 2011-2012. El acceso a estas colonias y el contacto con los adultos mayores y sus familias se logró a partir del vínculo con organizaciones sociales que trabajan en estas zonas, así como a través del contacto con líderes y representantes de colonia.

Los datos de este estudio se obtuvieron a partir de observaciones no participantes en los hogares de mujeres y hombres beneficiarios de programas sociales para la tercera edad, así como de entrevistas abiertas con los adultos mayores, sus familiares y cuidadores (HAMME; ATKINSON, 1994). La información se registró mediante diarios de campo y audiograbación de las conversaciones con los adultos, previa autorización de éstos; posteriormente, para su organización y análisis, se transcribieron las entrevistas en un procesador de textos. La información se analizó de acuerdo con los lineamientos del análisis de contenido temático (KRIPPENDORFF, 1990; RODRÍGUEZ; GIL; GARCÍA, 1999).

LOS ADULTOS MAYORES Y SUS HOGARES

Las colonias elegidas para este estudio corresponden a las de mayor pobreza y alta presencia de personas de la tercera edad. De inicio, estas colonias fueron asentamientos irregulares, por lo que poco a poco se ha accedido a los servicios públicos y a la regularización de los predios. Sólo algunas de sus calles están pavimentadas, el resto son empedradas o de terracería. La mayoría de las casas tienen piso de tierra y algunas cuentan con paredes y techo de lámina, cartón o plástico. Otras más se encuentran en construcción o han quedado en “obra negra”. La lejanía y lo accidentado del terreno hacen difícil el acceso de vigilancia

policiaca, por lo que en muchas de las colonias persiste un alto índice de delincuencia.

Los adultos mayores que participaron en este estudio fueron 39 mujeres y 16 hombres de entre 65 y 95 años de edad. La mayoría cuenta con bajo nivel de escolaridad y algunos son analfabetos. En su etapa adulta se emplearon en trabajos informales o por cuenta propia. De acuerdo a la división del trabajo por sexo, por lo regular las mujeres se dedicaron principalmente al cuidado familiar, al empleo doméstico, al trabajo en fábricas o en alguna tienda, a la venta de alimentos o dulces fuera de sus casas, alguna fue partera o sobadora. Los hombres se desempeñaron en el comercio o en oficios de albañilería, pintura, jardinería, herrería o fontanería, otros más fueron obreros, pero perdieron sus empleos a temprana edad, por lo que no fueron candidatos para recibir una pensión en su vejez.

Actualmente, la mayoría de los adultos ya no pueden laborar por el deterioro de sus capacidades o por complicaciones de salud, por tanto no reciben ningún ingreso directo por trabajo o pensión. Los hombres que aún pueden trabajar siguen desempeñando su oficio de jardinero, vendedor ambulante o herrero, otros más se dedican a la pepena de basura reciclable. Las mujeres en cambio se dedican, de acuerdo a sus fuerzas, al cuidado familiar y a los quehaceres del hogar, y a la venta de dulces o manualidades que ellas mismas elaboran. Otras, al igual que los hombres, se dedican a la pepena de basura reciclable.

Algunos adultos mayores viven en casa propia, mientras que otros viven en el hogar de sus hijos. Pocos ancianos habitan todavía en pareja, la mayoría son viudos. Las mujeres enfrentan en mayor medida la viudez, ya que su esperanza de vida es mayor y suelen contraer menos segundas nupcias que los hombres. En todos los casos los adultos mayores se encontraban en hogares multigeneracionales, viviendo con uno o varios de sus hijos, con nueras o yernos, nietos y bisnietos. Generalmente, son las abuelas quienes fungen como principal apoyo en el cuidado y crianza de los nietos, así las mujeres más jóvenes puedan salir a trabajar (OSUNA, 2006). Hombres y mujeres adultos mayores coinciden en que la relación con las hijas suele ser más estrecha que con los hijos.

Es frecuente que los hogares de los adultos mayores se reconfiguren constantemente, ya que sus familiares pueden marcharse cuando tienen trabajo o encuentran pareja y, de igual manera, suelen regresar ante las malas rachas económicas o los problemas familiares. En ese sentido, en ocasiones hay mayor solvencia en el hogar y en otros momentos los recursos se vuelven todavía más escasos.

Los adultos mayores que participaron en el estudio dependían para su sobrevivencia económica de tres fuentes de recursos: los programas sociales, las ayudas familiares y el ingreso de su trabajo.

Los beneficios económicos recibidos de los programas sociales suelen ser más regulares. El apoyo de los hijos depende de diversos factores como: el número de éstos, su situación familiar y económica, así como el tipo de relación que exista entre ellos y los ancianos. En ocasiones estas ayudas son sistemáticas y, en otras, intermitentes. Generalmente, las ancianas reciben más apoyos de sus familiares que los hombres. Esto probablemente obedece a que las mujeres fueron las que tuvieron una relación más cercana con la familia, quienes las sacaron adelante y han participado en mayor medida en el cuidado y crianza de hijos y nietos.

También hay algunos casos en que la ayuda familiar es muy escasa o no existe, ya sea porque hay distanciamiento entre los familiares o bien porque no hay disponibilidad o suficiencia económica para hacerlo. En estos casos los adultos mayores se encuentran todavía más desprotegidos, sobreviven del recurso que obtienen de su programa social, de algún “trabajito” y de apoyos informales. Éstos últimos se componen de ayudas de parte de vecinos y amigos con quienes los adultos mayores han establecido lazos estrechos. Sus formas de apoyarlos son muy diversas y van desde traerles cosas que necesitan, hacerles pagos, ir al banco, sacarles fiado en la tienda, hacerles la limpieza de casa, prepararles o regalarles comida, o bien, brindarles algún cuidado. En estos casos, también son las mujeres quienes suelen contar con más redes de apoyo, ya que generalmente han tenido una vida comunitaria más activa que los hombres.

En general, los adultos mayores se sienten económicamente dependientes de los otros, ya sea del gobierno o de la familia. Particularmente, les preocupa más este último tipo de dependencia, ya que describen sentirse emocionalmente “mal”, es decir, les implica percibirse como una carga para sus familiares, emoción que se agudiza si también requieren de apoyo para el desarrollo de las tareas cotidianas relacionadas con su propia atención y cuidado. Esta situación de vida incide en que los adultos mayores pierdan, en gran medida, la posibilidad de negociar, tomar decisiones y ser tomados en cuenta dentro del núcleo familiar, incluso en los temas que los atañen directamente. Mujeres y hombres reportaron el hecho de sentirse como una “carga”, al encontrarse en situación de dependencia y sentirse supeditados a lo que los otros puedan darles y decidan hacer con ellos.

Otra de las preocupaciones de esta población es la necesidad de solventar los gastos cotidianos de alimentación, vivienda y transporte, así como el poder afrontar gastos para el tratamiento de algún accidente o enfermedad. Como apuntan Huenchuan y Guzmán (2006), los adultos mayores en situación de pobreza no cuentan con ingresos económicos suficientes para satisfacer sus necesidades personales y familiares, por lo que a pesar de los proyectos destinados para el bienestar de los ancianos, éstos no cuentan con la seguridad económica suficiente para vivir la vejez con dignidad.

Sin embargo, también es importante destacar que hay muchos casos en que los adultos mayores siguen siendo una fuente de apoyo fundamental para las generaciones más jóvenes. En muchas ocasiones prestan sus ahorros para apoyar a algún familiar o amigo, además de compartir sus viviendas, despensas y el recurso monetario que reciben del gobierno o de otros familiares; también se llegan a encargar del pago de servicios, del trabajo doméstico y del cuidado de infantes. Más que relaciones de completa dependencia o de que ésta se dé siempre del adulto mayor para con los más jóvenes, encontramos que se dan relaciones de intercambio e interdependencia en el que el mayor peso o responsabilidad económica y/o de cuidado de los otros, suele recaer en las mujeres de las distintas generaciones del hogar y la comunidad.

EMOCIONES EN TORNO A LA POBREZA Y LA SITUACIÓN FAMILIAR

Los adultos mayores sobrellevan situaciones de pobreza que los hacen vivir, como menciona Villarreal (en prensa), “a tiros y tirones”, es decir, ajustando lo más posible los pocos ingresos y las ayudas que reciben para poder cubrir sus necesidades del día a día. Los adultos mayores administran el dinero que obtienen para pasar la semana o el mes y priorizan los gastos de alimentación, vivienda y traslados que les son ineludibles. Las diferencias observadas entre hombres y mujeres es que estas últimas tendieron a usar más su dinero en los gastos de la comida y para apoyar a algún familiar con carencias económicas mayores que las propias, en contraste los hombres priorizaron el pago de los servicios y algunos gastos personales.

Incluso para solventar estos gastos cotidianos los adultos mayores dependen de los otros. Señalan que ellos pueden acostumbrarse a vivir limitados o con carencias, pero ser dependientes es una de las cosas a las que dicen “no imponerse”. La mayoría mencionó que les resulta incómodo pedir ayuda. Especialmente porque mencionaron que las situaciones económicas de sus hijos son difíciles. En su calidad de padres, las mujeres y hombres de la tercera edad suelen estar preocupados por la inestabilidad laboral y financiera de sus familias.

A los adultos mayores les resulta penoso pedirles dinero a sus familiares o se sienten mal de hacerlo, argumentan que no quieren causar problemas ni recibir una negativa; esto último les haría sentirse emocionalmente vulnerables, ya que se vuelve una cuestión de no perder la dignidad y mantener el orgullo. Sólo solicitan la ayuda en situaciones extremas, por lo que más bien esperan que sus familiares, principalmente sus hijos, los ayuden con lo que puedan y por iniciativa propia. En palabras de dos adultas mayores:

Mis hijos no, no, quizá esté mal, pero yo prefiero que atiendan a su familia, solamente cuando verdaderamente me siento bien apretada les hablo: “hijos échenme la mano”, pero menos no, no me gusta... Es que yo con mis hijos, yo pienso que si ellos ven la necesidad ellos como hijos: “oiga mamá” (mueve las manos como si entregara dinero). ¿Sí?, entonces si ven y no me traen, yo qué... orgullo pendejo si tú lo quieres ver así, pero es muy mi orgullo...

Los adultos mayores se las ingenian para no pedir ayuda, o bien apoyos extras a los hijos. Ajustan el dinero para la comida diaria y el transporte, además de ir ahorrando con tiempo para el pago de los servicios de casa y los medicamentos; ésta fue una práctica común entre hombres y mujeres. Para hacer rendir el poco dinero que tienen hacen, como refieren: “milagros”, “hay que darle vueltas a la cabeza para ver cómo le va hacer uno...”, “Sabrá Dios cómo le hago, o cómo me ayudará Dios, que hay veces que sí alcanzo a salir la semana...”. Como se observa en las expresiones de los envejecidos la inteligencia y la ayuda de Dios se unen para solventar el día a día.

Comúnmente, los adultos mayores enfrentan situaciones inesperadas. Las principales son las crisis laborales y de salud, a nivel personal o familiar, que desestabilizan su débil economía. Al enfrentar una crisis, los ancianos dicen perder la tranquilidad y vivir mortificados, sintiéndose a su vez impotentes por no contar con los medios y las condiciones necesarias para salir adelante. Cuando los envejecidos viven esas situaciones de crisis, el apoyo familiar y social es muy relevante en materia económica y moral, y en cuestión de cuidados y atención. Todos los adultos entrevistados comenzaron buscando el apoyo primero en el círculo familiar, especialmente con los hijos, hermanos o nietos. Por lo general, eran las parientes –mujeres– con quienes cohabitaban o vivían cerca, quienes brindaban el apoyo de cuidado. Los adultos refirieron que se sentían mal de “dar lata, de molestarlos”. Cuando la ayuda familiar es carente o deficiente son las redes sociales secundarias las que brindan el apoyo necesitado. No ser apoyados por la propia familia les causa “mucho sentimiento”. Uno de los adultos mayores que vive esta situación apuntó: “qué me gano con tener tantos hermanos o hijos, qué me gano con todo eso, si ninguno funciona, si de todos no se hace uno... en lugar de que dijeran: ‘vamos viendo de qué modo, cómo...’, no, ¡qué la fregada!...”.

Así como los adultos mayores nos refirieron la existencia de fuertes lazos de afecto y solidaridad por parte de sus familiares, también nos refirieron situaciones de desigualdad, conflicto y desinterés. Sin duda, los casos en donde el contexto y las relaciones familiares eran más agradables y donde el adulto mayor se sentía más tranquilo y cómodo, fueron en los que existía reciprocidad de largo aliento (ENRÍQUEZ, 2013). En estos casos el envejecido contaba con algún ingreso propio por su

trabajo, o bien porque hubiera hijos con mayor solvencia económica, así como más personas dispuestas a cuidarlo. De esta manera no se sentían como “una carga”. También influía el que el anciano fuera el propietario de la casa y que de alguna manera pudiera encargarse de sí mismo y colaborar en la limpieza o mantenimiento del hogar, para no ser “un estorbo”. Especialmente, el hecho de que el adulto mayor también pueda, en algún momento dado, sacar adelante a los hijos o nietos con algún préstamo o hacerse cargo del cuidado de nietos o bisnietos, les hace sentirse en relaciones de mayor igualdad o reciprocidad.

El hecho de que mujeres y hombres de la tercera edad no cuenten con los recursos económicos necesarios para hacer frente a accidentes o enfermedades ha llegado a afectar su salud, ya que no toman las medicinas requeridas, no acuden a citas médicas ni consumen una dieta especial recomendada por el médico, por lo que suelen terminar con cuadros agudos o crónicos. Una adulta mayor nos comentó:

Ando comiendo lo que haiga, lo que se pueda, si mis hijos me ofrecen un taco no voy a despreciar lo que me dan, necesito comer lo que me den o lo que tenga yo aquí. No es alimento ya para mi edad... mi enfermedad... pero el tiempo no está para eso... ahorita no estamos para tener especialidad, está el tiempo muy tirante, no nomás para mí, también para los demás, para conseguir un dinerito, para comprar lo que falta... si casi trabajo no hay, luego lo poquito que hay: al poquito tiempo y se acabó, mal pagado... ¿De dónde?, para especialidades no se puede ahorita guardar especialidades... por eso debo de comer lo que Dios me ponga para comer, lo que haiga...

Como comenta la anciana, su situación socioeconómica limita sus posibilidades de acción para conservar la salud. Sólo le queda dejar su sobrevivencia en manos de Dios y de sus familiares. Sin embargo esto último no es una garantía, ya que se presentan mayores roces y conflictos en los casos en donde la economía familiar es más precaria y el adulto mayor vive en casa ajena, cuando tiene pocos o ningún ingreso propio y ya no puede valerse por sí mismo y cuando su cuidado se concentra en pocas manos. Los adultos mayores en esta situación suelen sentir que son:

[...] un problema... es que está uno de arrimado, a veces la pasa uno amargosa... Cuando uno está arrimado se siente uno sobrado, a veces ve uno algo en ellos (hijos), como enfado, como que ya les molesta uno, eso es lo que siente uno...

En estos casos o cuando la ayuda familiar no existe es que la red social de apoyo se vuelve fundamental. Algunos ancianos, principalmente las mujeres, mencionan que si no fuera por sus amistades estarían o se sentirían desamparados. Son entonces los adultos mayores en hogares unipersonales y/o con redes precarias, en situación de aislamiento, los que enfrentan una situación de mayor vulnerabilidad. Autores, como Ham-Chande (2001) han señalado que esta etapa de vida se ve marcada por una fuerte exclusión social, ante la disminución de contactos y de vida comunitaria. Adultos mayores en estas situaciones mencionan que “está muy trabajosa la vida, por eso le pido yo [a Dios] que me lleve”. Esto contribuye a que el anciano se sienta más solo y con menos posibilidades de salir adelante, lo que decanta en sentimientos de malestar, depresión y tristeza.

Si bien mujeres y hombres de la tercera edad buscan mantener el orgullo y la dignidad ante los familiares, es cierto que las mujeres se sienten más merecedoras y seguras de recibir el apoyo de los hijos que los hombres, ya que como se señaló anteriormente muchas veces ellas fungieron como jefas de familia. En cambio, muchos varones tuvieron vicios e infidelidades, o bien fueron violentos o distantes con su pareja e hijos.

PROGRAMAS DE APOYO A LA TERCERA EDAD

En la Zona Metropolitana de Guadalajara se llevan a cabo diversos programas de atención a la población adulta mayor en situación de pobreza. En los años 2011 y 2012 se implementaban en las colonias, donde se llevó a cabo el trabajo de campo, programas por parte de las Secretarías o dependencias de Desarrollo Social o Humano de los diferentes niveles de gobierno.

El gobierno federal creó en el año 2007 el programa “70 y más”, abocado en un principio a zonas rurales. El gobierno estatal creó en ese mismo año el programa *Vive Grande*, destinado a la población urbana. Diversos estudios apuntaban los altos índices de pobreza y marginación que prevalecían en las ciudades (ENRÍQUEZ; ALDRETE, 2003; SALGADO; WONG, 2006; MÁRQUEZ, 2007). Por ello, en el año 2012, el programa de *70 y más* también amplió su cobertura a estas zonas.

Ambos programas otorgaban una transferencia económica de 500 pesos mensuales. *70 y más* los entregaba cada dos meses y *Vive Grande*, trimestralmente. Sólo el programa de *70 y más* contempla, además del apoyo económico, el realizar otras acciones para mejorar la salud y calidad de vida del adulto mayor. Estas actividades se implementaban hasta entonces sólo en el área rural, teniendo bajo impacto. Los dos programas tenían como objetivo central servir de apoyo a la economía familiar del envejecido, ya que si bien el monto resultaba insuficiente para garantizar su manutención, es considerado como un ingreso

“seguro” y “estable”, con el que contar. Los programas también incluían un apoyo de marcha, en caso de fallecimiento.

Los requisitos para ingresar a cualquiera de estos dos programas eran: tener los 70 años cumplidos, no ser pensionado o jubilado y estar solamente en uno de los dos programas, además de no ser beneficiario de Oportunidades (o que é oportunidades ¿). *Vive Grande* también tenía como filtro un estudio socioeconómico. Para inscribirse, los adultos mayores debían presentar documentos para acreditar edad, identidad y residencia. Algunos ancianos tenían dificultad en conseguir estos documentos, ya sea por cuestiones de movilidad o de economía, ya que debían ir a sus lugares de origen, corregir algún dato en sus documentos, o bien conseguirlos nuevamente, situación que quedaba lejos de sus posibilidades.

Ambos programas también solicitaban que otro adulto –familiar o no–, firmara como representante del adulto mayor; su función era representar al adulto mayor en su ausencia, así como notificar al programa de la enfermedad o muerte del adulto mayor, para que el anciano no perdiera su programa, o bien se recibiera el apoyo de marcha o defunción. El programa *Vive Grande* sólo solicitaba que los adultos mayores acudieran a hacer personalmente el trámite inicial y a recoger su tarjeta bancaria. Posteriormente, no tenían que cumplir con ninguna obligación con la institución. Por su parte, el programa de *70 y más* estableció que, para permanecer en el programa, el adulto mayor debía cumplir la corresponsabilidad de presentarse en caso de ser convocado para actualizar sus datos y dar prueba de supervivencia cada cuatro meses. En caso de no poder acudir por enfermedad o discapacidad, podría asistir su representante con un justificante médico que avalara la ausencia del adulto mayor hasta por dos meses, con posibilidad de renovarse. El envejecido que no contase con un representante tenía la oportunidad de llamar con 30 días de antelación a su prueba de supervivencia, y así solicitar que personal del programa acudiera a su domicilio a realizarla. De no ser así, el pago se suspendería hasta por dos cuatrimestres. Durante este tiempo el adulto mayor podría reactivar su pago si se presentaba a comprobar su supervivencia, en caso contrario quedaría suspendido indefinidamente del programa.

En ambos programas se generaba baja por falsear información o documentos, por dejar de acudir por el apoyo en dos ocasiones, o bien por no acudir a la cita establecida para dar prueba de vida, así como por el fallecimiento del envejecido. En el caso de *Vive Grande* la baja del adulto también se podía dar por su incorporación al programa de *70 y más*.

Generalmente, el representante se responsabilizaba de la tarjeta bancaria del anciano y era quien acudía cada dos o tres meses, según fuera el caso, a retirar el dinero. Esto sucedía principalmente porque al adulto mayor se le dificultaba desplazarse al banco, o bien porque no sabía utilizar el cajero automático.

Los gobiernos municipales que conforman la Zona Metropolitana de Guadalajara también implementaban programas de apoyo a la población adulta mayor. De acuerdo a su capacidad presupuestal, tres de los seis ayuntamientos (Zapopan, Guadalajara y Tlajomulco) implementaron programas que también realizaban transferencias económicas de 500 pesos entregados bimensualmente a los beneficiarios. Uno de éstos entregaba además una despensa. Los otros tres ayuntamientos (Tlaquepaque, Tonalá y El Salto) otorgaban mensualmente una despensa como apoyo a su padrón de adultos mayores. Además de estos apoyos, de acuerdo a donaciones recibidas o a la capacidad presupuestal del ayuntamiento, se otorgaban también sillas de ruedas, bastones, aparatos auditivos y anteojos.

Los criterios de inclusión que manejaban estos programas consistían en no pertenecer a programas de apoyo para la tercera edad a nivel federal o estatal, no ser pensionado o jubilado y demostrar de acuerdo al estudio socioeconómico, su situación de pobreza. También se debía nombrar a un representante que pudiera recibir el apoyo en caso de enfermedad del adulto mayor. Las bajas se generaban por muerte, por dejar de acudir por el apoyo en dos ocasiones o por la incorporación al programa estatal o federal.

Si bien las reglas de operación de los diferentes programas pueden parecer sencillas y sus requisitos y obligaciones mínimas, representaron un desafío para algunos de los adultos mayores, puesto que para cumplirlas requieren del apoyo de muchos intermediarios, para así lograr acceder y mantenerse dentro de estos programas.

Fue principalmente con el apoyo de familiares y demás redes sociales (amigos, vecinos, líderes de colonia, etc.), que los adultos llegaron a conocer los programas y sobrellevar los requerimientos. Además, requirieron de alguien que los ayudara a buscar y poner en orden sus documentos personales y que en horas hábiles lo llevara a realizar la inscripción al programa en la oficina correspondiente. El adulto mayor también requirió del apoyo de terceros para acudir por su apoyo y renovar su programa.

Son entonces los adultos mayores que están en condiciones de aislamiento y marginación quienes tienen menos posibilidades de ser beneficiarios de un programa social de gobierno, debido a las diversas implicaciones que tiene ingresar y mantenerse dentro de éstos. Lamentablemente, suelen ser éstos quienes enfrentan mayores condiciones de pobreza.

EMOCIONES RELACIONADAS CON LOS PROGRAMAS SOCIALES Y SU SITUACIÓN FAMILIAR

Las mujeres y los hombres que son beneficiarios de programas sociales de la tercera edad significan dichos apoyos como un alivio a su economía.

Los recursos recibidos se destinan principalmente a la alimentación y pago de servicios. En pocos casos la familia puede cubrir los gastos del adulto mayor, entonces los envejecidos guardan el dinero para cuando necesiten comprar alguna medicina que no les cubra el seguro popular o para cualquier emergencia médica. Para los ancianos que no trabajan, estos apoyos son lo único que pueden concebir como recursos propios y para quienes sí realizan algún trabajo representan el soporte.

El dinero o la despensa que obtienen a través de los programas sociales les representa un medio para mantener cierta seguridad e independencia, lo que contribuye a su autoestima y dignidad, pues así no tienen que estar a expensas de lo que puedan darles los hijos, ni pedir ayudas o apoyos extra a familiares o amigos. Así lo refieren dos mujeres y un hombre de la tercera edad:

Vaya me cayó del cielo... Me sentí bien feliz en este aspecto, porque yo con lo que me dan para el gasto, francamente no... Ahí es donde está el beneficio, la salvación... yo con esos 500 me doy buen aventajón, que si me falla alguno ya tengo de dónde...

Más contenta, porque ya si mis hijos no pudieron ayudarme, pues ya voy a tener yo de donde sacar para solventar cierto gasto.

[...] ayuda mucho cuando baja el trabajo (de herrería), como en semana santa que la gente se va de vacaciones, en navidad, la gente ya no manda hacer nada...

Emocionalmente el apoyo también representa un estado de bienestar al sentirse felices o contentos de la posibilidad de acción que les da el ingreso económico, es la ayuda, la ventaja o hasta la salvación. Si bien, el recurso es poco y “no rinde” para comprar todo lo que se necesita, les permite completar su gasto y, en ocasiones, cuando algún familiar se los solicita, ayudar de alguna manera con los gastos del hogar, o bien hacer algún pequeño préstamo o dar dinero en agradecimiento por el apoyo recibido de algún familiar.

De igual forma son utilizadas las despensas; la gran mayoría de los productos se usan para el consumo familiar, pero en ocasiones también se obsequian algunos productos como agradecimiento a quienes los ayudan o les comparten alimentos. Así lo señalaron dos adultas mayores:

Yo comparto la despensa con las personas que me dan un taco, para que se ayuden, para ayudar a los demás, para que nos ayuden a nosotros...

[...] así si me dan un taco lo tomo con confianza porque sé que también cooperé yo... por eso lo estoy haciendo... no meto yo nada aquí, cuando menos meter la despensita cada mes, no estar uno de a tiro, ¿verdad?...

En este sentido el beneficio del programa se vuelve un medio más de interacción y de trueque, principalmente para las mujeres, tanto en el ámbito material como en el afectivo y simbólico, donde el producto o el dinero de entrega representa la gratitud, pero también el regreso del apoyo material que recibió la adulta mayor y su posicionamiento en lo social, de menor dependencia.

En el caso de los hombres, ellos tendieron a dar la totalidad de la despensa a la mujer a cargo del hogar, ya fuera la esposa o la hija; para ellos la despensa no es un intercambio o trueque sino un ingreso que pueden dar a la familia, que suple en alguna medida a lo económico o lo apoya, así la preocupación del varón por dar para el gasto disminuye, pues sabe que no faltará de comer.

En general, los adultos refirieron sentirse felices y agradecidos de ser beneficiarios de este tipo de programas, sólo consideraban que era poco dinero para tanto tiempo. Sobre todo para aquellos que no tienen apoyo de la familia, o bien que están enfermos y requieren medicinas, alimentos o tratamientos especiales.

De igual modo, los familiares también reportaron estar contentos con esta “ayuda del gobierno”, ya que finalmente significa también un alivio o “respiro” para la economía familiar. Además, refieren que los adultos mayores se sienten “bien” al saber que tienen “*garantizado*”, de por vida, en el caso de los beneficiarios del programa federal de 70 y más, un dinero propio, que ellos pueden administrar y utilizar para solventar sus gastos. Dos familiares de adultas mayores lo expresaron de la siguiente manera:

Yo pienso que ella se siente a gusto porque ella de alguna manera sabe que tiene de que valer y de que aportar, que no es de exactamente: ‘¡ay todo me dan ahí!’, o sea ella puede decidir... Sienten pues a gusto teniendo su dinero y a mí se me hace muy importante, que... bueno, que el gobierno tomó esa decisión y la sacaron adelante, porque sí se hacen sentir ellos (los adultos mayores) menos carga para las personas que los atendemos...

Los recursos que reciben de los programas les brinda a los adultos mayores, independientemente del género, cierto bienestar y seguridad en cuanto a la satisfacción de necesidades, así como la posibilidad de negociar y posicionarse ante los otros como personas que no son completamente dependientes y que sí tienen que aportar.

Si bien resulta insuficiente el apoyo que los adultos reciben de los programas, éstos logran tener un importante impacto en la calidad de vida de los envejecidos en situación de pobreza, ya que para muchos representa un ingreso “seguro”, una forma de aportar al hogar, lo que les permite, en cierta medida, decidir u opinar sobre su situación particular, el uso del dinero y el manejo del hogar.

Sin embargo, acceder y mantenerse dentro de un programa social representa un gran reto para mujeres y hombres envejecidos. De inicio deben vencer las dificultades del traslado y realizar diversos trámites para adquirir la documentación que requieren para su inscripción, además de comprender y tener claras las reglas de operación. Una vez que son parte del programa, los ancianos requieren hacer visitas a la institución otorgante para demostrar su sobrevivencia, situación que representa otro desafío que produce en los adultos mayores incertidumbre y angustia, sobre todo cuando tienen problemas físicos y de movilidad más severos, ya que el traslado les resulta complicado o molesto, porque les da miedo lastimarse o tener alguna caída. También les preocupa interrumpir los tiempos de sus familiares que trabajan y que necesitan los asistan. Acompañar al adulto mayor a dar la prueba de vida implica invertir toda una mañana y la movilidad de dos o más miembros de la familia. En los casos en que los familiares o redes de apoyo de los adultos mayores no cuentan con vehículos en que trasladarlos se tiene que pagar un servicio de transporte privado para el traslado, tanto de ida como de regreso, lo que les representa un gasto mayor.

Los adultos mayores también enfrentaban sentimientos de angustia, miedo e incertidumbre cuando los pagos se retrasan o no se llegan a hacer. Los retrasos son comunes, en ocasiones hasta de un mes o más. También se han dejado de hacer pagos en el caso de los programas estatales o municipales por la falta de presupuesto. Los adultos se sentían nerviosos y a la expectativa de lo que pudiera pasar con el beneficio que recibían. Era constante la incertidumbre respecto a si se había perdido el programa o si sólo se trataba de algún retraso en el depósito. En estos casos los adultos sienten “muchísima impotencia”, ya que consideran que no hay nada que hacer frente a estas situaciones, o bien no tienen los recursos o medios para exigir sus apoyos. Además, muchos significan el programa como una ayuda de buena voluntad por parte del gobierno, a pesar de que los funcionarios públicos les aclaren, al inscribirse, que es un derecho que ellos tienen por el trabajo realizado durante su edad productiva.

Si bien, como ya se mencionó, la mayoría de los familiares están dispuestos a ayudar al adulto mayor para que obtenga y conserve el programa, por los beneficios que éste tiene para el mismo anciano y el núcleo familiar, también se registraron algunas situaciones de conflicto o abuso. Especialmente porque algunos representantes no entregaban el dinero a los adultos mayores, ya que éstos se autoprestaban el capital y les entregaban en parte el dinero a los ancianos, o bien porque no les permitían que ellos fueran quienes lo administraran.

Los adultos que se encontraban en estas situaciones decían sentirse “muy mal” y desconfiados, ya que no tenían la certeza de lo que estaba pasando. Es decir, dudaban si realmente el programa era

el que había quedado mal o si sus representantes estaban haciendo mal uso de la confianza y del poder que se les había otorgado. Muchos no tenían otra persona en quien confiar, o no se atrevían a preguntar directamente a su familiar por no molestarlo u ofenderlo, o para no generar un conflicto y entonces perder el apoyo que éste le otorgaba. De manera que los adultos se sentían en la disyuntiva de reclamar lo justo o aguantarse por cuidar las relaciones afectivas y la continuidad del apoyo que recibían de su familiar. Una adulta mayor cuenta cómo se sintió en esta situación:

Pos me llegó muy mal, fíjese, (menciona el nombre de su nieta) me trajo nada más la mitad, que le detuvieron la mitad, ¿usted cree esa cosa?, yo quiero saber la realidad para saber cómo se va hacer de aquí para adelante... pues sí, me trajo (hace cuentas), son 1500 lo que dan y me trajo 800 quedaron 700 allá... Me dijo que a los 8 días me traía lo que faltaba, pasaron otros ocho días y nada, si no me los trae, pues sabe... ya tengo tiempecito y no había pasado nada hasta ahora, pues a mí se me hace raro... quiero ver la realidad... por eso digo si hay un misterio hay que descubrirlo si es de allá o es de aquí... para saber yo a qué le estoy tirando... ya no confiar en ella... los demás tienen pies para trabajar, para estar buscando la vida, yo no, si es cosa contraria están haciendo una injusticia conmigo, porque me lo dieron porque lo necesito, no nomás porque sí... por eso quiero aclarar las cosas, para no pensar lo que no debo de pensar, y así ya sé si son cosas nuevas de allí o no... es una injusticia, pero también pues sabe, ya no quiero ni pensarlo ni hablar... me desespera que no puedo andar yo saliendo para que se descubra más pronto la verdad... para saber yo lo que está pasando, no estar a ciegas nomás... se siente uno mal porque no se sabe uno ni a qué le está tirando... ya está uno como volando, ya no siente uno seguridad, no sabe uno ni lo que está pasando, cuando ya sabe uno lo que le pasa o lo que le va a pasar ya está uno seguro de lo que va a sufrir, de lo que va a tener, y cuando no está nomás uno que no sabe ni qué, qué va a pasar, qué está pasando, qué va hacer, por eso se siente uno confuso, así estoy yo por eso me siento mal... pues ya les digo la situación para mí está algo dura...

La anciana hace referencia a varios factores de vulnerabilidad, por una parte, la confianza vs desconfianza respecto a lo que sucede en relación a su pago y en sus relaciones familiares y, por otra, el aislamiento y la falta de movilidad que le impiden investigar directamente o con otras personas qué es lo que ocurre con su programa. La adulta mayor enuncia metafóricamente que “anda a ciegas”, “ya está uno como

volando”, con objeto de expresar la inseguridad, la incertidumbre y la falta de control que siente.

CONCLUSIONES

En muchas ocasiones los adultos mayores que enfrentan situaciones de pobreza no cuentan con las condiciones necesarias para tener un envejecimiento digno. Su salud y calidad de vida se ven afectadas por la falta de recursos y de un ingreso estable que les permita garantizar el sustento cotidiano, así como por el hecho de carecer o ver disminuida su red de apoyo familiar y social. De manera que las transferencias económicas que realizan los programas sociales de apoyo a la tercera edad, aunque escasas, significan un respiro en la economía del adulto mayor y de sus familias. Además, permiten que los envejecidos se posicionen como sujetos con recursos propios, lo que contribuye a que mantengan cierta autonomía o independencia para la toma de decisiones, así como que puedan establecer relaciones de reciprocidad o igualdad con los otros, es decir, les retribuye en cierta medida su inclusión y valía social.

Como se da cuenta en el texto, las emociones negativas que prevalecen en esta etapa de vida y bajo dicha situación económica se relacionan, precisamente, con el hecho de sentirse una carga, un estorbo para sus familiares y cuidadores. Por ello es que tiene gran relevancia para los adultos mayores contar con un ingreso propio que les permita resignificarse y reposicionarse en su núcleo familiar y social.

Queda claro que, por más flexibles y sencillas que buscan ser las reglas de operación de los programas sociales, los adultos mayores requieren del apoyo de familiares o amigos de confianza para poder ingresar y permanecer dentro de éstos. Los envejecidos casi siempre encuentran a alguien que los ayude en este sentido, ya que el programa social también implica, como se mencionó, beneficios para los familiares y cuidadores.

Sin embargo, es cierto que pueden darse algunos casos en que los representantes abusen del poder que tienen. Por ello, es importante que se realicen visitas y acercamientos a los hogares de los adultos mayores, con objeto de detectar algún tipo de irregularidad, brindar apoyo y asesoría al adulto mayor. De igual forma, es importante que se realice regularmente este trabajo en las colonias con objeto de detectar a los adultos mayores que viven en condiciones de marginación y aislamiento, ya que éstos generalmente enfrentan situaciones de mayor pobreza y, sin embargo, quedan fuera de los programas sociales.

Por último, es importante apuntar que además de sostener las transferencias económicas se requiere que los programas sociales fortalezcan sus áreas de acompañamiento psicosocial al adulto mayor

en situación de pobreza y a sus cuidadores, ya que éstos cuentan con pocos recursos para enfrentar tanto las situaciones de crisis, como las propias demandas económicas y de cuidado que en lo cotidiano se les presentan y que terminan por impactar negativamente en su bienestar físico, emocional y social.

REFERENCIAS

ARRIAGADA, Irma. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. *Revista de la Cepal*, n. 85, p. 101-113, abril 2005.

CONSEJO ESTATAL DE POBLACIÓN. COEPO. Panorama Jalisco. México: Coepo y Secretaría General de Gobierno, Jalisco, 2008.

ENRÍQUEZ, Rocío. Voces y sentires de la gente mayor: emociones, envejecimiento y pobreza urbana, 2013. Disponible en: <[http://www.iberopuebla.edu.mx/micrositios/ceape/docs/mesa_3b/Voces_y_sentires_de_la_gente_mayor_\(Roc%C3%ADo_Enr%C3%ADquez\)_M_3B.pdf](http://www.iberopuebla.edu.mx/micrositios/ceape/docs/mesa_3b/Voces_y_sentires_de_la_gente_mayor_(Roc%C3%ADo_Enr%C3%ADquez)_M_3B.pdf)>. Acceso el: 23 enero 2014.

ENRÍQUEZ, Rocío; ALDRETE, Ana. Espacios a media luz. Redes de apoyo social y adultos mayores en contextos urbanos de pobreza extrema en México: un estudio de caso. In: SIMPOSIO VIEJOS Y VIEJAS. PARTICIPACIÓN, CIUDADANÍA E INCLUSIÓN SOCIAL. CONGRESO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 51., Santiago de Chile, 14 al 18 de julio de 2003, *Anais...* Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

GONZÁLEZ, Susana. En México, 72% de adultos mayores padecen vulnerabilidad social: INEGI. 30 de septiembre 2013 Disponible en: <<http://www.jornada.unam.mx/2013/09/30/economia/025n2eco>>. Acceso el: 13 enero 2014.

GORDON, Steven. Social structural effects on emotions. In: KEMPER, T. (Ed.). *Research agendas in the sociology of emotions*. New York: State University of New York Press, 1990. p. 145-179.

HAM-CHANDE, Roberto. Vejez y dependencia. Paradigmas y nuevos contratos sociales. *Demos*, n. 14, p. 27-28, sept. 2001.

HAMME, Martyn; ATKINSON, Paul. *Etnografía: métodos de investigación*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1994.

HUENCHUAN, Sandra; GUZMÁN, José. Seguridad económica y pobreza en la vejez: tensiones, expresiones y desafíos para políticas. *Notas de Población. CEPAL*, n. 83, p. 99-125, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE LAS PERSONAS ADULTAS MAYORES. Ejes rectores de la política pública nacional a favor de las personas adultas mayores. Por el México que merecen. México: Sedesol, Inapam, 2010.

KRIPPENDORFF, Klaus. *Metodología de análisis de contenido*. Teoría y práctica. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990.

LE BRETON, David. *Las pasiones ordinarias*. Antropología de las emociones. Buenos Aires: Nueva Visión, 1998.

MC CARTHY, E. Doyle. Emotions are social things: an essay in the sociology of emotions. In: FRANKS, David; MC CARTHY, E. Doyle. *The sociology of emotions: original essays and research papers*. Greenwich: JAI-Press, 1989. p. 51-73.

MÁRQUEZ, Margarita. Desprotección social en adultos mayores viviendo en la pobreza urbana. *Salud Pública de México*, v. 49, p. 346-348, 2007.

OSUNA, María. Relaciones familiares en la vejez: vínculos de los abuelos y de las abuelas con sus nietos y nietas en la infancia. *Revista Multidisciplinar de Gerontología*, v. 16, n. 1, p. 16-25, 2006.

RODRÍGUEZ, Gregorio; GIL, Javier; GARCÍA, Eduardo. *Metodología de la investigación cualitativa*. 2. ed. Málaga: Aljibe, 1999.

SALGADO, Nelly; WONG, Rebeca. *Envejecimiento, pobreza y salud en población urbana*. Un estudio en cuatro ciudades de México. México: Instituto Nacional de Salud Pública, 2006.

SCOTT, Joan. Gender: A useful category of historical analysis. *American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

TREVIÑO-SILLER, Sandra; PELCASTRE-VILLAFUERTE, Blanca; MÁRQUEZ-SERRANO, Margarita. Experiencias de envejecimiento en el México rural. *Salud Pública de México*, Cuernavaca, v. 48, n. 1, p. 30-38, ene./feb. 2006.

VILLARREAL, Magdalena. A tiros y tirones: las economías de los adultos mayores. In: ENRÍQUEZ, R.; VILLARREAL, M. (Coord.). *Los retos de la política pública ante el envejecimiento en México*. Guadalajara, Jalisco, México. México: Indesol, Iteso, en prensa.

ZÚÑIGA, Elena; VEGA, Daniel. El envejecimiento de la población mundial. Envejecimiento de la población en México: reto del siglo XXI. México: Conapo, 2004.

EDITH CARRILLO HERNÁNDEZ

Doctorante en Antropología Social por Ciesas, Occidente

xxedith@hotmail.com

ELBA KARINA VÁZQUEZ-GARNICA

Profesora del Instituto Tecnológico de Estudios Superiores de Occidente –Iteso– de la Universidad Jesuita de Guadalajara

karinavazq@gmail.com

TEMA EM DESTAQUE

<http://dx.doi.org/10.1590/198053142871>

ANCIANAS CUIDADORAS, REDES Y ESTRATEGIAS EN EL USO DE PROGRAMAS SOCIALES

MARÍA JULIETA ODDONE

RESUMEN

En este artículo identificamos las situaciones específicas que experimentan aquellas mujeres adultas mayores que se hacen cargo del cuidado de sus familiares, también ancianos, con graves problemas de salud. Con esta finalidad entrevistamos a cuidadoras familiares que, producto de esta situación de cuidado, necesitaron el apoyo de programas sociales específicos. Las entrevistas han tenido como finalidad detectar las estrategias que han ideado para dar respuesta a las necesidades del anciano dependiente, los costos de tipo tanto económico, como afectivo y de salud que estas estrategias implican para las cuidadoras y una evaluación del éxito o fracaso de las mismas en función de la calidad de vida tanto del anciano cuidado como de la cuidadora mayor de edad. Para ello se analizan el tipo y redes de apoyo en el cuidado, las tensiones familiares, los aspectos financieros (el peso en el presupuesto familiar) y el papel de los recursos comunitarios.

ANCIANAS • CUIDADO • FAMILIA • POLÍTICA SOCIAL

ELDERLY CARERS, NETWORKS AND STRATEGIES IN THE USE OF SOCIAL PROGRAMS

ABSTRACT

In this article we identify the specific situations that experience those old adult women who take charge of attending their relatives, also elderly, with serious health problems. To this purpose we interviewed family attendants that, due to this situation of caring, needed the support of specific social programs. The interviews have had the purpose of detecting the strategies they have devised to give answer to the needs of the dependent elder, the costs just economic as well as emotional and of health that these strategies imply for the attendants and an evaluation of their success or failure in relation with the life quality of the elder attended and the elder attendant. To this end, the type and support networks in the care, the family tensions, the financial aspects (the weight in the family budget) and the role of the community resources are analysed.

ELDERLY WOMEN • CARE • FAMILY • SOCIAL POLICY

IDOSAS CUIDADORAS, REDES E ESTRATÉGIAS NO USO DE PROGRAMAS SOCIAIS

RESUMO

Neste artigo identificamos as situações específicas experimentadas por mulheres idosas que se encarregam de cuidar de seus familiares também idosos, com graves problemas de saúde. Com essa finalidade entrevistamos cuidadoras que, em função dessa situação, precisaram do apoio de programas sociais específicos. A finalidade das entrevistas foi detectar as estratégias elaboradas para responder às necessidades do idoso dependente, os custos, tanto econômicos como afetivos e de saúde, que essas estratégias implicam para as cuidadoras, e uma avaliação de seu sucesso ou fracasso em função da qualidade de vida, tanto do idoso cuidado quanto da cuidadora idosa. Para isso foram analisados o tipo e redes de apoio no cuidado, as tensões familiares, os aspectos financeiros (o peso no orçamento familiar) e o papel dos recursos comunitários.

IDOSAS • FAMÍLIA • CUIDADO • POLÍTICA SOCIAL

EL OBJETIVO DE ESTE ARTÍCULO ES PRESENTAR cómo se desarrolla la vida cotidiana y cuáles son las estrategias de sobrevivencia esgrimidas por ancianas –mayores de ochenta años– que tienen a cargo el cuidado de un familiar enfermo y que habitan en la Ciudad de Buenos Aires.^{1 2} Focalizamos, también, sobre la utilización, o no, de planes sociales específicos para resolver o paliar las cargas que el cuidado les genera.

¹ Investigaciones previas de este equipo de trabajo nos indican que el 5% de la población de mayores recibe cuidados especiales dentro del ámbito familiar. Datos del Programa “Cuidando a los que cuidan” indican que: el 88% de los cuidadores son mujeres, que el 80% tiene más de 50 años, que el 60% está con el anciano enfermo más de 5 horas diarias y que el 72% se hace cargo de esta tarea diariamente (ODDONE; AGUIRRE, 2007).

² El presente trabajo se basa en la investigación denominada “Seguridad social, Políticas sociales y Redes de Apoyo en la Vejez. Un análisis integral entre Programas Institucionales y actores.” Financiada por un Proyecto UBACyT. Universidad de Buenos Aires para los años 2011-2014 y dirigido por María Julieta Oddone.

El cuidado de los mayores es un problema social que se enmarca en un contexto de disminución del tamaño de los hogares. El cuidado facilita tanto la subsistencia como el bienestar y el desarrollo. Abarca la indispensable provisión cotidiana de bienestar físico, afectivo y emocional a lo largo de todo el ciclo vital y busca conservar las capacidades y la autonomía en el caso de aquellas que por su edad son más frágiles y de las que tienen alguna discapacidad (CEPAL, 2013).

La gestión del cuidado requiere organizar bienes, recursos (materiales, simbólicos y afectivos), servicios y actividades que hagan viable la alimentación, la salud y la higiene personal, así como la estimulación de procesos cognitivos y sociales, tareas que involucran simultaneidad de papeles y responsabilidades dentro de las familias, en espacios y ciclos difíciles de traducir en tiempo, intensidad o esfuerzo. Estas tareas pueden realizarse de manera no remunerada por familiares, delegarse con remuneración a través de relaciones laborales formales e informales o a través de instituciones (CEPAL, 2013; PAUTASSI, 2013; MARTIN PALOMO, 2009).

Según Razavi (2007), la provisión de cuidados en la sociedad se organiza en torno a un diamante del cuidado compuesto por la familia, el mercado, el Estado y las organizaciones no gubernamentales y, el acceso o no a estos componentes influyen en las personas necesitadas de cuidado y en aquellos que tienen la responsabilidad de cuidar. Por su parte, Rodríguez Enríquez y Méndez (2013) indican que en Latinoamérica se observa que la participación de los otros vértices del diamante de cuidados resulta marginal, menor y complementaria y que la estratificación en el acceso a servicios y prestaciones de cuidado se transforma en un vector de desigualdad.

Esping Andersen (1993) distingue los regímenes de bienestar en liberal, corporativo y socialdemócrata según quien asuma la carga principal de cuidado: el mercado, el Estado o las familias. Con respecto a estas últimas, el concepto de familismo remite al modelo donde se observa un importante nivel de confianza en las familias para la provisión de trabajo y servicios asistenciales, tanto desde el punto de vista de la solidaridad intergeneracional como en la basada en la estructura de género. Si bien se asume que las familias son los marcos relevantes de la ayuda social y se parte del supuesto de que nunca fallan, en la actualidad se observa un proceso de desfamiliarización (MARTÍN PALOMO, 2009). Al respecto, señala Flaquer (2002) el familismo lleva implícito un modelo de familia tradicional tanto en sus funciones como en su estructura. Es una familia que asume importantes tareas de provisión del bienestar entre las generaciones y presenta en su organización interna una estructura con una fuerte división sexual del trabajo.

Diversas líneas de investigación abordaron el tema de los costos “invisibles” de la enfermedad aportando estimaciones del tiempo destinado por la población a la atención de la salud de los miembros del hogar y en las instituciones del sistema de salud. Se pretende comprender la complejidad del cuidado desde la mirada de las personas que lo ejercen, fundamentalmente las mujeres (DELICADO USEROS, 2006; DURÁN HERAS, 2002; NEGRO, 2006).

Por otra parte, la economía social del cuidado destaca los rasgos de la asistencia en su calidad de bien o servicio. Se trata de un espacio de bienes, servicios, actividades, relaciones y valores relativos a las necesidades más básicas, necesarias para la existencia, la supervivencia y reproducción de las personas. En suma, la economía del cuidado es la correspondiente al trabajo de cuidado no remunerado del hogar. De esta manera, el trabajo doméstico constituye un aspecto central del cuidado, aunque pueda complementarse con servicios pagos. En este sentido, la economía de cuidado ampliada se define como un sistema de reproducción social y de trabajo doméstico no remunerado realizado en el interior de los hogares y también por el sistema de provisión pública y privada de los servicios de cuidado y se resalta la dimensión de género (PAUTASSI, 2013).

La distribución social del cuidado se refiere a la oferta pública no estatal disponible: ONGs, instituciones religiosas y formas de voluntariado que se encargan del cuidado. Existen en América Latina algunos programas provenientes de la política pública, dedicados a personas de edad avanzada, que contemplan la atención en centro o asistencia domiciliaria. Sin embargo, la cobertura de los servicios es, en general, limitada.

La perspectiva que integra el concepto de familia-red incorpora los aspectos simbólicos de los arreglos familiares, la dimensión política y cultural de las alianzas y los conflictos, subrayando el rol de las redes sociales, la asociación democrática y las nociones de reciprocidad, solidaridad, confianza y dádiva.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

El trabajo se focalizó en la Ciudad de Buenos Aires, que tiene una estructura demográfica que la ubica como el distrito más envejecido de la República Argentina, dado que el 22% (626.186 personas) de su población son personas mayores de 60 años (INDEC, 2010).

La investigación adoptó una estrategia metodológica cualitativa, que se basa en información producida por la observación y la expresión verbal, recogida en forma flexible, poco estructurada, donde la definición de la situación transmitida por los actores sociales y el significado que da a sus conductas son claves para interpretar los hechos. Este análisis contempla la totalidad de la configuración en que se sitúan los actores y nos da las claves sobre el escenario en que se desarrolla la vida cotidiana de los ancianos y ancianas estudiados.

En primer lugar entrevistamos a informantes clave que nos indicaron quiénes eran los individuos que respondían a las características buscadas para integrar nuestra muestra cualitativa compuesta por varones y mujeres mayores de sesenta años y de distintos sectores sociales. Los informantes fueron: colegas, responsables de organizaciones no gubernamentales y de organismos públicos de seguridad social, trabajadores sociales, voluntarios y vecinos. Estas personas gozaban de la confianza de los adultos mayores y nos abrieron la posibilidad de contacto con ellos, al garantizarles seriedad, discreción y utilidad de nuestro trabajo. Al mismo tiempo garantizaron que los entrevistados respondieran a nuestras preguntas con sinceridad. En algunos lugares fueron la carta de presentación que nos permitió circular por un entorno hostil e ingresar a los domicilios de los entrevistados.

Las técnicas utilizadas en la investigación fueron: entrevistas en profundidad a informantes clave, historias de vida de los diferentes actores y observación directa. Recogimos las historias de vida siguiendo la estrategia de la “inducción analítica” hasta comprender el patrón de utilización de la seguridad social, políticas y programas sociales, tanto

asistenciales como preventivos, por parte de las personas de mayor edad involucradas en nuestra investigación. La muestra teórica fue obtenida a partir de un proceso de recolección de datos conjuntamente con el cual codificamos y analizamos la información. Seleccionamos nuevos casos en la medida en que éstos nos permitían profundizar o ampliar los conceptos surgidos. La muestra obtenida por inducción analítica nos permitió confrontar ideas previas, observar, preguntar y repreguntar, hasta que al final de este proceso continuo obtuvimos una comprensión profunda de la situación de estas personas mayores y su entorno. A partir de aquí se pueden formular hipótesis y esbozar teorías o, bien describir la problemática de los ancianos.

Como expresamos anteriormente, entre las estrategias cualitativas utilizadas se hallan:

- a) las entrevistas abiertas, a través de las cuales, en una situación lo más semejante posible a aquélla en que se produce el lenguaje natural, pretendemos determinar las características que asumen los procesos de construcción de la identidad personal y social en los relatos de vida; captar el significado que el actor otorga a su acción y a la de otros y conocer los motivos que determinaron y orientaron esa acción (MISHLER, 1991; BOURDIEU, 1993; HOLSTEIN; GUBRIUM, 1998);
- b) la observación directa, mediante la que intentamos acceder a la naturaleza de las relaciones y de los procesos en diferentes contextos, comprendiendo los significados y funciones de la acción social, al mirarla en el transcurso de la entrevista (ATKINSON; HAMMERSLEY, 1994; COULON, 1995);
- c) la técnica de historias de vida que consiste en el uso de relatos biográficos hechos por los informantes (BERTAUX, 1996). Estas historias vitales pueden ser más o menos estructuradas, y es conveniente que se focalicen en temas específicos. Tienen la característica de que permiten integrar la definición de su situación hecha por los entrevistados, ligada al orden temporal.

Los integrantes de nuestra muestra fueron entrevistados en sus casas y en su medio; estas entrevistas fueron grabadas con su consentimiento, durante el curso del año 2011. De esta manera, obtuvimos información sobre su entorno familiar y social, su modo de vida y de pensar, su visión de los fenómenos y de sus estrategias de supervivencia y de la utilización o no de programas sociales y el aporte de las redes formales o informales en la resolución de la vida diaria, a partir de sus palabras. El investigador es el propio instrumento de recolección y siguiendo atentamente el discurso del entrevistado está alerta para preguntar y repreguntar a fin de obtener información clara y precisa de aquello que se necesita conocer en el objetivo de la investigación.

Se realizó una muestra intencional compuesta por 31 casos de personas adultas mayores, de las cuales 15 fueron varones y 16 mujeres, de sectores sociales bajos y medios (bajo, medio y alto), con el fin de tener en cuenta la diversidad de estrategias de sobrevivencia y utilización de diferentes programas sociales destinados a las personas de mayor edad. Ocho de estas mujeres son personas de la cuarta edad (mayores de 80 años) y cuatro de ellas se encontraban ejerciendo el rol de cuidadoras informales y por ello, son las seleccionadas para realizar el presente artículo.

Las entrevistas en profundidad fueron realizadas siguiendo una guía etnográfica específica para el objetivo de la investigación. Cada entrevista abarcó el conjunto de temas propios de una biografía y se realizaron en una o varias sesiones o visitas. En el caso particular de las mujeres que componen el subgrupo analizado aquí, también se las entrevistó en el contexto de la sede de la Asociación Mutual, dónde llevaban adelante las actividades propias de los programas sociales utilizados. Los temas fueron codificados y volcados a través del programa Atlas Ti en una matriz de datos, obteniendo de esta manera redes de relaciones temáticas. El análisis de los datos se realizó a partir de las características ejemplificadoras (tipos) que surgieron de los relatos y estos casos típicos son los que se exponen en el texto.

En la exposición de este trabajo hemos dado preminencia a la voz de los actores (CLIFFORD, 1998, p. 143), aunque es tanta la riqueza vivencial de las entrevistas que resulta imposible transmitirla en toda su intensidad. Optamos por ir presentándolas por núcleos temáticos, a medida que fuimos desplegando los aspectos más importantes que fueron surgiendo de los relatos y de las redes de relaciones temáticas. No ignoramos que de esta manera se pierde parte de su substancia. Pero igualmente pensamos que esta forma de presentación, a la vez que transmite las vivencias de nuestros entrevistados, nos permite abordar con cierta profundidad analítica los temas que consideramos necesario destacar.

Encuanto a los contenidos, tratamos de abordarlos separadamente para poner orden a nuestra presentación. Sin embargo, están todos tan estrechamente relacionados entre sí, que esta separación resulta a veces un tanto artificial. No obstante estas salvedades, seguimos considerando que es la mejor opción, en beneficio de una discusión seria de la problemática del cuidado que de por resultado la implementación de políticas sociales destinadas a colaborar con las ancianas cuidadoras.

LAS REDES FORMALES E INFORMALES DE APOYO

La situación por la que transitan las ancianas entrevistadas suscita la inquietud por conocer los mecanismos formales e informales de apoyo social con que cuentan para resolver las cuestiones de la vida cotidiana

impactada por su situación de cuidadoras. Entre los primeros se destaca el papel de la seguridad social y en los segundos sobresale el papel de las redes sociales compuestas por la familia, amigos y vecinos, entre otros.

Cuando se focaliza sobre las redes comunitarias puede observarse que tienen diferentes implicaciones porque se perciben de manera colectiva. Para Dabas (1993), las redes comunitarias, en algunas ocasiones, se gestan alrededor de una institución como puede ser: un hospital, un dispensario, una iglesia, escuela, etcétera; a veces son creadas por las instituciones, otras veces, por las acciones insuficientes de las mismas. Las ancianas entrevistadas por nosotros han buscado apoyo en instituciones locales, particularmente en una Asociación Mutua de la que son afiliadas.

Las redes son una práctica cultural y simbólica que incluye el conjunto de relaciones interpersonales de una persona con su entorno social y le permiten mantener o mejorar su bienestar material, físico y emocional y evitar así el deterioro real o imaginado que podría generarse cuando se producen dificultades, crisis o conflictos que afectan al sujeto. Sin lugar a dudas, cuando se habla de redes sociales, está implícita la idea de intercambio de apoyos, que constituye la esencia de la existencia de las mismas (ODDONE, 1991).

Desde el punto de vista que integra a las redes como forma del capital social que poseen los actores sociales, Coleman (1990) indica que el Capital Social se entiende como “los sentimientos compartidos de pertenencia social a redes y comunidades, por los cuales es posible acceder a los recursos de todo tipo que circulan en tales redes y comunidades”. Existen dos ejes para abordar el Capital Social, que son: la capacidad de movilizar recursos por parte de un actor social específico y la disponibilidad de redes sociales.

A través de los relatos observamos la significación que tienen para los informantes las redes de apoyo en su calidad y modo de vida, no sólo por las “mejoras” en las condiciones objetivas a través de la provisión tanto de apoyos materiales como instrumentales, sino también por el impacto significativo del apoyo en el ámbito emocional. Sobre este último aspecto, las percepciones que desarrolla el grupo entrevistado, que participa en redes, con respecto al sentimiento de apoyo y acompañamiento en su situación, es considerado un elemento clave en su calidad de vida.

Los conceptos de apoyo social, la identificación de las fuentes de apoyo, los tipos de vínculo, disponibilidad y sustentabilidad de las redes y complementación entre fuentes formales e informales de apoyo social son claves para analizar la situación de los sujetos inmersos en la red o carentes de ella.

Se entiende el apoyo social como las transacciones interpersonales que implican ayuda, afecto y afirmación. Este conjunto de transacciones interpersonales que opera en las redes, que también se denominan

con el término genérico de “transferencias”, se presenta como el flujo de recursos, acciones e información que se intercambia y circula. Se consideran cuatro categorías de transferencias o apoyos: materiales, instrumentales, emocionales y cognitivos:

1. los apoyos materiales implican un flujo de recursos monetarios (dinero en efectivo de forma regular o no, remesas, regalos, etcétera) y no monetarios bajo la forma de otras maneras de apoyo material (comidas, ropas, pago de servicios, etcétera)
2. apoyos instrumentales que pueden ser el transporte, el cuidado y acompañamiento,
3. los apoyos emocionales se expresan por la vía del cariño, la confianza, la solidaridad, la preocupación por el otro, etcétera.
4. los apoyos cognitivos se refieren al intercambio de experiencias, a la transmisión de información, al dar consejos que permitan entender la situación, etcétera.

Se distinguen las fuentes formales y las fuentes informales de apoyo. El sistema formal de apoyo posee una organización burocrática, un objetivo específico en ciertas áreas determinadas y utiliza profesionales o voluntarios para garantizar sus metas. En los casos estudiados, el acceso al sistema formal de ayuda se manifiesta a través del uso de los servicios públicos de seguridad social, salud y planes sociales específicos, acceso a subsidios de distinto nivel (municipales, provinciales o nacionales). El acceso a planes alimentarios o apoyos para el pago de alquileres, entre otros, garantizan el desarrollo de la vida.

El sistema informal está constituido por las redes personales y por las redes comunitarias, como programas de apoyo.

La primera red de apoyo que aparece es la familia, luego las redes de amigos y vecinos, que constituyen fuentes de apoyo importantes –sobre todo para informar sobre planes sociales, etcétera. Los vínculos de amistad están establecidos por intereses comunes y actividades compartidas. Los apoyos dados por la red de amigos son más públicos que los que operan al interior de la familia pero más personales que los que proceden del sistema formal. Chana y Celia han encontrado una red de amigos a partir de las actividades que generan los programas socio-preventivos a través de la Asociación Mutua.

Los apoyos informales de las redes comunitarias se distinguen de aquéllos que provienen de organizaciones que dirigen específicamente su accionar a las personas que transitan una situación crítica determinada, como por ejemplo la Asociación Mutua frecuentemente utilizada por este grupo de entrevistadas; en este tipo de organizaciones se recibe ayuda de tipo instrumental, material o de apoyo emocional. Las organizaciones de auxilio y beneficencia forman parte de este tipo de redes.

No siempre el acercamiento a las redes de apoyo se realiza con el fin de lograr ayuda. Existen casos en que se participa con el objeto de colaborar con los demás (voluntariado, dirigentes de Centros de Jubilados etcétera) y ellas también lo hacen.

COMPLEMENTACIÓN ENTRE LAS REDES DE APOYO FORMAL E INFORMAL

Es importante considerar la medida en que se integran, complementan o contradicen los apoyos provenientes de las fuentes formales e informales. Suele observarse que cuando los apoyos formales se desactivan o se retiran, se fortalecen los familiares y viceversa, pero en situaciones de crisis profundas, el sujeto cae realmente en una zona de vulnerabilidad.

El uso de los distintos tipos de apoyo (familiares, de amigos y vecinos, de instituciones locales y ONGs o del Gobierno) y la combinación de los mismos tiene relación con las necesidades de las entrevistadas y el acceso a la información sobre la existencia de redes de distintos orígenes.

La etapa de la vida en la que se encuentra una persona determina, de alguna forma, el tipo de red de apoyo social con la cual puede contar. En la adultez, la red es amplia y heterogénea mientras que en la vejez se pierden aquellos lazos que se habían establecido en etapas anteriores de la vida y la red se va empequeñeciendo. El apoyo se concreta a través de relaciones escasas y muy cercanas. Es lo que se denomina *red frágil*.

Los lazos de las redes familiares, generalmente, tienen un sentido de ida y vuelta aunque la ayuda no suponga, necesariamente, la retribución del destinatario.

En el caso de las personas de edad avanzada, frecuentemente reciben ayuda de los miembros de la familia en todos aquellos rubros en los que los ancianos tienen carencias. Por ejemplo, llevarlos en auto, cobrarles la jubilación, acompañarlos al médico, buscarles remedios y alimentos, cocinarles, etcétera. A su vez, los ancianos tienen muchas cosas para dar: cuidar a los niños para que la madre pueda trabajar, cobijar en su vivienda a hijos y nietos, incluir a sus hijos en los negocios familiares o cederles su lugar en los mismos, prestarles dinero, etcétera.

Cuando se trata de cuidar familiares enfermos, como vemos en los casos de Ofelia, Ida y Chana, también el servicio va en una sola dirección. En esos casos no se espera retribución, simplemente este cuidado es el resultado de una unión y un intercambio de bienes y afectos que duró muchos años. Como dice Ofelia (83 años): “Además, nosotros llevamos 61 años y medio de matrimonio y hemos estado siempre muy presentes uno en las cosas del otro”.

En lo que se refiere a la ayuda económica, es frecuente que el padre o la madre deje su negocio en manos de sus hijos. En estos casos puede haber retribución (el padre o la madre sigue participando en

las ganancias) o no, cuando el padre pasa a vivir exclusivamente de su jubilación o de sus propias rentas.

En el negocio de joyería que tienen Ida y su marido entró a trabajar una hija separada, sin medios propios de subsistencia. Ahora esa hija tuvo que asumir el control del negocio porque su padre tiene Alzheimer y no puede manejarlo.

Pobrecita, tiene una lista de cheques que entrega para pagar las deudas y bueno, a mí me preocupa porque todo eso lo tenía mi marido antes, lo hacía él. Y él llevaba, después del trabajo, se sentaba acá, con sus cosas, sus listas y ahí armaba todo... Cuando mi hija se va... Se toma un receso...entonces ya tengo que quedarme más tiempo (en el negocio). (Ida, 83 años)

Entre los dones brindados por las personas de mayor edad, encontramos ancianos que han emprendido con gran entusiasmo la tarea de relatar cuentos a los niños. Chana, en el curso que hizo para aprender a cuidar a su hermana enferma, se conectó

[...] con una señora que ella ya estaba hace bastante...Me conecté con ese programa De Mayor a Menor... que es un programa del Ministerio de Educación de la Nación y del Ministerio de Educación de la Ciudad de Buenos Aires, de lectura en las escuelas primarias. Es un plan que bajó, porque ya estaba antes en El Chaco... y acá bajó hace uno o dos años. Entonces yo, este año, tuve el enorme placer de ir a leer; leemos para primero, segundo y tercer grado, los materiales que nos dan en el Ministerio, nosotros seleccionamos... Y tuve una enorme satisfacción porque era un contacto directo con los chicos. Y bueno, yo con los chicos soy muy especial... Y bueno, son cuentos que son sabiduría y hay que ver los chicos, las reacciones que tienen, las cosas que dicen y el cariño que a uno le dan; lo que vuelve... (Chana, 80 años)

Dentro del círculo de las relaciones familiares (especialmente las filiales que unen a ascendientes y descendientes o entre hermanos) el peso de la obligación moral, reforzada por la expectativa social, por un lado, y el afecto, por el otro, son elementos constitutivos de la relación de reciprocidad (la proporción de estos componentes en la determinación de las conductas no es fácil de evaluar aún en casos concretos). El desequilibrio se produce cuando estos sentimientos son puestos a prueba por las condiciones materiales de existencia –ingresos, vivienda, salud– que generan tensiones en el interior de los sistemas.

Pero no son solamente las condiciones económicas las que ponen en duda la capacidad de las familias para asumir responsabilidades que

pueden sobrepasarlas. Ya comienzan a observarse cambios sociales que afectan y seguramente afectarán aún más esta capacidad. En primer lugar, los cambios demográficos –particularmente la baja de la fecundidad– tienen efectos significativos al disminuir el número de miembros potenciales dadores de apoyo. Correlativamente, el aumento de la expectativa de vida da lugar a la existencia de familias de hasta cinco generaciones, aumentando la posibilidad de un mayor número de viejos dependientes en su seno y, en consecuencia, que personas viejas deban hacerse cargo del cuidado de familiares aún más viejos. Este es, generalmente, el caso de los cónyuges y también de hermanos. En este trabajo, Celia tiene 82 años y cuidó hasta recientemente a su hermana mayor que ella. Chana cuenta con 82 años y cuida a su hermana mayor que padece la enfermedad de Alzheimer. Ida, con 83 años de edad, está cuidando a su esposo mayor que ella y portador de una demencia y por último Ofelia, que tiene 83 años, también se hace cargo de su esposo con discapacidad motora.

Finalmente, si tenemos en cuenta que los apoyos familiares están basados fundamentalmente en la ayuda femenina, la mayor participación de la mujer en el mercado laboral y la tendencia hacia una mayor independencia de ésta en el plano social, ponen en duda la continuidad de un modelo de cuidado a cargo de las mujeres más jóvenes del hogar.

Las investigaciones de Bertaux (1996, p. 10-21) ponen de manifiesto la importancia de utilizar como unidad de análisis las familias y conocer las transformaciones que hoy se están dando en su interior. Toda historia de familia constituye un espejo donde se refracta la historia social, los grandes momentos de cambio y las diferentes dimensiones. Realizar historias familiares conduce a tomar conciencia de la importancia del nivel propiamente familiar en la formación y desarrollo de la actividad y la praxis social. Es así que, cada vez más, la inestabilidad general encuentra su reflejo en la inestabilidad de las familias, cuya vulnerabilidad se pone de manifiesto ante cualquier situación de emergencia, en este caso, el cuidado de sus miembros más viejos. Como contrapartida, la multiplicación de los casos de familias con este tipo de necesidades, a la vez que refleja el envejecimiento de la población general, pone de manifiesto una situación de riesgo social a la cual las instituciones sociales responden sólo muy parcialmente.

Es evidente el agotamiento de las redes familiares en situaciones de enfermedad de los viejos; no es posible seguir depositando en los grupos domésticos funciones que implican a la sociedad en general y particularmente a las instituciones y programas sociales de gobierno. Se hace imperiosa, entonces, la necesidad de encontrar la orientación adecuada para que la planificación en política social facilite la complementariedad entre los recursos informales familiares y los recursos más formales de ayuda.

Como argumenta Neena Chappell (1996, p. 149), el actual reconocimiento de los cuidadores informales ha puesto de manifiesto la necesidad de una comprensión profunda del cuidado. Sin embargo,

[...] without the expansion of formal community services, the tightening and streamlining of medical and hospital care can easily result in a greater burden on informal caregivers. This fact is not being considered seriously within the new vision [of the health care system]³ (CHAPPELL, 1996, p. 149)

Nuestra perspectiva es que los cuidadores familiares siguen siendo la principal fuente de asistencia de los ancianos y que no hay una preocupación suficientemente extendida acerca de la carga que esta asistencia representa para ellos.

LAS ANCIANAS CUIDADORAS

El grupo de ancianas cuidadoras seleccionado está compuesto por cuatro mujeres que superan la edad de 80 años y utilizan diferentes recursos de política social pública que se brinda a través de una Asociación Mutual para sus asociados adultos mayores.

Esta Asociación Mutual tiene un Área de Adultos Mayores que propone un abordaje integral de las diversas problemáticas y desafíos que plantea el incremento de la longevidad. Para ello se desarrollan diferentes propuestas inspiradas en la idea de “crecer en comunidad”, promoviendo que esta etapa sea vivida con dignidad y en plenitud. Asimismo, esta Asociación Mutual coordina y articula las actividades de los Centros de Adultos Mayores que funcionan en su comunidad.

El Centro al que asisten nuestras entrevistadas tiene un promedio semanal de 500 adultos mayores, ofrece actividades terapéuticas, culturales, sociales y recreativas para personas a partir de los 60 años de edad afectadas por diferentes grados de dependencia y/o en situación de vulnerabilidad social, promoviendo su autonomía y la permanencia en su medio habitual.

Se ofrecen actividades terapéuticas tales como: psicología, terapia ocupacional, musicoterapia, arteterapia y gimnasia, y hay una amplia oferta de talleres como: folklore, yoga, tai chi chuan, teatro, plástica, jardinería, juego y estimulación de la memoria, etcétera. Además se brinda a los participantes desayuno, almuerzo y merienda diariamente.

Esta asociación es destinataria de diferentes programas sociales para personas adultas mayores por parte de distintos organismos gubernamentales (Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados –PAMI⁴– o el Gobierno Nacional a través de diferentes Ministerios, etc.)

³ Traducción propia: “[...] sin la expansión de los servicios comunitarios formales, el endurecimiento y streamlining de asistencia médica y hospitalaria pueden fácilmente resultar en una mayor carga sobre los cuidadores informales. Este hecho no se está considerando seriamente dentro de la nueva visión [del sistema de atención de la salud]”.

⁴ En Argentina los jubilados y pensionados del sistema de seguridad social son afiliados al Instituto Nacional para Jubilados y Pensionados –PAMI–, recibiendo aquí prestaciones de salud.

Los programas sociales destinados a personas de mayor edad pueden caracterizarse o definirse como: asistenciales; preventivos y de integración social o de ocupación del tiempo libre. Atendiendo a la integralidad biopsicosocial, la mayoría de ellos se basan en el paradigma de derechos.

Volviendo a nuestras entrevistadas, dos de ellas: Ida⁵ y Ofelia,⁶ se encuentran cuidando a sus esposos que tienen serios problemas de salud. En el caso del esposo de Ida se trata de una demencia de origen vascular y en el caso del esposo de Ofelia el problema es la incapacidad motora. Las otras dos, ambas solteras, se hacen cargo de hermanas mayores. La hermana de Chana⁷ presenta un cuadro de Alzheimer y la hermana de Celia⁸ falleció recientemente a consecuencia de un cáncer. La carga económica que produjo este cuidado ha convertido a Celia en una persona vulnerable y socialmente dependiente.

Todas ellas viven en hogares sin otros grupos generacionales convivientes, ya que dos viven solas, aunque Chana duerme cinco días en la casa de su hermana enferma, y las otras dos lo hacen con sus maridos dependientes. Ello no implica que los hijos estén ausentes para las situaciones de Ida y Ofelia, pero ellas son las principales y primeras cuidadoras de sus esposos.

LA SITUACIÓN DE CUIDADO

Tomamos contacto con nuestras informantes en un momento de tensión en las redes a las que pertenecen. Prueba de ello es que recurrieron a su Asociación Mutual en búsqueda de diversos programas de apoyo para aliviar su situación.

Una de las primeras cuestiones que quisimos averiguar es la razón por la que se hicieron cargo del cuidado. Observamos para los casos de Celia y Chana que aparecieron los valores morales y los sentimientos que sustentan la función. En efecto, en ambos casos, estas hermanas debieron construir sus vidas apoyándose entre sí para superar la muerte relativamente prematura de sus madres y tener que superar las barreras que imponían sus particulares situaciones familiares en un contexto de inmigración y pobreza.

Celia nos dice: “lo que pasa es que yo quería lo mejor para mi hermanita y entonces... mi tristeza es eso, lo que pasó con mi hermana, lo siento mucho... le di todo de mí...”. (Su padre fallece cuando son pequeñas y quedan a cargo de la ferretería junto a su madre que también fallece cuando eran adolescentes afrontando el camino de la vida, conjuntamente con su hermana).

Por su parte, Chana nos cuenta: “la enfermedad de mi hermana hace tres años que yo la fui detectando, la fui acompañando y yo prácticamente vivía todo ese tiempo, así que me desligué de mi misma,

5
Ida tiene 83 años de edad y vive en la Ciudad de Buenos Aires. Es casada y vive con el esposo que tiene una demencia. Cursó la escuela primaria y realizó estudios de idioma y de costura. Actualmente trabaja en la joyería de su esposo que atiende su hija. Enhebra collares en su casa como complemento. Es jubilada. Concorre a los grupos de reflexión y ayuda de la Asociación Mutual. Atiende su salud en un sistema privado de salud.

6
Ofelia: Tiene 83 años de edad. Nació en la Ciudad de Buenos Aires, casada, vive con su marido que tiene una discapacidad motora. Su nivel educativo es universitario completo. Es jubilada y asiste a los grupos de reflexión y ayuda de la Asociación Mutual. Atiende su salud en un sistema privado de Salud.

7
Chana tiene 80 años. Nació en Polonia, es soltera y vive sola. Sus estudios son universitarios incompletos. Es jubilada y se atiende en una Obra Social Sindical. Participa en los grupos de ayuda en la Asociación Mutual.

8
Celia tiene 82 años de edad, nació en la Ciudad de Buenos Aires, es soltera, vive sola. Cursó la secundaria completa. Es jubilada. Recibe los planes asistenciales: Subsidio de alquiler (PAMI). Tarjeta compras de la Ciudad de Buenos Aires. Usa comedor y ayuda de Padrino de Asociación Mutual y canasta de alimentos del Gobierno Nacional. Participa en talleres y en viaje de vacaciones a través de la Asociación Mutual.

también de alguna forma uno tiene una simbiosis...” (se refiere a su hermana). (Su madre migró desde Polonia con ellas pequeñas huyendo de la guerra y cuando llegaron a Argentina se encontraron que su padre había formado otra familia abandonándolas cuando eran pequeñas todavía; fallece su madre y quedan a cargo de un padre violento que las inhabilita para establecer redes de amigos, etc.)

En los casos de Ida y de Ofelia que cuidan a sus esposos, observamos que aparecen trastornos emocionales a partir de la situación de cuidado:

El (marido) ya no está en condiciones... o sea que tiene una especie de Alzheimer... pero es vascular... Y, la verdad, que se ha hecho muy dura la vida ahora... [...]... ojalá hubiera seguido separada. (Ida, 80 años, se separó de su marido por el lapso de siete años y se reconciliaron cuando se casó la hija de ambos)

Ofelia atiende a su marido:

[...] en todo lo que puedo y, ahora, está el carpintero... porque hemos tenido que hacer toda una serie de modificaciones acá en la casa, para que él estuviera lo más cómodo posible. Y esto me inhibe, me limita, pero al mismo tiempo, para mí... Me inhibe en el sentido que, bueno, no dispongo de mi tiempo como antes.

Como aparece en los relatos, la ética que sostiene la función del cuidado parece diferir entre el pacto simbólico que genera la filiación de sangre con respecto del contrato matrimonial, el deber conyugal es vivido de forma diferente al deber filial. Vemos diferencias de vínculo entre hermanas y entre cónyuges. Es de destacar con respecto a estas diferencias que mientras las primeras sienten gran angustia al constatar la decadencia de sus hermanas, las esposas parecen experimentar una suerte de opresión y enojo, producto de las relaciones de género tradicionales que marcaban el poder de decisión del hombre en la pareja, especialmente para esa generación.

Son múltiples los sentimientos que despierta la función del cuidado en las cuidadoras, pero uno de ellos tiene que ver con la responsabilidad que pesa en todo momento debido a la vulnerabilidad de la persona cuidada. Las cuidadoras manifiestan algo parecido al “sueño de nodriza”, no están nunca completamente tranquilas y desentendidas, experimentan un estado de vigilia permanente, aun en el sueño.

Especialmente cuando la persona cuidada padece trastornos cognitivos, o cuando está muy deprimida, la cuidadora recibe poca o ninguna señal de agradecimiento de parte de la persona cuidada, lo que

le genera gran desasosiego y comienza a cuestionarse el sentido de su sacrificio.

Al respecto Ofelia nos relata que “como actualmente tengo que atender a mi esposo no tengo tiempo libre y tampoco puedo continuar con las actividades que hacía para mí”.

Ida nos cuenta que “se ha hecho muy dura la vida ahora... a veces me caigo... porque hay que tener mucha paciencia y a veces... no la tengo...”

El esfuerzo realizado por las cuidadoras frecuentemente no es reconocido por la persona cuidada. Esta falta de reconocimiento genera sentimientos que pueden ir desde la tristeza y la impotencia hasta el enojo y la ira. En la relación cuidador-cuidado suelen establecerse situaciones recíprocas de victimización, que provocan enfermedades somáticas y/o psicológicas en los cuidadores.

Tanto Ofelia como Chana relatan que reciben tratamiento para la depresión como consecuencia del cuidado que prestan a su marido y hermana respectivamente. Por otra parte, Ida relata su enojo y falta de paciencia para soportar la demencia de su esposo y manifiesta que a veces está muy triste...

LOS COSTOS DEL CUIDADO

El término carga (burden) conceptualizado como un estado subjetivo asociado al grado de incomodidad o molestia originado por la prestación de cuidados, incluyendo también consecuencias objetivas, tales como restricción del tiempo libre o deterioro de salud; por lo que la carga en el acto de cuidar no es sólo un hecho concreto, sino que también tiene un efecto subjetivo, que se encuentra relacionado con el conjunto de sentimientos o percepciones negativas por parte del cuidador sobre su función, es decir, el grado de molestia o incomodidad originada por la prestación continua del cuidado (MONTGOMERY, 1989).

LA PÉRDIDA DEL TIEMPO PERSONAL

De los relatos de nuestras entrevistadas surgieron algunos temas significativos en relación a los costos o a la carga del cuidado. Los costos a los que todas hacen referencia sin excepción, son los que tienen que ver con la falta de disponibilidad del tiempo; tener la vida condicionada y no poder decidir libremente lo que desean hacer.

[...] Yo soy hiperactiva, fui siempre hiperactiva... y, lógicamente, la situación de mi esposo me impacta... Actualmente no tengo actividades; no salgo, no voy a un concierto... nada... porque actualmente no puedo dejar a mi esposo, la indicación es estar con él... Estar con él. Aparte de que ya, mi esposo, ahora me doy cuenta de que tiene algunas pérdidas de memoria, no se acuerda, pero

se queda... no conviene que salga solo y todas esas cosas ¿no?...
(Ofelia)

“Y ahora”, nos relata Chana:

[...] desde hace tres años, estoy muy tapada con la enfermedad de mi hermana y ahora estoy organizando la vida de mi hermana pero es muy difícil... es muy difícil...

También tuvimos que cambiar la casa por el departamento y ahora por ejemplo, ya no puedo practicar y estudiar con mi piano. (Ofelia, es concertista)

LOS COSTOS EN LA SALUD DEL CUIDADOR

Los costos en salud tanto física como psíquica son también muy altos, especialmente para los primeros cuidadores, es decir, aquellos que están más involucrados en la tarea. Como vimos a lo largo de este artículo todas ellas se encuentran tratando cuadros depresivos producto de la situación de cuidado.

LOS COSTOS ECONÓMICOS

Sin lugar a dudas, dentro de la sumatoria de “costos” por los que atraviesan las cuidadoras, el económico muestra su relevancia. En efecto, los problemas financieros surgen en los relatos de nuestras entrevistadas. Tal es el caso de Celia, quien tuvo que vender su vivienda para pagar los gastos de atención de la salud de su hermana y ahora alquila, a través de la ayuda de la Asociación Mutual que le gestiona y transfiere programas sociales gubernamentales, su ex departamento:

[...] Yo era dueña unos 20 años y después vi que necesitaba plata porque mi hermana no era jubilada, no tenía PAMI,⁹ no tenía nada. Yo quería que tuviera una buena atención, entonces la hice socia de la prepaga (sistema de salud privado) y yo también me hice socia de esa prepaga. Y así nos fundimos.

Se trata de un caso tipo de la carga que significa la atención de los ancianos en su etapa final.

La estrategia económica seguida por Ofelia fue: cambiar su casa por un departamento.

[...] y bueno, estamos viviendo acá por razones económicas, también porque el mantenimiento de la casa me resultaba mucho más caro. Acá casi no pago expensas... ahora estamos haciendo arreglos para que mi esposo pueda transitar sin peligros...

⁹

Se trata del nombre con que generalmente se conoce al Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados -PAMI.

También Chana debe recurrir a la Mutual donde recibe un subsidio económico¹⁰ que la ayuda a solventar el cuidado de su hermana.

El costo económico del cuidado excede la coyuntura y frecuentemente implica un deterioro en la economía familiar que puede ser padecido por las futuras generaciones de las familias implicadas. Además, cuando los cuidadores son personas mayores, puede provocar un impacto negativo sobre los ahorros que condicionan la calidad de vida para su propia vejez, tal como lo demuestra el caso de Celia.

En síntesis, los costos se refieren al grado de incomodidad que produce la prestación de cuidados medido por indicadores objetivos, como la restricción del tiempo libre, el deterioro de la salud, la resignación de proyectos personales o la presión económica que originan los gastos del cuidado. Implica la saturación tanto subjetiva como objetiva de las presiones que recibe el cuidador por la tarea que lleva adelante. Para disminuir el peso de los costos es que se esgrimen estrategias de organización del cuidado. Veamos:

Estrategias esgrimidas y utilización de programas sociales

Como hemos expresado a lo largo de este artículo, estas mujeres mayores cuidadoras se han apoyado a través de la intermediación que realiza la Asociación Mutual como una estrategia para acceder a diferentes tipos de ayuda que les permitan, de alguna manera, paliar la situación que transitan. De esta manera acceden a distintos tipos de planes sociales, que se otorgan según la situación socioeconómica que poseen.

Como consecuencia del cuidado de su hermana y los gastos que la enfermedad le ocasionó, Celia se convirtió en una persona vulnerable. Es así que a través de la gestión de la Asociación Mutual ella se encuentra recibiendo un variopinto de programas sociales asistenciales que provienen de distintas organizaciones gubernamentales que derivan fondos a la mutual para su implementación y también son producto de donaciones de otros socios de la propia ONG.

Actualmente, Celia recibe un subsidio del Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados –PAMI– que cubre parcialmente el costo del alquiler. Además, a través de la mutual, ha conseguido una tarjeta y tickets concedidos por el Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires que la ayudan con las compras en el supermercado; colabora con ella, también, un padrino logrado mediante la mutual, recibe además una caja de alimentos¹¹ y participa del comedor colectivo de esa institución. Esta estrategia múltiple le permite seguir viviendo en “su” departamento a pesar de tener la jubilación mínima.

Como se indicó más arriba, Chana es beneficiaria de un subsidio que colabora para el cuidado domiciliario de su hermana.

Chana, Ofelia e Ida utilizan uno de los programas que ofrece la Asociación Mutual; se trata de un curso que da herramientas para

10 Este subsidio económico lo otorga el Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados –PAMI– y es para contratar un auxiliar gerontológico de apoyo a domicilio

11 La caja de alimentos proviene de programas del Gobierno Nacional.

enfrentarse a la situación de cuidado, tanto para el tratamiento del enfermo como para el apoyo de la cuidadora. El curso les fue de gran ayuda, dado que uno de los principales aportes que les proporciona es algo muy sencillo: les da permiso para tomar distancia y delegar su función en otros aunque sólo sea temporariamente. Creemos que la responsabilidad que sostiene la función genera tal sentido de “obligación moral” que el cuidador no está tranquilo si no está siempre a cargo del cuidado (ODDONE; AGUIRRE, 2007, p. 51).

Entonces, esta necesidad de estar cuidando que nada malo pase genera una permanente intranquilidad, una sensación angustiada, a veces producto de la sobreprotección de la persona cuidada que con el tiempo produce agobio. El curso habilita al cuidador a tomar distancia y delegar en otro su función, lo que produce alivio.

En síntesis, a partir de los dichos de las entrevistadas se pudo observar que uno de los aportes que les brindó concurrir al curso y que ellos valoran especialmente, es la posibilidad de establecer límites a su dedicación, pudiendo pensar estrategias alternativas que alivian la tensión familiar y personal.

Para Chana, que se siente muy sola, esos cursos son también una forma de relacionarse con otras personas que comparten sus mismos problemas:

Sí, empecé a ir a la Asociación Mutua, a algunas cosas, porque en el año 2008 tuvimos todo un ciclo, de una vez por semana, con profesionales de la Medicina, dedicados especialmente a estos problemas, de la gente mayor; pero para familiares que los tienen que cuidar, fundamentalmente para atender al enfermo... Y ahí se han formado algunos vínculos, algunos encuentros, estas cosas...

El cuidado de su hermana absorbe a Chana, a pesar de contar con alguna ayuda de personas contratadas. Decidió que su hermana no podía estar ni un momento sola:

Entonces tuve que organizar las que se llaman “las cuidadoras”, organizar los horarios; que siempre esté cubierta con ellas, conmigo. Yo, prácticamente, vivía... todo ese tiempo... así que me desligué de mí. Entonces, ahora, me estoy organizando con alguna contención, con alguna orientación, estoy retomando lo mío... Hace un mes pude recuperar mis clases de gimnasia; ya la semana anterior pude ir de nuevo a la pileta... alguna salida al cine... Porque ahora ya, desde hace unas tres o cuatro semanas hay (solamente) dos noches que duermo acá y que estoy hasta el otro día... Pero, de todos modos, me hace muy bien esto de retomar las cosas mías,

poder proyectarme, porque eso, además, trae oxígeno al vínculo con mi hermana... (Chana)

Ofelia (80 años) busca apoyo, tanto para ella como para el marido, aunque cree que:

[...] lo que le pasa a mi esposo es mucho menor de lo que yo escucho ahí, en general. Afortunadamente y por el momento. Y espero que sea lento porque su patología es progresiva, pero vamos a ver. Con respecto a mí, yo fui buscando apoyo. Yo recibo apoyo, escucho con mucha atención a todos los disertantes... Ahora, yo percibo que ya estamos casi al final, faltan dos clases solamente... Yo creo que me ha hecho mucho bien en muchos aspectos... estoy mucho más sensibilizada.

En los últimos años se ha generalizado la organización de talleres de la memoria que ayudan a activar intelectualmente a las personas de la tercera edad. Los encontramos en mutuales, centros de jubilados, hospitales y municipalidades. Tanto Chana como Ofelia asisten a este tipo de actividad que son de gran ayuda para resolver las cuestiones de la vida cotidiana en un contexto de cuidados.

Ida por su parte nos cuenta:

[...] yo voy siempre a los grupos. Se hace reflexión y él viene conmigo, capta lo que puede. No capta demasiado; a veces no entiende porque ya está en un tiempo que no reconoce, a veces, cosas... Yo también estoy muy desmemoriada... pero estos grupos me ayudan...

Ellas también se preocupan por la actividad física; particularmente Ida ha sido deportista y sigue haciendo alguna actividad como jugar al tenis, hacer natación o andar en bicicleta, en la institución a la que pertenece. Pero, a pesar de su entusiasmo, no siempre pueden llevar a cabo estas prácticas. Ida (80 años) confiesa que le cuesta encontrar compañeros para jugar al tenis en el club:

Últimamente estoy un poco relegada porque ya no hay gente como yo. No para competir sino gente de mi edad que juegue. Siempre jugué con gente mucho más joven y ahora los jóvenes... Está la discriminación con una vieja, también; existe.

Desde otro espacio y con otra experiencia, Ofelia asiste además al grupo de Tai chi, que se reúne en la Asociación Mutual y Chana practica gimnasia. Al mismo tiempo, otro tipo de actividades de corte

preventivo y de integración social son utilizados por Celia quien nos cuenta: "...Después hago manualidades; justamente les regalé a las de enfrente, arteterapia que es una arcilla que la amasamos y hacemos cosas; yo, en realidad, hice para todas".

Por último, y a pesar de la ardua tarea que significa el cuidado de enfermos, Chana encuentra un espacio para asistir al Taller de Mayor a Menor que es un programa de lectura en las escuelas primarias, perteneciente al Ministerio de Educación de la Nación.

Entonces yo, este año, tuve el enorme placer de ir a leer; leemos para 1º, 2º y 3º grado, los materiales que nos dan en el ministerio; nosotros seleccionamos el cuento a leer. Y tuve una enorme satisfacción ¿no? porque era un contacto directo con los chicos. Y bueno, yo, con los chicos soy muy especial, "me gustan mucho". Y bueno; son cuentos que son sabiduría y hay que ver los chicos, las reacciones que tienen, las cosas que dicen y el cariño que a uno le dan; lo que vuelve y además, "Abuela ¿cuándo venís de nuevo?." "Bueno; esto es más o menos lo que estuve haciendo, aparte de atender mis enfermedades, las enfermedades de mi hermana; todo esto"... (Chana)

CONCLUSIONES

En este artículo identificamos las situaciones particulares que experimentan aquellas mujeres ancianas que se hacen cargo del cuidado de sus familiares, también ancianos, con graves problemas de salud y exploramos el papel del capital social que les permitió acceder al apoyo de programas sociales específicos.

Hemos observado que estas ancianas cuidadoras informales pasan por situaciones de stress, y que se mantienen firmes en la tarea apelando a valores morales y éticos. Estos valores se sostienen a partir de un fuerte mandato psicológico en la cuidadora. Se trata del pacto tácito que sella la solidaridad filial. También observamos que existe una diferencia en la ética del cuidado entre el sentimiento de deber que se da a través de la relación filial y la obligación que emana de un contrato matrimonial. En este último caso, se observan cambios en el ejercicio del poder en la pareja, dadas las relaciones tradicionales de género.

De los múltiples sentimientos –positivos y negativos– que despierta la situación de cuidado, la responsabilidad que pesa sobre el cuidador debido a la vulnerabilidad de la persona cuidada genera una situación de intranquilidad permanente, que podemos asociarlo con el denominado "sueño de nodriza".

En la díada cuidador-cuidado suelen surgir relaciones recíprocas de victimización que generan situaciones de conflicto personal y

enfermedad en las cuidadoras. En efecto, ellas se refieren a los “altos costos” que significa sostener a sus enfermos; entre los más significativos que surgieron de la investigación se destacan: la resignación de proyectos personales, la falta de independencia, la falta de tiempo libre, la falta de tiempo futuro personal, la pérdida de salud física y psíquica de la cuidadora y las grandes erogaciones económicas que ponen en juego incluso el futuro de las propias cuidadoras, que como hemos visto, son personas de avanzada edad.

Las cuidadoras han esgrimido diferentes estrategias a fin de resolver cuestiones de la vida cotidiana. Algunas de ellas han sido evaluadas como exitosas en la medida que logran un control de la situación; otras en cambio, no consiguen resolver la crisis. Entre las estrategias esgrimidas, se encuentra la asistencia a la Asociación Mutual dónde accedieron a diferentes programas de tipo asistencial y preventivo que facilitaron distintos problemas de la vida cotidiana. Entre ellos se destaca el curso para familias cuidadoras, que les ha brindado información y facilitado la toma de conciencia de la situación a fin de poder tomar distancia y poner límites y de esta manera, modificar su carga emocional y a partir de allí, encontrar soluciones para una mejor organización del cuidado.

A lo largo de este trabajo se ve claramente cómo reciben ayuda las ancianas cuidadoras a través de redes formales e informales; pero resulta conmovedor notar cómo ellas retribuyen a los grupos primarios y al sistema formal a través de actividades como el cuidado de los suyos y en actividades como el voluntariado o programas como, por ejemplo, De Mayor a Menor. En estas actividades se destaca el desarrollo de relaciones intergeneracionales positivas que las ayudan a sobrellevar la inmensa carga del cuidado de personas dependientes.

Por último, el estudio de casos presentado en este artículo es un ejemplo de las nuevas situaciones que se presentan como consecuencia del envejecimiento de las poblaciones. Se hace necesario pensar políticas creativas que brinden apoyo tanto para las personas de mayor edad que necesitan cuidados y sus familias, como para las personas adultas mayores que brindan cuidados a otros.

REFERENCIAS

ATKINSON, Martin; HAMMERSLEY, Paul. *Etnografías: métodos de investigación*. Barcelona: Paidós, 1994.

BERTAUX, Daniel. Historias de casos de familias como método para la investigación de la pobreza. *Revista de Sociedad, Cultura y Política*, Buenos Aires, v. I, n 1, p. 10-21, jul. 1996.

BOURDIEU, Pierre. *La miseria del mundo*. Madrid. Fondo de Cultura Económica. 1993

CEPAL. Panorama social de América Latina. Naciones Unidas, 2013. (Documento Informativo 893).

CHAPPELL, Neena. The sociological meaning of caregiving and social support: issues for older people, the family and community. *Sociology of Aging. International Perspectives*, Melbourne, ISA, p. 148-151, 1996.

CLIFFORD, James. Sobre la autoridad etnográfica. In: REYNOSO, Carlos (Comp.). *El surgimiento de la antropología posmoderna*. 4. ed. España: Gedisa, 1998. p. 141-170.

COLEMAN, James. *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COULON, Alain. *Ethnomethodology*. New York: Sage, 1995. (Qualitative Research Methods, v. 36).

DABAS, Elina. *Red de redes*. Las prácticas de la intervención en redes sociales. Buenos Aires: Paidós, 1993.

DELICADO USEROS, María Victoria. Características sociodemográficas y motivación de las cuidadoras de personas dependientes ¿perfiles en transición? *Praxis Sociológica*, Castilla La Mancha, n. 10, p. 200-234, 2006.

DURÁN HERAS, María de los Ángeles. *Los costes invisibles de la enfermedad*. Bilbao: Fundación BBVA, 2002.

ENRIQUE ROSAS, Rocío. Preferencias sobre cuidados en Vejez Avanzada en México: diagnóstico, dilemas y desafíos en contextos de pobreza en tres Estados de la República. En: MONTES DE OCA, Verónica (Coord.). *Envejecimiento en América Latina y el Caribe*. México: UNAM, 2013. p. 373-394.

ESPING-ANDERSEN, Gösta. *Los tres mundos del estado de bienestar*. Valencia: Alfons el Magnanim, 1993.

FLAQUER, Luís. *Políticas familiares en la Unión Europea*. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, 2002.

GUZMÁN, José Miguel; HUENCHUAN, Sandra; MONTES DE OCA, V. Redes de apoyo social de personas mayores: marco teórico conceptual. In: *Ponencia presentada en Simposio Viejos y Viejas. Participación, ciudadanía e inclusión social*. Santiago de Chile, 2003. p. 14-18.

HOLSTEIN, James A.; GUBRIUM, Jaber F. *The active interview*. Thousand Oaks, CA, US: Sage, 1995.

INDEC. Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. *Datos del Censo Nacional de Población y Vivienda*. Buenos Aires, 2010.

LOMNITZ, Larissa. *Redes sociales, cultura y poder: ensayos de antropología latinoamericana*. México: FLACSO, 1994.

MARTÍN PALOMO, María Teresa. El care, un debate abierto: de las políticas del tiempo al social care. *Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*, León, n. 4, p. 325-355, 2009.

MISHLER, Elliot, *Research interviewing: context and narrative*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

MONTGOMERY, Rhonda. Investigating caregiver burden. In: MARKIDES, K. S.; COOPER, C. L. (Ed.). *Aging, stress and health*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1989. p. 201-218.

NEGRO, Milagros Julve. Dependencia y cuidado: implicaciones y repercusiones en la mujer cuidadora. *Acciones e investigaciones sociales*, n. 22, p. 260-270, 2006.

ODDONE, María Julieta. *Ancianidad, contextos regionales y redes de intercambio*. Buenos Aires: Centro de Estudios e Investigaciones Laborales, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, n. 27, 1991.

ODDONE, María Julieta; AGUIRRE, Mónica. A pendular movement between the intergenerational pact and exhaustion of support networks in Argentina. In: PAOLETTI, I. (Ed.) *In family caregiving for older disabled people*. New York: Nova Science, 2007. p. 35-62.

PAUTASSI, Laura. Perspectivas actuales en torno al enfoque de derechos y cuidado: la autonomía en tensión. In: PAUTASSI, L.; ZIBECCHI, C. (Coord.) *Las fronteras del cuidado: agenda, derechos e infraestructura*. Buenos Aires: Equipo Latinoamericano de Justicia y Género (ELA) y Biblos, 2013. p. 99-132.

RAZAVI, Shahra. *The political and social economy of care in the development context: conceptual issues, research questions and policy options*. Gender and Development Programme. Geneva: UNRISD, Jun. 2007. (Paper Gêneve, n. 3).

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina; MÉNDEZ, Florencia. Trabajadoras del cuidado: el caso de las trabajadoras de casas particulares: ¿Una forma peculiar de informalidad? In: CONGRESO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, 11., Buenos Aires, Agosto, 2013. Disponible en: <http://www.aset.org.ar/2013/ponencias/p6_Rodriguez.pdf>. Consultado el: 20 Dic. 2013.

MARÍA JULIETA ODDONE

Socióloga de la Universidad de Buenos Aires; Magister en Gerontología de la Universidad Nacional de Córdoba; Doctora de la Universidad de Buenos Aires con orientación en Antropología; Investigadora Principal del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas –CONICET–; Profesora Titular de la Universidad de Buenos Aires. Dirige el Programa Envejecimiento y Sociedad de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales –FLACSO ARGENTINA
mjoddone@flacso.org.ar

TEMA EM DESTAQUE

<http://dx.doi.org/10.1590/198053142873>

FEMINIZACIÓN Y COLECTIVIZACIÓN DEL CUIDADO A LA VEJEZ EN MÉXICO

ROCÍO ENRÍQUEZ ROSAS

RESUMEN

Se analiza la problemática del cuidado a partir de la perspectiva de mujeres beneficiarias de programas sociales. La metodología empleada está centrada en el paradigma construccionista y se utilizaron acercamientos cualitativos. Los hallazgos muestran la intersección compleja, a partir del análisis del cuidado, entre los procesos de precarización/empobrecimiento en los entornos urbanos y los procesos demográficos de envejecimiento poblacional así como la fragmentación e insuficiencia de las políticas y los programas dirigidos a la población adulta mayor. Destaca la imprescindible colectivización del cuidado a través de relaciones complementarias entre las instituciones del estado y su función de protección social incluyente, el mercado y la necesaria regulación del mismo, la sociedad civil y sus organizaciones, así como las familias en su heterogeneidad y a partir de un nuevo contrato de género que redistribuya las cargas de cuidado desde el principio de la equidad.

VEJEZ • CUIDADO • FAMILIA • ASISTENCIA SOCIAL

FEMINIZATION AND COLLECTIVIZATION OF ELDERLY CARE IN MEXICO

ABSTRACT

This paper analyzes the problem of care from the perspective of women who benefit from social programs. The methodology used is based on a constructionist paradigm using a qualitative approach. The findings show the complex intersection, based on the analysis of care, between uncertain/impoverished processes in urban environments and the demographic processes of an aging population, as well as the fragmentation and lack of policies and programs for the elderly population. This paper highlights the urgent collectivization of care through complementary relations between state institutions and their inclusive social protection function, the market and its need for regulation, the civil society and its organizations, and the heterogeneity within families and from a new gender contract which redistributes the burden of care on the basis of the principle of equity.

OLD AGE • CARE • FAMILY • SOCIAL ASSISTANCE

FEMINIZAÇÃO E COLETIVIZAÇÃO DO CUIDADO DE IDOSOS NO MÉXICO

RESUMO

A problemática do cuidado é analisada da perspectiva de mulheres beneficiárias de programas sociais. A metodologia usada está centrada no paradigma construcionista e foi utilizada uma abordagem qualitativa. Os achados mostram a interseção complexa, a partir da análise do cuidado, entre os processos de precarização/empobrecimento nos ambientes urbanos e os processos demográficos de envelhecimento populacional, assim como a fragmentação e insuficiência das políticas e programas destinados à população idosa. Destaca-se a imprescindível coletivização do cuidado através de relações complementares entre as instituições estatais com sua função de proteção social inclusiva, o mercado e sua necessária regulação, a sociedade civil e suas organizações, bem como as famílias em sua heterogeneidade a partir de um novo contrato de gênero que redistribua os encargos do cuidado em função do princípio da equidade.

VELHICE • CUIDADO • FAMÍLIA • ASSISTÊNCIA SOCIAL

EL CUIDADO EN EL CONTEXTO DEL ENVEJECIMIENTO EN MÉXICO: ANTECEDENTES

EN LA REGIÓN LATINOAMERICANA la demanda de cuidados se atiende principalmente por la oferta privada generando consecuencias graves no solo en el sexo femenino, en tanto principal responsable (emisor de cuidados), sino también en aquellos que reciben los cuidados (receptores de cuidado), sean estos niños, personas con alguna discapacidad o bien, como interesa especialmente en este caso, la población de edad avanzada (MARCO; RODRÍGUEZ, 2010).

En la agenda social contemporánea:

[...] el cuidado no logra aún posicionarse como un tema de Estado. Esto se debe, en parte, a la persistencia de un modelo de sociedad androcéntrico y patriarcal donde el cuidado todavía se vincula a la naturaleza femenina y se considera el deber principal de la mujer (primero madre y esposa y luego ciudadana, trabajadora remunerada, mujer pública; asimismo, en los mercados laborales aún persisten lógicas centradas en el orden paterno)-el hombre trabaja y la mujer cuida la casa— y, por tanto, no se considera que los trabajadores tienen familias; a su vez, el Estado suele estar ausente en la materia legislativa orientada a medidas conciliatorias para la corresponsabilidad social del cuidado y las familias. (MONTAÑO VIRREIRA, 2010, p. 60)

Procesos sociales tales como el envejecimiento poblacional (HAM-CHANDE, 2003) son fenómenos globales en el presente siglo que reflejan contundentemente la necesidad de problematizar en colectivo las formas convencionales de entender y practicar tanto el autocuidado como el cuidado de los otros. Las cargas de cuidado para las próximas generaciones, de acuerdo a las proyecciones demográficas para el caso de América Latina (CEPAL, 2009; 2009a), advierten sobre la urgente necesidad de generar políticas públicas incluyentes que favorezcan relaciones complementarias y equitativas en clave de género y generacional, entre las instituciones públicas, las organizaciones de la sociedad civil y las familias en su diversidad, para hacer frente a la población en proceso de envejecimiento.

La Organización Mundial de La Salud –OMS (2002) señala el envejecimiento acelerado en los países en vías de desarrollo, acompañado además por procesos de reconfiguración en las estructuras familiares en los roles de género y en los patrones de trabajo y migración. En este sentido, se reconoce una desproporción significativa entre las personas disponibles para cuidar de los adultos mayores y la población que estará en este grupo de edad, que a su vez requiere ser desagregado en términos analíticos dada su heterogeneidad, tomando en cuenta género, arreglo familiar, condición rural-urbana, segregación social y espacial, condición socioeconómica, participación social y política, acceso y participación activa en los procesos culturales, entre otros aspectos. Con ello, busco destacar que el alargamiento de la esperanza de vida requiere claves de lectura desde el marco de la complejidad que problematicen interdisciplinariamente la construcción social de la edad, las narrativas y prácticas referentes a las formas de envejecer, las preferencias en el autocuidado y el cuidado de los otros, las reciprocidades dadas y posibles entre los seres humanos para el cuidado social, vinculante y de largo aliento.

Los sistemas de protección informal, principalmente los referentes a las redes familiares, presentan en la contemporaneidad formas inéditas en sus dinámicas y configuraciones que advierten sobre el desgaste de los recursos tanto materiales como simbólicos y sobre la inminente necesidad de contar con apoyos formales complementarios que amortigüen las demandas y los requerimientos cotidianos y en situaciones de crisis asociados al cuidado del otro, especialmente cuando se trata de personas mayores y en situación de dependencia media o avanzada. Ese desfamilismo latinoamericano del cual certeramente advierte Arriagada (2007), es también un proceso presente en la sociedad mexicana y especialmente en los estratos más empobrecidos y carentes de toda seguridad y protección social (ENRÍQUEZ, 2010).

El alargamiento en la esperanza de vida en la población latinoamericana y particularmente mexicana, el achicamiento del

tamaño de los hogares, la coexistencia de tres o más generaciones corresidentes, la diversificación de los arreglos familiares, son sólo algunos de los factores a tomar en cuenta cuando se busca abordar el proceso de envejecimiento en México desde la perspectiva del cuidado en tanto responsabilidad social para la procuración del bienestar incluyente. El cuidado está íntimamente ligado a los lazos sociales, a las posibilidades de interacción a favor de la vida y a una cultura emocional que promueva el intercambio de emociones tales como la compasión, la ternura, el amor y la solidaridad social.

México atravesará a lo largo del siglo XXI por un proceso de envejecimiento importante que debe ser planeado y previsto con suficiente antelación. Envejecer produce riesgos que deben ser considerados ampliamente, mucho más allá de la individualización de los mismos, de la mercantilización del bienestar y la medicalización del sufrimiento. Estos riesgos están relacionados, desde la mirada del sujeto-cuerpo individual y social con la pérdida de capacidades físicas y mentales, la disminución de la autonomía y por tanto la capacidad de adaptación a entornos diversos, la posible disminución en los roles familiares y sociales, el retiro del trabajo, la disminución en la capacidad económica, y en general, el deterioro de la salud que implica un nivel de independencia menor.

En el caso mexicano, hay tres riesgos centrales ante el envejecimiento y tienen que ver con la especificidad de género (la feminización de la vejez), la condición socioeconómica y el trabajo; además, una parte importante de la población de 60 años o más sigue inserta en alguna actividad económica principalmente informal (VIVEROS, 2001). El nivel de envejecimiento que presenta México y la mayoría de los países de la región latinoamericana se ha dado en medio siglo, en comparación con Europa, donde este proceso tomó dos siglos. Esta velocidad en el proceso de envejecimiento está asociada con la baja en la mortalidad y el descenso en la fecundidad (HAM-CHANDE, 1999; VIVEROS, 2001; entre otros).

Con respecto a prestaciones sanitarias a través de programas de atención al adulto mayor, México no cuenta con la inclusión suficiente de esta población en la atención primaria de la salud. Se registra aún de manera incipiente, el acceso a servicios farmacéuticos y no se tiene el tipo de atención médica especializada que se requiere en esta etapa de la vida en la se pueden llegar a presentar simultáneamente varios padecimientos.

En relación a la capacitación de personal, se cuenta con algunas especializaciones en geriatría o gerontología en algunas universidades; sin embargo, en lo que se refiere a cuidados de largo plazo, no se tienen todavía programas comunitarios/colectivos de cuidados, hay una carencia importante de normatividad en las instituciones de larga estadía y hay un mínimo de estrategias de promoción y prevención de la salud (CEPAL, 2009).

En lo que se refiere al entorno urbano y la vivienda, la situación que viven las personas mayores tiene que ver con las dificultades de accesibilidad, de movilidad, la inadecuación de los entornos públicos y privados construidos así como el aislamiento debido a las complicaciones para el desplazamiento en entorno urbano especialmente marginal. En este sentido, y de acuerdo a Cepal (2009), México ha realizado algunos avances incipientes en cuanto a vivienda en términos generales, no así en cuanto a transporte, lo cual se complejiza enormemente en las áreas metropolitanas. En el ámbito social, los programas sociales de gobierno dirigidos a la población mayor no tienen un impacto en las redes comunitarias y de apoyo familiar así, como tampoco lo tienen en los niveles de participación social y de acceso a la educación (CEPAL, 2009).

En el caso específico de Jalisco, entidad federativa en la que se llevó a cabo la investigación, el descenso en la fecundidad y mortalidad ha tenido implicaciones en la transformación de la estructura por edad de la población. La distribución actual muestra un progresivo proceso de envejecimiento, a la par del alargamiento en la esperanza de vida. Por otro lado, la disminución en la descendencia de las parejas muestra una reducción gradual en el peso relativo de niños y jóvenes (COEPO, 2008). En Jalisco el porcentaje de la población de sesenta años y más asciende al 9.3%, de ellos, 8.8% es población masculina y 9.8% es población femenina (ENADID, 2009).

En el caso de la ZMG, ciudad en la cual se focalizó el estudio realizado, y tomando en cuenta grupos de edad, se observa que el conformado por personas de 65 años y más tiene el porcentaje más alto en el municipio de Guadalajara (6.9%) y se espera que para el 2030 dicho porcentaje se duplique dos veces (COEPO, 2008, 2009). Esos datos de contexto permiten ubicar una problemática en incremento que advierte sobre una sociedad en proceso de envejecimiento que, en su mayoría, carece de los sistemas de seguridad y protección social necesarios para vivir dignamente las etapas finales de la existencia.

Ante este escenario de envejecimiento poblacional, en México hay muy pocas instituciones que se dedican a atender y cuidar a las personas mayores y estas instancias tienen en su mayoría, enfoques muy limitados (HAM-CHANDE, 1999). Por otro lado, las personas están teniendo menos hijos y hay menos probabilidad de que cuando envejezcan éstos los cuiden (GUZMÁN, 2002; ROBLES, 2006; entre otros). El Estado ha delegado el cuidado y la asistencia económica de los adultos mayores a las familias y a las redes sociales informales (VIVEROS, 2001); este fenómeno tiene repercusiones especialmente graves en el caso de las personas mayores que experimentan cotidianamente la pobreza (SALGADO; WONG, 2003).

En cuanto a las mujeres, ellas experimentan la situación de vivir más que los hombres, debiendo enfrentar sus vidas solas o teniendo

familiares a su cargo, y en la región latinoamericana esta vejez se vive además en condiciones de precariedad, debido a las inequidades que hay en ingresos y también en pensiones (CHAKIEL, 2000). En relación a los hombres y en especial en aquellos que viven en una situación de exclusión socioeconómica y que por diversas razones han perdido lazos sociales significativos para garantizar la existencia cotidiana, las posibilidades de vulnerabilidad pueden llegar a ser mayores.

La invisibilización de las acciones de cuidado que realizan cotidianamente las mujeres a lo largo de sus vidas y que van dirigidas a vínculos familiares pertenecientes a generaciones que les preceden y que les continúan, y que es sin lugar a dudas, un aporte económico asentado en el trabajo reproductivo y no remunerado, es uno de los argumentos centrales para nombrar y problematizar la economía del cuidado (PAUTASSI, 2010; MARCO; RODRÍGUEZ, 2010). Es imprescindible el reconocimiento de la contribución de las mujeres a la economía en sus distintas escalas y desde ello, elaborar alternativas de desarrollo con equidad donde las acciones de cuidado juegan un papel sustantivo (PAUTASSI, 2010).

PRECISIONES METODOLÓGICAS

Para analizar las percepciones sobre el cuidado desde las narrativas femeninas de mujeres beneficiarias del programa social federal “setenta y más” y el programa social estatal “vive grande”, se seleccionó una colonia en situación de pobreza en cada uno de los seis municipios que conforman la zona metropolitana de Guadalajara. A partir de ello, se realizó trabajo etnográfico en el período 2011-2012 y se llevaron a cabo entrevistas en profundidad con mujeres emisoras y/o receptoras de cuidados y que fueran beneficiarias de alguno de los programas sociales.¹ En total se tuvieron entrevistas con cuarenta mujeres que pertenecen a escenarios familiares heterogéneos y que experimentan cotidianamente la pobreza en sus condiciones sociales y materiales de vida. La resolución metodológica buscó favorecer el diálogo y la horizontalidad en la construcción colectiva de conocimiento pertinente y situado (CORONA; KALTMEIER, 2012).

Para este trabajo se seleccionaron analíticamente algunas de las narrativas relacionadas específicamente con el cuidado para mostrar las formas de feminización y también las posibilidades de colectivización del mismo.

SOBRE LA FEMINIZACIÓN DEL CUIDADO

El relato de Esther, una mujer de 73 años, que cuida a su madre enferma y también a dos nietos menores de cinco años, muestra las formas cotidianas en que se reproduce la feminización del cuidado (PAUTASSI, 2010; MARCO; RODRÍGUEZ, 2010). Ella comparte en las entrevistas

1 La investigación de campo fue realizada en el 2011-2012 y ambos programas sociales tienen como objetivo central la entrega de transferencias-no condicionadas con valor de 500.00 dólares americanos mensuales (alrededor de 40 dólares americanos). De acuerdo a la encuesta nacional de ocupación y empleo 2012 (ENOE), se reportó que en Jalisco hay 751 mil 684 adultos mayores de 60 años y el porcentaje aproximado de población cubierta por alguno de estos dos programas sociales asciende a un 34%.

realizadas los malestares físicos (psicosomáticos) que experimenta y que tienen que ver con el desgaste cotidiano. Aun cuando aparece en el relato la apreciación por parte del sector médico de las dificultades de Esther para “seguir cuidando”, no hay una intervención institucional que amortigüe estas cargas de cuidado. La narrativa muestra de forma cruda y contundente, el agotamiento y la extenuación en la que se encuentra Esther ante la ausencia de un sistema de protección social que la sostenga y respalde para el cuidado de su propia salud y también para distribuir de formas equitativas las responsabilidades de cuidado con las instituciones sociales, especialmente de salud. Además, el relato permite analizar los conflictos intergeneracionales que están presentes ante las demandas de cuidado. Esther se encuentra en el centro de confluencia de tres generaciones (las correspondientes a la madre, a las hijas y a los nietos) y con demandas de cuidado de cada una de ellas. Adultas mayores cuidando a adultas mayores y también a los nietos, mientras las hijas y los hijos realizan actividades económicas precarias, es un escenario social que puede uno encontrarse una y otra vez en los contextos urbanos marginales.

[...] sí es muy pesado... en el hospital me ha dicho la doctora que yo ya no estoy para eso, que ya no estoy para cuidar (a su madre y nieto)... pero pues dígame una cosa, qué hago. Es difícil las dos cosas (cuidar a su mamá y a sus nietos)... [...], hay veces que me siento agotada, que se me hace pesado, hay veces que no quisiera ni abrir los ojos, más hacer todo lo que tengo que hacer, tener lista la comida para que coman...hay veces que sí yo misma me noto que no tengo ganas ni de hablar... [...], si supieran lo que yo siento, si supieran cómo yo ando... me levanto, hago una cosa, me siento, me descanso un ratito, paro y me pongo a hacer otra cosa... me da desesperación... pero me aguanto... ¿usted cree que ocupan que les ande diciendo si ya son mujeres (las hijas), ya saben lo que es una obligación, ven lo ruca que está la abuela... (Esther, 73 años, entrevista realizada el 22 de julio del 2012)

La narrativa de Sandra, una mujer de 74 años, evidencia los estragos del cuidado prolongado de su pareja. Además, los momentos de angustia que cotidianamente experimenta ante la posibilidad de una crisis mayor en la salud de su pareja y el no acceso a recursos mínimos, tanto materiales como sociales e institucionales para hacer frente de manera adecuada. De esta manera, Sandra se ha convertido al pasar de los años en el vínculo central proveedor de cuidados para su pareja. Esta atribución, desde el orden de lo natural, del cuidado por parte de las mujeres, ha condenado a muchas de ellas a situaciones extremas de desgaste que se potencia aún más cuando se vive cotidianamente la estrechez económica.

[...] - E: *¿Pero cómo se siente Usted cuando se pone así de mal (su pareja) y lo está atendiendo?* - S: *Pues me siento mal, me siento desesperada, siento desesperación, siento cansancio [...] y tengo miedo de que un día se me quede así de mal, entonces ¿qué voy hacer?... (Sandra, 74, entrevista realizada el 18 de junio de 2012)*

Presento el relato de Pamela, una mujer de 88 años que es cuidada por su hija, esta última trabaja, es madre soltera y cuida a su vez de sus hijos. Este cuerpo narrativo de acuerdo a la propuesta de Riessman (1993), nos conduce a la forma en que una mujer de más de ochenta años y aprisionada en una silla de ruedas, refiere el acontecer diurno, vespertino y nocturno de su existencia. Su relato refleja los vacíos, las ausencias, las esperas y los malestares cuando el cuidado es individualizado, en este caso en su hija, que simultáneamente cumple diversos roles sociales.

La connotación social del cuidado advierte sobre la imprescindible necesidad de romper las fronteras del ámbito del parentesco (GUZMÁN, 2002; ROBLES, 2006) y comprender que solamente a través de relaciones solidarias entre los distintos actores que conforman las sociedades contemporáneas, es posible garantizar el bienestar social. Los estudios sobre preferencias en el cuidado muestran hoy en día, en contextos como el mexicano, las reconfiguraciones en las subjetividades principalmente femeninas sobre la inviabilidad de seguir sosteniendo a la(s) hija(s), la(s) nuera(s), la(s) sobrina(s) como cuidadoras centrales o exclusivas ante el proceso de envejecimiento.

La participación económica de las mujeres en el mercado laboral principalmente informal en este sector de la población, el achicamiento de los hogares, el incremento de las jefaturas femeninas, van gestando procesos reflexivos en quien envejece, sobre las posibilidades reales de ser cuidado en tiempo completo y, de manera progresiva y prolongada, exclusivamente en casa. El cuidado social desde la corresponsabilidad, como anota Montaña (2010), de la gente mayor, principalmente de aquellos que viven en pobreza, demanda escenarios con infraestructura adecuada de acuerdo a niveles de dependencia y que posibiliten la estancia de día y cuando es necesario, la estancia permanente. Esta realidad y desde la ética feminista del cuidado (PAUTASSI, 2010), no trastoca la posibilidad del intercambio afectivo y de acompañamiento en el proceso de envejecer y de morir, pero sí confronta sobre las formas de entender, enfrentar y distribuir las cargas de cuidado al interior de las sociedades.

Mi hija es la que va a traer la despensa, porque yo no puedo, me desespero pero pos qué hago. Por eso digo "ya no puedo", pos ya estoy aquí como el que dijo "ya estoy amarrada" (risa). [...] A veces cuando no viene (a verme) me tiene con pendiente. Le digo "mira,

haz de venir aunque sea a decir buenos días madre, ya me voy". Y se le quita el pendiente (a uno) y ya queda uno como desahogado: "siquiera que vino a verme.

Ya cuando se llega la hora de la comida ya me levanto: "vente a comer" (dice la hija), a veces me da pena, está uno como los muchachos, ahí aplastada en la silla y sin hacer nada. Y yo estaba impuesta a levantarme, barrer, hacer de comer, hacer un atole. (Ahora) tengo que esperarme hasta que me da (mi hija). [...] en la noche, claro que me da miedo y claro que pienso muchas cosas, lo que yo he pensado es que ella me ponga un timbre y cuando lo necesite tocarlo y así ella sabe que necesito algo o me pasó algo, así me sentiría más tranquila, eso es lo que le pediré, no le hace que lo pongan con mi dinero. Por eso digo que triste es estar uno solo, por eso a la hora de quedarse uno dormido, uno no sabe si va a despertar, pero no, yo sola me quedé en este cuarto [...]. Me cabe preocupación, porque la pieza esta es sorda, les hablo y no me oyen y yo le pido a Dios que me muera rápido para no sufrir... (Pamela, 88 años, entrevista realizada el 11 de julio de 2012)

He incorporado también la voz masculina de un hombre de 83 años que a través de su narrativa me permite dar cuenta de las formas en que el discurso religioso es interiorizado, procurarse una mujer que pueda resolver las necesidades cotidianas ante la vejez. También presento la narrativa de un hombre mayor que refleja en unas líneas la condición extrema de vulnerabilidad social a la cual puede llegar un ser humano cuando, al perder a su pareja por fallecimiento, se acentúa una cultura del no cuidado de sí mismo y de feminización del mismo.

El desafío es entonces confrontar estos constructos socioculturales que reiteran la feminización del cuidado (VIVEROS, 2001; CEPAL, 2009a) en el ámbito de lo privado y repensar las formas posibles de hacer frente a este reto a partir de una cultura del cuidado que busque la colectivización del mismo a través de las contribuciones de los distintos agentes sociales y de un sistema de protección social incluyente, que incorpore la transversalización del cuidado y le posicione como un derecho de toda y todo ciudadano.

La narrativa masculina construida por Luis, un hombre de 83 años, muestra los beneficios de contar con una mujer en esta etapa de su vida. Sentirse atendido permanentemente genera gusto y bienestar. Ella, es entonces la fuente "infinita" emisora de cuidados y él, receptor de esos cuidados que tornan viable el proceso de envejecer. El bienestar es un estado con contenidos emocionales centrales y también con formas de producción y de reproducción altamente precarias que están

suspendidas en el hilo del que hacer femenino y desancladas de toda forma de seguridad social.

[...] manda el pastor que las personas que estén viudas o solas tienen que juntarse con alguien más y de esa manera no estoy solo, la verdad, yo ya no hubiera buscado a alguien, pero Dios me mandó a Mary y eso me hace sentir bien, todo el tiempo está al pendiente de mí, de lo que necesito y eso me gusta... (Luis, 83, entrevista realizada el 08 de junio de 2012)

Ricardo, un hombre de 78 años, muestra en su narrativa los juegos del destino en cuanto a cuidados se trata. Ese cálculo masculino de contar con la mujer para las etapas finales de la vida se trastoca en la trayectoria de este hombre y afloran emociones ligadas a la soledad y al desencantamiento ante la fuerza divina que toma la fuente “inagotable de repertorios de cuidado”. Esa mujer, como posesión y destinataria última y única de las tareas de cuidado, desaparece del entorno de lo posible para Ricardo y nos permite revelar nuevamente la vulnerabilidad extrema a la que puede llegar el sujeto cuando el bienestar es acotado y esperado exclusivamente en el ámbito de lo doméstico y en particular, desde una división sexual del trabajo que arroja una y otra vez a muchas mujeres a cargar prioritaria o únicamente con las tareas de cuidado que corresponden a la sociedad entera, a través de sus instituciones y formas múltiples de organización social.

[...] Se me hace a mí muy duro estar ahí solo, estaba muy engreído con mi señora pues Dios se la llevó... (Ricardo, 78, entrevista realizada el 13 de enero de 2012)

SOBRE LA COLECTIVIZACIÓN DEL CUIDADO

La participación de las instituciones del estado para la procuración del bienestar de la población adulta mayor es aún incipiente en México (CEPAL, 2009). Los hallazgos muestran las formas residuales de apoyo a través de los programas sociales federales y estatales, así como de aquellos que provienen de algunos de los municipios de la zona metropolitana de Guadalajara. Todos estos programas tienen un discurso maternalista y que refuerza el papel de las mujeres en tanto cuidadoras de los otros. Las narrativas que a continuación se exponen así lo muestran, son ellas las que están pendientes de los sujetos envejecidos y quienes tienen conocimiento de las transferencias. El cuidado sigue siendo una práctica que se reproduce desde el ámbito de lo doméstico y de lo femenino. Los programas sociales se limitan a contribuir con una transferencia económica que puede llegar a paliar algunas de las

múltiples demandas del proceso mismo de envejecer, pero que no confronta las formas ideológicas de comprensión del cuidado, como una tarea que por naturaleza corresponde a las mujeres. Los procesos de colectivización del cuidado apenas se inician y están anclados sobre todo en las relaciones de parentesco y vecinales. Sobre ello da cuenta la siguiente viñeta que narra las formas en que el apoyo entre vecinos y a través de la iglesia favoreció que un adulto mayor contara con un cuarto para resguardarse...

[...] entonces básicamente ven que su situación es muy precaria... su cuartito entre las personas de la comunidad del templo se le hizo, porque antes vivía en el segundo cuarto, ahí entre láminas... entre todos nos cooperamos y ya se hizo independiente de ahí donde estaba... (María, 75 años, entrevista realizada el 24 de julio del 2012)

Maricela, una mujer madura y cuidadora, narra los modos de utilización de la transferencia federal para adultos mayores a través del programa setenta y más. Aun cuando el monto económico es sumamente bajo, las posibilidades de tener acceso a algunos medicamentos se incrementan. La vinculación entre este programa y el seguro popular muestra la relevancia de visibilizar, reconocer y responder a las demandas de salud de la población adulta mayor y también la respuesta aún deficiente por parte de las instituciones en este sentido.

El apoyo le ha servido mucho a ella... le da gusto, ya normalmente le digo "ya hay dinero" y ya está recontenta... ella lo usa (para medicamentos), pues no todo el medicamento se lo surten en el seguro popular [...], porque casi lo que es zapatos y ropa no es muy especial ni nada, incluso yo le compro ropa y la deshace toda, que le cambia las bolsas aquí y allá...

Además, el relato de Beatriz, mujer cuidadora de un hombre mayor, advierte sobre las lecturas e interpretaciones que se hacen con respecto a la transferencia federal, el reconocimiento de un modo de reciprocidad que tiene que ver con el pago de impuestos a lo largo de la vida y la corresponsabilidad del gobierno con la población a partir de la entrega de recursos en la etapa final de la existencia. Si bien el discurso de los derechos no aparece como tal, sí está presente de manera implícita una lectura de sí mismos como merecedores de la entrega de apoyos. Este proceso de participación en corresponsabilidad por parte del estado con la población mayor es aún débil con respecto a lo deseado y esperado, pero advierte sobre la eminente necesidad, cada vez mayor, de colectivizar las formas de apoyo y ayuda por parte de las instituciones y la sociedad civil hacia la gente mayor.

Sí, un día él dijo que de dónde le daban ese dinero y le dijimos: “¡ire nosotros vamos y le compramos un refresco y al gobierno federal, le está pagando el IVA de ese refresco, [...] pero el gobierno federal ese dinero nos lo está regresando, y dijo “¿apoco así es la movida?” y ya le dijimos que sí y dijo “todo ese dinero que le dan a la gente es del mismo dinero que uno da si compra, ese dinero el gobierno federal nos los da”.

Además, la obtención de un apoyo económico de manera sistemática, puede ayudar al posicionamiento del adulto mayor de una manera cualitativamente distinta en las relaciones y dinámicas familiares cotidianas. La certidumbre de un ingreso cuando se ha vivido en situación de precariedad y exclusión social, es entonces un amortiguador de la preocupación cotidiana por la sobrevivencia. Las posibilidades de negociación con los miembros de la familia se tornan distintas porque existe un recurso que puede ser puesto en juego para obtener favores y tareas asociadas con el cuidado cotidiano cuando se envejece.

Ahora dice él que es su dinero. “Ya me van a traer mi dinero” dice él, ya no les voy a pedir... Si ahora dice, “ya me va a tocar mi pago, ay me van a traer mi dinero”, como que ya es algo que tiene él de dónde. Si nosotros no le damos ya tiene seguro. Ya nada más que se llegue el pago y ya tiene de dónde, como que es un apoyo para él, un alivio, ya no es una preocupación.

Sobre este punto, una cuidadora comenta las formas en que su madre, una mujer mayor, se percibe a sí misma con mayores posibilidades de ejercicio del poder a partir de la entrega del recurso y también con más reconocimiento de los otros y de sí misma.

Sí, es muy importante porque independientemente de que ellos se sienten una carga porque supuestamente están grandes y supuestamente son un estorbo para una familia más joven y que el yerno, que los nietos y todo; pues es un poquito menos el saber que ella tiene de qué depender, que ella no depende al cien por ciento económicamente. Yo pienso que ella se siente a gusto porque ella de alguna manera sabe que tiene de qué valerse y qué aportar [...]-, o sea, ella puede decidir.

La misma informante señala sobre los beneficios que los programas sociales dirigidos a la población adulta mayor están generando en esta última. Es a partir del análisis de las subjetividades, en este estudio, como podemos problematizar los procesos de invisibilización del cuidado (PAUTASSI, 2010) y dar cuenta de que la naturalización de las

cargas en el mismo está siendo cuestionada por quienes cotidianamente “atienden” en los distintos escenarios de lo doméstico.

[...] yo pienso que les da una autoestima a ellos porque están recibiendo, de alguna manera... les da más valor como personas adultas y no está perdiendo nadie... a mí me parecen muy bien esos programas por esa situación, porque normalmente los viejitos es muy raro que les hagan caso, que en los camiones, que en todo, pero ya con esa situación dicen ya tengo, aquí se vuela de “dame un yogurt y ten el dinero”, pero sí se sienten pues a gusto teniendo su dinero y a mí se me hace muy importante, qué bueno que el gobierno tomó esa decisión y la sacaron adelante porque sí se hacen sentir ellos menos carga para las personas que los atendemos...

La siguiente narrativa muestra procesos de cambio en los códigos culturales sobre el cuidado que dan cuenta de las formas de intercambio tanto material como simbólico entre emisores y receptores del cuidado. Además, nos muestra también las posibilidades que tiene el sujeto envejecido para mantener activa su red de cuidado cuando se cuenta con una transferencia económica no condicionada y sostenida a través del tiempo de manera sistemática y sin fecha de caducidad.

Conmigo no tiene necesidad de eso ni nada, yo soy la que me siento mal de que me quiera pagar, como que eso como que qué, -no más ocupe el dinero para otras cosas-, pero no, se siente así como que bien importante de -ten, lo que yo consumo todo lo pago-, es una manera así de sentirse como que bien fregona...

La siguiente narrativa muestra los avances en materia de salud que se van gestando en los entornos urbanos mexicanos. La construcción social de lo suficiente o bien de lo normal en cuanto a servicios de salud como el seguro popular, requiere ser problematizada para mostrar los tramos aún no recorridos en cuanto a políticas públicas que enfrenten desde una perspectiva universalista las posibilidades seguridad y protección social para la población adulta mayor.

Yo pienso que mi mamá con eso es suficiente y ella con el seguro popular y eso siento que lleva una vida normal, tiene sus médicos especiales, que la geriatra, luego que el psicólogo, que el psiquiatra, todo, veo que está bien atendida dentro de lo normal, se le ha dado todo lo necesario, estudios y todo, ya entre el seguro popular y el programa, que los toman mucho en consideración en hospitales públicos y eso pienso que están bien... (Mariela, 68 años, entrevista realizada el 22 de agosto del 2012)

En contraste, el relato de Ana muestra sin embargo, el tortuoso camino que muchos cuidadores y adultos mayores deben recorrer para ser atendidos, las limitaciones de las instituciones de salud y las deudas que contraen las familias y que golpean su ya deteriorada economía doméstica. La transferencia económica de los programas para adultos mayores y el seguro popular no resultan ser suficientes para la atención que requiere el adulto mayor ante la coexistencia de varios padecimientos y la situación crónica de precariedad y desventaja socioeconómica.

Mi papá por lo regular acude al hospital civil... no nomás el seguro popular. De hecho él se enfermó y tuvimos que hacerle varios estudios pero hay algunos que no los cubre el seguro [...] y ninguno de mis hermanos tenemos dinero y decir, es que nos apoyamos con tanto, ellos a raíz de su trabajo tienen su guardadito y de ahí mismo fueron agarrando ellos mismos. (Ana, 74 años, entrevista realizada el 15 de septiembre del 2012)

COMENTARIOS FINALES

Los hallazgos de la investigación realizada muestran cómo en los programas sociales de transferencias condicionadas se privilegia el discurso maternalista que pone en el centro las cualidades de lo femenino para el cuidado del otro y mantiene silencio ante la ausencia de responsabilidades de los hombres en este campo de la reproducción social y la consecuente vinculación de las mujeres al mercado laboral en una situación desventajosa. Ante las demandas crecientes de cuidado en la región latinoamericana, estamos hoy en día entre el asistencialismo maternalista promovido por las políticas focalizadas y la urgente necesidad de reconfigurar los programas y políticas sociales en su vertiente universalista, que generalicen derechos y responsabilidades para la reproducción de la vida a partir de una redistribución de cargas de cuidado que promueva la equidad entre géneros y también entre generaciones (MONTAÑO, 2010).

En este sentido, en el informe 2012 del Observatorio de Igualdad de Género de América Latina, se advierte sobre la necesaria revalorización del trabajo de las mujeres, una redistribución del trabajo y de los tiempos de las personas, así como estrategias que eviten la discriminación y que favorezcan la corresponsabilidad social en el trabajo doméstico y de cuidados que lleve a sistemas de protección social que privilegien el desarrollo social de los ciudadanos.

En referencia a la población adulta mayor, los hallazgos señalan la necesidad de empoderar a los sujetos y que se promuevan las relaciones de solidaridad intergeneracional (BENGSTON et al., 2002), que se desarrollen políticas de prevención a lo largo del ciclo de vida, que se identifiquen grupos de riesgo, se reconozca el papel de las familias en

la riqueza de su heterogeneidad, se posibilite la conciliación de la vida laboral con la personal y familiar y que exista una mejor coordinación entre los servicios sociales y de salud, así como una adecuada supervisión de la calidad de los servicios.

En este sentido, señala Bazo (2002), es necesario cuestionar las posibilidades y las responsabilidades de las familias y de las mujeres en cuanto al cuidado de los distintos miembros. En el futuro próximo, la verdadera crisis de los estados de bienestar será una crisis en la provisión de los cuidados. Este panorama social en relación al cuidado advierte sobre la centralidad de las redes sociales en sus distintas modalidades, así como de las posibilidades de intercambio desde ellas, tanto en términos simbólicos como materiales, para responder satisfactoriamente. El carácter salutogénico de acuerdo a Sluzki (en ENRÍQUEZ, 2008) de las redes de apoyo social y emocional para favorecer las prácticas asociadas al autocuidado y el cuidado del otro son centrales.

Es necesaria la formulación de recomendaciones en política pública que pongan en el centro la problemática del cuidado, que se busque la profesionalización en el mismo y se sostenga una visión de largo plazo que tome en cuenta el ciclo vital del individuo contemporáneo (LOWENSTEIN, 2003).

A través de las narrativas analizadas, pueden evidenciarse solidaridades y conflictos en las relaciones de género e intergeneracionales que dan cuenta de las múltiples ambivalencias en torno al cuidado, así como de las emociones sociales (agotamiento, desgaste, cansancio, tristeza, soledad) emergentes ante las demandas propias del cuidado de largo aliento de un miembro familiar dependiente en mayor o menor medida y que ello además tiene que ver con la historia del vínculo a lo largo de los años. Las formas y matices en la reciprocidad de largo aliento están íntimamente ligadas con los contenidos afectivos construidos en el vínculo y que se pondrán de manifiesto, de una u otra manera, en el intercambio en el contexto del cuidado entre generaciones.

A este contexto, es necesario también situarlo en una economía precaria como la mexicana, que deja precisamente a los más viejos fuera de los sistemas formales de protección y abandonados a su suerte y a “lo que la familia pueda arrimar (material y simbólicamente)” en lo referente al cuidado de la salud y en especial en situaciones de crisis o bien de padecimientos de larga trayectoria. El cuidado en tanto objeto de estudio desde el marco de la complejidad, requiere dar cuenta del mismo en su multidimensionalidad (NAJMANOVICH, 2008) y demanda lecturas en constante construcción, deconstrucción y reconstrucción que puedan traducirse en políticas públicas diferenciadas e incluyentes de un sector de la sociedad en incremento.

Esta preferencia hacia la ayuda familiar está íntimamente relacionada con factores socioculturales sobre la forma de entender

la relación filial y la reciprocidad de largo aliento al interior del grupo familiar (LOWENSTEIN, 2003; entre otros). La escasa presencia de vínculos vecinales asociados al cuidado está relacionada con las condiciones actuales que presenta la pobreza en algunos contextos urbanos de las grandes ciudades en los cuales se han mermado las posibilidades de reciprocidad vecinal, así como de la experiencia de seguridad y de confianza social entre los pobres urbanos (GONZÁLEZ DE LA ROCHA, 1999; ENRÍQUEZ et al., 2008; ENRÍQUEZ, 2008; 2009; entre otros), además de las condiciones mismas de segregación socioespacial (SIQUEIROS, 2009) que complejizan aún más los desplazamientos para las personas mayores en el entorno urbano actual y la activación oportuna de la red ante situaciones de adversidad, especialmente en aspectos relacionados con la salud. El desdibujamiento de los vínculos vecinales como una estrategia de apoyo ante las demandas propias para sostener una vivienda y especialmente para las personas mayores que viven en solitario, es un asunto central. La convivencia social urbana requiere el fortalecimiento de los vínculos de vecinazgo, así como la redensificación de los espacios públicos que permitan el encuentro con el otro y de esta manera, puedan potenciar las relaciones de intercambio y ayuda mutua centradas en el cuidado social.

Por último, esta centralidad de los lazos de parentesco, especialmente desde el modelo hegemónico de familia nuclear, es cuestionada actualmente por diversos estudios que dan cuenta de las múltiples demandas a las que las familias están expuestas, así como de los cambios que han sufrido en su estructura y configuración interna y en su dinámica cotidiana (ROBLES, 2003; VARA, 2006; ENRÍQUEZ et al., 2008; CEPAL, 2009; MONTAÑO, 2010; MILOSAVJEVIC, 2007; entre otros). En este sentido, no es posible sostener la premisa de las familias como depositarias de los cuidados, sino construir nuevos discursos que apunten a la colectivización del cuidado, así como a las prácticas responsables de autocuidado en cada una de las etapas del curso de la vida.

En este sentido, resulta central la realización de investigaciones e intervenciones que focalicen el fortalecimiento del tejido social comunitario y en especial, aquél que amortigua, contiene y enriquece la vida de los adultos mayores en el contexto de las grandes ciudades (MONTES DE OCA, 2003). Existen también investigaciones e iniciativas ciudadanas que dan cuenta de las posibilidades de fortalecimiento de los lazos sociales en las zonas urbanas y de alternativas que favorezcan la construcción de una ciudadanía participativa y sensible a las necesidades del otro y al acto recíproco a favor del bienestar colectivo (GÓMEZ, 2011).

De acuerdo a la Organización Mundial de la Salud (2002), es importante promover políticas y programas de envejecimiento activo para mejorar la salud, la participación y la seguridad de las personas mayores. Los programas y políticas deben basarse en los derechos,

necesidades, preferencias en el cuidado y capacidades de las personas mayores. En este sentido, consiento con Huenchuan (2003) y Cepal (2009) en que es sólo desde el marco de los derechos sociales desde donde podemos imaginar horizontes posibles que garanticen sistemas de cuidado mixtos, en su vertiente formal e informal y que garanticen el resguardo, la seguridad y el cumplimiento de los requerimientos para una vida digna y protegida en el proceso de envejecer.

El cuidado, como construcción social, implica a sí mismo y también al otro, es un fenómeno social vinculante y objetivado en reciprocidades múltiples, tanto de carácter material, operativo e instrumental como simbólico. El cuidado es un asunto social y cultural que implica la puesta en escena de corresponsabilidades diversas y a través de ellas es posible dar cuenta de la complejidad en la dinámica social que se despliega entre los actores implicados, por ejemplo, desde el marco de los vínculos familiares más allá de claves de lectura lineales (“los que cuidan y los que son cuidados”) y la historia del vínculo entre ellos tejido y vuelto a tejer a lo largo de los años y que se objetiva en las prácticas del cuidado en el entorno de lo familiar y de lo doméstico.

El cuidado puede ser abordado a partir de dispositivos teórico-metodológicos que permitan analizar los contenidos socioafectivos. El análisis de las emociones ligadas a las prácticas tradicionales de cuidado, así como a aquellas que promueven la colectivización del mismo, resulta central. Entender a las emociones como proveedoras de sentido (DÖVELING, 2009), en este caso, en relación al cuidado y a los códigos culturales que lo reproducen, resulta imprescindible. Además, cuando abordamos la vejez y la exclusión social desde el marco socioantropológico de las emociones, emerge la tristeza, la desesperanza, el desamparo, la soledad y una profunda y persistente desprotección ante un sistema social que la mayoría de las veces les excluye o atiende marginalmente y les mantiene invisibilizados o bien asistidos bajo marcos médicos de enfermedad-salud-curación sumamente limitados y que requieren la intensificación de los procesos de humanización y colectivización del cuidado (ENRÍQUEZ, 2010), así como el despliegue o bien el fortalecimiento de alternativas que favorezcan la visita domiciliaria, las posibilidades de cuidado de día en espacios comunitarios, así como los procesos de institucionalización desde el marco del respeto de los derechos humanos.

La dimensión de género e intergeneracional adquiere especial relevancia cuando se tiene el cuidado como objeto de estudio; las mujeres han sido depositarias de estas demandas sociales a lo largo de la historia y es posible evidenciarlo tanto para el caso mexicano como para la región latinoamericana. Los procesos de defamilismo en ambos territorios (ROBLES, 2003; ARRIAGADA, 2007; ENRÍQUEZ, 2009; entre otros) dan cuenta del agotamiento y la extenuación en la que se encuentran

muchas mujeres que simultáneamente son proveedoras económicas así como proveedoras de cuidados de uno o más miembros de su entorno doméstico. Ello se complejiza con las solidaridades y los conflictos propios de las relaciones de género e intergeneracionales en torno al cuidado y desde el contexto de las distintas configuraciones familiares. Hay en este sentido una agenda de investigación importante a ser trabajada transdisciplinariamente y con aproximaciones complejas que busquen, además de la construcción misma de conocimiento, el diseño de propuestas de política pública que garanticen la protección desde una mirada relacional y recíproca y desde el marco de la ética del cuidado.

El cuidado en su relación con los procesos de envejecimiento es un desafío central para América Latina; las cargas en el mismo crecerán exponencialmente en las próximas décadas (CEPAL, 2009) de acuerdo a las proyecciones demográficas para la región. Simultáneamente, los procesos de precarización del cuidado y de la existencia misma (VARA, 2006, ENRÍQUEZ, 2010; entre otros) confrontan las posibilidades reales que tienen los sujetos, principalmente las familias y sobre todo las mujeres, para hacer frente a un problema social que les rebasa y que deslinda a las instituciones, al mercado y a la sociedad en general de una responsabilidad que compete a todos; sólo de esa manera puede garantizarse la sobrevivencia digna de las personas mayores.

El cuidado, en tanto objeto de estudio inter y transdisciplinar,² requiere construcciones metodológicas híbridas y complejas que pongan en el centro la naturaleza polifónica de la noción de integralidad en el cuidado y las posibilidades de vincular entre y más allá de las disciplinas. La provisión del cuidado es entonces una cuestión ética y política, un derecho de todo ser humano, que requiere acciones colectivas y públicas (PINHEIRO; ARAUJO DE MATTOS, 2008a; 2008b, 2009; PINHEIRO; LOPES, 2010).

Así, lo que adquiere centralidad en tanto nueva cuestión social, es la necesidad apremiante de “otorgar al cuidado el carácter de derecho universal con sus correlativas obligaciones. Y para ello, como para cualquier instancia de cambio, es fundamental contar con voluntad política para iniciar el proceso de transformación (PAUTASSI, 2010, p. 81)”. Además, reconocer el derecho al cuidado no significa necesariamente que este derecho se materialice en acciones de cuidado en un marco de igualdad, de eficiencia y de equidad.

Para lograr detener las formas múltiples de exclusión de prácticas orientadas al cuidado que experimentan cotidianamente mujeres y hombres mayores, es necesario incorporar en las políticas públicas, especialmente en materia de salud, programas y estrategias que promuevan el acceso a los servicios necesarios, así como la promoción sistemática de formas de autocuidado y de cuidado del otro a lo largo del curso de la vida.

² A partir de los planteamientos expuestos en la Carta de la Transdisciplinariedad. Convento de Arrábida, 6 de Noviembre de 1994.

REFERENCIAS

ARRIAGADA, Irma. Transformaciones familiares y políticas de bienestar en América Latina. In: ARRIAGADA, Irma (Comp.). *Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros*. Santiago de Chile: Cepal/UNFPA, 2007. p. 125-152.

BENGSTON, Vern et al. Solidarity, conflict and ambivalence: complementary or competing perspectives on intergenerational relationships? *Journal of Marriage and Family*, Austin, p. 568-576, 19 Feb. 2002.

BAZO, María. Intercambios familiares entre las generaciones y ambivalencia: una perspectiva internacional comparada. RES: *Revista Española de Sociología*, Madrid, n. 2, p. 117-127, 2002.

BAZO, María; DOMÍNGUEZ-ALCÓN, Carmen. Los cuidados familiares de salud en las personas ancianas y las políticas sociales en España. REIS: *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Madrid, n. 73, p. 43-56, 1996.

CHACKIEL, Juan. *El envejecimiento de la población latinoamericana: ¿hacia una relación de dependencia favorable?* Santiago de Chile: Celade, 2000.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA. Políticas públicas y crisis de cuidado en América Latina: alternativas e iniciativas. In: _____. *Panorama Social, 2009*. Santiago de Chile: Cepal, 2009. p. 227-240.

CONSEJO ESTATAL DE POBLACIÓN. COEPO. Análisis sociodemográfico para la zona metropolitana de Guadalajara. México, 2008.

CONSEJO ESTATAL DE POBLACIÓN. COEPO. Análisis sociodemográfico del municipio de Guadalajara. México, 2009.

CORONA, Sarah; KALTMEIER, Olaf. *En diálogo. Metodologías horizontales en Ciencias Sociales y Culturales*. Barcelona, España, Gedisa, 2012.

DÖVELING, Katrin. Mediated parasocial emotions and community: how media may strengthen or weaken social communities. In: HOPKINS, Debra et al. (Ed.). *Theorizing emotions: sociological exploration and applications*. Chicago: Campus, 2009. p. 315-338.

ENCUESTA NACIONAL DE LA DINÁMICA DEMOGRÁFICA. ENADID. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía (Inegi); Consejo Nacional de Población. Conapo), 2009.

ENRÍQUEZ, Rocío et al. Género, envejecimiento, redes de apoyo social y vulnerabilidad en México: un estudio comparativo. In: ENRÍQUEZ, Rocío et al. (Coord.) *Los rostros de la pobreza: el debate*. México: Sistema Universitario Jesuita, 2008. p. 147-210. Tomo V.

ENRÍQUEZ, Rocío. Configuraciones/reconfiguraciones familiares y violencia doméstica/social en la zona metropolitana de Guadalajara. In: RODRÍGUEZ, G. (Coord.) *Diagnóstico sobre la realidad social, económica y cultural de los entornos locales para el diseño de intervenciones en materia de prevención y erradicación de la violencia en la región centro: el caso de la zona metropolitana de Guadalajara, Jalisco*. México: Segob-Conavim, 2009. p. 97-138.

_____. La construcción social de las emociones y exclusión social urbana en adultos mayores en la ZMG. Los nervios como categoría sociocultural. In: LEDESMA, I.; LÓPEZ, O.; RAMÍREZ, R. (Coord.) *Múltiples enfoques, diversos objetos: tendencias en historia y estudios sociales de la ciencia*. México: Sociedad Mexicana de Historia de la Ciencia y de la Tecnología A.C, 2010. p. 411-434.

FRANCOIS, André. *Cuidar. Um documentário sobre a medicina humanizada no Brasil*. Sao Paulo: Do Autor, 2006.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes. La reciprocidad amenazada: un costo más de la pobreza urbana. In: ENRÍQUEZ, R. (Coord.) *Hogar, pobreza y bienestar en México*. Guadalajara: Iteso, 1999.

GÓMEZ, Elba. *Habitar el lugar imaginado. Formas de construir la ciudad desde un proyecto educativo político*. Guadalajara: Iteso, 2011.

GUZMÁN, José Miguel. *Envejecimiento y desarrollo en América Latina y el Caribe*. Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía. Santiago de Chile: Celade, 2002.

HAM-CHANDE, Roberto. Conceptos y significados del envejecimiento en las políticas de población. En: CONAPO (Ed.) *Envejecimiento demográfico en México: retos y perspectivas*. México: Conapo, 1999. p. 41-54.

_____. *El envejecimiento en México: el siguiente reto de la transición demográfica*. México: Porrúa, 2003.

HUENCHUAN, Sandra. Políticas de vejez en América Latina: una propuesta para su análisis. In: SIMPOSIO VIEJOS Y VIEJAS. PARTICIPACIÓN, CIUDADANÍA E INCLUSIÓN SOCIAL. CONGRESO AMERICANISTAS, 51., 2003, Santiago de Chile, 2003. *Ponencia...* Santiago de Chile: Cepal, 2003.

HUENCHUAN, Sandra (Ed.). *Envejecimiento, derechos humanos y políticas públicas*. Santiago de Chile: Cepal, 2009.

KLERES, Jochen. Preface: notes on the sociology of emotions in Europe. In: HOPKINS, Debra et al. (Ed.). *Theorizing emotions: sociological exploration and applications*. Chicago: Campus, 2009. p. 7-28.

LOWENSTEIN, Karl et al. *Findings: research project*. Israel: University of Haifa, 2003.

MARCO, Flavia; RODRÍGUEZ, Carolina. Pasos hacia un marco conceptual sobre cuidado. In: MONTAÑO VIRREIRA, Sonia; CALDERÓN MAGAÑA, Coral (Coord.). *El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo*. Santiago de Chile: Cepal, 2010. p. 93-114. (Cuadernos de la Cepal, n. 94).

MÉXICO. Secretaría de Desarrollo Social. *Diagnóstico sobre las condiciones de vida y bienestar de los beneficiarios del componente para adultos mayores (AM) del Programa Oportunidades*. México: Sedesol-Oportunidades, 2006.

MILOSAVLJEVIC, Vivian. *Estadísticas para la equidad de género*. Magnitudes y tendencias en América Latina. Santiago de Chile: Cepal 2007. (Cuadernos de la Cepal, n. 92).

MONTAÑO VIRREIRA, Sonia. El cuidado en acción. In: MONTAÑO VIRREIRA, Sonia.; CALDERÓN MAGAÑA, Coral. (Coord.) *El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo*. Santiago de Chile: Cepal, 2010. p. 13-68. (Cuadernos de la Cepal, n. 94).

MONTES DE OCA, Verónica. Redes comunitarias, género y envejecimiento. Ponencia presentada en el In: SIMPOSIO VIEJOS Y VIEJAS. PARTICIPACIÓN, CIUDADANÍA E INCLUSIÓN SOCIAL. CONGRESO AMERICANISTAS, 51., 2003, Santiago de Chile, 2003. *Ponencia...* Santiago de Chile: Cepal, 2003.

NAJMANOVICH, Denise. *Mirar con nuevos ojos*. Nuevos paradigmas en la ciencia y pensamiento complejo. Buenos Aires: Biblos, 2008.

OBSERVATORIO DE IGUALDAD DE GÉNERO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Los programas de transferencias de ingresos, la protección social, la autonomía y el trabajo de las mujeres. En: _____ (Ed.). *Los bonos en la mira, aporte y carga para las mujeres. Informe anual*. Edición electrónica: OIG, 2012.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Envejecimiento activo: un marco político. *Revista Especializada de Geriátrica y Gerontología*, p. 74-105, 2002.

PAUTASSI, Laura. Cuidado y derechos: la nueva cuestión social. In: MONTAÑO VIRREIRA, Sonia.; CALDERÓN MAGAÑA, Coral. (Coord.) *El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo*. Santiago de Chile: CEPAL, 2010. p. 69-92. (Cuadernos de la Cepal, n. 94).

PINHEIRO, Koury; GUILHERME, Mauro. *Sociologia da emoção*. O Brasil urbano sob a ótica do luto. Petrópolis: Vozes, 2003.

PINHEIRO, Roseni; ARAUJO DE MATTOS, Ruben. *Cuidar do cuidado: responsabilidade com a integralidade das ações de saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2008a.

_____. *Cuidado as fronteiras da integralidade*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2008b.

_____. *Razões pública para a integralidade em saúde: o cuidado como valor*. Rio de Janeiro: Cepesc, 2009.

PINHEIRO, Roseni; LOPES, Tatiana Coelho (Org.). *Ética, técnica e formação: as razões do cuidado como direito a saúde*. Rio de Janeiro: UERJ/Cepesc, 2010.

RIESSMAN, Catherine Kohler. *Narrative analysis*. Newbury Park: Sage, 1993. (Qualitative Research Methods Series, 30)

ROBLES, Leticia. Una vida cuidando a los demás. Una carrera de vida en ancianas cuidadoras. In: SIMPOSIO VIEJOS Y VIEJAS. PARTICIPACIÓN, CIUDADANÍA E INCLUSIÓN SOCIAL. CONGRESO A MERICANISTAS, 51., 2003, Santiago de Chile, 2003. *Ponencia...* Santiago de Chile: Cepal, 2003.

ROBLES, Leticia. El cuidado a los ancianos: la feminización de la obligación filial. In: ROBLES, Leticia; VÁZQUEZ, Felipe; REYES, Laureano; OROZCO, Imelda (Coord.). *Miradas sobre la vejez*. Un enfoque antropológico. El Colegio de la Frontera Norte y Plaza y Valdés. México, 2006. p. 247-286.

SALGADO DE SNYDER, Nelly; WONG, Rebeca. *Envejeciendo en la pobreza. Género, salud y calidad de vida*. México: Instituto Nacional de Salud Pública, 2003.

SIQUEIROS, Luis. El entorno habitacional formal e informal. In: RODRÍGUEZ, G. (Coord.) *Diagnóstico sobre la realidad social, económica y cultural de los entornos locales para el diseño de intervenciones en materia de prevención y erradicación de la violencia en la región centro: el caso de la zona metropolitana de Guadalajara, Jalisco*. México: SEGOB-CONAVIM, 2009. p. 62-96.

VARA, María. Precarización de la existencia y huelga de cuidados. In: VARA, María (Coord.) *Estudios sobre género y economía*. Madrid: Akal, 2006. p. 104-135.

VIVEROS, Alberto. *Envejecimiento y vejez en América Latina y el Caribe: políticas públicas y las acciones de la sociedad*. Santiago de Chile: Celade-FNUAP, 2001.

ROCÍO ENRÍQUEZ ROSAS

Profesora Investigadora de la Universidad –ITESO

rocioe@iteso.mx

TEMA EM DESTAQUE

<http://dx.doi.org/10.1590/198053142879>

FAMÍLIA, TRABALHO E RELIGIÃO DAS MULHERES ASSISTIDAS EM SÃO PAULO

YUMI GARCIA DOS SANTOS

RESUMO

Este artigo propõe abrir a “caixa preta” de famílias assistidas pelos novos programas sociais brasileiros criados com base no princípio da matricialidade sociofamiliar. Estes encontram sucesso graças à colaboração das mães, que obedecem às regras para poder usufruir dos serviços e dos benefícios. Contudo, pouco se conhece sobre as famílias atendidas e, particularmente, sobre as mulheres titulares desses programas – suas trajetórias, valores e subjetividades. Por meio de entrevistas com titulares foi possível revelar as dificuldades que elas enfrentam de acesso ao trabalho, por serem insubstituíveis cuidadoras do lar. E ainda, o papel da religião e das ações assistenciais na organização de seu cotidiano e na manutenção da respeitabilidade familiar.

O artigo baseia-se na pesquisa de pós-doutorado da autora, realizada no Centro de Estudos da Metrópole – CEM –, entre 2009 e 2011, com financiamento do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp.

FAMÍLIAS • RELAÇÕES DE GÊNERO • RELIGIÃO • ASSISTÊNCIA SOCIAL

FAMILY, WORK AND RELIGION OF WOMEN IN SOCIAL PROGRAMS AT SÃO PAULO

ABSTRACT

The purpose of this article is to open the “black box” of families in new Brazilian social programs based on the principle of “socio-familial matrix”. Thanks to the collaboration of mothers fulfilling their obligations to get services and benefits, the programs have been quite successful. Nevertheless, very few aspects about these women are known: their biographies, values and subjectivity. Interview with beneficiaries of these program, reveal their difficulty to access the labor market due to their irreplaceable function in managing their households. The role of religion and social assistance in the organization of everyday life and in the maintainance of family respectability is assessed.

FAMILY • GENDER RELATIONS • RELIGION • SOCIAL ASSISTANCE

FAMILIA, TRABAJO Y RELIGIÓN DE LAS MUJERES ASISTIDAS EN SÃO PAULO

RESUMEN

Este trabajo se propone abrir la “caja negra” de las familias asistidas de los nuevos programas sociales de Brasil con base en el principio de la matriz social y familiar. Estos logran éxito gracias a la colaboración de las madres que obedecen las reglas para recibir los servicios y beneficios. Sin embargo, poco se sabe acerca de las familias atendidas, y en particular a las mujeres titulares de dichos programas—sus trayectorias, valores y subjetividades. A través de entrevistas con ellas fue posible revelar las dificultades que enfrentan en el acceso al trabajo, ya que son las cuidadoras insustituibles de casa. Y, sin embargo, el papel de la religión y de la asistencia en la organización de su vida cotidiana y en el mantenimiento de la respetabilidad de la familia.

FAMILIAS • RELACIONES DE GÉNERO • RELIGIÓN • ASISTENCIA SOCIAL

ESTE ARTIGO TEM COMO OBJETIVO mostrar as trajetórias de mulheres assistidas pelos chamados novos programas sociais implementados com base nos princípios da Constituição de 1988: Estratégia Saúde Família – ESF¹ –, Programa Bolsa Família – PBF² – e Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF³. Desde meados dos anos 1990, a família tem sido foco de atenção das políticas assistenciais brasileiras para o desenvolvimento de programas de prevenção e combate à pobreza.

¹ Criado em 1994 como Programa Saúde Família – PSF –, o ESF é um serviço que promove a prevenção e a identificação de doenças, assim como a educação sanitária (OLIVEIRA, 2004, p. 47). O serviço é oferecido nas Unidades Básicas de Saúde por meio de equipes médicas constituídas por um(a) médico(a), um enfermeiro(a), dois(duas) auxiliares de enfermagem e cinco agentes comunitários(as) de saúde (BRASIL, s.d.).

² O Bolsa Família é um programa de transferência de renda, instituído em 2004, destinado a famílias com renda igual ou menor a 70 reais *per capita*. Em contrapartida, os responsáveis pelo recebimento da renda devem cumprir as condicionalidades nas áreas da saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2004).

³ Criado em 2004, o PAIF visa a auxiliar as famílias em situação de vulnerabilidade social na rede socioassistencial em espaços denominados Centros de Referência de Assistência Social – CRAS –, cujas atribuições foram definidas na Resolução n. 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2009). De modo semelhante à ESF, opera com uma equipe de profissionais especializados na área de assistência social como assistentes sociais e psicólogos(as).

⁴ O Plano Brasil Sem Miséria foi instituído em 2011 para combater a extrema pobreza. Por meio de uma concepção multidimensional da pobreza e realizando uma busca ativa, adota três eixos de intervenção: garantia de renda, acesso aos serviços públicos e inserção produtiva. O Programa Brasil Carinhoso integra o eixo garantia de renda e realiza transferências monetárias às famílias com crianças e adolescentes (BRASIL, 2011).

Tal desenho foi adotado em primeiro lugar na área da saúde como parte integrante do Sistema Único de Saúde – SUS –, por meio da ESF. Desde então, foram implementados outros programas sociais com “matricialidade sociofamiliar”, como passaram a ser chamados, por exemplo, o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF, o Bolsa Família e, mais recentemente, as ações e os programas que integram o Plano Brasil Sem Miséria, como a Ação Brasil Carinhoso.⁴

Associada à ideia do lugar moral que ocupa a família em nossa sociedade, a atenção à família tem sido vista como uma solução humanizada para a resolução dos problemas de acesso à saúde, renda e proteção social da população classificada como socialmente vulnerável, usuária privilegiada desses programas assistenciais. Nesses programas, o objeto principal do bem-estar é a nova geração, crianças e adolescentes (JENSON, 2011; MOLYNEUX, 2006; SANTOS, 2012).

Segundo Jenson (2011), essa é uma característica dos novos programas sociais latino-americanos em geral, que visam ao combate à reprodução da pobreza, apoiando-se fundamentalmente na divisão sexual do trabalho e na disposição feminina para o ato de cuidar. Considerando inerente a todas as mulheres (pobres) o exercício do papel de mãe, tais programas e serviços assistenciais são concebidos com base na suposição de que estas serão suas interlocutoras privilegiadas (SARTI, 2010; SCOTT, 2005).

Assim, os gestores desses novos programas sociais que têm a família como objeto de intervenção necessitam da cumplicidade das mulheres, para que repassem as instruções da equipe profissional aos demais membros da família, garantindo seu sucesso. Elas são parceiras ótimas quando aderem voluntariamente aos programas e consideradas “boas usuárias” ou, ao contrário, objeto de controle e correção quando consideradas “inadequadas” e “más usuárias” (GEORGES; SANTOS, 2013).

As mulheres cumprem, portanto, um papel chave, às vezes tenso, na concretização dos novos programas sociais brasileiros, cujo sucesso tem repercutido para além das fronteiras nacionais. Mas pouco se conhece sobre elas – suas trajetórias, valores e subjetividades. No desenho dos novos programas sociais, seus interesses são considerados análogos aos dos demais membros da família, tornando invisíveis a desigualdade e o conflito de gênero existentes.

Trata-se da ausência da percepção do que Sen (1990) chamou de “conflitos cooperativos” (*co-operative conflicts*). O autor adverte que a família não é uma unidade homogênea que opera unicamente na lógica da solidariedade. O interesse do homem e da mulher é frequentemente divergente, o dos adultos é diferente do das crianças, o dos idosos, do dos demais. É dentro dessas tensões que a família vive o cotidiano, ora cooperando, ora em conflito, preservando – ou não – o equilíbrio das relações entre seus membros com base na hierarquia de gênero e geração vigente.

Contudo, as políticas que priorizam a família operam como se tais tensões não existissem, tratando-a como um grupo homogêneo, com interesses e *status* iguais. A mulher, que implicitamente é a pessoa de referência para o atendimento pelos programas, é vista apenas como uma representante da família, sem a compreensão de que possa viver os dilemas causados pelas relações desiguais de gênero, classe, raça e geração.

Tendo como porta de entrada os novos programas sociais, visamos a desvendar os dilemas e as tensões vividos pelas mulheres pobres, assim como algumas conciliações por elas encontradas, notadamente na religião. Adentramos nos relatos das mulheres a partir da questão do afastamento do mundo do trabalho, o que é de modo paradoxal desejado na concepção de família da classe popular que privilegia o cuidado do lar, mas é entendido por elas como necessário para a sua realização pessoal e autonomia.

A pesquisa de campo, baseada em entrevistas semidiretivas em profundidade e observação participante, foi realizada na periferia de São Paulo, a 30 km do centro da cidade.⁵ É lá onde se concentra a população qualificada pelo poder público como sendo de “alta vulnerabilidade social”.⁶ Hoje em dia, diversos programas assistenciais (públicos, privados e semipúblicos) se localizam nesses territórios a fim de atender a uma população majoritariamente composta por migrantes internos e seus descendentes, assim como por uma maior proporção de pretos e pardos em relação a outras regiões da cidade.

Tivemos acesso a mulheres atendidas pelos novos programas sociais por meio do acompanhamento às visitas domiciliares realizadas pelos trabalhadores sociais (agentes comunitárias de saúde da ESF e agentes de proteção social do PAF). Nas entrevistas, as perguntas não foram orientadas no sentido de se procurar saber a opinião delas sobre os programas, mas, sim, de apreender o modo como explicam suas realidades baseadas na vida cotidiana, incluindo aspectos como casamento, família, trabalho e religião. Requereu-se, a cada entrevista realizada, uma assinatura das entrevistadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido à pesquisa.

5

A pesquisa de campo foi realizada entre abril de 2010 e junho de 2011, em parceria com Isabel Georges, do Institut de Recherches pour le Développement – IRD – e Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

6

O conceito de vulnerabilidade social tem sido empregado na recente construção do regime de proteção social pelo Estado brasileiro em geral e pelo Município de São Paulo, especificamente. Baseia-se no entendimento de que a pobreza compreende dimensões de carência que não se limitam ao nível de renda, mas incluem também o acesso à educação, saúde, moradia e outros direitos sociais.

AS TRAJETÓRIAS DE MULHERES ASSISTIDAS: FAMÍLIA, TRABALHO E RELIGIÃO

De acordo com Sarti (1996), a família da classe popular brasileira supõe que os papéis do marido e da esposa sejam cumpridos de forma hierarquizada e complementar, atribuindo a cada um “realizar diferentes funções da autoridade na família”: ao homem, a de pai e chefe de família, e à mulher, a de mãe e dona de casa. O chefe de família seria a “autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar” hierarquicamente superior, e a dona de casa, a responsável pela manutenção da “unidade do grupo”, submetida ao primeiro.

A autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz da mulher, mulher, tornando-a reconhecida como tal, senão ela será uma potencialidade, algo que não se completou. (SARTI, 1996, p. 43)

Assim, o casamento das mulheres da camada pobre envolve, em ampla medida, a obtenção de um *status* respeitável por meio da combinação dos seus papéis de esposa, dona de casa e, principalmente, mãe.

As sete mulheres entrevistadas no âmbito desta pesquisa são todas mães com pelo menos um filho sob sua responsabilidade. Sua origem social é a da classe trabalhadora, rural ou urbana, algumas são migrantes ou filhas de migrantes do nordeste do país. À época em que foram ouvidas, seis eram cônjuges dependentes do marido e uma chefe de família monoparental (Clara), três eram beneficiárias do programa Estratégia Saúde Família (Iara, Rosalina e Sandra) e quatro do Ação Família (Clara, Jessica, Valéria e Vanessa). Destas últimas, três recebiam Bolsa Família (Clara, Valéria e Vanessa). As mulheres pertencem a três distintas faixas etárias: Jessica, Iara, Valéria e Vanessa estão na casa dos 20 anos; Clara, dos 30 anos; e as restantes, dos 40 anos. Duas concluíram o ensino médio (Jessica, Sandra), duas interromperam seus estudos no ensino fundamental e os retomaram em cursos supletivos (Iara e Rosalina) e três não concluíram o ensino fundamental (Clara, Valéria e Vanessa).

TABELA 1
DADOS DAS ENTREVISTADAS POR ORDEM ETÁRIA

| NOME | IDADE | COR | FILHOS | SITUAÇÃO CONJUGAL | EDUCAÇÃO | RELIGIÃO |
|----------|-------|--------|--------|-------------------|------------------------------------|-------------------------|
| Jessica | 22 | Parda | 2 | Coabitação | Ensino médio completo | Espírita |
| Iara | 28 | Parda | 1 | Casada | Ensino médio supletivo | Evangélica |
| Valéria | 28 | Parda | 5 | Coabitação | Ensino fundamental incompleto | Não tem (ex-evangélica) |
| Vanessa | 28 | Parda | 4 | Coabitação | Ensino fundamental incompleto | Não tem |
| Clara | 32 | Branca | 4 | Separada | Ensino fundamental incompleto | Evangélica |
| Sandra | 43 | Branca | 1 | Casada | Ensino médio (magistério) completo | Católica |
| Rosalina | 45 | Branca | 4 | Casada | Ensino médio supletivo | Evangélica |

Fonte: Elaboração da autora.

Além de as sete mulheres terem em comum o fato de serem mães, usuárias de programas sociais, moradoras de bairros da periferia classificados como sendo de “alta vulnerabilidade social”, nenhuma delas trabalha. De trabalhadoras no mercado de trabalho formal ou não, elas passaram, com o casamento e a maternidade, por um processo de ordenamento de suas vidas, segundo a lógica da moral dos pobres, seja assumindo o papel natural de cuidado familiar e doméstico, seja compelidas pelos atores externos (de modo mais direto, o marido) que lembra a elas constantemente onde deve ser o seu lugar. Afastadas do mercado de trabalho por motivos que sobrepõem a falta de qualificação e de equipamentos e estruturas de conciliação entre trabalho e família, assim como a existência do paradigma da rígida divisão sexual do trabalho, que orienta a moral conjugal dos pobres, o cuidado que elas oferecem à família se torna sua razão de ser, e suas vidas se organizam em torno dessa função, numa construção paulatina da maternidade.

Organizamos as trajetórias das mulheres por ordem etária para que seja possível acompanhar tal construção, entrelaçando com as tensões e as conciliações pelas quais passam suas experiências com o casamento, a maternidade, o trabalho e a religião. As narrativas são construídas a partir da relação das mulheres com o trabalho, atividade que é iniciada cedo na vida mas interrompida – definitivamente ou não – com o casamento e a maternidade.

JESSICA

A transição entre a vida de trabalhadora e a vida exclusivamente voltada às atividades reprodutivas não é bem aceita por Jessica, mãe de gêmeas. Ela tem 22 anos, é parda, filha única de pai motorista de

caminhão e mãe agente comunitária de saúde. Nasceu na zona norte da cidade de São Paulo, onde seus pais viviam na época. Seus pais viveram juntos durante mais ou menos 25 anos, repetindo separações e voltas, até que se separaram definitivamente, quando Jessica estava com 17 anos. Seu pai constituiu uma nova família, o que entristece Jessica por ter reduzido as chances de seus pais estarem novamente juntos. As repetidas separações e voltas entre o casal fizeram com que ela sempre tivesse esperança de que seus pais fossem reatar a relação. Isso teria sido o motivo, além de um caso de amor frustrado, do seu mergulho nas drogas entre os 18 e 19 anos de idade, começando com lança perfume e evoluindo para a cocaína. Foi também a droga que a uniu ao seu companheiro e pai de suas filhas, Cleiton, um ano mais novo do que ela, branco. O temperamento dele é tranquilo, sua fala é bastante contida, o que contrasta com Jessica, expansiva. Também havia rompido com uma namorada quando conheceu sua companheira, além de ter perdido o pai pouco tempo antes. Como afirmou Jessica, no início foram mais companheiros para usar drogas do que namorados. Ela afundou-se mais no vício do que ele; que usava mais para acompanhá-la. Um ano depois, quase em *overdose*, e com muito medo de que sua mãe terminasse por descobrir seu vício, decidiu parar. Nesse período, Jessica trabalhava como operadora de *telemarketing*. Pouco tempo depois de ter sido bem sucedida em sair do vício, ela engravidou de suas filhas gêmeas.

Com o nascimento das filhas, a mãe de Jessica recebeu Cleiton e a filha para morar em sua casa. A casa, onde Jessica tem lembranças de seu pai, se situa na parte considerada “mais perigosa” das microáreas estabelecidas pela ESF da região estudada. É uma das que possuem melhor aparência na rua. No andar de baixo moram a mãe, Jessica, Cleiton e as gêmeas, e no andar de cima, o tio materno de Jessica, que sofre de deficiência mental. Cleiton não se sente muito à vontade na casa de sua sogra, pois é constantemente alvo de críticas dessa última e de sua companheira, por não ser suficientemente participativo nos afazeres domésticos.

Geralmente é a minha mãe [que cozinha], a maioria das vezes é a minha mãe. Aí minha mãe fala assim: “eu vou fazer a comida”. Então eu vou olhar as meninas, ele não vai fazer nada. Qual é o papel dele? Depois que todo mundo comeu, ele podia lavar a louça, ele lava o prato dele, a louça fica lá toda, ele lava [só] o prato dele, é uma coisa sem noção. [...] Olha, tem dois baldes de roupa pra passar, se você abrir ali, você se assusta com tanta roupa que tem pra passar. (Jessica)

Enquanto seu companheiro mantém sua vida anterior sem muitas mudanças fora de casa, a vida de Jessica sofreu mudanças

significativas por causa da dedicação à maternidade. Ela percebe que o seu trabalho reprodutivo não é reconhecido, a começar por seu próprio marido. Assim, apela:

O que eu falo pra ele é assim, eu reconheço o trabalho dele, eu reconheço que é cansativo, eu reconheço que pegar condução não é fácil, é difícil ir e voltar, acordar 5h da manhã, é ruim, mas ele também tem que reconhecer o que eu faço, não é brincadeira. Eu vou dar banho em uma, fico de olho na outra porque quando eu vou dar banho na outra, a outra está quebrando não sei o que. Eu, qualquer hora, eu vou chegar no hospital e vou presa de tanto que essas meninas caem porque eu não consigo cuidar das duas ao mesmo tempo, uma vai pra um lado, a outra vai pro outro. (Jessica)

Jessica se ressentiu do fato de a maternidade ter sido uma ruptura com o que ela era antes, inclusive do ponto de vista físico, diferente de seu companheiro, apesar dele ter se tornado pai. Jessica teve depressão pós-parto quando suas filhas tinham seis meses:

Acho que tinham uns seis meses porque é que nem eu te falei, eu tenho essa loucura de ser magra, eu não aceito, eu me sinto enorme de gorda, eu não me aceito assim do jeito que eu estou, e eu estava mais gorda quando eu ganhei nenê, nenhuma roupa me servia, eu não conseguia sair pra lugar nenhum, eu me sentia horrorosa, essas duas crianças chorando no meu ouvido o dia inteiro, o tempo todo, eu não tinha mais paciência pra nada. Eu olhava as minhas fotos do meu tempo de solteira, eu lembrava da minha vida do meu tempo de solteira, eu chorava, chorava, chorava. "Onde eu amarrei meu jegue"; eu falava assim. (Jessica)

Ela considera a possibilidade de voltar a trabalhar como operadora de *telemarketing*, pois tal ocupação permitiria conciliar o trabalho com o cuidado das filhas e os horários da creche. Isso vai ao encontro da vontade de sua mãe, que pagou cursos de informática e de inglês para que ela pudesse ter um emprego melhor. Assim, Jessica se posiciona:

Hoje eu preciso de um emprego que eu trabalhe em horário comercial. Eu tenho duas filhas que ninguém olha, nem se eu pagar 500 reais a pessoa não olha. Então o que eu preciso? Eu preciso de um emprego de segunda a sexta que eu entre depois das 7h que é a hora que eu levo elas pra creche, e volte antes das 5h0 que é a hora que as meninas voltam. Como o meu grau de escolaridade é só do ensino médio, eu vou arrumar aonde? Aí o povo fala assim pra mim, "você não quer trabalhar". (Jessica)

Jessica se encontra travada entre a necessidade de cuidar das filhas – não há outra pessoa para substituí-la – e a autorrealização. Diferente das mães da classe média, não tem como delegar a maternidade e, por ter baixa escolaridade e ser moradora de bairro distante do centro da cidade e estigmatizado, suas opções de emprego são limitadas. Enquanto aguarda um momento propício para reingressar no mercado de trabalho, frequenta as atividades do Programa Ação Família que são oferecidas durante o dia, como a oficina de manicure.

IARA

Já Iara se mostra mais conformada com os desdobramentos do casamento e da maternidade que a afastaram da vida economicamente ativa. Moradora do mesmo distrito que Jessica, Iara tem 28 anos, é parida, caçula de um casal que migrou de Recife com quatro filhos. Seu pai foi marceneiro da empresa de abastecimento de água do Estado de São Paulo, mas abandonou a família e voltou para Recife. Iara cresceu ressentindo a partida do pai. Sua mãe nunca voltou a se casar; analfabeta, trabalhou como faxineira e passadeira, sempre de modo informal.

Sentindo diferença entre ela e seus amigos em termos materiais, Iara parou de estudar na sétima série (atualmente oitavo ano fundamental) e passou a trabalhar. Começou em uma loja de roupas onde permaneceu durante dois anos. Depois, quando completou 18 anos, fez um curso de babás “do governo” e trabalhou no ramo para famílias de classe alta durante quatro anos, quase sempre de modo informal. Depois desse período, voltou a trabalhar alguns meses em comércio, para em seguida trabalhar em bufê e bingo, “cada coisa um pouquinho”. Iara voltou a estudar, e conheceu uma pessoa com quem se casou depois de três anos de namoro. Depois do casamento, seu marido mostrou-se muito rude, e Iara descobriu que ele era usuário de drogas; foi rápida a deterioração da relação. Iara conheceu o atual marido, Mateus, no apartamento de uma amiga. Ambos se sentiram atraídos, pois, segundo ela, carregavam a tristeza do fracasso da relação com os respectivos cônjuges. O casal trabalhou junto em eventos, principalmente nos finais de semana. Enquanto isso Iara tentava engravidar sem sucesso. Isso foi gerando uma certa depressão, pois sentia-se cobrada pela sociedade, de se tornar mãe. Depois de cinco anos de casamento, a relação conjugal começou a frustrar Iara, ironicamente quando enfim ficou grávida de sua filha. Seu marido passou a beber muito, e Iara começou a se sentir só. Evangélica, acreditou que a mudança dele foi causada por “algum encosto que entrou nele”.

A filha de Iara e Mateus tem atualmente um ano e meio de idade. Iara não cogita voltar a trabalhar até que sua filha entre no ciclo infantil. Mesmo assim, acredita que procuraria um emprego de meio período, para poder acompanhar os estudos da filha.

Vou ver se eu faço algum curso pra me especializar pra eu arrumar um trabalho meio período pra dar tempo de eu levar e o meu marido buscar ela. Eu quero acompanhar. Eu já falei pro meu marido – se tiver um serviço que não dê pra eu acompanhar, ver o caderno dela, ir na reunião da escola, eu não vou. (Iara)

Iara concebe uma condição econômica diferente da sua para sua filha, mas é grata ao marido por propiciar sua dedicação exclusiva à maternidade:

Eu quero que quando ela cresça, ela seja independente, não dependa de ninguém, eu vou sempre ensinar isso pra ela. Eu dependo do pai dela agora, mas eu quero ser independente também de todas as formas, sinto muita falta disso, trabalhar, pegar o meu dinheiro, de comprar o que eu quero. Ele compra tudo o que eu quero só que tem hora que cansa de pedir. Tem hora que fala – cansei, eu não quero mais depender de homem, é muito chato, sempre fui independente. Mas Mateus é um bom marido, apesar dos pesares é um bom marido.

O que é um bom marido pra você?

É um bom pai. É um homem que conversa, é compreensivo comigo, às vezes eu estou naqueles dias chatos, ele está entendendo. Um homem que entende que eu decidi ficar três anos me dedicando à minha filha porque tem homem que cobra. Tem homem que fala – você tem que trabalhar pra ajudar em casa. (Iara)

Quanto à divisão de tarefas domésticas, na medida em que Iara passou a se dedicar à maternidade, seu marido se afastou do trabalho doméstico, estabelecendo uma separação espacial e sexual das responsabilidades de cada um: Iara no lar, Mateus no mercado de trabalho. Iara aceita essa divisão, pois acredita que deve ser ela a responsável pelos afazeres domésticos no contexto do casamento e maternidade.

Antes, quando ele morava sozinho ele limpava tudo, a casa dele era impecável, eu falava – meu Deus ele caiu do céu pra mim; era limpinho. Depois que eu casei com ele, ele ainda me ajudava, depois que eu tive a menina acabou. [...] Mas, se for, que nem ele estava de férias, ele lavava a louça, agora passar e lavar roupa não. Ele passava uma vassoura na casa, limpar mesmo não é com ele. Eu acho que é minha obrigação. (Iara)

VALÉRIA E VANESSA

Valéria e Vanessa são gêmeas, pardas e moram na mesma rua, têm 29 anos, nasceram no Estado de Alagoas. Elas compartilham

trajetórias semelhantes, passaram por relacionamentos de curta duração que resultaram em filhos, e atualmente coabitam com parceiros com duração mais longa. São caçulas de quatro filhos. A família migrou para São Paulo quando elas ainda eram bebês. Ambas pararam de estudar na terceira série (atual quarto ano fundamental) porque era necessário cuidar da casa, e têm pouca experiência de trabalho. Quando estavam com 12 anos de idade, a família teve dificuldades financeiras por causa da bebida do pai, e a mãe decidiu voltar com os filhos para a cidade de origem, em Alagoas.

Diferente de sua irmã, Valéria recusou-se a acompanhá-los para ficar perto de um menino por quem estava apaixonada. O garoto, no entanto, a ignorou, e ela passou a dormir na rua, até que sua irmã mais velha veio buscá-la. Aos 15 anos, Valéria conheceu um homem de 36 anos com quem teve sua filha. Ele não quis assumir a paternidade, e ela o deixou. Em seguida, conheceu o pai de seu filho maior, relacionamento que “deu certo”, até o repentino desaparecimento dele. Apenas sua moto, com a chave no contato foi encontrada; o corpo, nunca. Ela entrou em depressão, não quis mais criar seus filhos. Sua mãe, que já havia voltado para São Paulo, enviou uma pessoa para buscá-la. Sua depressão continuou, até que conheceu seu atual companheiro, Augusto. Ela estava com 20 anos e ele, com 36 anos. Depois de uma semana de namoro, ele a convidou para morar junto. Ele tem uma filha de 17 anos, que vive na mesma casa, mas não há diálogo entre Valéria e sua enteada. Valéria teve mais três filhos com Augusto, atualmente de seis, três e um ano. Os filhos maiores têm onze e nove anos, todos vivem juntos, numa casa construída nos fundos do terreno pertencente à família de Augusto, de dois andares, reformada, e relativamente confortável em comparação às outras residências do mesmo “território” atendido pelo Programa Ação Família.

Valéria quer casar, no civil e no religioso (em uma igreja católica), mas até hoje Augusto se esquivava quando o assunto é casamento, alegando que não possui meios financeiros. Seu salário como funcionário de uma loja de tintas automotivas é de 750 reais (em 2011). Valéria pediu ajuda ao agente de proteção social do Programa Ação Família, que trouxe, do cartório, um formulário para casamento sem ônus. Isso, no entanto, não motivou Augusto para passar ao ato. Valéria é fortemente hostilizada pela família do marido, e não é livre de fazer o que bem entender em casa; sua irmã Vanessa passa pela mesma situação na sua relação com os sogros, o que a impede de reformar a sua casa, fortemente deteriorada.

Para as duas irmãs, o estudo e o trabalho nem de longe são encorajados pelos maridos. Valéria começou a estudar com uma senhora que oferecia aulas no bairro durante o dia, escondida do marido, mas como não conseguiu alguém para cuidar de seus filhos, não prosseguiu. Participou, também, de uma entrevista de trabalho cujo resultado foi

positivo, mas terminou por abrir mão do emprego, pois Augusto não admite que sua companheira trabalhe fora de casa. Como explica, “é um ciúmes doentio, ele não deixa eu estudar, não deixa eu trabalhar, ele acha que se eu trabalhar eu vou arrumar outro, se eu for estudar eu vou namorar com o professor. Eu queria muito voltar a estudar, mas...”. Contrariamente, as visitas domiciliares de um agente de proteção social não causam problema, pois segundo Valéria, foi graças a ele que o recebimento do Programa Bolsa Família foi possibilitado (valor de 65 reais mensais, em 2011). Além do benefício do programa de transferência de renda, Valéria frequenta as atividades de uma associação espírita na vizinhança para receber cesta básica a cada quinze dias.

Algo parecido em termos de dificuldades de acesso à formação e ao trabalho aconteceu com sua irmã Vanessa quando ela quis frequentar um curso (privado) de cabeleireiro. Para seu companheiro, Maurício, ela deve priorizar o trabalho doméstico.

É o que eu falo pra ela. Ela tem que ver, querer o seguinte: que tem casa, tem as crianças, eu tenho que trabalhar, hoje estou de folga, mas entro às duas no serviço, tenho que sair de casa no máximo até uma e meia. Então eu falo assim, procure fazer uma coisa que não interfira nas coisas em casa, porque eu acho que ela, como minha esposa, ela tem obrigação em casa, minha obrigação é colocar as coisas aqui. (Maurício)

Seu companheiro admite, no entanto, que ela deve frequentar as oficinas oferecidas pelo Programa Ação Família, pois associa essas atividades ao benefício do programa de transferência de renda, que ele chama aqui de renda mínima.⁷

Agora quando tem reunião fala ela fala que vai eu não falo nada porque como ajudou no início esse negócio do renda mínima que a gente tem, que ajuda a gente pra caramba, então as vezes tem reunião, eu falo: vai. Ela fala preciso ir pra poder estar ciente do que está acontecendo. Então tá bom, continua. (Maurício)

Assim, tanto Valéria como Vanessa veem suas ações sendo legitimadas pelos seus respectivos maridos somente a partir do momento em que podem ser provedoras de benefícios assistenciais. Constrói-se então uma função para as mulheres pobres por meio dos novos programas sociais que conciliam renda e divisão sexual do trabalho.

CLARA

Clara, que acumula vários fatores de vulnerabilidade social, desde a sua origem familiar até a monoparentalidade com muitos filhos (um deles com problema grave de saúde), passando pela baixa

7

Para alguns pode ocorrer uma confusão entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Renda Mínima do município de São Paulo, mas, segundo Vanessa, ela recebe o Bolsa Família.

escolaridade, vê o trabalho se tornar alheio ao seu cotidiano. Separada do pai das crianças, cria sozinha suas três filhas (13, 7 e 2 anos) e seu filho bebê (3 meses) com saúde frágil. Ela tem 32 anos, é branca e muito magra. Seus pais são cearenses, mas ela nasceu na capital paulista, como sua irmã, um ano mais nova. Seu pai era gari da prefeitura, e sua mãe, faxineira. Sua mãe faleceu quando Clara tinha 15 anos, de problema no coração. Seu pai morou com ela e sua irmã até quando ela completou 20 anos, já com a filha nascida e depois foi morar com uma outra mulher com quem teve três filhos. Ela diz que nesse período

[...] tive que aprender tudo sozinha, a fazer comida, aprender a cuidar de uma casa, como ser responsável, o horário da janta no horário certo porque meu pai trabalhava, a gente teve que aprender tudo isso, ser responsável pela gente mesmo porque não tinha mãe para ser responsável. (Clara)

A casa onde Clara mora hoje foi adquirida pela mãe quando ela tinha 13 anos. Seu pai, depois do falecimento da esposa, pediu demissão na prefeitura e foi trabalhar em um depósito de material, e depois em uma banca de jornal. Ele e sua irmã moram perto, mas Clara diz que “é a mesma coisa que não estar”. “Ao mesmo tempo em que o meu pai e minha irmã estão perto de mim, estão longe porque eles nunca vêm na minha casa”.

Clara estudou até a quinta série e depois desistiu de estudar. Retomou os estudos em 2010 passando por uma prova do supletivo, e conseguiu ir direto para a sétima série. Mas, como viu que não dava para deixar as três meninas sozinhas, e ficou grávida do bebê, parou de estudar sem terminar a sétima série. A trajetória profissional de Clara é da mesma forma sucinta. Ela começou a trabalhar aos 13 anos, mas passou a ter crises de epilepsia. “Casa de família, quitanda, casa de família, casa de família de novo”, nunca registrada. O último trabalho não teve prosseguimento porque quando sua filha ficou doente sua patroa lhe disse que não precisava mais voltar, pois deveria ficar em casa para cuidar dos filhos.

No seu primeiro relacionamento, não chegou a morar junto com o pai da filha mais velha porque a família dele a rejeitou. O pai de Clara tampouco aceitou a gravidez e ficou os nove meses sem falar com ela; voltou a falar apenas no dia do nascimento de sua filha.

Clara afirma seu vínculo religioso com a Igreja Universal do Reino de Deus: “Lá eu me sinto bem, eu me sinto tranquila. Tem pessoas que eu conheço. Tem pessoas que eu posso sentar, conversar, desabafar. Eu me sinto bem.”⁸ Mas sua relação com a Igreja não foi sempre tranquila. Quando sua mãe, também evangélica, morreu, Clara se revoltou contra a religião: “Eu achava que Deus era culpado por ela ter

8

A IURD acolhe indivíduos desviantes dos padrões familiares e de conduta moral da sociedade, como as mulheres chefes de família monoparental, indivíduos de famílias desorganizadas, dependentes químicos, que não ocorrem nas igrejas cristãs mais tradicionais. Após o acolhimento, realizam o trabalho de correção de suas condutas (ALTIVO, 2014). São também esses indivíduos que a assistência qualifica como socialmente vulneráveis e constituem em alvo dos programas.

morrido”. Mas, “com o passar do tempo eu comecei a amadurecer”, e “veio gente, conversou comigo falou – se a sua mãe veio a falecer não é porque Deus é culpado, é porque chegou a hora dela”. Hoje ela conversa com os obreiros; um deles, já um senhor, dá também conselhos para sua filha, “para ela não seguir caminho errado”. Alguns obreiros passam na casa de Clara para saber se ela necessita de algo, “eles vêm na minha porta, tem uma que vem na minha porta conversar, saber como eu estou, pergunta como é que estão as minhas crianças”. Em contraste, Clara não parece simpatizar com a sua agente de proteção social da mesma forma que simpatiza com os obreiros, apesar desta também realizar visitas domiciliares e acompanhar seus problemas familiares.

A situação de saúde do bebê de Clara a faz sempre correr entre o hospital e a Unidade Básica de Saúde. Sua renda é de 254 reais mensais, sendo 134 reais do PBF. Além disso, ela recebe 120 reais da pensão paga pelo pai de sua filha maior. O pai dos outros três filhos, borracheiro, com quem ela viveu durante sete anos, não lhe envia pensão. Ele saiu da casa de Clara depois de uma briga provocada por ciúmes da filha, que estava gostando de um menino. Depois de ter agredido Clara verbalmente, saiu de casa. Ela não o contrariou, mesmo que dessa vez não tenha sido uma agressão física, como ocorreu cinco anos antes: “a surra que ele me deu não doeu tanto quanto as palavras que ele me falou”. Clara foi à delegacia da mulher de Itaquera fazer um boletim de ocorrência contra ele, não somente por causa da agressão, mas porque ele não registrou suas duas filhas; apenas o menino. Clara relatou sobre a situação de foragido e depois de preso, de seu ex-companheiro, como se fosse um acontecimento qualquer:

Ele tinha cometido um delito, ele matou o pai dele porque disse que estava cansado de ver o pai dele espancar a mãe dele, aí ele pegou e matou o pai dele, e estava foragido, e eu não sabia, fiquei sabendo sete anos depois quando ele foi preso. Nessa eu fiquei acompanhando ele no presídio, ia visitar ele uma vez por mês, levava as coisas para ele, e depois dessa eu não valia mais nada. (Clara)

Ele obteve a liberdade provisória, o que o permite agora vir para a casa de Clara “atormentá-la”, pois quer reatar a relação. Mas Clara não o quer mais de volta.

SANDRA

A situação de Sandra, cuja mobilidade física tem se tornado limitada nos últimos anos é mais vulnerável quando se consideram as possibilidades de reinserção no mercado de trabalho. Logo que eu e a agente comunitária de saúde Noemi entramos em sua casa, Sandra, católica assídua, perguntou à sua agente, evangélica, se já tinha lido o livro *Agape* do Padre Marcelo Rossi. Com o livro nas mãos, estava empolgada com os

dizeres do padre. Sandra tem 43 anos, é branca, filha de lavrador e dona de casa do estado de Piauí. Seus pais tiveram oito filhos (três meninas e cinco meninos), e Sandra é a do meio. Ela conta que sua infância foi muito difícil porque seu pai teve muitos filhos, e o que ele plantava – feijão, milho, mamona – não era suficiente para alimentar a todos. Sandra morou na fazenda onde seu pai trabalhava até os doze anos de idade; depois, a família mudou-se para a cidade, mas seu pai continuou a trabalhar na roça como assalariado. Sandra estudou num colégio particular que oferecia curso de magistério, e se formou.

Depois de se formar, aos 21 anos, foi contratada por uma escola municipal de uma cidade vizinha, e lá lecionou durante três anos, entre 1989 e 1992. Não conseguiu fazer carreira porque ficava muito nervosa na aula, vomitava e tinha dores de estômago. Pediu demissão (ela não tinha vínculo empregatício formal, como as demais professoras) e veio para São Paulo para fazer exames, ficando hospedada em Diadema, onde morava um dos seus dois irmãos que vieram trabalhar na capital paulista. Seus sintomas foram diagnosticados como os de gastrite nervosa. Sandra permaneceu em São Paulo para realizar o tratamento. Para se sustentar, trabalhou como babá durante quatro anos com carteira de trabalho registrada, residindo no local de trabalho. Em seguida, trabalhou como cuidadora de uma mulher idosa. Nesse interim, Sandra mudou-se para a casa de sua prima, no bairro de Vila Maria, e lá permaneceu cinco anos.

Foi em Vila Maria que Sandra conheceu seu marido, apresentado por uma amiga em comum. Hoje, estão casados há seis anos. Ele se junta à entrevista. É negro, alto e robusto, o que contrasta com a sua timidez. Quando eu lhe fazia perguntas, era quase sempre Sandra que respondia. Luciano é dez anos mais jovem do que ela e seu nível de instrução, inferior (quinto ano do ensino fundamental). Ele veio de Pernambuco quando tinha 21 anos, atrás de emprego. Depois de ter trabalhado numa lavanderia, trabalha como porteiro há seis anos, no período noturno.

Sandra continuou a cuidar da idosa, mas quando engravidou, sua patroa a demitiu. Seu filho, hoje com três anos, nasceu, depois de uma gestação de alto risco, no hospital do bairro. Um ano e meio depois do parto, foi descoberto que Sandra sofria de hérnia de disco, o que tem deteriorado francamente nos últimos meses, limitando cada vez mais sua mobilidade. Hoje é tratada por remédios, e aguarda, há mais de um ano e meio, por sessões de fisioterapia. Mancando, com a perna atrofiada, Sandra praticamente não possui condições físicas adequadas para cuidar do filho sozinha. Ele vai à creche de transporte privado, e quando tem problemas de saúde, Luciano acompanha à Unidade Básica de Saúde-UBS. Ela diz ter crises de ansiedade, chora e sua mão fica fria “de tanto não conseguir sair”. Indagado sobre o que faz quando ela tem crises de choro, Luciano diz “eu fico na minha”, e espero passar. Ela é

acompanhada por psiquiatra da ESF e participa de sessões de terapia de grupo de mulheres oferecido pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Nasf – uma vez por semana. Antes, participava de um grupo de artesanato, que a agradava bastante, mas não teve mais como se locomover para um curso. Luciano quer ter mais filhos, mas admite não ser possível em razão do problema de saúde da esposa e de sua idade avançada para uma nova gestação.

Quanto ao arranjo dos afazeres domésticos, é Sandra que assume a maior parte do trabalho, principalmente cotidiano. Dobrando a perna em cima de uma cadeira, ela cozinha, lava, passa, e cuida do filho. Ele faz a limpeza do banheiro e às vezes, da cozinha. Depois de voltar do trabalho, resolve as coisas que devem ser resolvidas fora de casa, como as idas ao banco e compras, e dorme depois do almoço. Depois de passar um tempo com a família, sai para o serviço.

Católica, Sandra ouve as orações do Padre Marcelo Rossi da Renovação Carismática Católica e encontra coragem em suas falas. Afirmou que o *best seller* do Padre a ajuda muito a diminuir sua ansiedade. Ela diz que é forte, e que não se deixa abater. Seu marido é católico também, mas segundo diz, “ele tem preguiça de pegar”.

ROSALINA

A religião ajuda Rosalina na reorganização, em primeiro lugar, de sua própria vida e, em segundo lugar, de sua vida conjugal moderando a atitude do seu marido, antes violento. Ela tem 45 anos, é branca, alta e forte (afirma estar pesando 100 quilos). Sua mãe é pernambucana e seu pai, doze anos mais velho, mato-grossense. Rosalina nasceu no interior de São Paulo, e mais tarde a família se mudou para a capital. Seu pai já tinha uma filha do casamento anterior, que sua mãe criou conjuntamente. Seu pai foi um homem agressivo que batia muito em sua mãe. Da mesma forma, abusou sexualmente de sua filha maior, o que causou a saída dela de casa. Rosalina nunca mais viu sua irmã. Quando Rosalina estava com oito anos, sua mãe fugiu com ela deixando os dois filhos menores, temendo que sua filha fosse abusada como a enteada. A mãe passou a trabalhar como doméstica e morar na residência de seus empregadores, escondendo Rosalina, até ser descoberta pela patroa. Depois disso, Rosalina passou a trabalhar junto com sua mãe. Desde então, sempre trabalhou como empregada doméstica ou faxineira; ela numa família, e sua mãe em outra.

Com 16 anos, Rosalina relacionou-se com uma pessoa e constituiu sua primeira família, dando à luz dois meninos (atualmente com 28 e 25 anos). O relacionamento não durou. Sem condições de criar dois filhos, sua ex-cunhada encarregou-se de criar seu filho maior. Rosalina continuou trabalhando na área de limpeza, dessa vez combinando faxina em residências, de manhã, e numa empresa pública, por intermédio

de uma firma terceirizada, à noite. Foi nessa época que teve sua filha Lola de outro relacionamento, também curto. A limitação de conciliar trabalho e família como mãe chefe de família monoparental sem nenhum recurso para conseguir que seus filhos fossem cuidados por adultos resultou num acidente doméstico que fez sua filha perder a visão de um olho. Rosalina julga ter sido uma “mãe má” nesse período difícil, a pressão tendo sido especialmente voltada para o filho de hoje 25 anos. Ela explica sobre o que é ser mãe má, sob o ponto de vista dos valores adquiridos após seu ingresso na igreja evangélica:

Sabe uma pessoa sem Deus, uma pessoa má? Eu não dava o carinho que os meus filhos precisavam, não dava a atenção que os meus filhos precisavam. Eu jogava o meu stress em cima dos meus filhos, então eu era uma mãe ruim; os meus filhos não tinham culpa dos meus problemas e eu despejava em cima principalmente em cima do de 25 anos. Então eu era uma mãe muito agressiva, gritava muito, então era uma mãe ruim. Hoje eu me culpo muito, já pedi perdão pro meu filho várias vezes pelo jeito que eu era. [...] Aí é como eu te falei, depois que eu vim a conhecer realmente o Deus verdadeiro, tirando aquela coisa ruim do meu coração, aquelas coisas ruins mesmo, eu fui me tornando uma pessoa melhor. (Rosalina)

Dois meses depois desse acontecimento, Rosalina conheceu seu marido, Agnaldo, lustrador numa loja de móveis. Para ela, esse encontro foi resultado de muitas orações.

Um certo dia dobrei o joelho na minha cama e falei pra Deus, que Deus colocasse uma pessoa honesta, trabalhadora no meu caminho e que me ajudasse a criar os meus filhos. E pela misericórdia de Deus eu conheci o Agnaldo mais ou menos uns dois meses assim que eu fiz esse pedido pra Deus, e estamos juntos até hoje, isso já tem 18 anos. (Rosalina)

Rosalina diz ter sofrido durante dez anos o alcoolismo e a violência do marido. Era como passar pela mesma experiência de violência doméstica que sua mãe sofreu com o seu pai. (Agnaldo também era 12 anos mais velho do que Rosalina, como a diferença de idade que existia entre seus pais). A presença de Agnaldo em casa causava medo nela e nas crianças: “tudo tinha que estar que nem robzinho”. Para Rosalina, sua conversão para a Igreja Universal trouxe um efeito tal que seu marido mesmo sem se converter se transformou para nunca mais aterrorizar a família.

Então começou a se repetir quase a mesma coisa que aconteceu com a minha mãe. E quando eu vim pra cá eu já tive o entendimento de Deus, eu já fui buscar Deus, e hoje, graças a Deus, hoje o Agnaldo é outra pessoa. Ele não vai pra igreja, mas embora tem muita gente que não acredita, mas foi através de muita oração, e foi Deus que fez essa obra na vida dele e vai fazer muito mais porque ele bebia muito, muito. E aí pela misericórdia de Deus ele foi largando a bebida um pouco, hoje ele bebe, mas socialmente, não é de ficar agressivo. (Rosalina)

Na última vez que aconteceu uma agressão doméstica, há oito anos, Rosalina foi para a Delegacia da Mulher. “De lá pra cá ele nunca mais encostou a mão em mim porque ele saiu daqui algemado. É uma pessoa trabalhadora, honesta, mas ele precisava desse susto”. A mais recente conquista de Rosalina – “uma grande vitória” – foi o casamento com o seu marido, há quatro anos, que conseguiu com “muito custo”, pois do ponto de vista dele, ela não seria digna de usar o seu sobrenome. Para Rosalina, o casamento formal era importante para ser batizada na Igreja Universal; em regime de coabitação, ela seria uma pecadora.

REORGANIZAÇÃO DA VIDA E O PAPEL DA RELIGIÃO E DA ASSISTÊNCIA

Alguns relatos deixam evidente a importância da religião na vida das mulheres. Ela aparece espontaneamente nas expressões das entrevistadas, como um local de conforto e fonte de força, como se viu nas afirmações de Clara e de Sandra. Ela aparece também com um poder reparador e transformador das relações sociais de gênero. À primeira vista, encontramos dificuldade de compreender a razão pela qual Rosalina atribuiu à sua fé a explicação da diminuição da agressão do seu marido, em vez de buscá-la na conquista de um empoderamento que a levou a denunciá-lo à polícia.

De acordo com Linda Woodhead (2002), em certas sociedades (que ela chama de semidiferenciadas, não ocidentais e pós-coloniais) as mulheres se dedicam à religião por nela encontrar a capacidade de renovar – e mesmo realizar “uma revolução delicada” – no espaço privado. Trata-se mais precisamente do Cristianismo Carismático que tem crescido impetuosamente no Brasil, principalmente por meio do aumento dos fiéis das igrejas neopentecostais como a IURD. Seu propósito, longe dos objetivos feministas, não é o de reverter a relação hierárquica de gênero, mas, por submeter as relações conjugais e familiares aos poderes transformadores do Espírito, termina por possibilitar mudanças, podendo até questionar o machismo. Assim, o Cristianismo Carismático, católico ou protestante, oferece “um espaço para as mulheres não só por

oferecer-lhes o poder divino do espírito, mas também por converter os homens a posturas menos machistas” (WOODHEAD, 2002, p. 9).

As mulheres da camada popular parecem aderir a tal vertente religiosa, pois não as incita a questionar a superioridade masculina, evitando a tensão conjugal, e lhes permite ao mesmo tempo “docilizar” o homem (a violência é condenada) e construir um lar respeitável onde as funções de gênero são exercidas conforme a “moral dos pobres”. Nesse sentido, as religiões cumprem um papel normatizador para as mulheres e homens da camada pobre que buscam a respeitabilidade social. Os papéis conservadores de gênero são principalmente reforçados nas religiões de cunho neopentecostal, na normatização da função feminina como “cuidadora espiritual do lar” (BIRMAN, 1996). O neopentecostalismo passou a ser a nova instituição de referência para muitos moradores da periferia urbana, por saber lidar com a reorganização da vida (depois de um processo migratório, ou uma crise familiar, por exemplo) e da sobrevivência deste, e mais especificamente por saber tratar as questões privadas que dizem respeito a vícios, relações conjugais e sexualidade (MARIANO, 2012; MACHADO, 2005; COUTO, 2002).⁹ Assim, podemos relacionar a coragem que Rosalina encontrou para denunciar seu marido à participação na religião que a levou a se tornar uma agente de transformação dentro do lar. Ela não tinha a intenção de modificar a relação com o marido, mas queria lhe “dar um susto” iniciativa que modificou definitivamente a postura dele e tornou o ambiente menos tenso dentro da família.

Podemos entender que a religião organiza a vida conjugal e familiar das mulheres assistidas para que possam exercer o papel de “boa” esposa e mãe, em contraponto às trajetórias familiares de origem que foram, em grande medida, sentidas como fracasso, marcadas pela separação (como foi o caso de Clara, Iara, Jessica, Rosalina, Valéria), solidão (Clara e Rosalina) e violência (Clara e Rosalina). Ao manter a ordem social de gênero esperada para a classe trabalhadora, elas constroem para elas uma vida familiar com laços sólidos e digna de respeito.

Ao mesmo tempo em que o *status* de esposa e mãe é importante para a dignidade das mulheres, tal posição social as coloca em profunda desigualdade em relação aos seus parceiros em termos econômicos e sociais. Contudo, desafiar e transgredir a ordem social e moral estabelecida aos gêneros encontra obstáculos impostos em primeiro lugar pelos parceiros, como foi possível observar a partir das dificuldades das irmãs Valéria e Vanessa para lograr uma ocupação produtiva. Da mesma forma, o fato de não haver mais ninguém que possa substituir a tarefa doméstica das mulheres faz com que elas assumam o “trabalho inestimável” do cuidado, ou trabalho incontornável, pois alguém tem que fazer, gostem elas ou não. Nessa limitação que as mulheres encontram em termos de mobilidade, espacial, social e econômica, alguns setores vêm lhes oferecer o espaço legítimo da fala e da escuta. A religião é

⁹ A ascensão dos evangélicos (ultrapassando 22% da população, segundo o Censo 2010) coincide com a institucionalização dos movimentos sociais na era pós-1988 e o declínio da Teologia da Libertação. Atuando como militantes dos clubes de mães e do movimento pela saúde, as mulheres da periferia “descobriram” a política entre os anos 1970 e 1990, passando a ser sujeitos das reivindicações por direitos (SADER, 1995). Porém a institucionalização dos movimentos sociais e a crise proveniente da reestruturação produtiva ao longo dos anos 1990 fragilizou as mobilizações comunitárias, dando brecha para o crescimento dos evangélicos.

um deles, por meio das idas à igreja e do contato com os obreiros. Da mesma forma, embora não com a mesma intensidade da religião, os novos programas assistenciais e outros espaços de assistência fornecem também um lugar legítimo de atuação feminina onde elas podem receber orientações dos trabalhadores sociais em domicílio e sair de casa pra frequentar as oficinas e outras atividades socioeducativas. São, porém, espaços que reproduzem as relações sociais de gênero baseadas na divisão sexual do trabalho. De modo concomitante, os programas de transferência de renda fazem com que as mulheres pobres possuam um capital social a mais, o de serem titulares do benefício do Estado. Isso é apreciado pelos membros da família, principalmente os maridos (como os de Valéria e Vanessa), que preferem que sua esposa permaneça em casa em vez de trabalhar fora de casa.

CONCLUSÃO

A pesquisa qualitativa com sete mulheres assistidas revelou que elas possuem significativa agência para construir uma família respeitável, rompendo com o seu passado difícil; mas essa construção é frustrante porque a rígida divisão sexual do trabalho, assim como a limitação de suas qualificações não permitem que possam se realizar como indivíduos, algo que passa a ser caro para elas também, na semelhança com as mulheres da classe média. Assim, a conquista de uma família respeitável tanto aos olhos do Estado como da religião vem acompanhada da renúncia, porém não definitiva, das atividades não reprodutivas como os estudos, a formação e o trabalho. Nessa lógica baseada na divisão sexual do trabalho, com o respaldo das religiões de cunho neopentecostal dominantes entre a camada pobre, a distância em termos de autonomia econômica e social em relação ao cônjuge se amplia na medida em que o tempo passa, levando a uma dependência cada vez maior das mulheres em relação ao companheiro. Elas enfrentam o dilema de permanecer no lugar esperado e transgredir, ora pela via de uma “reforma” nas relações conjugais por meio da religião, ora por via de busca de estratégias por canais institucionais oferecidos pelos programas sociais, ora via enfrentamento e rompimento do casamento ao custo de permanecer sozinhas com seus filhos.

Na lógica da moral dos pobres, o trabalho das mulheres em vida conjugal nunca deve ser prioridade, mas deve apenas complementar a o trabalho doméstico. A assistência social contemporânea, prevista na Política Nacional de Assistência Social – PNAS –, tem como princípio a garantia dos direitos dos cidadãos, intervindo nas suas situações de risco de violação (MDS). No entanto, não considera o exercício do trabalho das mulheres um direito, o que dá lugar à problematização sobre a imposição da divisão sexual do trabalho como violação do direito ao trabalho das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALTIVO, Bárbara. *Tramas do amor na Rede Universal: indivíduos, histórias e espíritos produzindo alianças afetivas*. 2014. Projeto de Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- BIRMAN, Patrícia. Mediação feminina e identidades pentecostais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 6-7, p. 201-226, 1996.
- BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.
- _____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif/arquivos/tipificacao-nacional.pdf/download>>. Acesso em: jan. 2014.
- _____. Decreto n. 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Brasília, DF, 2011.
- _____. Ministério da Saúde. *Atenção básica e a saúde da família*. Brasília, DF, s.d. Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/atencao-basica.php>>. Acesso em: jan. 2014.
- COUTO, Maria Thereza. Na trilha do gênero: pentecostalismo e CEBs. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 10, p. 357-369, 2002.
- GEORGES, Isabel; SANTOS, Yumi Garcia. *Care e políticas públicas: o caso das agentes comunitárias de saúde e das agentes de proteção social*. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya A. (Org.) *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012. p. 166-182.
- JENSON, Jane. Politiques publiques et investissement social: quelles conséquences pour la citoyenneté sociale des femmes? In: MARQUES-PEREIRA, Bérengère; PFEFFERKORN, Roland (Org.). *Genre, politiques sociales et citoyenneté*. Paris: L'Harmattan, 2011. p. 21-43. (Cahiers du Genre, hors-série, n. 2).
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 387-396. 2005.
- MARIANO, Ricardo. Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço. *Perspectiva Teológica*, v. 43, n. 119, p. 11-36, 2012.
- MOLYNEUX, Maxine. Mothers at the service of the new poverty agenda: progressa/ oportunidades, Mexico's Conditional Transfer Programme. *Social Policy and Administration*. v. 40, n. 4, p. 425-449, Aug. 2006.
- MOLINIER, Pascale. Ética e trabalho do care. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya (Org.). *Cuidado e cuidadoras. As várias faces do trabalho do care*. São Paulo, Atlas, 2012. p. 29-43.
- _____. *Le travail du care*. Paris: La Dispute, 2013.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Políticas de combate à pobreza no município de São Paulo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências, falas e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Yumi Garcia dos. *A gestão sexualizada do social: os novos programas sociais na saúde e na assistência e reprodução das relações tradicionais de gênero. Relatório de Pesquisa (Pós-Doutorado)*. Centro de Estudos da Metrópole/Fapesp, São Paulo, 2012.
- SARTI, Cynthia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- _____. O lugar da família no Programa Saúde Família. In: TRAD, Leny A. Bonfim (Org.). *Família contemporânea e saúde*. Significados, práticas e políticas públicas. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2010. p. 91-103.

SCOTT, Parry. Gênero, família e comunidades. Observações e aportes teóricos sobre o Programa Saúde Família. In: VILLELA, Wilza; MONTEIRO, Simone (Org.). *Gênero e saúde. Programa Saúde da Família em questão*. São Paulo: Arbeit Factory, 2005. p. 73-93.

SEN, Amartya K. Gender and co-operative conflicts. In: TINKER, Irene (Ed.). *Persistent inequalities*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

YUMI GARCIA DOS SANTOS

Professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (MG)
yumigds@uol.com.br

OUTRO TEMAS

DS

OUTROS TEMAS

<http://dx.doi.org/10.1590/198053142864>

INCENTIVOS MONETÁRIOS PARA PROFESSORES: AVALIAÇÃO, GESTÃO E RESPONSABILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

ERIC FERDINANDO KANAI PASSONE

RESUMO

No âmbito da reforma educacional brasileira, o crescente interesse dos governos e legisladores pelas políticas de responsabilização dos professores e das escolas reflete no deslocamento de foco das investigações e pesquisas, que passou da avaliação externa da educação básica à avaliação como mecanismo de gestão educacional por resultados. A presente revisão crítica da literatura visa a situar a polêmica acerca da utilização dos resultados de testes padronizados como instrumentos de gestão educacional e regulação do trabalho escolar por meio dos incentivos monetários por desempenho. O artigo mostra que os discursos dos especialistas oscilam entre dois extremos: de um lado, estão os que criticam tais propostas e buscam investigar os reflexos da reforma política sobre a organização da educação e do ensino; de outro, os que defendem sua implementação como meio de responsabilização dos profissionais e de uma suposta melhoria da qualidade educacional. Entre essas duas posições, há aqueles que demandam mais evidências científicas sobre a efetividade de tais propostas sobre o aprendizado dos alunos.

Este artigo faz parte do trabalho desenvolvido no projeto de pós-doutorado, que conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo n. 13/02840-6).

POLÍTICAS EDUCACIONAIS • AVALIAÇÃO • QUALIDADE DO ENSINO • PROGRAMAS DE RESPONSABILIZAÇÃO DE PROFESSORES

MONETARY INCENTIVES FOR TEACHERS: ASSESSMENT, MANAGEMENT AND ACCOUNTABILITY IN BASIC EDUCATION

ABSTRACT

Under Brazilian educational reform, the growing interest of governments and legislators regarding accountability policies for teachers and schools reflects on the change of the focus of investigation and research, which moved from external evaluation of basic education to evaluation as a mechanism of results-based management in education. This critical review of literature aims to contextualize the controversy about the use of the results of standardized tests as instruments of educational management and the regulation of school work by means of monetary incentives for performance. The article shows that experts' discourses oscillate between two extremes: on the one hand, there are those who criticize such proposals and seek to investigate the impact of political reform on educational and teaching organization; and on the other hand, those who argue for the implementation of such reforms as a means of holding professionals accountable and of a supposed improvement of educational quality. Between these two positions, there are those that require more scientific evidence about the effectiveness of such proposals on student learning outcomes.

EDUCATIONAL POLICIES • ASSESSMENT • TEACHING QUALITY •
ACCOUNTABILITY POLICY PROGRAMS

INCENTIVOS MONETARIOS PARA PROFESORES: EVALUACIÓN, GESTIÓN Y RESPONSABILIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN BÁSICA

RESUMEN

En el ámbito de la reforma de la educación brasileña, el creciente interés de los gobiernos y legisladores por las políticas de responsabilización de los profesores y de las escuelas repercute en el desplazamiento del foco de las investigaciones y estudios, que pasó de la evaluación externa de la educación básica a la evaluación como mecanismo de gestión educativa por resultados. La presente revisión crítica de la literatura tiene como objetivo situar la controversia sobre el uso de los resultados de los tests estandarizados como instrumentos de gestión educativa y regulación del trabajo escolar a través de incentivos monetarios por desempeño. El artículo muestra que los discursos de los expertos oscilan entre dos extremos: por un lado están los que critican estas propuestas y tratan de investigar los efectos de la reforma política en la organización de la educación y la enseñanza; por otro, los que abogan por su aplicación como medio de responsabilización de los profesionales y de una supuesta mejora de la calidad educativa. Entre estas dos posiciones, hay quienes exigen más evidencias científicas en lo que concierne a la efectividad de este tipo de propuestas sobre el aprendizaje de los estudiantes.

POLÍTICAS EDUCATIVAS • EVALUACIÓN • CALIDAD DE LA ENSEÑANZA •
PROGRAMAS DE RESPONSABILIZACIÓN DE PROFESORES

ESTE TRABALHO INSCREVE-SE no âmbito de uma pesquisa de pós-doutoramento em que desenvolvo o projeto “Da avaliação da educação básica aos incentivos por resultados: uma abordagem pelo discurso psicanalítico”, cujo objetivo consiste em analisar o atual “furor avaliativo” que domina a gestão dos sistemas de ensino no mundo globalizado. Neste artigo, apresenta-se uma revisão da literatura, considerados os últimos dez anos, e busca-se situar a polêmica acerca da utilização de incentivos monetários para professores associada aos resultados de testes padronizados como instrumentos da gestão educacional e do ensino público.

Com base nos trabalhos analisados, constata-se que, na última década, o foco das pesquisas e estudos sobre avaliação da educação se desloca da avaliação externa da educação básica para a avaliação da educação como mecanismo de gestão educacional por resultados. Até meados da década de 2000, os estudos e pesquisas abordaram a questão da avaliação externa da educação – esta desenhada como instrumento de diagnose e monitoramento de implementação das políticas de educação básica nos entes federativos brasileiros –, com forte ênfase na produção de subsídios de apoio às políticas (FREITAS, 2004; BONAMINO; SOUSA, 2012; MARTINS; SOUSA, 2012). A partir da segunda metade dessa década, tais estudos passaram a debater questões acerca da gestão educacional, da responsabilização da escola, de seus profissionais e dos resultados produzidos pelos sistemas de ensino (BONAMINO; SOUSA, 2012; BROOKE, 2006; FREITAS, 2007; CASASSUS, 2007, 2009).

No Brasil, no fim da década de 2000, o interesse dos pesquisadores voltou-se especificamente ao tema da avaliação atrelada aos mecanismos de incentivos monetários por resultados. Até então, esse era um campo incipiente, mas chamaria a atenção dos estudiosos, principalmente após a emergência de uma série de experiências de governos estaduais, que fixaram a avaliação externa da educação básica como instrumento de gestão e responsabilização da educação (BROOKE, 2008, 2013; BARBOSA; FERNANDES, 2013; BONAMINO; SOUSA, 2012; CASSETTARI, 2012; OLIVEIRA; NOVAES, 2012; PONTUAL, 2008; SOUSA, 2008).

Embora esses estudos ainda sejam recentes, nota-se nos trabalhos que identificamos e analisamos uma grande variedade de termos utilizados para descrever as políticas educacionais que vinculam a avaliação externa da educação aos mecanismos de incentivos monetários para docentes e/ou escolas, tais como: “pagamento por *performance*” (CASSETTARI, 2008); “pagamento por desempenho” (BARBOSA; FERNANDES, 2013); “remuneração variável” (PONTUAL, 2008); “remuneração por desempenho” (CASSETTARI, 2012); “incentivos e bonificação monetários” (BROOKE, 2013); e, “bonificação por mérito” (SOUSA, 2008; BONAMINO; SOUSA, 2012). Evidentemente, tais denominações não são escolhas aleatórias desses estudiosos, mas remetem a distintas áreas de conhecimento, a saber, o campo das ciências da educação e o campo das ciências econômicas e administrativas.

Neste artigo, optou-se por trabalhar com os termos “incentivos financeiros” ou “pagamento por desempenho”. Evita-se, assim, falar de “remuneração”, que sugere a ideia de um componente salarial permanente aos profissionais da educação; ou de “remuneração variável”, que faz parte do aporte teórico economicista; ou ainda de “bônus mérito”, que diz respeito especificamente ao vocabulário adotado no programa do governo do Estado de São Paulo. Propõe-se, também, apresentar o material analisado a partir de três eixos, que são indissociáveis do tema nuclear, a saber: a avaliação externa da educação básica, a gestão e as políticas de responsabilização da educação e, por último, os mecanismos de incentivos monetários para professores. Como se sabe, tais eixos estão diretamente relacionados à reforma educacional e revelam o lugar que os profissionais da educação ocupam nesta, ora como vilões, que são chamados à responsabilização, ora como heróis, que merecem ser premiados e gratificados. Dito de outro modo, tais discursos enfatizam a centralidade do professor no processo de ensino em detrimento de outras dimensões que são igualmente estruturantes, como a necessidade de recursos e investimentos adequados à educação pública, dentre outros.

A seguir, após uma breve contextualização das atuais políticas de avaliação no Brasil, apresentam-se os resultados por eixo de análise proposto.

CENÁRIO: REFORMA DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO

A reforma educacional das últimas décadas acompanhou as mudanças do Estado no âmbito da “modernização” administrativa e da conjuntura político-econômica globalizada. Na economia, ocorreu o movimento de transição do modelo de produção fordista-taylorista para o modelo de acumulação flexível e o avanço do capitalismo financeiro. Na política, sucederam-se pressões internacionais advindas dos discursos neoliberais em defesa da redução do Estado de Bem-Estar Social, na tentativa de desestabilizar o Estado centralizado e regulador por meio de medidas de desregulamentação político-administrativa e mudanças na estrutura do gasto público social. Paralelamente, a educação ganhou centralidade nos discursos político-econômicos, passando a assumir um triplo papel: econômico, científico e cultural. A perspectiva de uma aprendizagem permanente e flexível, calcada em habilidades e em competências desejáveis ao pleno desenvolvimento social e econômico, visou a aproximar ainda mais os sistemas de ensino das necessidades do processo produtivo e da competitividade globalizada (POCHMANN, 2005).

No Brasil, nos anos 1980, após um período de centralização das políticas educacionais, os movimentos sociais contra o regime militar impulsionaram a demanda por gestão democrática e por espaços de participação no campo educacional, e a luta pelo direito à educação. A Constituição Federal de 1988 definiu a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” e ampliou o conceito de educação, garantindo sua inscrição jurídica como direito social e subjetivo, estabelecendo a partilha de responsabilidades entre os entes federados e a vinculação constitucional de recursos para o setor.

Na década seguinte, período considerado de maior adesão à ideologia neoliberal, a política educacional brasileira articulou-se a processos preconizados por agências multilaterais. O apoio técnico e financeiro de organismos internacionais, como a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE –, o Banco Mundial e a Unesco, orientou a organização de nosso ensino de acordo com a nova tendência mundial. Os sistemas de ensino voltaram-se, principalmente, como assinalam Libâneo, Oliveira e Toshi,

[...] para a universalização do ensino fundamental, para a descentralização administrativa das verbas federais, elaboração do currículo básico nacional, educação a distância, avaliação nacional das escolas, formação de professores, parâmetros para o livro didático [...]. (2006, p. 35)

Tais prescrições inseriram efetivamente o ensino brasileiro no quadro político e econômico mundial. Nesse contexto, foram estabelecidos os fundamentos para a elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes

e Bases (Lei n. 9.394/96), dos Parâmetros Curriculares Nacionais, das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Plano Nacional da Educação (Lei n. 10.172/01).

Assim, a partir de 1990, as políticas educacionais passaram a focalizar a expansão do ensino fundamental em detrimento da educação infantil e do ensino médio, concomitantemente ao processo de desconcentração, descentralização e municipalização das responsabilidades e atividades de ensino, sem aumentar os recursos na área. Em continuidade à reforma, na primeira década do século XX, o governo federal ampliou as ações no campo da educação básica e do ensino superior. Em 2007, o MEC propôs o Plano de Desenvolvimento da Educação – PNE –, obtendo a adesão em massa de estados e municípios. Essa adesão foi induzida pelo desenho do plano, apresentado como um sistema que integra o financiamento, a gestão e a avaliação da educação básica, e as propostas de piso salarial nacional e de uma política nacional de formação dos profissionais da educação (SAVIANI, 2009). Paralelamente, como ressalta Leher (2010), o governo federal aderiu ao Compromisso Todos pela Educação, proposto pela elite do empresariado brasileiro em 2006.

A presença empresarial na formação direta de um quarto da população brasileira possui dimensão jamais conhecida na história recente da educação brasileira. A incorporação da agenda empresarial ocorre por meio do PDE [...] o governo assume explicitamente que a sua elaboração objetiva implementa a agenda empresarial do movimento “Compromisso Todos pela Educação”, iniciativa que reúne os principais grupos econômicos que constituem o bloco de poder dominante. (LEHER, 2010, p. 378-79)

O decreto n. 6.094/07, assinado no dia do lançamento do PDE, dispõe sobre o Plano de Metas do Compromisso. Este compreende 28 diretrizes a serem seguidas pelos estados, Distrito Federal e municípios, com a participação das demais entidades e instituições da sociedade, conforme definido no capítulo primeiro. O capítulo II dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb –; o capítulo III define o termo de adesão “voluntária” dos municípios e estados; e, por fim, o capítulo IV estabelece o Plano de Ações Articuladas – PAR –, como requisito para obter apoio técnico e financeiro da União (BRASIL, 2007). Como assinala Freitas (2007), a visão unilateral da avaliação proposta pelos governos acabou por compor a estratégia de responsabilização das escolas sem considerar as reais condições do sistema escolar no país.

Pode-se imaginar a pressão autoritária, verticalizada, que os acordos assinados entre os prefeitos e o governo federal, para assumir metas do Ideb para seu município e obter verbas, vão gerar nas

escolas e em seus profissionais. Não deveria ser este o papel da avaliação em larga escala ou de sistema, como veremos mais adiante, a qual deveria ser destinada, preferencialmente, à avaliação das próprias políticas públicas e não das escolas (FREITAS, 2007, p. 973).

Nessa perspectiva, a responsabilização da escola implica a desresponsabilização do Estado e de suas políticas, o qual passa a avaliar o desempenho da escola num contexto de racionalização de recursos.

Saviani (2009) observa que o PDE se alinha à promoção de mecanismos de modernização administrativa do Estado e aprofunda o processo de reforma educacional ao modelo (neo)liberal. A particularidade do PDE foi valorizar a qualidade da educação pública, apoiando financeiramente e tecnicamente os municípios em regime de colaboração, conforme definido na Constituição e nas Leis de Diretrizes de Base da Educação. Ao eleger a territorialidade como um dos principais eixos de ação, o PDE enfatiza o papel do município como unidade privilegiada, o que, para muitos pesquisadores, significou um retrocesso em termos de autonomia e democratização da gestão escolar (SAVIANI, 2009; DOURADO, 2007; FREITAS, 2007).

Assim, junto com o PAR, o Sistema Nacional de Avaliação e o Ideb, além de outros programas, como o Dinheiro Direto na Escola – PDDE – e o PDE-Escola (estes últimos caracterizados pelos princípios administrativos de mercado), o governo federal terminou por introduzir estruturalmente a racionalidade gerencial de regulação e responsabilização dos entes educacionais públicos. Permanecem ao encargo da União somente o apoio técnico e financeiro, o que leva ao aprofundamento da precária municipalização do ensino, ao mesmo tempo em que se mantém a centralização dos recursos e o poder decisório. Assim, no âmbito federal, destaca-se a tendência paradoxal da ação político-pedagógica formulada a partir da concepção gerencial, cujo processo ignora o esforço histórico desenvolvido pelo próprio MEC quando do apoio técnico e financeiro para a democratização da gestão escolar (DOURADO, 2007).

Para muitos pesquisadores, a promoção de mecanismos de mercado no interior do espaço estatal, na linha do pragmatismo e dos princípios da *New Public Management* norte-americana, como extensão das ideias da gestão privada ao setor público, subordina os direitos sociais e de cidadania à lógica do mercado, em que prevalecem a competição e a produtividade, normalmente propagadas por meio de discursos sobre eficácia, eficiência e qualidade (AFONSO, 2001; FREITAS, 2007). Até o presente momento, no governo federal, a vinculação entre os resultados das avaliações às políticas de “responsabilização forte” não se configura como elemento estruturante das políticas educacionais. No entanto, na última década, com a adoção dessa medida por alguns estados,¹ que implementaram tais incentivos monetários em troca de

¹ Os estados brasileiros que até o presente adotaram mecanismos e metodologias de responsabilização foram: Amazonas, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

resultados – a despeito das evidências de efeitos mais negativos do que positivos e da baixa efetividade no desempenho dos alunos (FRYER, 2013; BONAMINO; SOUSA, 2012; RAVITCH, 2010; SOUSA, 2012 e 2009) – aumentam os riscos de essa moda gerencial se estender a toda política educacional brasileira.²

É com base nesse cenário que pretendemos abordar os eixos apresentados anteriormente.

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM LARGA ESCALA

No que se refere à avaliação da educação básica em larga escala no Brasil, identificam-se, entre outros, trabalhos que examinam a legislação normativa referente à avaliação nacional da educação básica (FREITAS, 2004) e apresentam rica revisão bibliográfica (MARTINS; SOUZA, 2008), e aqueles que indicam as mudanças de foco e de desenho das políticas de avaliação da educação básica nas últimas décadas (BONAMINO; SOUSA, 2012).

De forma crítica e com base na análise da legislação e de documentos oficiais (portarias, decretos, resoluções), Freitas (2004) argumenta que, desde 1995, as decisões sobre o modelo de avaliação nacional da educação básica foram centralizadas no MEC, cabendo sua operacionalização ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep –. Inicialmente arquitetada dentro das possibilidades abertas à ação reguladora da administração federal, o Sistema Nacional da Educação Básica – Saeb³ – teria por função “monitorar a descentralização de políticas num contexto de redefinição de competências dos três níveis de governo”. Entretanto, no âmbito da reforma administrativa do Estado, o que acabou por se materializar foi um mecanismo de avaliação que privilegiava a relação custo-benefício, isto é, a relação entre o alcance de objetivos e recursos disponíveis, sobrepondo-se à proposta de monitoramento e elaboração das políticas (FREITAS, 2004, p. 671).

Paralelamente à fixação dos dados do Censo Escolar sobre a matrícula no ensino fundamental, como base para a distribuição dos recursos por meio do Fundo de Expansão e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – Fundef –, o sistema de avaliação nacional do ensino articulou-se às novas diretrizes para os planos de carreira e remuneração do magistério dos estados, Distrito Federal e municípios – como dispõe a Resolução nº 3 de 1997, aprovada na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – constituindo-se, também, em mecanismo de avaliação do desempenho profissional. Desse modo, a regulação normativa da avaliação da educação básica se articulou com a organização do currículo, a gestão escolar e a qualidade educacional aferida por meio de parâmetros e metas, integrando-as, direta ou indiretamente, com o desempenho docente, pela

² É importante asseverar que, aprovada a Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que homologa o Plano Nacional de Educação (2014-2024), a submeta 7.36 do referido Plano propõe “estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar”, contrariando o debate público e as deliberações propostas na Conferência Nacional de Educação – Conae.

³ O governo federal passou a organizar o sistema nacional de avaliação a partir de 1990. O Saeb, criado por meio da Portaria n. 1.795, de 1994, era amostral e não permitia comparações entre municípios e escolas.

via da avaliação dos resultados educacionais. Como bem destacado por Freitas, “a reforma administrativa no campo da educação vai ganhando materialidade pela via da indução, do monitoramento, do controle e da avaliação” (2004, p. 679).

Das considerações de Freitas, infere-se que a centralização do poder nas esferas governamentais restringiu a emergência da avaliação na perspectiva do debate e da gestão democrática, materializando-a como um mecanismo instituído em nome do regime federativo de colaboração, mas com forte viés de regulação do trabalho docente sob o modelo gerencial, que visa o aumento do desempenho nos resultados.

Em outra perspectiva, o trabalho de Bonamino e Sousa (2012) apresenta uma análise contextualizada sobre a emergência, consolidação e mudança nas avaliações da educação em larga escala no Brasil, destacando três gerações de avaliações que caracterizam a avaliação da educação básica.

A primeira geração corresponde à avaliação proposta desde o Saeb, e caracteriza-se pela ênfase no caráter diagnóstico da qualidade da educação, tendo como ponto de partida produzir informações para monitorar e subsidiar as políticas educacionais. No entender de Bonamino e Sousa, os resultados das avaliações eram divulgados para consulta pública, mas não visavam às escolas em si, isto é, não objetivavam o acompanhamento do desempenho individual dos alunos e das escolas. Portanto, não implicavam consequências diretas, nem políticas de responsabilização às escolas.

A segunda geração caracteriza-se por divulgar e disseminar seus resultados publicamente e endereçá-los diretamente às escolas, momento em que as avaliações foram incrementadas quanto às informações produzidas e aos objetivos perseguidos. Exemplo é a Prova Brasil,⁴ que agregou à perspectiva diagnóstica a mensuração dos resultados com proposição de metas e responsabilização das escolas. Nesse caso, a avaliação pressupõe a responsabilização com consequências simbólicas, isto é, acredita-se que o conhecimento dos resultados pelos pais e pela sociedade implica a mobilização das escolas no sentido da busca por melhores resultados.

Já as avaliações de terceira geração descritas por Bonamino e Sousa envolvem consequências institucionais cuja operacionalização implica a adoção de sanções positivas e/ou negativas, como é o caso das políticas de avaliação atreladas a mecanismos de incentivos monetários para os profissionais da educação, conforme os resultados obtidos pelos alunos e pelas escolas. A partir da definição apresentada por Carnoy e Loeb (2002) e Brooke (2006) acerca das consequências das políticas de responsabilização, as pesquisadoras assinalam que a terceira geração de avaliação está associada às chamadas *high stakes*, ou avaliação de responsabilização forte, em oposição às *low stakes*, ou responsabilização branda,

4 Em 2005, o Saeb foi dividido em duas avaliações, a Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb –, com foco na gestão das redes de ensino das unidades federadas, e a Avaliação Nacional de Rendimento Escolar – Anresc –, conhecida como Prova Brasil, de base censitária e com foco nas unidades escolares urbanas, isto é, passíveis de comparação dos resultados entre as escolas.

cujas consequências são simbólicas. Como exemplo, destacam o atual sistema de avaliação implementado no Estado de São Paulo.

Com base em outros estudos e pesquisas, Bonamino e Sousa concluem que as avaliações associadas à responsabilização forte das escolas representam certos riscos, tais como o de aumentar “a preocupação dos diretores e professores em preparar seus alunos para os testes, levando ao estreitamento do currículo escolar”, além das implicações sobre a avaliação da aprendizagem dos alunos, na medida em que as escolas “passam a organizá-la tomando como referência o tipo de teste utilizado pela avaliação em larga escala” (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 386).

As autoras também consideram algumas potencialidades das avaliações de segunda e terceira geração, como a possibilidade de explicitar as carências de aprendizagem dos alunos, auxiliando na promoção do debate em torno do currículo escolar ao informar as habilidades fundamentais de matemática e leitura. Embora apontem tanto os riscos quanto as potencialidades das avaliações atuais, as autoras pouco questionam a imposição de cima para baixo das avaliações estandardizadas, o que contradiz os princípios da gestão democrática; nem interrogam criticamente as avaliações como estratégia de controle e regulação do trabalho escolar que, como mencionado anteriormente, tende a aprofundar o modelo gerencial da reforma educacional, sem, no entanto, alterar o conhecido quadro precário das condições de trabalho dos profissionais da educação.

Casassus (2007, 2009) também discute o papel das avaliações por meio de testes e o aumento de pressão sobre os docentes mediante a oferta de prêmios e/ou punições. O mérito de seus trabalhos consiste em criticar o uso extensivo das avaliações atuais com finalidades políticas e não educacionais. Ao retomar o debate dos anos 1980, momento em que a qualidade da educação passou a fazer parte da agenda dos governos na América Latina, após um período de expansão precária da oferta dos sistemas de ensino, o autor lembra que o discurso acerca da qualidade educacional emergiu no âmbito político sem que houvesse um debate profundo sobre o significado da “qualidade educacional”. Como consequência, a qualidade passou a ser interpretada como “o equivalente a uma pontuação numa prova estandardizada” (CASASSUS, 2009, p. 72).

Assim, nos anos 1990, generalizou-se a ideia de que a qualidade educacional refletiria um aumento gradativo das pontuações nas provas de múltipla escolha ou resposta ao item. No entanto, como explica o Casassus, há limitações do uso das provas padronizadas de múltiplas escolhas como instrumento de avaliação da qualidade da educação, uma vez que tal procedimento está fundamentado em um erro conceitual, a saber, o de considerar que essas provas medem o que os alunos das escolas sabem ou podem fazer. A partir da análise da teoria de Robert Glaser (1963), inventor dessas provas, o autor afirma que o objetivo dos testes

consiste em determinar posições e estabelecer ranqueamentos entre os examinados. Segundo ele, “ a única competência medida por estas provas referidas à norma é a capacidade de recordar procedimentos (para a matemática) ou reconhecer um resultado quando se dão múltiplas escolhas” (CASASSUS, 2009, p. 76). O resultado desse tipo de avaliação pode ser observado nas escolas, quando os professores passam a se preocupar mais em “treinar” os alunos nas respostas das provas do que em efetivamente educar e ensinar. Nesse sentido, as “provas psicométricas referidas à norma são elaboradas para selecionar e não para incluir”, diz ele:

[...] aceita-se que, em sociedade, a inteligência e o desenvolvimento mental se distribuem numa curva normal. Ou seja, é por sorte ou azar que alguns estão no extremo dos “burros” e outros estão no outro extremo, o dos “inteligentes”. Se os testes de inteligência (QI) ou os sistemas nacionais de medição fossem objetivos, então, supunha-se que, dada a normalidade da curva, no extremo dos “burros” tinha que haver tantos ricos como pobres e, no extremo dos “inteligentes”, também deveria haver tantos ricos como pobres. Mas não é o que acontece. Os resultados das provas indicam-nos que no extremo dos “burros” e das baixas pontuações se encontram os pobres, e que os ricos se encontram no extremo dos “inteligentes” e com pontuações altas. É esta a única informação válida e consistente deste tipo de provas: as escolas municipais e os pobres têm más pontuações, porque se verifica, “cientificamente”, que é ali que estão os “burros”, que, por azar, são pobres. (CASASSUS, 2009, p. 76)

Na medida em que o objetivo da educação está voltado mais ao desempenho dos alunos nas provas do que ao ensino, desloca-se a questão das condições do educar e do ensinar para o ato de aprender do aluno e seus resultados. Como consequência, tais instrumentos acabam por identificar e classificar as posições cognitivas dos sujeitos, o que seria o equivalente contemporâneo dos testes de inteligência desenvolvidos no início do século por Binet-Simon. Ao legitimar cada um numa posição considerada “natural”, reforça-se a função de controle e segmentação social da educação, marca da inadequação da avaliação psicométrica como indicador efetivo de qualidade educacional.

Em sua análise de casos na América Latina, Casassus enfatiza que as políticas de responsabilização dos profissionais da educação e a ênfase na avaliação representam um “verdadeiro entrave aos sistemas de ensino” e produzem o aumento da desigualdade social e educacional. Tais questões, embora pareçam plausíveis, carecem de maiores evidências, uma vez que não identificamos nesses trabalhos dados que correlacionem o uso dos testes e o suposto aumento das desigualdades social

e educacional – o que seria de grande importância para a área. Além disso, não se pode esquecer que a oferta de ensino na região é marcada historicamente pela falta de recursos e investimentos e que a educação se caracteriza como mecanismo meritocrático de estratificação social e controle de parcelas significativas da população. Assim, se observarmos por esse prisma, a avaliação de tais políticas educacionais pode ser entendida como uma forma de revelar as desigualdades educacionais (re)produzidas pelos sistemas educacionais da região.

GESTÃO EDUCACIONAL E POLÍTICA DE RESPONSABILIZAÇÃO

O debate acerca do uso das avaliações padronizadas e dos incentivos monetários por resultados educacionais está diretamente relacionado com os processos de descentralização administrativa, financeira e pedagógica, e com a introdução de ações de responsabilização no campo educacional (SOUSA, 2009; FREITAS, 2007). Alguns trabalhos auxiliam-nos a situar esse debate de forma crítica, embora também se encontrem, entre os estudos, aqueles que apenas argumentam a favor das avaliações de “terceira geração”, como se apresenta a seguir.

Ball (2004, 2005) discute os incentivos monetários para professores a partir da reforma do Estado e da proposta de “reforma cultural do funcionário público”, que tem por objetivo produzir uma nova “economia moral” e, conseqüentemente, um novo perfil profissional dos serviços públicos. Apesar de o autor idealizar o profissional do passado como portador natural de certas virtudes públicas e, portanto, fadado ao desaparecimento com as reformas atuais, destacamos alguns pontos de sua análise para nossa reflexão. O primeiro refere-se à tendência de deslocamento da ética do serviço público e dos compromissos humanísticos para o treinamento instituído pela competição, eficiência e produtividade, em que a eficácia prevalece sobre a ética e o compromisso profissional, reduzindo o profissional à obediência a regras definidas de forma exógena, e, o segundo diz da condição que relega o profissionalismo ao resultado e à *performance*.

A performatividade, segundo Ball, alteraria a percepção que o profissional possui sobre sua própria identidade, tornando-o um ser alienado, que não se reconhece mais em seu fazer, em sua forma de sentir e pensar sua prática na escola, mas apenas nos resultados. Concomitantemente, tal condição produziria o aumento do sentimento de frustração, culpa e incerteza, culminando na “emergência de uma nova subjetividade”, cuja principal característica pode ser descrita como um tipo de “esquizofrenia de valores”, marcada pelo conflito entre o compromisso/experiência profissional e a aparência da boa *performance*.

A indução à “performatividade competitiva”, como define Ball (2005), envolve de forma articulada a descentralização, a proposição de metas e a definição de incentivos. Segundo ele, a performatividade e o gerencialismo são os principais mecanismos da reforma política e da reengenharia cultural do setor público nos países do norte, principalmente na Europa. Por gerencialismo, o autor entende a “inserção, no poder público, de uma nova forma de poder”, que cria uma nova cultura competitiva e “busca inculcar performatividade na alma do trabalhador” (BALL, 2005, p. 544-545). Já a performatividade, definida originalmente por Lyotard (1984, p. 84) como “terrores de desempenho e eficiência” ou “controle de contexto”, consiste para Ball em “uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança” (BALL, 2005, p. 543). Na lógica da produtividade e do alto desempenho, as crenças, os valores, os compromissos sociais dos atores seriam irrelevantes, na medida em que é a produção e maximização do desempenho que contam, gerando um estado permanente de tensão entre crenças e representação, entre os desempenhos mensurados e os relacionamentos considerados educacionalmente significativos por parte dos profissionais.

Em termos da cultura institucional, a performatividade implicaria a desconsideração dos valores éticos “em favor do uso de métodos padronizados de mensuração e de controle” (BALL, 2004, p. 1.112). Haveria assim uma discrepância entre a reflexão ética e o processo de cumprimento de metas e de maximização de desempenho, já que as relações educacionais “autênticas” seriam substituídas por uma “moralidade utilitária”, em que as pessoas passariam a ser valorizadas com base na sua produtividade, independentemente dos valores e das escolhas individuais que marcam o campo da ética. Como consequência, difunde-se cada vez mais, no campo educacional, a lógica pragmática em que “os fins justificam os meios”. Ou seja, para alcançar melhores resultados na aprendizagem escolar, qualquer ação se justificaria. Com isso, legitimam-se os efeitos mercantilizadores sobre as práticas educacionais.

É importante considerar que Ball não diferencia a avaliação da aprendizagem (autoavaliação) ou aquela voltada à formação do aluno da avaliação externa estandardizada, feita pelos órgãos do Estado por meio de metas e ranqueamentos das redes e unidades de ensino; e nem mesmo aponta para outras possibilidades de tais avaliações, como fornecer elementos processuais para o planejamento pedagógico das escolas. Como sabemos, a avaliação como âmagô das práticas sociais escolares, como atividade meio, e não como fim, do processo escolar, como ação implicada no ato educativo, permite ao aluno e ao professor conhecerem melhor suas dificuldades e a forma de superá-las, no limite das possibilidades reais da educação.

Embora a leitura apresentada por Ball seja plausível em muitos pontos, pode-se questionar a linearidade de causa-efeito expressada em suas interpretações. Na medida em que o autor não leva em conta a dialética entre a dimensão micropolítica da implementação e a dimensão macropolítica, acaba por desconsiderar a presença de diversas perspectivas e de diferentes atores e a existência de contextos institucionais em plena disputa de suas concepções político-pedagógicas, no âmbito escolar.⁵

Já o trabalho do pesquisador francês Malet (2010) mostra que a gestão educacional atual provoca conflitos e mobiliza resistências no âmbito da escola. Os conflitos, segundo ele, decorrem das prescrições impostas aos profissionais da escola pelo nível central de gestão educacional, e retratam as disputas entre diferentes concepções e visões sobre a educação e a avaliação. As prescrições desse modelo de gestão por meio da avaliação padronizada também produzem resistências, ocasionando a emergência de “currículos locais”, fruto do desenvolvimento de decisões que surgem enquanto reflexão crítica dos profissionais às avaliações externas, possibilitando a ressignificação de tais práticas no cotidiano da escola.

Em perspectiva contrária, mais alinhada ao pensamento econômico que domina a gestão das políticas públicas educacionais atuais, Brooke (2006, 2008, 2013) defende a utilização das avaliações como mecanismo de responsabilização forte no Brasil. Reforçando a hipótese de que na América Latina houve uma migração de políticas de responsabilização de um país para o outro – em parte pela atuação das agências internacionais, como Banco Mundial, Unesco, Cepal, OCDE etc. –, o autor analisa as políticas de responsabilização por meio dos resultados da avaliação, com base nas experiências dos estados Rio de Janeiro,⁶ São Paulo⁷ e Ceará.⁸ (BROOKE, 2006).

Ao comparar as políticas de *accountability* implantadas no Brasil com os casos americano e inglês, Brooke destaca a falta de mobilização social e de preocupação política com a baixa qualidade da escola no país, e ainda a resistência de sindicatos e de professores. Considerando a percepção política sobre a competitividade econômica internacional e a qualidade da educação como fatores que impulsionariam a adesão dos governos por políticas de responsabilização, ele defende a adesão aos mecanismos de incentivos e sanções previstos aos atores e instituições escolares. Como exemplo, cita a lei “Nenhuma criança deixada para trás” do governo Bush, promulgada em 2001, que estabeleceu novos padrões curriculares e novos testes avaliativos alinhados com novas regras para a promoção de estudantes e novas tecnologias metodológicas para a publicação dos resultados dos testes e comparação das escolas.

Brooke identifica ainda, nas experiências brasileiras, a não disseminação de informações comparadas sobre o desempenho das escolas – prática bastante comum na cultura norte-americana –, como um dos

5 Em outro trabalho (PASSONE, 2013), discuto as atuais contribuições dos estudos de implementação de políticas educacionais, em que se enfatiza a importância de se conhecer a relação entre atores, contextos e políticas.

6 Em 2000, o governo carioca lançou o programa Nova Escola (Decreto n. 25.959), que previa a bonificação das escolas por desempenho, e o Sistema Permanente de Avaliação das Escolas da Rede Pública Estadual de Educação. Devido a fatores dinâmicos da política pública local, entre outros que fogem ao escopo deste trabalho, a experiência se revelou um rotundo fracasso.

7 Em 2001, o governo paulista criou o Bônus Mérito, reestruturado posteriormente pela Lei Complementar nº 1.078 de 2008, que instituiu o Programa de Valorização por Mérito, e das Resoluções nº 21/09, 22/09, 23/09 e 26/09, que estipularam o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – Idesp – e vincularam a relação entre o pagamento do bônus, os resultados da avaliação em larga escala e as metas estabelecidas para cada escola.

8 Em 2001, o governo cearense instituiu o prêmio Escola do Novo Milênio, desenhado para bonificar as escolas com melhor desempenho no Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Estado.

fatores que dificultariam a implementação de medidas de responsabilização com consequências fortes. Paralelamente, desqualifica o papel político dos sindicatos atuantes, que resistem à ideia de ser responsabilizados por resultados enquanto as políticas públicas não assegurarem as condições básicas para um trabalho de qualidade. O autor afirma que “as consequências das políticas de incentivos dependem do seu desenho”, e que existe no país “um alto grau de experimentação” por parte dos governos estaduais, com “diversos instrumentos de gestão calcados nos resultados de aprendizagem dos alunos” (BROOKE, 2013, p. 36). De modo contraditório, após constatar a diversidade do uso da avaliação externa como instrumento da gestão educacional, ele alerta para os riscos de as políticas de responsabilização forte aumentarem as desigualdades sociais dos sistemas, na medida em que as tecnologias utilizadas no país desconsideram o valor agregado da escola e a origem socioeconômica dos alunos. Ao longo de sua extensa análise sobre os aspectos teóricos das metodologias aplicadas no Brasil, propõe “tornar o sistema de bonificação mais equitativo”, a fim de combater as possíveis injustiças do sistema de privilegiar e premiar as escolas com “clientela de nível socioeconômico mais alto” (BROOKE, 2013, p. 41).

O que parece não ser levado em conta por Brooke é que a lógica dominante da eficiência, eficácia e qualidade, na medida em que a escola se ocupa cada vez mais com o rendimento e os resultados, produz disfunções e marca o aluno, gerando com maior frequência estigmas que condenam muitos a uma espécie de exclusão interna. Como destacou criticamente Brighouse (2008), conselheiro sênior da educação britânica, os sistemas escolares avaliados de modo unilateral pelos indicadores de qualidade produzem um clima educacional em que os alunos aprendem a fracassar (*learn to fail*), já que os resultados do aprendizado escolar são processuais e estão sempre aquém das metas idealizadas – lembrando-nos que a qualidade é multidimensional e irredutível a uma única medida.

Cabe ainda indagar se um sistema educacional que se move à base de juízos de valor relacionados às altas pontuações não produz situações contraeducativas, nas quais a relação entre professor e aluno se orienta mais pelos resultados esperados do que pelos resultados efetivamente obtidos. Nesse caso, um “mau” aluno poderia ser visto como uma ameaça na medida em que comprometeria o desempenho do professor e/ou da escola? Tais pressupostos de gestão por metas e avaliação dos resultados não seriam, no mínimo, contraditórios em relação aos discursos de inclusão educacional previstos, por exemplo, na Meta 4 do PNE, que tem como fundamento o respeito às diferenças individuais, aos diferentes tempos e ritmos dos alunos e às diferentes formas de apreensão e elaboração dos conhecimentos?

Na mesma perspectiva de Brooke, Pontual (2008) destaca os aspectos positivos e negativos da “remuneração variável” com base na

literatura internacional norte-americana. A autora parte da constatação de que não há consenso quanto à efetividade da gestão por meio da avaliação e da remuneração por resultados na qualidade da educação e, embora a considere “uma política promissora”, aponta uma série de aspectos negativos encontrados em avaliações já realizadas em outros contextos sobre o impacto da utilização dos incentivos monetários (VEGAS; UMANSKY, 2005; UMANSKY, 2005), tais como,

[...] redução da colaboração entre professores; desvalorização da motivação intrínseca do professor; exclusão dos piores alunos das avaliações; foco somente nos alunos que os professores creem ter potencial de melhora em detrimento dos outros; manipulação dos dados e resultados usados para atribuir a gratificação; desvio do foco pedagógico da escola majoritariamente para as matérias testadas nas avaliações em detrimento das demais; excesso de foco no teste e estratégias de sucesso para fazê-lo em detrimento da aquisição de outras competências e habilidades. (PONTUAL, 2008, p. 35)

No caso do estudo de Pontual, é relevante mencionar que se trata de um relatório de consultoria à Fundação Lemann,⁹ o que pode tornar bastante tendenciosas suas opiniões e conclusões. Acrescente-se a isso que a autora desconhece ou não menciona importantes trabalhos internacionais em que se apresentam fortes evidências negativas sobre os sistemas de incentivos e bônus. Entre esses trabalhos, muitos foram realizados por especialistas entusiasmados com as políticas de incentivo e responsabilização forte, como Fryer e Springer. O primeiro estudou o impacto dos incentivos monetários no cumprimento de metas de desempenho nas escolas de Nova York e constatou que eles não alteram o desempenho da escola (FRYER, 2000). Springer, por sua vez, analisou um distrito escolar suburbano no Texas, e também constatou que não houve efeitos positivos sobre os resultados dos alunos ou sobre as atitudes e práticas dos professores a partir dos programas de incentivos para professores (SPRINGER et al., 2012).

Como contraponto a tal “política promissora”, identificamos o trabalho da historiadora americana Diane Ravitch (2010), que participou ativamente da reforma educacional americana, nos governos Bill Clinton e George W. Bush. Defensora ideológica e implementadora dos testes padronizados e de políticas de responsabilização entre 1990 e meados de 2000, ela passou a questionar sua posição e a rever suas concepções político-pedagógicas acerca da escola pública. Após dez anos da reforma educacional nos Estados Unidos, Ravitch constatou que o modelo de gestão das políticas educacionais naquele país acabou por “desmontar e fragilizar ainda mais o sistema público de ensino”. Segundo a

9

A Fundação Lemann representa um braço dos grupos empresariais, nacionais e internacionais, que têm interesse em tratar a educação na lógica de mercado, como acontece atualmente nos EUA, em que as corporações privadas buscam administrar os sistemas públicos de ensino. A estratégia não é nova, mas demanda tempo: primeiro desqualifica o setor público e seus profissionais, depois introduz em doses moleculares soluções comprovadas “cientificamente” como eficazes. Com forte alinhamento aos ideólogos do mercado educacional norte-americano, a Fundação também conta com recursos de Washington para o financiamento de estudos e de pesquisas sobre a educação no Brasil, como é o caso do Boletim da Educação do Brasil, realizado em parceria do Programa de Reforma Educacional na América Latina - Preal.

estudiosa, o sistema em vigor nos Estados Unidos está formando alunos treinados para fazer testes, mas que não sabem pensar; ao mesmo tempo crescem as críticas contra os professores e as escolas públicas.

Eu também estava preocupada que a responsabilização, agora um senso comum que todos aplaudiam, havia se tornado mecanicista e até mesmo contrária à boa educação. A testagem, eu percebi com desgosto, havia se tornado uma preocupação central, havia se tornado uma preocupação central nas escolas e não apenas uma mensuração, mas um fim em si mesma. Eu comecei a acreditar que a responsabilização, conforme estava escrito na lei federal, não estava elevando os padrões, mas imbecilizando as escolas conforme os Estados e distritos lutavam para atingir metas irrealistas. (RAVITCH, 2010, p. 27-28)

De acordo com pesquisadora, em vários estados norte-americanos houve a adoção da política de responsabilização por meio de sistemas de incentivos e sanções – estas últimas podendo chegar, inclusive ao fechamento de escolas no caso de se manterem sistematicamente abaixo do desempenho mínimo. As reformas também incidiram diretamente sobre a administração das escolas, por meio do pagamento por desempenho e responsabilização forte, em que professores e escolas eram julgados por sua *performance*, obedecendo a “um princípio básico no mundo empresarial” (RAVITCH, 2010, p. 23).

A autora alerta, por outro lado, contra as ilusões de certos discursos que prometem “curas milagrosas” e “panaceias educacionais”:

Reformadores escolares lembram os personagens do livro *Solla Sollew*, do Dr. Seuss, que estão sempre em busca da terra mítica “onde eles nunca terão problemas, ou pelo menos muito poucos”. Ou como Dumbo, eles estão convencidos de que eles poderiam voar se apenas tivessem uma pena mágica. Em meus escritos, eu alertei consistentemente que, na educação, não há atalhos, não há utopias, e não há balas de prata. Por certo, não há penas mágicas que fazem elefantes voarem. (RAVITCH, 2010, p. 17)

Também no Brasil, pode-se dizer que há um consenso entre os críticos das reformas e das políticas de responsabilização de que a ênfase na avaliação e nas provas distorce as finalidades da educação, na medida em que leva as escolas a limitar seus currículos a fim de adaptá-los às exigências do sistema de monitoramento e avaliação (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007; FREITAS, 2007; SOUSA, 2009; SOUZA; OLIVEIRA, 2007). As avaliações acabam por servir tão somente para informar os gestores educacionais e ratificar os dados sobre “o baixo rendimento

do aluno, considerando-se as expectativas definidas para o desempenho esperado no decorrer da trajetória escolar” (SOUZA; OLIVEIRA, 2007).

INCENTIVOS MONETÁRIOS E PAGAMENTOS POR DESEMPENHO

A abordagem dos eixos anteriores ajudou-nos a situar a polêmica sobre a avaliação atrelada aos incentivos, revelando ser impossível tratá-la de modo apartado da reforma educacional e da tendência gerencialista que vem marcando o ensino público. Neste item, apresentam-se os trabalhos que examinam diretamente a questão da avaliação de desempenho por resultados e/ou incentivos monetários para professores. A maioria dos trabalhos pesquisados tem como foco o “bônus mérito” implantado no Estado de São Paulo, analisado sob diversos aspectos, tais como o planejamento pedagógico e o currículo (BONAMINO; SOUSA, 2012), a gestão e a organização escolar (OLIVEIRA; NOVAIS, 2012), a carreira docente e sua relação com o desempenho profissional (BARBOSA; FERNANDES, 2013; CASSETTARI, 2008, 2012; SOUSA, 2008), entre outros.

No que se refere ao impacto das avaliações sobre o currículo e o trabalho da escola, como anteriormente discutido, Bonamino e Sousa (2012) observam que os resultados das provas estandardizadas tendem a reorientar o trabalho escolar, determinando “o que, como e para que ensinar”, isto é, que as avaliações em larga escala sobredeterminam os trabalhos das equipes escolares, incidindo tanto sobre o conteúdo curricular a ser ensinado quanto a forma como devem ser trabalhados na escola, para que os alunos alcancem os melhores resultados.

Como exemplo, destacam o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – Saresp –, implantado em 1996, que adquiriu características da avaliação de terceira geração ao longo do tempo, ou seja, assentada no modelo de responsabilização forte. Inicialmente, o desenho do Saresp visava dois objetivos, segundo os documentos oficiais, a saber: servir de subsídio à elaboração de políticas, por parte da gestão central e orientar a elaboração da proposta pedagógica e o planejamento das escolas. A partir de 2000, com a implementação do “bônus mérito”, a noção de responsabilização foi incorporada como mecanismo de “motivação” dos professores e demais profissional da educação. Já em 2007, o governo aprofundaria a avaliação em larga escala, com a proposta do plano 10 Metas Para uma Escola Melhor.

Assim, a centralidade da avaliação por meio de testes padronizados como instrumento de gerenciamento e orientação da política educacional teve continuidade com a instituição de um novo programa “bônus mérito”, por meio da Lei Complementar n. 1.078, de 2008, que instituiu o Programa de Valorização por Mérito, e das Resoluções n. 21/09, 22/09, 23/09 e 26/09, que estipularam o Índice de Desenvolvimento da Educação

do Estado de São Paulo – Idesp – e vincularam o pagamento do bônus aos resultados da avaliação em larga escala e às metas estabelecidas para cada escola. Paralelamente, o governo implantou o currículo unificado que, segundo Bonamino e Souza (2012, p. 382), “se apresenta norteador da organização do ensino, pautando os parâmetros da avaliação”. Apoiadas em pesquisas de Freire (2008) e Arcas (2009), que buscaram identificar os possíveis efeitos do Saresp no contexto escolar e na avaliação escolar, as autoras observam:

A centralidade que o Saresp está adquirindo na organização do trabalho escolar, ao nortear práticas avaliativas, permite afirmar que a avaliação em larga escala vem sendo crescentemente apropriada pelas escolas. Nesse sentido, ao orientar os procedimentos avaliativos, o Saresp vem induzindo a uma ênfase na aplicação de provas e exames simulados como meios de preparar os alunos para se saírem bem na avaliação estadual. (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 386)

Tal constatação reitera os achados de outros estudos nessa área, em que se aponta a incidência do *learn to test* – aprender para o teste – como resultado indesejável da utilização das avaliações associadas aos incentivos monetários para as escolas e professores de acordo com o desempenho dos resultados dos mesmos.

A pesquisa de Oliveira e Novais (2012) também explora os impactos dos incentivos por desempenhos educacionais sobre o trabalho nas escolas paulistas. A partir da análise documental e da realização de entrevistas semiestruturadas com gestores escolares, supervisores e professores em exercício na rede estadual paulista, os autores criticam a política de responsabilização educacional que, segundo eles, tem alterado tanto a gestão da escola quanto a prática escolar, na medida em que a escola passou a se organizar para responder às demandas de avaliação e das metas estipuladas pelo nível central. A rejeição dos entrevistados ao bônus monetário aparece associada à mercantilização das relações e atividades escolares, que conduziria à competição entre as escolas e ao aumento da pressão sobre os profissionais por parte dos supervisores e diretorias de ensino. Eles criticam ainda o uso dos resultados baseados no desempenho médio dos alunos sem que se considerem as diferenças socioeconômicas entre as escolas e o impacto das diferenças socioeconômicas dos alunos no processo de aprendizagem. No caso dos profissionais que apoiam o “bônus mérito”, Oliveira e Novais observam que a assimilação do discurso oficial está relacionada ao uso dos resultados como mecanismo de melhoria da qualidade da educação, sem especificar e aprofundar como isso vem ocorrendo.

Embora os autores considerem que as posições assumidas pelos profissionais possam estar associadas à posição hierárquica e ao cargo

que os entrevistados ocupam, essa consideração é bastante vaga, já que o estudo não aprofunda tal dimensão nem apresenta evidências que correlacionem a representação desses profissionais e seu nível hierárquico. Em outra perspectiva, pode-se inferir que a consciência política e a participação em grupos organizados, como os movimentos sindicais, podem explicar melhor a resistência e rejeição por parte dos profissionais.

Barbosa e Fernandes (2013), por sua vez, entendem que o pagamento por desempenho no Estado de São Paulo não tem contribuído para a melhoria das condições de trabalho e das carreiras docentes, não alterando, portanto, a qualidade do ensino ofertado pelas escolas estaduais. Segundo as autoras, a política de responsabilização docente e de incentivos por melhores desempenhos implica um aumento da pressão sobre os profissionais por resultados e pelo cumprimento das metas esperadas.

É importante ressaltar que a responsabilização na educação básica brasileira vem ocorrendo em detrimento da melhoria de elementos estruturais relacionados ao processo educacional, tornando-se apenas um procedimento de racionalização dos recursos existentes, sem aportar investimentos substanciais às escolas. Tal quadro se agrava quando consideradas as reais condições das escolas e a fragilidade da formação docente, que vem sofrendo em termos de qualidade com a expansão meramente quantitativa do ensino superior, o baixo reconhecimento social da profissão e a precarização do trabalho. Essa precarização se expressa nos planos de carreira do magistério, que dão pouca importância à qualificação dos profissionais e ao estabelecimento de um piso salarial condizente com a carreira.

Barbosa e Fernandes esclarecem que o pagamento de bônus como ação individualizada de incentivo não implica a incorporação salarial do rendimento e não altera as condições relativas à carreira docente, mas se alinha aos mecanismos de reforma e à nova forma de gestão pública do Estado, objetivando “evitar desperdícios – nesse caso, por meio de aumentos salariais indiscriminados – racionar a folha de pagamento, via remuneração por desempenho, e monitorar a qualidade da educação por meio da elevação de indicadores” (BARBOSA; FERNANDES, 2013, p. 51).

Nessa lógica, o bônus surge como índice de produtividade que, ao lado do gerencialismo, caracteriza as reformas educacionais em que o papel avaliador do Estado prevalece sobre a eficácia e os resultados das políticas públicas. Como efeito da racionalização da gestão por resultados e metas, pode-se questionar a promessa de melhoria da organização escolar, das práticas de trabalho docente e da qualidade da educação. O que se constata é que as práticas escolares e as relações interpessoais passam a reproduzir os valores de mercado, podendo inclusive minar os espaços coletivos destinados às decisões e a democratização da escola pública, já que o bônus mobiliza uma relação competitiva nos espaços

educativos. Nesse contexto, as relações formativas configurarem-se como relações de troca e de interesses, em que o professor “vale o quanto ensina”, como bem destacou Camargo (2008).

Outro trabalho, de Cassettari (2012), destaca os principais modelos de remuneração por desempenho para professores no Brasil, a saber: o pagamento por mérito individual; a bonificação com base no desempenho da escola; e o pagamento baseado nos conhecimentos e habilidades dos professores. Embora a pesquisadora vise “contribuir para o debate” sobre a remuneração por desempenho dos professores da educação básica e descreva com propriedade as características de tais modelos, seu estudo carece de análise crítica e articulada ao contexto macropolítico da reforma administrativa do Estado e da educação.

Em um estudo anterior (CASSETTARI, 2008), com base na revisão da literatura internacional, a autora apresenta argumentos pró e contra a remuneração por resultados. Ela cita, entre os que advogam a favor, os teóricos que buscam transplantar as experiências da administração de empresas para o setor educacional. Estes argumentam que a remuneração com base nos resultados impacta a qualidade da educação na medida em que motiva os professores a trabalhar mais e melhora possibilita: reter os melhores profissionais; promover *performances* desejáveis; incentivar o desenvolvimento profissional e pessoal; consolidar um cultural gerencial baseada na inovação, na competência e na participação; redefinir a estrutura e hierarquia da organização; e, por fim, associar os custos com salários à produtividade da “empresa”.

Entre os que são contrários à remuneração por resultados, Cassettari destaca as consequências negativas apontadas por eles, tais como: o dispêndio de tempo e dinheiro das instituições sem, necessariamente, alcançar os resultados desejados; diminuição da colaboração entre os trabalhadores; aumento da insatisfação com o trabalho; dificuldade de avaliar o desempenho dos profissionais; risco de comprometer a qualidade em nome da produtividade.

Segundo a autora, as propostas de incentivos e pagamento por desempenho ganharam centralidade no campo educacional no momento em que “a melhoria da qualidade docente vem sendo apontada como o principal fator que levaria a melhoria da qualidade da educação como um todo” (CASSETTARI, 2012, p. 3). Ela menciona Morduchowicz (2003) e Odden e Kelley (1996), dentre outros, que falam da dificuldade de avaliar o desempenho dos professores a ponto de justificar uma remuneração variável na medida em que o trabalho docente tem objetivos múltiplos cujos resultados são de difícil mensuração.

Sem maiores críticas aos autores elencados, Cassettari conclui que não há consenso sobre os possíveis impactos desses programas, postulando a necessidade de ampliar os estudos a respeito. Ela não questiona a suposta neutralidade de alguns estudos no campo educacional,

nem a transposição do sistema de incentivos como propõem os teóricos da administração para o campo da educação. E, mesmo se esses estudos evidenciassem efeitos positivos no desempenho dos resultados, o que não tem sido o caso, há razões para acreditar que tal modelo de gestão somente traria benefícios?

Como podemos constatar até aqui, temos um cenário em que a questão da eficiência e eficácia das políticas de responsabilização e utilização de incentivos monetários parece se inscrever no âmbito da lógica do indecível, isto é, daquilo que é impossível de ser classificado como verdadeiro ou falso. Portanto, cabe-nos perguntar: como podemos compreender esse estado, paradoxal e contraditório, que se expressa, de um lado, nas ações de governos que investem tempo e recursos, tão escassos e importantes para a educação, em sistemas de avaliação por resultados; e, de outro, nos baixos impactos efetivos na melhoria da qualidade da educação e do ensino e nos altos riscos que tais modelos de gestão da educação representam para a própria prática escolar e para o ato educativo em si – como revelam estudos e pesquisas (PASSONE, 2014; 2014a). Dito de outro modo, como é que um “mal negócio”, tanto para a nação quanto para a própria criança, vem ganhando hegemonia no interior da burocracia educacional do Estado?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na bibliografia analisada, pode-se dizer que estamos longe de um consenso entre os especialistas e pesquisadores sobre a efetividade e a eficácia dos programas de incentivos monetários para professores na melhoria dos desempenhos e/ou resultados educacionais. E, talvez, a questão principal dessa polêmica não incida mesmo sobre a efetividade e eficácia dos mesmos, já que são inúmeros os fatores em causa no desempenho escolar e questionável o seu controle, seja do ponto de vista pedagógico e/ou político.

Dentre os materiais identificados e analisados, verificou-se que os discursos dos estudiosos oscilam entre dois extremos: de um lado, estão os críticos que buscam investigar os reflexos da reforma política na organização da educação e do ensino; de outro, os que defendem sua implementação e aprimoramento, como meio de responsabilização dos profissionais e suposta melhoria da qualidade educacional. Entre essas duas posições, há aqueles que demandam mais evidências científicas sobre a efetividade de tais propostas sobre o aprendizado dos alunos.

Na medida em que a maioria dos estudos parte da premissa de que o desempenho do professor é o fator mais importante para os resultados, devemos nos indagar até que ponto tais discursos que enfatizam a centralidade do professor no processo de ensino não obscurece a realidade das condições estruturais das políticas educacionais, isto é,

a falta de recursos e investimentos adequados sob os quais a educação nos sistemas públicos de ensino poderia de fato acontecer de modo mais efetivo e equitativo?

Resta-nos, ainda, questionar: a quem a avaliação está servindo? A quem, então, realmente interessa a avaliação por testes padronizados? O problema permanece, evidentemente: o de saber por que dessa recusa política em se responsabilizar pela efetiva formação ética e cultural dos mais novos.

REFERÊNCIAS

ARCAS, P. H. *Implicações da progressão continuada e do SARESP na avaliação escolar: tensões, dilemas e tendências*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

AFONSO, A. J. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 75, p. 15-32, ago. 2001.

BALL, S. J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem Estar. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BARBOSA, A.; FERNANDES, M. J. S. O pagamento por desempenho no contexto das reformas educacionais paulistas. *Comunicações*, Piracicaba, ano 20, n.2, p. 45-59, 2013.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 23 dez. 1996. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 14 fev. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 03, de 08 de outubro de 1997. Fixa as diretrizes para os novos Planos de Carreira e Remuneração do Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

BRIGHOUSE, T. Education without failure? *Royal Society of Arts Journal*, p.36-39, 2008.

BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006.

_____. Responsabilização Educacional no Brasil. *Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa*, Madrid, v. 1, n. 1, p. 93-109, 2008.

_____. Sobre a equidade e outros impactos dos incentivos monetários para professores. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 34-62, abr./ago. 2013.

CAMARGO, P. Vale quanto ensina: rechaçada por professores e aplaudida por economistas a remuneração baseada no desempenho é uma das principais polêmicas no cenário da educação brasileira atual. *Pálio*, v. 12, n. 47, ago./out. 2008.

CARNOY, M.; LOEB, S. Does external accountability affect student outcomes? A cross-state analysis. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, v. 24, n. 4, p. 305-331, 2002.

_____. A responsabilidade externa tem efeito nos indicadores educacionais dos alunos? Uma análise entre os estados dos EUA. Santiago do Chile: Preal, 2004.

CASASSUS, J. El precio de la evaluación: la pérdida de calidad y la segmentación social. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 71-79, jan./abr. 2007.

_____. Uma nota crítica sobre a avaliação estandarizada: a perda de qualidade e a segmentação social. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, n. 09, p. 71-78, maio/ago. 2009.

CASSETTARI, N. Principais modelos de remuneração por desempenho para professores no Brasil. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3., 2012, Zaragoza. *Anais...* Zaragoza: ANPAE; FEAE; FPAE, 2012.

_____. Pagamento por performance na educação básica. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu/MG. Constituição Brasileira, direitos humanos e educação. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2008.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007. Edição Especial.

FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 989-1014, out. 2007.

FREIRE, L. R. S. C. SARESP 2005: as vicissitudes da avaliação em uma escola da rede estadual. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FREITAS, D. N. T. Avaliação da educação básica e ação normativa federal. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 663-689, set./dez. 2004.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, out. 2007. Edição Especial.

FRYER, G. R. Teacher incentives and student achievement: evidence from New York city public schools. *Journal of Labor Economics*, v. 31, n. 2, p. 373-427, 2013.

LEHER, R. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHAES, Joao Paulo de Almeida (Org.) et al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 369-412.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2006.

LYOTARD, J.F. *The Postmodern condition: a report on knowledge*. Manchester: Manchester University Press, 1984.

GLASER, R. Instructional technology and the measurement of learning outcomes: some questions. *American Psychologist*, v. 18, p. 519-521, 1963.

ODDEN, A.; KELLEY, C. *Paying teacher for what they know and do: new and smarter compensation strategies to improve schools*. Thousand Oaks: Corwin, 1996.

OLIVEIRA, R. V.; NOVAES, L. C. Os efeitos dos resultados da avaliação externa e dos índices de desempenho escolar sobre a gestão da escola e do trabalho pedagógico na rede estadual paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 16., 2012. Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp, 2012.

PASSONE, E.F.K. Educação não é campeonato de futebol. *INFEIES-RM Revista Multimedia sobre la Infancia y sus Instituciones*, v. 3, p. 54-71, 2014a. Disponível em: <http://www.infeies.com.ar/bajar/l.Passone.pdf>.

_____. Fracasso na implementação de políticas educacionais: uma abordagem pelo discurso psicanalítico. *Educação e Sociedade*, v. 35, n. 126, p. 275-29, 2014b.

_____. Contribuições atuais sobre o estudo de implementação de políticas educacionais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 149, ago. 2013.

POSCHMANN, M. Planejamento e avaliação. *Curso de especialização em gestão educacional*. Campinas: Unicamp, 2005. CD-ROM.

PONTUAL, C. T. *Remuneração por mérito: desafio da educação*. São Paulo: Fundação Lemann, 2008.

MALET, R. École, médiations et réformes curriculaires. *Perspectives internationales*, Bruxelles-Montréal, Éditions de Boeck-Universités, 2010.

MARTINS, A. M.; SOUSA, S. Z. A produção científica sobre avaliação educacional e gestão de sistemas e de escolas: o campo da questão entre 2000 e 2008. *Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, p. 9-26, jan./mar. 2012.

MORDUCHOWICZ, A. Carreira, incentivos e estruturas salariais docentes. In: *Programa de Reforma educativa da América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: PREAL Brasil, 2003.

NEAVE, G. On the cultivation of quality, efficiency and enterprise: An overview of recent trends in higher education in Western Europe, 1986-1988. *European Journal of Education*, Oxford, v. 23, n. 1, p. 7-23, 1988.

RAVITCH, D. *Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SAVIANI, D. *PDE – Análise Crítica da Política do MEC*. Campinas: Autores Associados, 2009.

SOUSA, S. M. Z. L. Avaliação e carreira do magistério: premiar o mérito? *Retratos da escola*, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 81-93, jan./dez. 2008.

_____. Avaliação e gestão da educação básica no Brasil: da competição aos incentivos. In: DOURADO, L. R. *Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios?* São Paulo: Xamã, 2009.

SOUZA, S. M. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. de. *Sistemas de avaliação educacional no Brasil: características, tendências e uso dos resultados*. São Paulo: Fapesp, jul. 2007. Relatório de pesquisa.

SPRINGER, M. et al. Team pay for performance: experimental evidence from the round Rock Pilot Project on Team Incentives. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, v. 34, n. 4, p. 367-390, Dec. 2012.

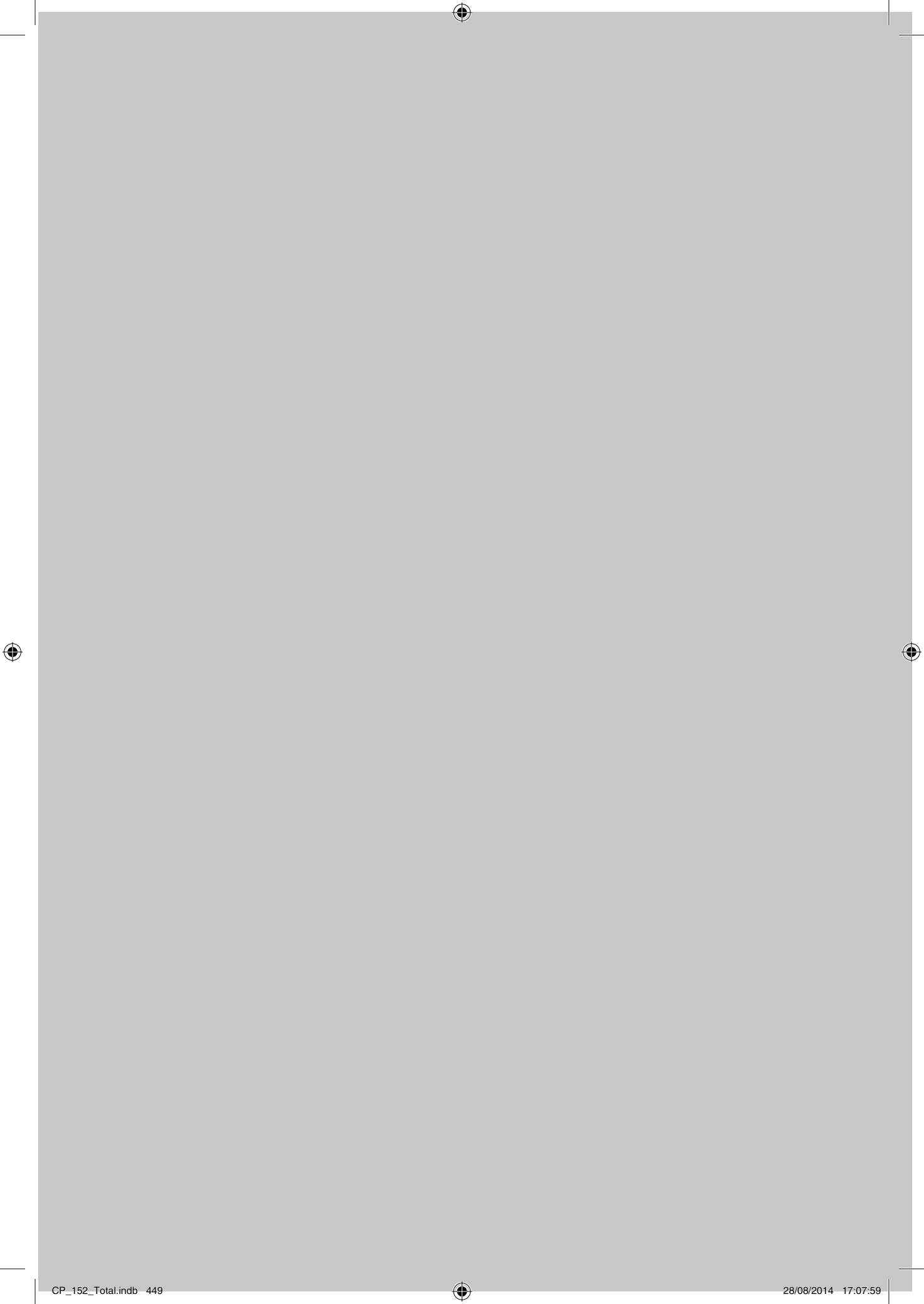
VEGAS, E.; UMANSKY, I. Improving teaching and learning through effective incentives: lessons from education reforms in Latin American. In: VEGAS, Emiliana (Ed.). *Incentives to Improve Teaching: Lessons from Latin America*, Washington, DC: The World Bank, 2005. p. 1-19. (Direction in Development).

UMANSKY, I. A literature review of teacher quality and incentives: theory and evidence. In: VEGAS, Emiliana (Ed.). *Incentives to improve teaching: lessons from Latin America*, Washington, DC: The World Bank, 2005. p. 21-61. (Direction in Development).

ERIC FERDINANDO KANAI PASSONE

Mestre e Doutor em Educação; Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FE/USP / Laboratório de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais sobre a Infância – IP/FE/USP
erickpassone@gmail.com

Recebido em: ABRIL 2014 | Aprovado para publicação em: JUNHO 2014



OUTROS TEMAS

<http://dx.doi.org/10.1590/198053142885>

ENSINO SUPERIOR DE CURTA DURAÇÃO: A EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA DOS COMMUNITY COLLEGES

REGINALDO C. MORAES

RESUMO

O artigo descreve inicialmente o lugar do community college no sistema de ensino superior norte-americano. Narra sua origem, crescimento, as fontes de renda, articulação com as demais instituições de ensino superior. Em seguida, registra alguns dos problemas do sistema – ao lado da ampliação do acesso, as análises têm apontado a fragilidade do sucesso, isto é, da performance dos estudantes, bem como da equidade, isto é, da forte estratificação e hierarquização do sistema educativo americano. Assim, argumenta-se que os dilemas e problemas não são estritamente localizados no sistema escolar, mas em uma formação social em que a desigualdade é particularmente aguda.

Este artigo resulta de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp - sobre o papel dos *community colleges* no sistema de educação superior americano e o papel dessa educação no processo de desenvolvimento daquele país. A pesquisa teve como subproduto um livro já publicado (MORAES; SILVA, 2014).

COMMUNITY COLLEGE • ENSINO SUPERIOR • SISTEMA EDUCACIONAL • ESTADOS UNIDOS

SHORT-TERM HIGHER EDUCATION: THE UNITED STATES' COMMUNITY COLLEGES' EXPERIENCE

ABSTRACT

Initially, the article tries to describe the role of Community Colleges in the American system of higher education. It describes its origin, growth, income sources, and relationship with other higher education institutions. After that, it shows some of the problems of the system – alongside the increase in access, the analyses have pointed to the fragility of the success, i.e., students' performance, as well as equity showing the strong stratification and hierarchy of the American educational system. Therefore, it is argued that the dilemmas and problems are not strictly related to the school system, but to a social formation in which inequality is particularly high.

COMMUNITY COLLEGE • HIGHER EDUCATION • EDUCATIONAL SYSTEM •
UNITED STATES

EDUCACIÓN SUPERIOR DE CORTA DURACIÓN: LA EXPERIENCIA NORTEAMERICANA DE LOS COMMUNITY COLLEGES

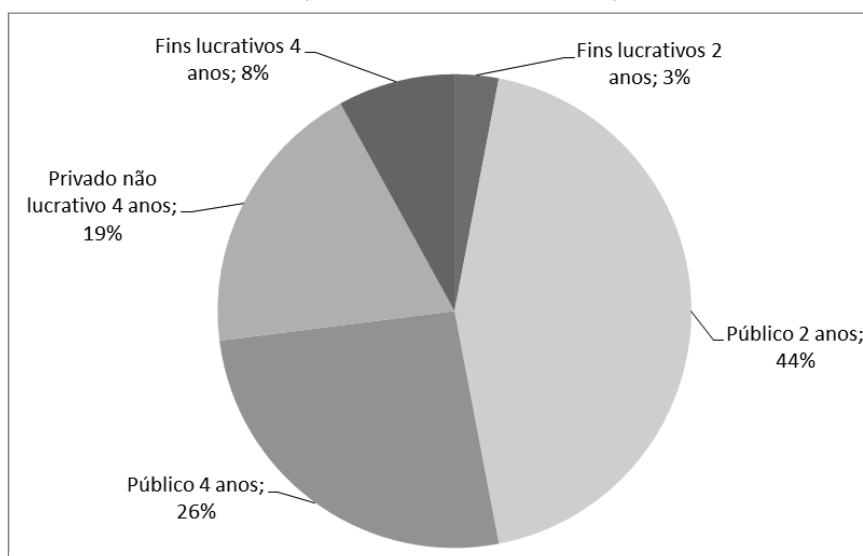
RESUMEN

El artículo describe inicialmente el lugar del community college en el sistema de educación superior norteamericano. Narra su origen, crecimiento, las fuentes de ingreso, así como su articulación con las demás instituciones de educación superior. En seguida, registra algunos de los problemas del sistema – al lado de la ampliación del acceso, los análisis han señalado la fragilidad del éxito, es decir, del desempeño de los estudiantes, así como de la equidad, o sea, la fuerte estratificación y jerarquización del sistema educativo norteamericano. De este modo, se argumenta que los dilemas y problemas no se localizan estrictamente en el sistema escolar, sino en una formación social en que la desigualdad es particularmente aguda.

COMMUNITY COLLEGE • EDUCACIÓN SUPERIOR • SISTEMA DE
EDUCACIÓN • ESTADOS UNIDOS

OS COMMUNITY COLLEGES - CCS -, faculdades norte-americanas de curta duração, são pouco conhecidos no Brasil, embora constituam parte decisiva do enorme e influente sistema de educação superior norte-americano. Os CCs são responsáveis por mais de 40% dos ingressantes, todo ano – e são especialmente importantes para segmentos tradicionalmente excluídos, como negros, latinos, mulheres e trabalhadores pobres. O Gráfico 1, abaixo, faz um resumo dessa distribuição.

GRÁFICO 1
ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO, POR TIPO DE INSTITUIÇÃO, 2009

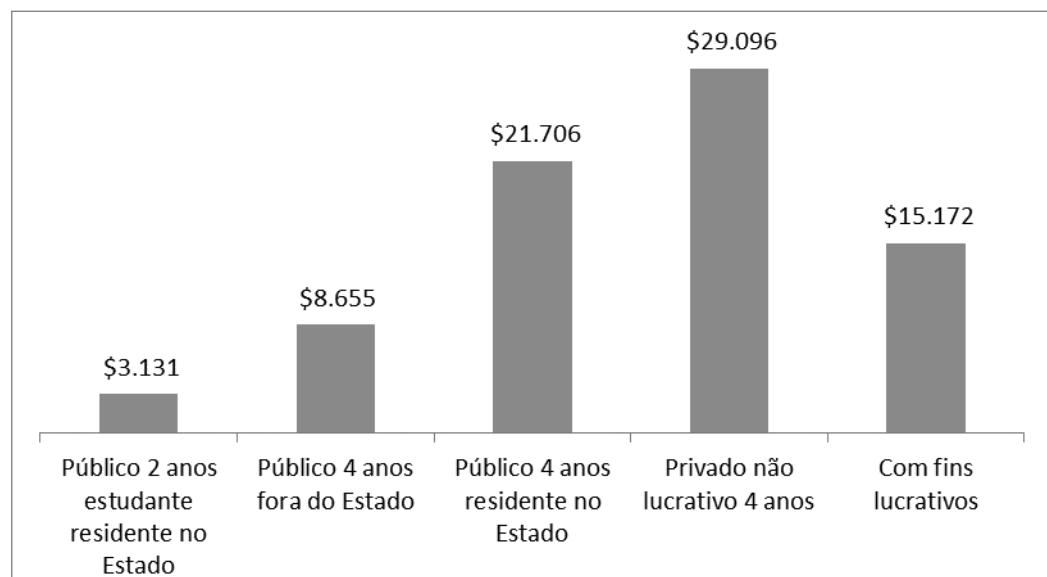


Fonte: Baum, Little e Payea (2011).

Hoje, além das minorias étnicas e dos “brancos pobres”, mesmo a classe média ou “remediada” percebeu que o CC pode ser um caminho para reduzir o custo de uma graduação. É bom lembrar que todo ensino superior nos Estados Unidos é pago, mesmo aquele oferecido por instituições públicas.

A estratégia de reduzir os custos através de CCs é um tanto óbvia e simples. Os estudantes começam pelo *community college*, bem mais barato (cf. Gráfico 2). Nele, cursam os dois primeiros anos fundamentais do ciclo de graduação e recebem um diploma, o *Associate Degree*. Depois completam seu curso em uma escola de quatro anos (um *4-year college* ou uma universidade estadual, por exemplo), obtendo um bacharelado. Vários estados dispõem de planos diretores e de sistemas de articulação entre a rede de CCs e as universidades estaduais, que viabilizam as transferências e complementações de estudos – a política do *transfer*.

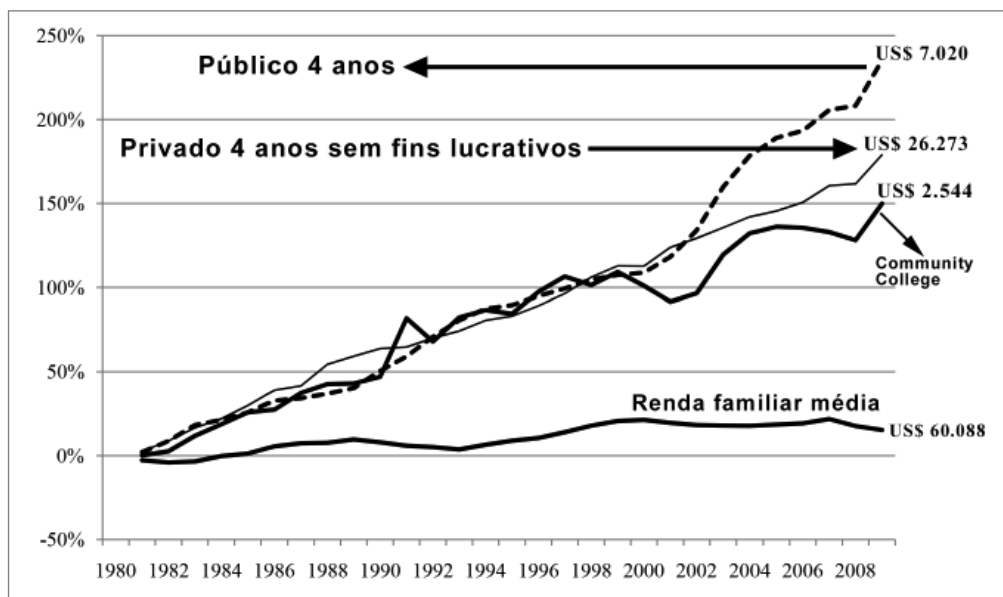
GRÁFICO 2
ANUIDADE MÉDIA (CHEIA) PARA GRADUAÇÃO EM DIFERENTES TIPOS DE ESCOLA SUPERIOR, 2012 (EM DÓLARES)



Fonte: Elaboração própria com dados de College Board, Trends in College Pricing (2012).

Essa tem sido uma estratégia cada vez mais usual para enfrentar a tremenda subida dos preços das faculdades, em contraste com a estagnação das rendas familiares. Veja-se o Gráfico 3, que compara a evolução das anuidades e da renda familiar média.

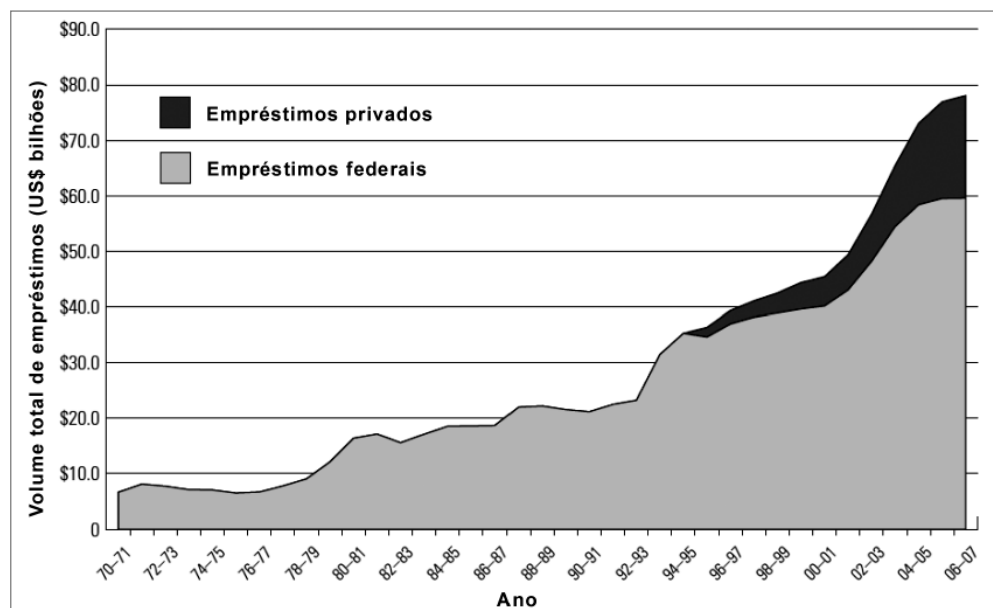
GRÁFICO 3
ENCARECIMENTO DAS ANUIDADES DE 1980 A 2008



Fonte: Geiger e Heller (2011, p. 3).

Essa situação tem estrangulado o orçamento das famílias. Há grandes programas públicos (federais, principalmente) de bolsas, integrais e parciais. Há, também, grandes programas federais de empréstimos estudantis. Mas, ainda assim, o cálculo do valor a ser pago pela família é decisivo – não por acaso, um dos sinais de alarme da sociedade americana, no momento, é o enorme volume da dívida estudantil. Alguns analistas estimam que se trata da segunda maior dívida de pessoas físicas nos Estados Unidos. A primeira é a tristemente famosa dívida com hipotecas imobiliárias. A terceira é a dos cartões de crédito. O Gráfico 4 mostra a evolução dos empréstimos estudantis, uma escala visível sobretudo depois de 1990.

GRÁFICO 4
VOLUME DOS EMPRÉSTIMOS FEDERAIS E PRIVADOS - 1970-2007 (EM DÓLARES)



Fonte: Traduzido de Geiger e Heller (2011).

ORIGEM, CRESCIMENTO E RELEVÂNCIA DOS *COMMUNITY COLLEGES*

Os *community colleges* são descendentes de uma instituição nascida há mais de 100 anos, os *junior colleges*. Estes foram imaginados pelos líderes acadêmicos da época como uma espécie de ponte entre o ensino fundamental e a “verdadeira universidade”, uma ponte que não viam na escola média, a *high school*. O *junior college* deveria ser o fornecedor da formação geral e propedêutica necessária para amadurecer os estudantes e prepará-los intelectualmente para a universidade. Esses líderes acadêmicos comparavam os dois primeiros anos de graduação com o *lycée* francês ou o *Gymnasium* alemão, uma comparação que ainda hoje faz sentido, do ponto de vista curricular.

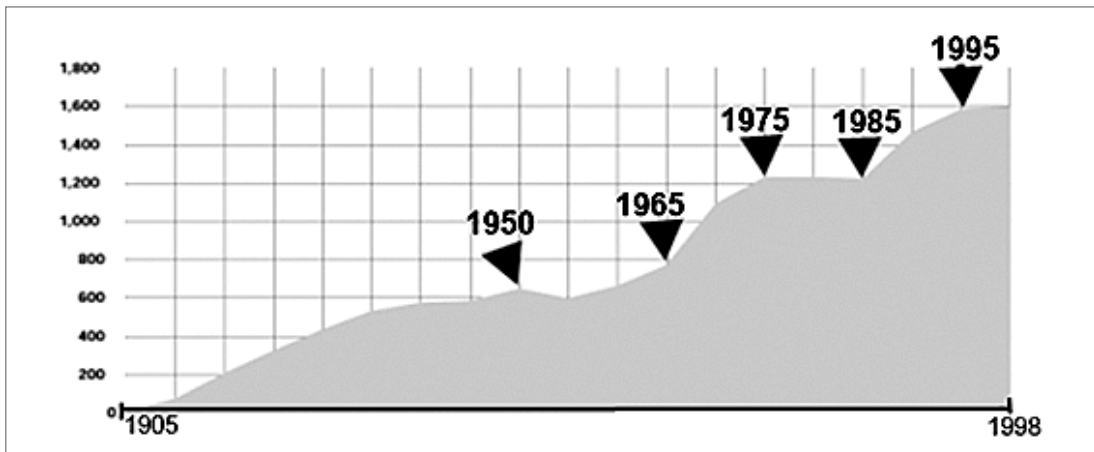
O *community college* é saudado por seus historiadores e analistas como “uma invenção americana”, o que tem grande margem de verdade. Contudo, o ensino superior de curta duração, massificado, está longe de ser exclusividade dos Estados Unidos. Não podemos desenvolver esse tema aqui, mas seria instrutivo comparar a expansão dos CCs com instituições similares, como, por exemplo, as *Sections de Techniciens Supérieurs – STS* –, que deslançaram depois de 1980, na França.

Desde logo, o *junior college* foi adquirindo uma outra dimensão, além da acadêmica, preparatória para a universidade – uma dimensão herdada pelos *community colleges* de hoje. Trata-se do ensino “vocacional” ou “profissionalizante”, a preparação para o trabalho nas chamadas

“semiprofissões”, aqueles nichos de ocupação que exigem mais do que o treinamento técnico industrial, por exemplo, e menos do que, digamos, uma escola de economia, medicina ou engenharia, ou um bacharelado em biologia, química etc.

Como todo o ensino superior americano, esse segmento *junior* sofreu o impacto decisivo das políticas do pós-guerra. Quando comparamos a educação superior americana antes e depois da guerra temos a impressão de se tratar de duas coisas muito diferentes. Ela passa de predominantemente privada para predominantemente pública, sobretudo na graduação. E, nesta, o papel dos *community colleges* não parou de crescer. O Gráfico 5 mostra o crescimento do número de escolas, incluindo aquelas que têm mais de um *campus*.

GRÁFICO 5
NÚMERO DE *COMMUNITY COLLEGES* - INCLUINDO *CAMPI* AUXILIARES - 1905-1998



Fonte: Dados do National Center for Educational Statistics (2012) e arquivos da AACC (2012).

Embora a gestão dos sistemas de educação nos Estados Unidos seja prioritariamente local e estadual, a influência do governo federal na modelagem e na expansão do sistema foi decisiva, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Logo depois da Guerra Civil, a Lei Morrill doava terras aos estados para que impulsionassem a criação ou expansão de escolas superiores de engenharia e agricultura. Essa política gerou a rede dos *land-grant colleges and universities*, uma rede que, em boa medida, deu origem às universidades estaduais. A iniciativa federal foi um forte estímulo aos estados. Uma outra onda expansionista ocorreu depois da Segunda Guerra, quando o GI-Bill, a lei de reinserção dos veteranos, distribuiu milhões de bolsas de estudo e revolucionou o sistema de ensino superior, inclusive os *community colleges*. Uma terceira onda relevante ocorreu nos anos 1960, quando uma série de políticas destinadas a incorporar minorias transformou os *community colleges* na

porta de entrada para negros, latinos e brancos pobres. É bom lembrar que a década de 1960 foi decisiva para os chamados direitos civis e as políticas federais contra a segregação.

Em todos esses momentos, a política federal foi decisiva para expandir e modelar o sistema, como dissemos. Contudo, a gestão e mesmo a manutenção básica das escolas dependiam muito dos orçamentos estaduais. No caso dos CCs, as dotações estaduais foram e são marcantes, como se pode ver na Tabela 1.

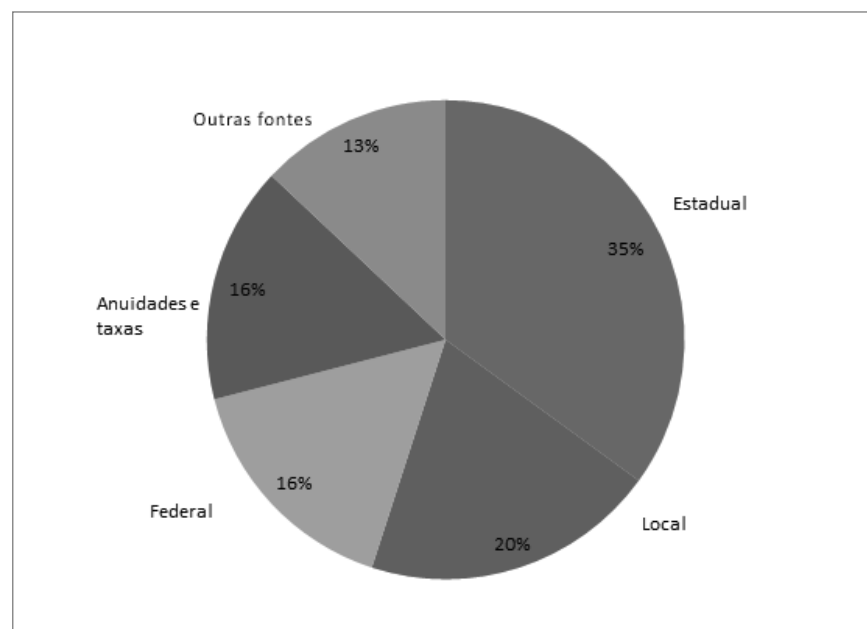
TABELA 1
AJUDA DOS ESTADOS AOS COMMUNITY COLLEGES - 1920 A 1990

| PERÍODO | 1920 | 1949-1950 | 1957-1958 | 1969-1970 | 1978-1979 | 1989-1990 |
|---|------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Valor absoluto (US\$ milhões) | | 26,3 | 47,7 | 755,9 | 3100 | |
| % da renda total dos community colleges | 5% | 30% | 30% | 41% | 49% | 49% |

Fonte: Reproduzido de Dougherty (2001, p. 146).

Pode-se ver no Gráfico 6 uma outra representação dessa realidade.

GRÁFICO 6
FONTES DE RENDA DOS COMMUNITY COLLEGES: DOTAÇÕES, BOLSAS, CONTRATOS - 2008-2009

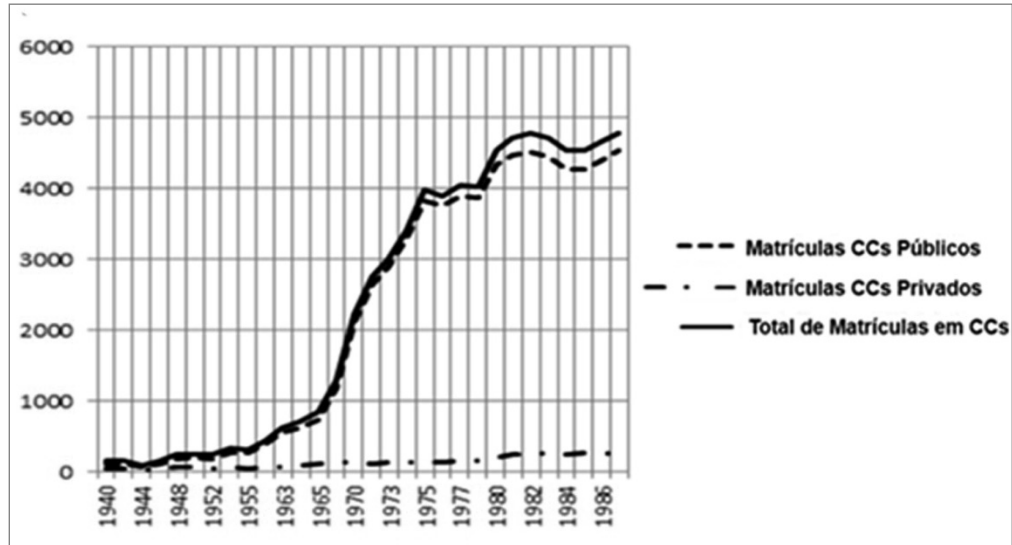


Fonte: National Center for Education Statistics (2010).

A expansão da rede de CCs teve um papel decisivo na chamada democratização do acesso. Não apenas porque eram mais baratos – bem mais baratos até do que as universidades estaduais –, mas também porque eram descentralizados, tendo sido criados em praticamente todo o país. O *site* da associação nacional dos CCs registra hoje cerca de 1.100

dessas escolas. E várias delas têm mais de um *campus*, conforme dissemos. O crescimento pode ser medido ainda por outro indicador, o número de matrículas, conforme se vê no Gráfico 7.

GRÁFICO 7
NÚMERO DE MATRÍCULAS EM COMMUNITY COLLEGES



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados compilados em Cohen e Brawer (1996).

Graças a essa rede – além dos *campi* auxiliares das universidades estaduais –,¹ estima-se que nenhum candidato deixa de ter, a uns 40 quilômetros de sua casa, um ponto de acesso a um curso superior. Aliás, em alguns estados, a política de expansão seguiu um caminho alternativo, mas que, em certa medida, mimetizava os CCs: as universidades estaduais criavam *campi* especiais, fora de sua sede, onde eram oferecidos os dois primeiros anos de graduação.

A descentralização, além de tudo, reduz um custo não visível nas tabelas de anuidades – o custo da residência e manutenção do estudante (*room and board*). O estudante pode morar onde já morava e pode trabalhar. Um dos efeitos dessa expansão foi o peso cada vez maior do estudante *commutter*, ou em tempo parcial, comparativamente ao estudante residente, ou em tempo integral.

PROBLEMAS DO SISTEMA EDUCACIONAL AMERICANO E DOS COMMUNITY COLLEGES, EM ESPECIAL

O CC é parte de um sistema que cresceu sem ser previamente desenhado em detalhe. Como dizia um sábio do Iluminismo escocês, as instituições humanas são resultado da ação humana, mas não necessariamente de seu *design*. O CC é parte integrante de um sistema que se montou para responder a diversificados desafios: formar as elites, incorporar os

¹ O sistema educacional norte-americano, em todos os níveis, é largamente descentralizado, em âmbito local ou estadual. Não há universidade federal, por exemplo. As escolas superiores federais que existem são as academias militares. Prevaleceu a tendência de constituição de universidades estaduais, herdeiras de uma política do século XX, a Lei Morrill, que condicionava a doação de terras aos estados à criação de escolas de agricultura e engenharia. Não temos espaço aqui para narrar essa notável epopeia, pouco conhecida no Brasil. O leitor poderá encontrá-la em livro que devo publicar ainda este ano pela Editora Unesp, com o título *Educação superior americana: história e estrutura*.

imigrantes e americanizá-los, fornecer ao mercado força de trabalho qualificada, inventar e inovar, gerar uma cultura hegemônica para uma nação com inclinação imperial.

Hoje, além da presença decisiva na recepção e formação de grande parte dos calouros, os CCs respondem por um enorme contingente de estudantes *non degree*, isto é, estudantes que frequentam cursos de menor duração, de foco mais prático e imediatista. Eles não vão ao CC para obter um diploma de *associate degree*, mas para fazer um ou outro curso, geralmente vocacional ou de idioma (estrangeiros tentando melhorar seu inglês). Visitei um CC da City University de New York – CUNY –, no distrito pobre do Bronx, que é um retrato reduzido dessa realidade. Mas a CUNY é, ela própria, esse retrato, em escala um pouco maior. Além de seus *senior colleges* e escolas de pós-graduação, ela tem sete CCs, acolhendo mais de 200 mil estudantes. E recebe outros 200 mil estudantes *non degree*, sobretudo no seu sistema próprio de *community colleges*.

Essa área, a de cursos “livres”, em geral profissionalizantes, tem crescido nos CCs, que dedicam cada vez mais esforços para a formação de força de trabalho intermediária – por exemplo, aquela que fica entre o engenheiro e o operário especializado. Assim, há uma expansão dos departamentos de *workforce development*, bem como de cursos negociados com empresas e governos locais – o *contract training*.

Consideremos as condições dos estudantes – tudo aquilo que relacionamos com expressões como capital social e cultural, mais a herança de uma *high school* genérica e frágil. Em sua maioria, os ingressantes nos CCs têm enormes carências e dificuldades para suportar o desafio do ensino superior. Isso provocou a multiplicação de programas prévios, preparatórios, de inglês, matemática e ciências, programas que são chamados de *remedial education* ou *developmental education*. Esse é um dos impasses do sistema – a necessidade e, ao mesmo tempo, a relativa incapacidade desses programas de romper essa barreira.

O debate sobre a “educação remedial” já tem umas duas décadas. Mas é bem mais antigo o lamento sobre o despreparo dos estudantes secundários para o ensino superior. Aliás, foi exatamente por reconhecer esse problema que os líderes acadêmicos pensaram na criação do *junior college*, no início do século XX. Muitas vezes atribuído à baixa qualidade da *high school*, o “despreparo” parece ter, porém, raízes mais profundas – e marcadas pela forte desigualdade que cinde a sociedade norte-americana.

Os CCs não conseguem se livrar desse problema, ou, antes, eles são o segmento de ensino superior mais atingido por ele. Dentre os países desenvolvidos, a nação norte-americana é uma das mais desiguais, senão a mais desigual – desigualdade de renda, mas também de *status*, prestígio e poder. E essa desigualdade disparou nos últimos trinta anos.

Quando tomou posse, Barak Obama pretendia destinar algo como 8 bilhões de dólares para recuperar a infraestrutura dos *community*

colleges. O Congresso cortou a maior parte desse gasto. Mas não foi apenas esse segmento da educação superior que sentiu o impacto dos tempos duros. E não foram apenas os tempos duros de ampliação de desigualdades que marcaram a desigualdade profunda e resiliente da sociedade norte-americana, com reflexos no seu sistema educativo. Talvez o CC seja uma ponta saliente da escalada.

WHAT NO SCHOOL CAN DO...

Faz alguns anos, Robert Reich (1994) comentava que naquele país algo como 15% ou 20% das crianças e jovens eram educados em um bom ensino médio, oferecido, em geral, por algumas dezenas de escolas privadas e pelas escolas públicas de subúrbios afluentes. Além disso, esses jovens, a fina flor da sociedade americana, frequentariam ambientes intelectualmente ricos e instigantes, com acesso a recursos que lhes permitem seguir sendo essa “nata”. De outro lado, estão os 80% ou 85% que saem das *high-school* menos “ricas” e, em sua maioria, ingressam em cursos de dois anos em *community colleges*. De fato, reciclam seu ensino médio deficiente e, assim, aparelham-se para a vida moderna. Uma parte, talvez um terço, desses estudantes dos *two-year colleges* consegue entrar nos programas de *transfer*, isto é, conseguem ingressar em programas de bacharelado ou escolas profissionais (direito, medicina, engenharia, economia). É pouco e é bastante, se pensarmos no volume absoluto. Mais interessante ainda é prestar atenção na forma de organização dessa fantástica rede de oportunidades e de captura de talentos. Como dissemos, ela é extremamente descentralizada, capilarizada: é quase certo que um desses jovens encontrará, a uns 50 ou 60 km de sua casa, pelo menos um ponto de acesso a tal ensino pós-secundário, o que, repetimos, lhe permite “tentar”. Muitos serão chamados, não necessariamente escolhidos. Talvez isso mostre alguma vitalidade no sistema, apesar de suas falhas e aparências enganosas. Talvez, também, indique um canal de legitimação da “terra de oportunidades” que a América ainda figura ser. Uma situação para lá de contraditória. Dramaticamente contraditória.

Como era de esperar, “tempos duros” exacerbam os dramas latentes. Um documento da American Association of Community Colleges (2012) exhibe um desses exemplos de tom dramático:

O sonho norte-americano está em risco. Como uma população altamente educada é fundamental para o crescimento econômico e uma democracia revigorada, os *community colleges* podem ajudar a recuperar esse sonho. Mas enfrentar esse desafio exigirá a reforma dramática dessas instituições, sua missão e, mais criticamente, as experiências educacionais de seus estudantes.

[...]

Os *community colleges* têm um papel crucial a desempenhar no aproveitamento dessa oportunidade. Se esta nação puder adicionar 20 milhões de trabalhadores formados por escolas pós-secundárias à sua força de trabalho nos próximos 15 anos, a desigualdade de renda declinará substancialmente, revertendo o declínio da classe média.

[...]

Os *community colleges*, historicamente subfinanciados, também foram financiados de formas que encorajam o crescimento das matrículas, embora frequentemente sem apoiar esse crescimento adequadamente, e, preponderantemente, sem incentivos para promover o sucesso dos estudantes. Essas condições atrasam os estudantes de classe média e têm um efeito devastador nos estudantes de baixa renda e dos negros, estes, frequentemente, com a maior necessidade de tudo o que o *community college* pode oferecer. [p. vii-viii. Tradução minha]

Nas entrelinhas desse texto – ou, talvez fosse melhor dizer, no seu subconsciente – é possível que esteja a razão das razões do problema: o próprio sonho. Pelo menos é isso o que tem sugerido uma rica literatura crítica sobre os sistemas educativos norte-americanos, focada no tema da desigualdade estrutural e singular daquela sociedade, desigualdade ímpar entre os países desenvolvidos. Em especial, os estudos de David C. Berliner (2005), Jean Anyon (2005), Norton Grubb e Marvin Lazerson (2004) entre outros, parecem centrais nessa temática.² Em seu *The education gospel...*, Norton Grubb e Marvin Lazerson (2004) apontavam para o risco de subestimar os efeitos educacionais de um fator não educacional: o impotente *Welfare State* americano. Mais do que isso, apontavam para a litania cíclica de queixas, lamentos e denúncias sobre a “falência da escola” como canal, por excelência, da mobilidade social.³ O problema, talvez se possa dizer, não está no mau funcionamento do canal. Está na suposição da mobilidade como elemento definidor dessa ordem social.

Esse tema – ainda que fundamental – está além dos objetivos deste artigo. O máximo que podemos fazer é destacá-lo e recomendar o seu estudo. Um artigo de Traub (e, mais ainda, seu título) talvez antecipe a dedução: “*What no school can do*” (2000).

O autor lembra um paradoxo:

É difícil classificar como espantosa a ideia de que a escola, por si só, não pode curar a pobreza, mas é surpreendente quanto do nosso discurso político está baseado na noção de que ela pode. (TRAUB, 2000)

E faz uma constatação incômoda para os progressistas “entusiasmados da escola”:

2

No que diz respeito a exames desse problema no nível das escolas elementares e médias também há uma farta e rica literatura, que inclui Tyack (1974); Powell, Farar e Cohen (1985); Cremin (1964); Conant (1961), Oakes (1985); e Kozol (1992).

3

Um importante estudo sobre essas críticas “demolidoras” das escolas está em Berliner e Biddle (1995).

Em anos recentes, os conservadores vieram a ter um papel crítico no debate sobre as escolas das áreas centrais das cidades; na verdade, a reforma escolar é o tipo de engenharia social com a qual os conservadores se sentem confortáveis. (TRAUB, 2000)

Ora, por que os conservadores se sentem tão confortáveis nesse tema e nessa “solução para os males”? Uma frase talvez sugira o caminho:

Ninguém acredita na escola como os norte-americanos, e ninguém é mais atormentado pelos seus poderes transformativos. (TRAUB, 2000)

Essa crença – quase hipnótica – tem uma força nada desprezível. Berliner (2005) radicaliza o argumento, de modo a sugerir uma espécie de “impensado” e “impensável” da sociedade norte-americana, algo que barra a possibilidade de identificar a natureza do trauma e, portanto, de sua superação:

Talvez não estejamos nos saindo bem o suficiente porque a nossa visão da reforma da escola é pobre. É pobre por causa das nossas visões coletivas sobre os papéis adequados e inadequados do governo na melhoria dos problemas com que somos confrontados nas nossas escolas; nossas crenças sobre como uma economia de mercado deve funcionar; nossas preocupações sobre o que constituem taxas apropriadas de impostos para a nação; nossas visões religiosas sobre os eleitos e os condenados; nosso *éthos* norte-americano peculiar de individualismo; e nossa crença quase absurda de que a educação é a cura para o que quer que moleste a sociedade. Estas visões tão entranhadas que temos como povo faz com que a ajuda aos pobres pareça uma trama comunista ou ateuísta, e transforma em apóstata aquele que se refere ao mito do poder das escolas públicas de produzir mudanças.
[...]

Por outro lado, a ideia de que a escola, por si só, não pode curar a pobreza soa como um voto de desconfiança na nossa grande capacidade norte-americana para a autotransformação, um elemento importante nas histórias que contamos à nossa nação. [2005, p. 7]

O comentário é duro. Se for verdadeira a dedução, o “evangelho pedagógico” e a crença na reforma da escola e pela escola se transformariam em um novo “ópio do povo”, ou como dizia o conhecido texto onde surgiu tal expressão: um grito do espírito em um mundo sem espírito, mas, ao mesmo tempo, um instrumento de consolo geral que

torna suportável o vale de lágrimas. Como a condição para abandonar as ilusões sobre sua condição é abandonar uma condição que necessita de ilusões, o círculo parece fechado, sem possibilidade de ruptura. Não é essa a conclusão dos autores dessa vertente, como sugere o livro de Jean Anyon (2005), desde seu título: *Radical possibilities*. Mas o caminho da superação – ainda que não prescindida da reforma da escola – é muito mais difícil e muito mais amplo. Em outros termos, as *possibilities* são radicais ou exigem algum tipo de radicalidade.

Bom, lembre-se, leitor, estamos falando da experiência americana... O resto é por sua conta.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION OF COMMUNITY COLLEGES. AACC. April 2012. Disponível em: <<http://www.aacc.nche.edu/AboutCC/history/Pages/pasttopresent.aspx>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

ANYON, Jean. *Radical possibilities: public policy, urban education, and a new social movement*. New York: Routledge, 2005.

BAUM, Sandy; LITTLE, Kathie; PAYEA, Kathleen. *Trends in community college education: enrollment, prices, student aid, and debt levels within*. New York: The College Board's, 2011. (*Trends in Higher Education Series*). Disponível em: <http://advocacy.collegeboard.org/sites/default/files/12b_5303_PubHighEd_AnalysisBrief_WEB_120530.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

BERLINER, David C. Our impoverished view of educational reform. *Teachers College Record*, August 02, 2005. Disponível em: <<http://www.tcrecord.org/content.asp?contentid=12106>>. Acesso em: 07 jun. 2013.

BERLINER, David C.; DIBBLE, Bruce J. *The manufactured crisis: myths, fraud, and the attack on America's public schools*. Cambridge-Ma: Perseu Books, 1995.

COHEN, Arthur. M.; BRAWER, Florence B. *The American Community College*. 3d ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1996.

COLLEGE BOARD, TRENDS IN COLLEGE PRICING. 2012. Disponível em: <<http://trends.collegeboard.org/college-pricing>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

CONANT, James B. *Slums & suburbs: a commentary on schools in metropolitan areas*. New York: McGraw Hill Book Co., 1961.

CREMIN, Lawrence. *The transformation of the school: progressivism in American education, 1876-1957*. New York: Vintage Books, 1964.

DAVIS, Jessica W.; BAUMAN, Kurt. *United States census bureau: school enrollement in the United States: 2008*. Current Population Reports, June 2011.

DOUGHERTY, Kevin J. *The contradictory college: the conflicting origins, impacts, and futures of the community college*. 1994. Reprint. Albany, NY: State University of New York Press, 2001.

GEIGER, Roger L.; HELLER, Donald E. *Financial trends in higher education: The United States*. Center for the Study of Higher Education. The Pennsylvania State University. January 2011. (Working Paper n. 6).

GRUBB, W. Norton; LAZERSON, Marvin. *The education gospel the economic power of schooling*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.

KOZOL, Jonathan. *Savage inequalities: children in America's schools*. New York: Harper Collins, 1992.

MORAES, Reginaldo; SILVA, Maitá de Paula e. *O peso do Estado na pátria do mercado*. Os Estados Unidos como país em desenvolvimento. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

NATIONAL CENTER FOR EDUCATION STATISTICS. *Digest of Education Statistics*, 2010. Disponível em: <nces.ed.gov/pubs2011/2011015.pdf>. Acesso em: 24 set. 2012.

OAKES, Jeannie. *Keeping track: how schools structure inequality*. New Haven: Yale University Press, 1985.

POWELL, Arthur; FARAR, Eleanor; COHEN, David K. *The shopping mall high school: winners and losers in the educational marketplace*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1985.

REICH, Robert. *O trabalho das nações*. São Paulo: Educator, 1994.

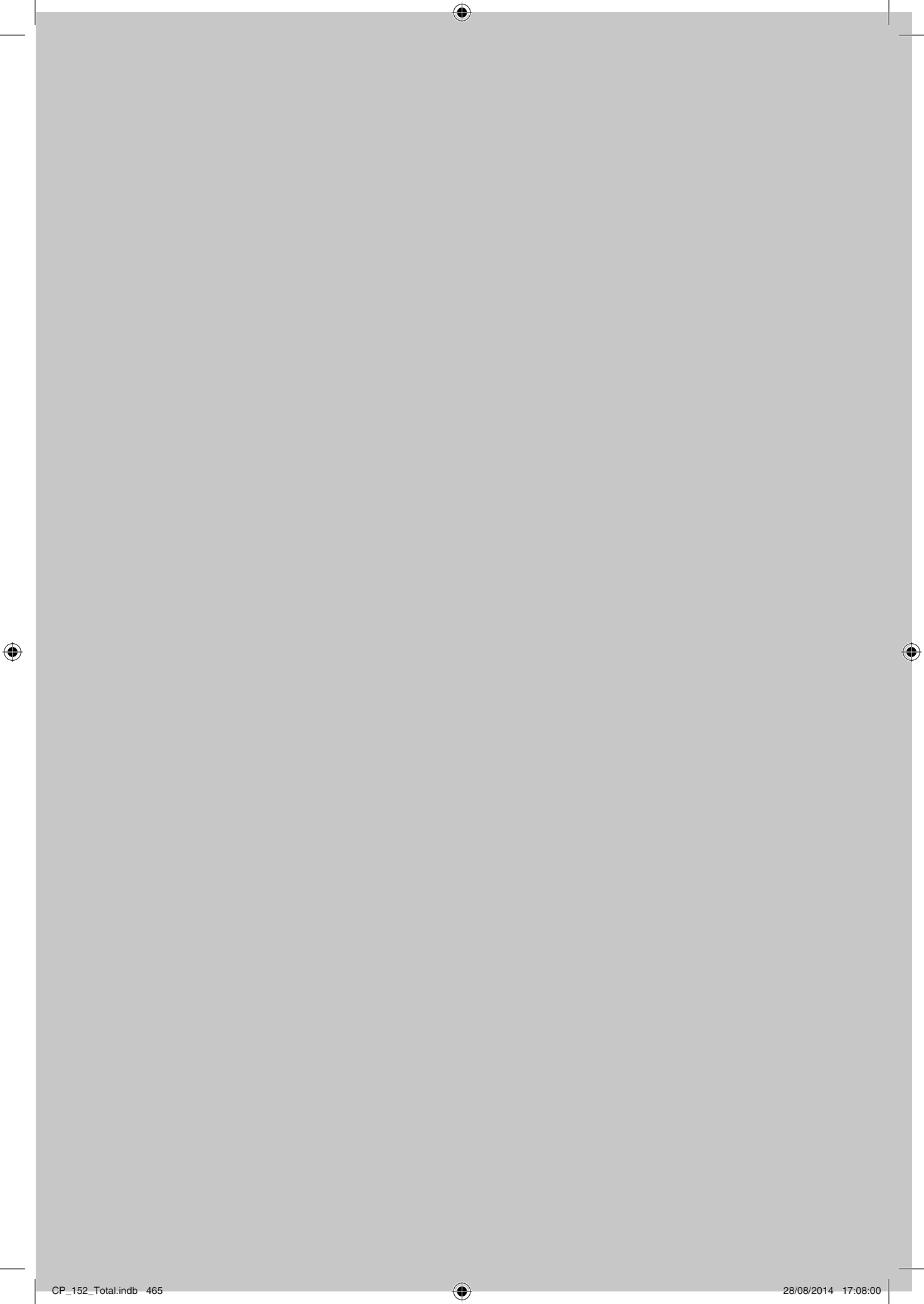
TRAUB, James. *City on a hill: testing the american dream at city college*. Reading-Ma: Addison-Wesley Publishing Company, 1994.

_____. *What no school can do*. New York Times, 16 jan. 2000. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2000/01/16/magazine/what-no-school-can-do.html?pagewanted=all&src=pm>>. Acesso em: 07 jun. 2013.

TYACK, David B. *The one best system: a history of american urban education*. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1974.

REGINALDO C. MORAES

Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp –; pesquisador do CNPq (bolsa de produtividade) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos – INCT-INEU
rccmoraes@gmail.com



RESENHAS

POR UMA ANTROPOLOGIA DA INFÂNCIA: PESQUISANDO O RECREIO

<http://dx.doi.org/10.1590/198053142840>

DELALANDE, Julie. *La cour de la récréation*. Pour une anthropologie de l'enfance. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2001. 278 p

Embora *La cour de la récréation*, da antropóloga Julie Delalande, tenha sido publicado na França em 2001, uma resenha em 2014 se justifica porque o debate apresentado pela autora permaneceu inédito no Brasil até recentemente, quando a comunidade acadêmica despertou o interesse por estudos da antropologia da infância.

O livro é resultado da tese na qual Delalande assume como ponto de partida as seguintes questões: o que produzem as crianças entre elas, sem a participação dos adultos? O que dizem quando estão entre pares? Como num pátio de recreação estruturam suas relações? O que jogam e de onde vêm seus conhecimentos dos jogos? Situado no campo da antropologia social e etnografia, o estudo focaliza as crianças como informantes privilegiados. Mostra a maneira como adquirem regras e valores da sociedade ao estarem entre seus pares, considerando-as como atores sociais – do presente – e não como seres futuros – um vir a ser. Mais do que investigar as práticas pedagógicas que cercam o jogo e seu papel na socialização infantil (mesmo que a pesquisa responda a essas questões), o objetivo é penetrar no pátio das escolas e compreender seu funcionamento enquanto uma microssociedade.

O livro é organizado em duas partes. A primeira, “Poser son regard sur l’enfance” [Lançar seu olhar sobre a infância], trata do conceito de infância; da infância como campo de pesquisa; do pátio de recreio como espaço de observação; da metodologia; e do jogo. A segunda, “La cour comme micro-société” [O pátio como microssociedade], apresenta os elementos do campo que dão suporte à ideia de que a cultura infantil, desenvolvida na sociedade do pátio, no contexto escolar, não é em nada separada da sociedade global. A cultura infantil forma, ao contrário, uma unidade social e cultural vivida pelas crianças.

A pesquisa foi realizada entre os anos de 1992 e 1997 em quatro instituições: três no oeste da França (uma delas rural) e uma na região parisiense. Os sujeitos foram crianças do maternal e da escola elementar de diferentes classes sociais.

Através de uma escrita clara e consistente, a autora nos conduz a cenas vividas pelas crianças, convidando-nos a olhar a pesquisa com crianças tendo a ética como foco e a infância como um produto da e para a cultura. A descrição densa é uma das características do trabalho. Embora tenha uma base metodológica extremamente detalhada, o trabalho de campo e a análise dos dados são o ponto central do texto. Delalande apresenta sua questão de forma tão envolvente que, caso o leitor considere o recreio como um momento barulhento e pouco produtivo, logo passa a reconhecê-lo como espaço de perpetuação e produção da cultura infantil. O pátio é um local de socialização das crianças entre elas, numa relação de autonomia e poder. É nesse espaço que se constituem como grupo, criando laços de amizade através da distribuição dos papéis no jogo e do lugar que cada um ocupa nesse contexto. Jogando, apropriam-se de certas regras e valores dos adultos sobre os quais fundam seus conceitos de justiça e solidariedade.

Delalande dedica especial atenção à análise da brincadeira de pai e mãe. Nessa prática encontram-se os modelos das relações familiares vividas ou observadas pelas crianças. Estas brincam de mãe e pai pelo prazer de se incluírem em uma situação que os coloca como membros de uma cultura. Observando as crianças mais velhas do maternal, a autora percebe o orgulho de quem assume o papel do adulto, papel que se reserva aos líderes do grupo. Alimentado por elementos do cotidiano, pelo papel familiar e pelas regras da vida que as crianças conhecem, o jogo torna-se estereotipado. Dessa forma, os traços característicos variam pouco, mesmo em diferentes contextos. Encontra-se na encenação a autoridade paternal, o espírito lúdico das crianças e a dificuldade em tornar os dois compatíveis. Os jogos permitem pensar o mundo dos adultos e questionar coletivamente os mitos e tabus. Nessa dramatização, encontram-se relações de força, de autoridade, de cumplicidade e de conflito.

Feitas essas considerações, a antropóloga passa a discutir como o pátio pode ser compreendido como uma microssociedade. Para além de um espaço de desordem, sem lógica, o pátio é um local onde se pode

identificar a organização das crianças em grupos. Ao optar por esse espaço de observação, Delalande pretende compreender como se formam os grupos de pares, como funcionam e em que medida estão ligados à situação de jogo. A constituição de pequenos grupos infantis – sem a interferência dos adultos – no espaço do pátio escolar permite o aprendizado de uma sociabilidade. As crianças aprendem “a se virar”, umas com as outras, numa confrontação que as obriga a gerir as relações humanas, em uma igualdade de *status* que não existe numa relação entre crianças e adultos.

Para Delalande, quando as crianças brincam juntas durante dias seguidos, uma solidariedade ganha forma graças ao jogo. O jogo cria uma ligação de dependência entre os participantes que devem se aliar para jogar. Assim, é o jogo que liga as crianças, favorecendo seus relacionamentos.

A autora trabalha com duas categorias: o grupo e a solidariedade infantil. O grupo é uma categoria central na análise da vida recreativa. Observando grupos, destaca que alguns aparecem como amorosos e acolhedores, outros como arrogantes e audaciosos, outros competitivos. A outra categoria, a solidariedade infantil, é necessária para a prática do jogo. O desejo de jogar é o que aproxima as crianças; tornando esse objetivo comum, estabelecem elos de solidariedade. A brincadeira permite o nascimento de uma relação amigável, solidária. Para a realização do jogo, cada participante deve executar um papel específico, que só tem sentido no coletivo. O jogo coletivo só é possível através dessa forma de solidariedade que surge para estruturar, gerar interesse e definir regras.

Mergulhando no tema da solidariedade, Delalande considera que dar e trocar são provas de solidariedade por parte das crianças. Segundo os valores infantis, dar é um dos meios mais eficazes de ser aceito pelo grupo. Trocando ou dando, as crianças fazem aprendizagens de uma regra elementar de sociabilidade: dar permite entrar em um grupo de pares, e mesmo em um círculo de amigos; guardando, desvincula-se dos outros, condenando-se a brincar sozinho. É preciso valorizar a disposição à doação – a criança, ao oferecer para as demais qualquer coisa que faça parte da brincadeira, demonstra aos outros sua confiança e sua vontade de partilhar. A troca não é apenas um ritual de ser educado, mas pode ser vista como uma forma de fazer com que a sociedade seja coesa, parceira. A troca alimenta uma atitude cultural que privilegia a relação com o outro.

Jogar é a oportunidade de cada criança afirmar um lugar para si no grupo, de desvendar características suas e dos demais, de se fazer, por consequência, apreciar ou não, e, nesse sentido, construir uma reputação entre os pares. A instauração de relações agradáveis passa pelo estabelecimento de relações de poder. No que diz respeito a situações que podem ser consideradas como de inimizade, essas são a manifestação do interesse das crianças pelo outro. Cada criança deve encontrar nela mesma a resposta para uma situação de conflito, de modo que a relação com o outro não a reprima, sendo uma relação prazerosa de troca.

Na escola maternal, a amizade se manifesta pela participação na atividade do outro. As crianças viram amigas brincando juntas, depois cultivam esse lugar tornando-se companheiras de jogo. Nesse grupo, primeiro se envolvem em uma brincadeira antes de descobrirem se possuem ou não afinidades. O movimento contrário ocorre quando elas crescem. No jogo, aproximam-se, mas as relações de amizade são estabelecidas de acordo com a afinidade entre elas. Mas, como nenhuma ligação é definitiva, encontram-se constantemente discursos como “eu sou seu amigo” ou “eu não sou mais seu amigo”. Esse é um exercício no qual as crianças definem o que caracteriza os atos e o papel de um amigo. A autora afirma que, no maternal, as crianças atrelam em seus discursos o fato de serem amigas ao fato de brincarem juntas. Com o tempo, essa justificativa muda, e elas reconhecem a amizade por aqueles que julgam que respeitam as regras de convivência coletiva.

Nas diferentes escolas foram encontradas características comuns na maneira de se fazer funcionar um grupo. Essas características estão relacionadas à forma como distribuem os papéis, como trocam objetos e materiais e mostram sua adesão ao jogo, imitando alguém.

Enveredando no cotidiano dos grupos, a pesquisadora se dedica à figura do líder. O líder tem um papel fundamental no jogo. Embora seja o responsável pela organização e por sua duração, em sua ausência as crianças criam outras formas de ligação para estruturar a relação entre elas. A figura do líder esteve presente em todos os grupos pesquisados. Sua maneira de proceder é semelhante nos diferentes contextos. À figura do líder cabe o papel de proteger e fazer justiça. Ele deve fazer reinar uma boa atmosfera evitando sobrecargas. Da parte das meninas, a gentileza, a doçura, a amabilidade e o sucesso escolar são algumas características do líder. Da parte dos meninos, os critérios se fundam na amizade, gentileza, vitalidade esportiva e força física.

Delalande conclui o estudo afirmando que os professores intervêm na ação da criança para ensinar em uma relação hierárquica. Entre pares, as crianças aprendem em condições de igualdade relativamente próximas daquelas que encontrarão quando crescerem. Dessa forma, socializam-se não somente adaptando-se, mas entrando no processo de apropriação, reinvenção e produção do social.

ANELISE MONTEIRO DO NASCIMENTO

Doutora em Educação pela PUC-Rio; professora adjunta do Departamento de Educação e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
anelise.ufrrj@yahoo.com.br

KARLA RIGHETTO RAMIREZ DE SOUZA

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;
professora do Colégio de Aplicação da UFRJ
karlarighetto@gmail.com

INSTRUÇÕES A AUTORES

Cadernos de Pesquisa, periódico científico trimestral, tem como objetivo divulgar a produção acadêmica direta ou indiretamente relacionada com a educação, publicando trabalhos inovadores, relativos a pesquisas, ensaios e outras modalidades de textos. A revista trata da educação de forma ampla, agregando à temática escolar estudos que abordam, de forma interdisciplinar, questões relacionadas a gênero, relações raciais, infância, juventude, escola, trabalho, família, políticas sociais. Os enfoques também são abrangentes e envolvem as diferentes áreas de conhecimento das ciências humanas, em perspectivas teóricas e metodológicas diversas, propiciando a troca de informações e o debate sobre as principais questões nesses campos.

Sua prioridade é a publicação de pesquisas de caráter empírico, histórico e/ou documental, sobretudo as realizadas no país, abrindo espaço, também, às provenientes do exterior. Acolhe, ainda, ensaios relativos a contribuições teórico-metodológicas e torna acessíveis ao leitor brasileiro textos de autores internacionais reconhecidos, que possam referenciar estudos na área, traduzidos para o português, ou em língua espanhola.

Publica textos em português e espanhol e disponibiliza versões em inglês ou, no caso de tradução, na língua original do artigo, nesta plataforma, no *site* do SciELO e do Educ@, de artigos selecionados pela Comissão Editorial, em cada número.

As matérias devem ser inéditas e submetidas exclusivamente a **Cadernos de Pesquisa**. Os trabalhos aceitos não deverão ser publicados sob qualquer outra forma antes de decorridos seis meses de sua publicação neste periódico. Para permissão de reprodução do texto em outro veículo, consultar cadpesq@fcc.org.br.

Para submeter um artigo a **Cadernos de Pesquisa**, é necessário:

Estar cadastrado no sistema - o login e a senha serão a chave para o acesso. Se não estiver, acesse para fazer o cadastro: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php?journal=c&p&page=user&op=register>

Dar anuência de que o texto é original e inédito e não foi encaminhado para publicação em outra revista.

Encaminhar duas versões do artigo: uma para avaliação, em versão PDF, sem informações que permitam identificar a autoria; e outra, em Microsoft Word, com todas as informações.

Caso o artigo seja em coautoria, o ideal é que todos os autores estejam cadastrados no sistema. Porém é possível o envio do texto apenas com o cadastro de um dos autores. Em ambos os casos, a pessoa que envia o arquivo precisa incluir os coautores no Passo 3. Metadados da Submissão → Incluir Autor.

Para acompanhar o *status* da submissão, deve-se acessar o sistema → menu → acesso → login e senha.

Os autores de textos publicados receberão até três exemplares do número em que suas matérias forem veiculadas.

As ideias e opiniões constantes das matérias publicadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os direitos autorais das matérias publicadas pertencem à revista **Cadernos de Pesquisa**, sob uma licença Creative Commons.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. TEOR

Materia para publicação em **Cadernos de Pesquisa** deve ser, além de inédita e adequada à linha editorial da revista, passível de se enquadrar em um dos seis tipos de seções da revista:

Tema em Destaque: publica dossiês sobre questões relevantes e/ou emergentes.

Outros Temas: apresenta artigos selecionados sobre síntese de pesquisa inovadora, resultado de elaboração teórica, revisão crítica de bibliografia temática específica.

Temas em Debate: traz matérias de caráter ensaístico, opinativo, sobre temas de polêmica atual ou que se queira propor para polemizar. Cabem aqui réplicas a matérias anteriormente publicadas, versões editadas de comunicações em encontros ou artigos que, apoiados em pesquisa original, apenas se limitem a defender determinada posição na discussão acadêmica corrente, ou visem à discussão de propostas para políticas públicas.

Espaço Plural: espaço destinado a acolher outros tipos de texto, tais como entrevistas; relatos de experiência (descrição de experiência individual ou coletiva, de proposta de intervenção pontual realizada, que faça, em princípio, o contraponto teoria/prática e indique com precisão as condições de realização da experiência relatada); documentos de valor acadêmico e histórico; e informes (declarações públicas de entidades).

Resenhas: relativas a publicações recentes, nacionais ou estrangeiras.

Destaque Editorial: nota chamando a atenção para determinada obra publicada, com breve indicação de seu conteúdo e/ou relevância.

2. TÍTULOS DOS ARTIGOS, EXTENSÃO, RESUMO E DESCRITORES

Títulos dos artigos não podem exceder 11 palavras (incluindo artigos, preposições, conjunções etc.). O nome do(s) autor(es) deve constar conforme o autor deseja que seja publicado.

As matérias devem ser enviadas em Word. O artigo não pode exceder 25 páginas, ou 63.300 caracteres com espaço, incluindo tabelas, gráficos, quadros ou figuras. Formato da página: numerada, com 3 cm de margem superior, 3 cm de margem inferior, 3 cm de margem esquerda e 2 cm de margem direita; parágrafo 1,25; espaço entre linhas 1,5; fonte em Times New Roman, corpo 12. A extensão máxima da Resenha é de 6 páginas, ou 14.550 caracteres com espaço; a do Destaque Editorial, de 2 páginas, ou 4.250 caracteres com espaço.

Toda matéria, à exceção de resenhas e destaques editoriais, deve vir obrigatoriamente acompanhada de um resumo, de até 800 caracteres com espaço. Ao final dos resumos devem ser indicadas, no máximo, quatro palavras-chave (descritores) do conteúdo do texto, que devem ser buscadas no *Thesaurus* Brasileiro de Educação e/ou no *Thesaurus da Unesco*.

3. CITAÇÕES, REMISSÕES E NOTAS (CF. ABNT NBR 10520)

As citações literais curtas são integradas ao texto, entre aspas, seguidas de parênteses com sobrenome do AUTOR e ano da publicação. Citações de três ou mais linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, com a indicação: (AUTOR, ano, p.). As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto. Ex.: Segundo Fonseca (1986).

As notas de rodapé devem ser evitadas e utilizadas apenas quando for estritamente necessário, preferencialmente sem ultrapassar três linhas. Será usada numeração consecutiva das notas dentro do texto.

As siglas devem ser desdobradas quando mencionadas à primeira vez no artigo.

4. TABELAS, GRÁFICOS, QUADROS, FIGURAS

São apresentados em tons de cinza e em cores, preferencialmente em Excel, em arquivos separados, numerados com algarismos arábicos e em tamanho que permita clareza na leitura, com títulos e cabeçalhos padronizados quanto ao formato e termos utilizados. As imagens devem ter resolução de, no mínimo, 300 DPIs. A indicação da fonte é obrigatória e deve constar das referências. No corpo do texto deve vir indicada a posição aproximada para a inserção da tabela, quadro etc.

5. REFERÊNCIAS

As referências, restritas apenas às obras citadas no texto, devem vir ao final deste e se pautarem pelas normas da ABNT (NBR 6023, 2002). Obedecem à ordem alfabética do sobrenome do primeiro autor e, quando possível, fazer constar por extenso o prenome dos autores. Nas referências de até três autores, todos são citados, separados por ponto e vírgula. Quando ultrapassar três

autores, citar somente o primeiro, seguido da expressão et al. (sem itálico). Apresentamos modelos de casos mais comuns:

Livro com um autor

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Livros com dois ou três autores

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Minuit, 1970.

Capítulo de livro - mesmo autor

SILVA, Marco. O que é interatividade. In: _____. *Sala de aula interativa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Quated, 2006. cap. 2, p. 81-147.

Capítulo de livro - autor diferente

ROMANO, Giovanni. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G.; SCHIMIDT, J. (Org.). *História dos jovens*, 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-16.

Periódico

CADERNOS DE PESQUISA. São Paulo: FCC; Campinas: Autores Associados, v. 40, n. 139, jan./abr. 2010.

Artigo de periódico

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 715-746, set./dez. 2009.

Textos on-line

Incluir as informações disponíveis e acrescentar endereço de consulta e data de acesso:

VEIGA-NETO, Alfredo José da. *Michel Foucault e as perspectivas críticas da sociologia da educação*, 1994. Disponível em: <www.ufrgs.br/faced>. Acesso em: jun. 2002.

Artigo de jornal

assinado:

AQUINO, Yara; PEDUZZI, Pedro. Estudantes cobram mais dinheiro de Dilma do pré-sal para a educação. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 mar. 2011. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2011/03/24/estudantes-cobram-de-dilma-mais-dinheiro-do-pre-sal-para-a-educacao.jhtm>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

Não assinado:

EM fim de governo, ressurgem o cartão SUS. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 set. 2010. cad. Poder, p. A10.

Evento

REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 18., 1995, Caxambu. *Educação*: resumos. São Paulo: ANPED, 1996.

Trabalho apresentado em evento

OLIVEIRA, Edna Castro de. Educação de pessoas jovens e adultas. In: REUNIÃO DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. *Anais...* São Paulo: USP, 2011. p. 16-29.

Autor institucional e legislação

BRASIL. Medida provisória n. 1569-9, de 11 de dezembro de 1997. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

BRASIL. *Lei n. 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

FUNDAÇÃO IBGE. *Censo demográfico 1980*. Rio de Janeiro, 1982.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1993.

Teses e dissertações

BERNARDES, Nara M. G. *Crianças oprimidas: autonomia e submissão*. 1989. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

Documento de acesso exclusivo em meio eletrônico

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca central. Normas.doc. Curitiba, 1988. 5 CDs. Word for Windows 7.0.

(Quando disponíveis acrescentam-se elementos para melhor identificar o documento.)

Local

Quando houver homônimos de cidades, acrescenta-se o nome do estado, do país etc. Ex.: Viçosa, MG; Santa Cruz, MX.

DIREITO DE RESPOSTA

Cadernos de Pesquisa acolhe matérias de comentário a artigo publicado na revista, bem como de réplica ao comentário. Ambas estão sujeitas ao mesmo processo de avaliação das demais matérias. Se o comentário for aceito para publicação, a revista oferecerá ao autor igual espaço para réplica, que poderá ser publicada no mesmo número do comentário ou no número subsequente.

.....
Em caso de dúvidas, entrar em contato com a Coordenação de Edições (aferreira@fcc.org.br).

